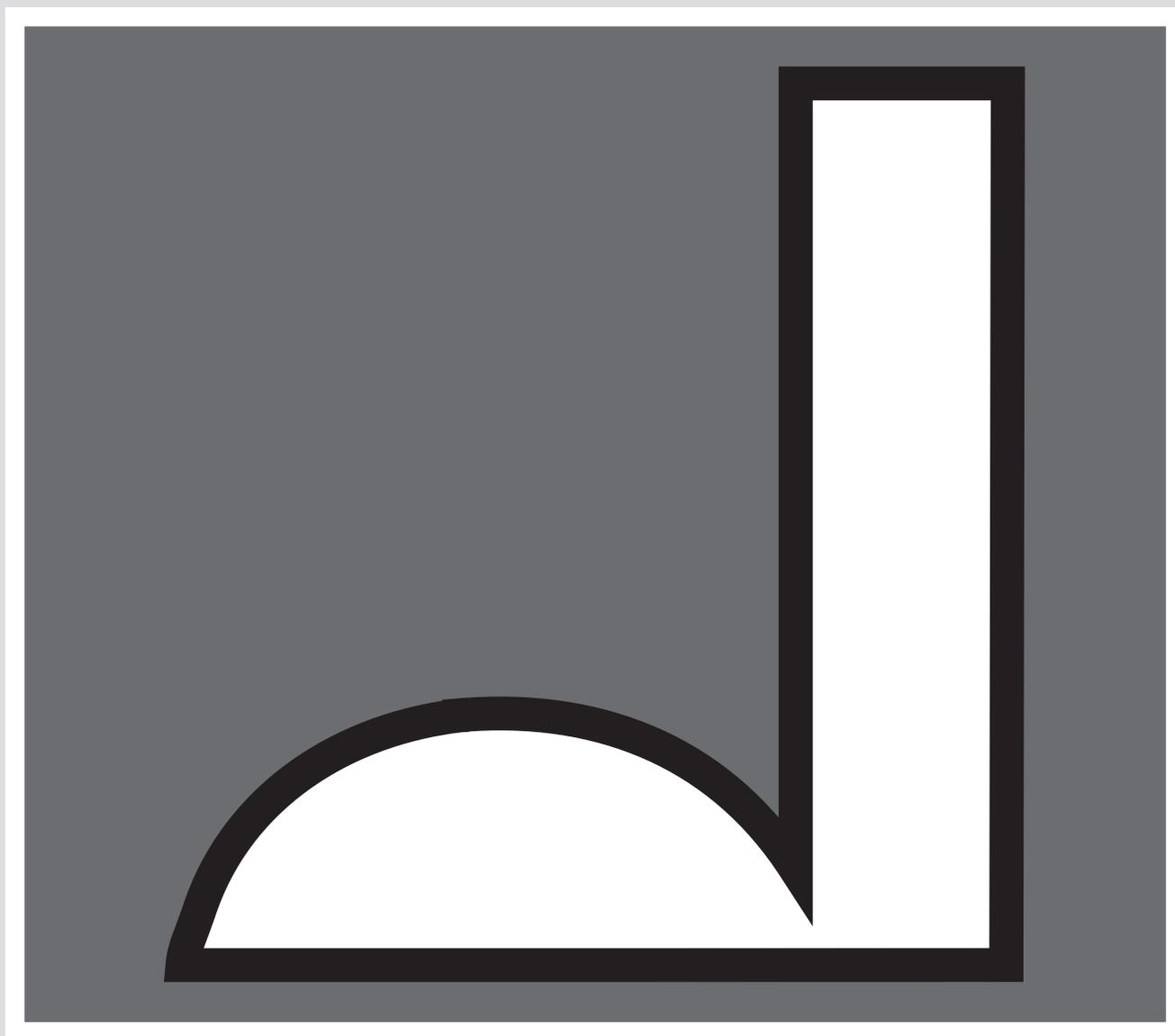




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 046 - TERÇA-FEIRA, 28 DE MARÇO DE 2006 - BRASÍLIA- DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL

1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC

2º Vice-Presidente
Antero Paes de Barros – PSDB-MT

1º Secretário
Efraim Morais – PFL-PB

2º Secretário
João Alberto Souza – PMDB-MA

3º Secretário

Paulo Octávio – PFL-DF

4º Secretário

Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO

Suplentes de Secretário

1º - Serys Shlessarenko – PT-MT

2º - Papaléo Paes – PSDB-AP

3º - Alvaro Dias – PSDB-PR

4º - Aelton Freitas – PL-MG

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 21	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) - 17	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 31
<p>LÍDER Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago) ⁽⁵⁾</p> <p>.....</p> <p>LÍDER DO PMDB – 21 Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) ⁽⁶⁾ Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp</p>	<p>LÍDER Delcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p>.....</p> <p>LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral</p> <p>VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Ams Fátima Cleide</p> <p>LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro</p> <p>VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares</p> <p>VICE-LÍDER DO PSB (vago)</p>	<p>LÍDER José Jorge – PFL</p> <p>VICE-LÍDERES Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL</p> <p>.....</p> <p>LÍDER DO PFL – 16 José Agripino</p> <p>VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro ⁽²⁾</p> <p>LÍDER DO PSDB – 15 Arthur Virgílio</p> <p>VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta</p>
<p>LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias</p> <p>VICE-LÍDER DO PDT (vago)</p> <p>LÍDER DO PMR – 1 Marcelo Crivella</p>	<p>LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti</p> <p>VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER DO P-SOL – 1 Helóisa Helena</p>	<p>LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho - PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes –PSB ⁽¹⁾</p>

EXPEDIENTE

<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <u>Ronald Cavalcante Gonçalves</u> Diretor da Subsecretaria de Ata <u>Denise Ortega de Baere</u> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>
---	---

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005

⁽¹⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

⁽⁵⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽⁶⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 27ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 27 DE MARÇO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Parecer

Nº 253, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Ofício “S” nº 42, de 2001 (nº 1.432/2001, na origem), de iniciativa do Presidente da Câmara dos Deputados, que encaminha ao Senado Federal cópia do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a incidência da mortalidade materna no Brasil..... 09520

1.2.2 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – Realização, amanhã, de reunião na Comissão de Direitos Humanos para tratar da gripe aviária. Audiência da Comissão de Assuntos Sociais para tratar de questões relacionadas à Petrobrás. Cumprimentos ao Senador Antonio Carlos Valadares, que permitiu um debate, na CAS, sobre a situação dos aposentados e pensionistas. Destinação de recursos para estradas do Rio Grande do Sul. 09523

SENADOR MARCO MACIEL – Destaque para as comemorações, em 2006, dos 80 anos da Semana Regionalista, promovida pelo sociólogo Gilberto Freyre, em Recife, em 1926..... 09526

1.2.3 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Recurso nº 4, de 2006, interposto no prazo regimental no sentido de que seja submetido ao Plenário o Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que institui o Programa Nacional de Estímulo ao Emprego de Trabalhadores Experientes. *Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa*..... 09530

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 127, de 2004, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, de forma a aumentar o período máximo de percepção do seguro-desemprego no caso de trabalhador portador de deficiência física (tramitando em conjunto como o Projeto de Lei do Senado nº 192, de 2004), tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Assuntos Sociais. 09530

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 173, de 2004, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta artigo à Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso, para isentar do pagamento de taxas bancárias as contas de cidadãos maiores de 60 anos que recebam aposentadoria da Previdência Social até o valor equivalente a 1 (um) salário mínimo, tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Assuntos Sociais. 09530

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição de cada Casa, para que o Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 2006-CN, seja apreciado pelo Plenário do Congresso Nacional, tendo em vista a publicação em avulso, nesta data, do parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 09530

Deferimento dos Requerimentos nºs 325 e 326, de 2006, dos Senadores Luiz Otávio e Renan Calheiros, respectivamente, lidos na sessão do dia 23 do corrente..... 09530

1.2.4 – Leitura de requerimentos

Nº 330, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao mais antigo cartório do Amazonas, Antonino Rabelo, há 40 anos no exercício da função. 09531

Nº 331, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do artista plástico e músico Antonio Carlos Castro Neves, ocorrido em 23 de março de 2006, no Rio de Janeiro. 09531

Nº 332, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de lembrança à memória de em grande democrata amazonense, Aristophanes Castro. 09531

Nº 333, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome as informações que menciona. 09532

Nº 334, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando à Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial as informações que menciona. 09532

Nº 335, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado da Educação as informações que menciona..... 09533

Nº 336, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado dos Esportes as informações que menciona. 09533

1.2.5 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR MÃO SANTA – Defesa do caseiro Francenildo e aguardo das próximas eleições que trarão alterações no poder..... 09534

SENADOR OSMAR DIAS, como Líder – Dificuldades enfrentadas por empresários para realizarem investimento e o baixo crescimento da econômica brasileira. 09538

SENADOR JOSÉ JORGE – Apelo para o Presidente da Petrobrás compareça à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura e à Comissão de Educação, a fim de prestar esclarecimentos sobre a auto-suficiência do Brasil em petróleo e as irregularidades apuradas pelo TCU nas obras da plataforma de petróleo P-34, em contrato com a empresa GDK Engenharia. 09539

SENADOR PAPALÉO PAES – Consumo de drogas ilícitas e os seus prejuízos para a sociedade. Necessidade de combater o tráfico e de recuperar os dependentes de drogas. 09542

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Advertência ao governo Lula, no sentido de que saia da confusão estabelecida em torno da TV-Digital. A crise ética que abala o atual governo e o episódio da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo..... 09543

SENADOR TIÃO VIANA – Destaque para o programa do governo que considera da maior relevância e qualidade: Programa Farmácia Popular. . 09547

SENADORA IDELI SALVATTI – Registro sobre a necessidade de apuração do episódio “Nossa Caixa”, em São Paulo, que teria desviado recursos, conforme notícias divulgadas pela imprensa. 09547

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA – Justificação de apresentação de requerimento, solicitando seja dado conhecimento aos membros da CPMI dos Correios, dos relatórios da empresa contratada pelo Senado para prestar assessoria. Agradecimento público à população do município de Capanema, no Pará, onde recebeu o título de Cidadã de Capanema. 09560

1.2.6 – Leitura de requerimento

Nº 337, de 2006, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, solicitando que seja dado conhecimento aos membros da CPMI dos Correios sobre o relatório apresentado pela Empresa Ernest & Young Auditores Independentes S/S, contratada do Senado Federal com o objetivo de prestar assessoria à Sub-relatoria dos Fundos de Pensão da CPMI dos Correios. 09562

1.2.7 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA – Lamenta a queda do Ministro Palocci em razão do depoimento do caseiro Francenildo, o que deveria ter acontecido em função do modelo econômico que implementou no País. 09563

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Reiteração à Mesa do Senado da retirada da câmara de segurança direcionada à entrada do gabinete..... 09565

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Críticas às ações do governo federal, tanto nas CPMIs quanto na questão pública..... 09566

SENADOR NEY SUASSUNA – Preocupação com o aumento da exploração de trabalhadores paraibanos e apelo ao Ministro do Trabalho e Emprego e ao da Justiça para coibir essas ações..... 09570

SENADOR CÉSAR BORGES – Demissão do Ministro da Fazenda Antonio Palocci, e a crise por que passa o governo. 09571

SENADOR RODOLPHO TOURINHO – Falta e investimentos do governo federal na Bahia. Suspensão das obras do Gasene..... 09573

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Demissão do Ministro Antônio Palocci, e os fatos que a envolveram. 09575

SENADOR TIÃO VIANA – Comunicando do afastamento do Ministro da Fazenda, Antonio Palocci..... 09576

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Considerações sobre a demissão do Ministro da Fazenda, Antonio Palocci..... 09577

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Comentários sobre as demissões do Ministro Antonio Palocci e do Presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso..... 09577

SENADORA IDELI SALVATTI, como Líder – Anuncia a demissão do Ministro Antonio Palocci, ressaltando as suas qualidades pessoais. 09578

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO – Demissão do Ministro Palocci, ressaltando o tratamento dispensado a S. Ex^a na CPMI dos Bingos..... 09579

SENADOR MAGNO MALTA – Lamenta a saída do Ministro Palocci, repudiando a quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo..... 09580

SENADOR JOÃO ALBERTO SOUZA – Preocupação com as mudanças na economia brasileira advindo da exoneração do Ministro Antonio Palocci. Solidariedade com os professores do Estado do Maranhão..... 09582

1.2.8 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Preocupação com resultados de estudos científicos divulgados, de que a Floresta Amazônica encolherá 40% até 2050. Registro do sucesso da administração

do governador Geraldo Alkmin frente ao Estado de São Paulo. Críticas à censura do filme de Walter Salles, Diários de Motocicleta , por determinação do coronel Geraldo Martinez y Alonso, a mando do general da reserva Ney Oliveira.	09671	<i>mansão</i> ", publicada no jornal Correio Braziliense , edição de 19 do corrente.	09683
SENADOR PAPALÉO PAES – Registro do editorial intitulado <i>"Amigo leal"</i> , do jornal Folha de S. Paulo , edição de 17 do corrente.	09673	SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA – Registro da matéria intitulada <i>"E os outros 70%?"</i> , publicada pela revista Veja , edição de 8 do corrente.	09684
SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA – Registro do artigo intitulado <i>"Milagreiro está de volta ao noticiário"</i> , de autoria do jornalista Augusto Nunes, publicado no Jornal do Brasil , edição de 9 do corrente.	09674	SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI – Homenagem aos 234 anos de existência da cidade de Porto Alegre, comemorado no dia 26 de março.	09686
SENADOR ALVARO DIAS – Registro da matéria intitulada <i>"Confirmando até morrer", afirma caseiro</i> ", publicada no jornal Folha de S. Paulo , edição de 17 do corrente.	09675	1.2.9 – Comunicação da Presidência	
SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro da matéria intitulada <i>"PT cobra mudança na economia e irrita Lula"</i> , publicada no jornal O Estado de S. Paulo , edição de 7 do corrente.	09677	Lembrando às Sras. e aos Srs. Senadores a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 28, terça-feira, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada.	09686
SENADOR LUIZ PONTES – Comentários sobre o artigo intitulado <i>"Mandaram o TSE às Favvas"</i> , de autoria do ex- Presidente do STF, Maurício Corrêa, publicado no jornal Correio Braziliense , edição de 12 do corrente.	09678	1.3 – ENCERRAMENTO	
SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Registro da matéria intitulada <i>"Banestado fez empréstimo ao PT antes de CPI"</i> , publicada no jornal Folha de S. Paulo , edição de 13 do corrente.	09679	SENADO FEDERAL	
SENADOR LEONEL PAVAN – Comentários sobre a matéria intitulada <i>"A ligação pessoal se dá através do Okamoto. É o Fiat Elba de Lula"</i> , publicada no jornal O Estado de S. Paulo , edição de 12 do corrente.	09680	2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL - 52ª LEGISLATURA	
SENADORA LÚCIA VÂNIA – Registro da matéria intitulada <i>"Sob Lula, gasto social cai e assistencial sobe, diz estudo"</i> , publicada no jornal Folha de S. Paulo , edição de 22 do corrente.	09682	3 – SECRETARIA DE COMISSÕES	
SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro da matéria intitulada <i>"Corretor diz que viu Palocci em</i>		4 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	
		5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
		6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
		7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR	
		8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR	
		9 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ	
		CONGRESSO NACIONAL	
		10 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL	
		11 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
		12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)	
		13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)	
		14 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO.	

Ata da 27ª Sessão Não Deliberativa, em 27 de março de 2007

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Tião Viana, João Alberto Souza, Papaléo Paes, Paulo Paim, da Sra. Ana Júlia Carepa, e do Sr. Juvêncio da Fonseca

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 253, DE 2006

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Ofício “S” nº 42, de 2001, (nº 1.432/2001, na origem), de iniciativa do Presidente da Câmara dos Deputados, que encaminha ao Senado Federal cópia do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a incidência da mortalidade materna no Brasil.

Relatora: Senadora **Patrícia Saboya Gomes**

I – Relatório

Chega à Comissão de Assuntos Sociais o Ofício “S” nº 42, de 2001 (Ofício SGM/P nº 1.432, de 2001, na origem), de autoria do Presidente da Câmara dos Deputados e datado de 18 de outubro de 2001. Trata-se de documento que encaminha ao Presidente do Senado Federal, “para conhecimento e providências porventura cabíveis”, cópia do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que foi instituída naquela Casa legislativa para investigar a incidência da mortalidade materna no Brasil. O ofício solicita especial atenção à recomendação contida na página 214 do citado relatório.

Integram também o processado cópias dos Ofícios SF nº 1.366 e nº 1.367, de 2001, ambos de autoria do Presidente do Senado Federal.

No primeiro deles, datado de 23 de outubro e dirigido ao Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, o Senador Ramez Tebet informa que, na citada página 214 (reproduzida na página 225, do **Diário da Câmara dos Deputados** nº 127/Suplemento, de 5 de setembro de 2001), o relatório da CPI recomenda à Mesa do Senado Federal que conceda urgência para apreciação do PLC nº 104, de 2000, que “institui o Programa de Diagnóstico e Prevenção de Anomalias Fetais”.

O mesmo ofício, ao assinalar que o projeto mencionado encontra-se na CAS, solicita ao Presidente desta

Comissão, Senador Romeu Tuma, que adote “as providências que julgar cabíveis no sentido de agilizar a tramitação do projeto (...), de modo que em breve a matéria possa ser apreciada pelo Plenário do Senado Federal”.

Segundo o documento, atender-se-á, assim, às conclusões da CPI e ao disposto na Lei nº 10.001, de 4 de setembro de 2000, que determina o encaminhamento do relatório das Comissões Parlamentares de Inquérito “as autoridades administrativas ou judiciais com poder de decisão, conforme o caso, para a prática de atos de sua competência”.

No outro Ofício, o Senador Ramez Tebet comunica ao Presidente da Câmara dos Deputados ter enviado correspondência ao Presidente da CAS “com o propósito de agilizar a tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2000”.

II – Análise

As Comissões Parlamentares de Inquérito têm representado papel fundamental no processo de condução de nosso País para um cenário de justiça social e maior credibilidade interna e externa. Entretanto, a sociedade sente-se muitas vezes frustrada diante das notícias veiculadas na imprensa que dão conta de que as recomendações das CPI ou acabam ignoradas pelas instâncias responsáveis ou levam muito tempo para serem atendidas. Por essa razão, é grande o mérito da Lei nº 10.001, de 4 de setembro de 2000, que busca tomar prioritárias as ações necessárias para o cumprimento daquelas determinações no âmbito dos diferentes órgãos da administração pública.

Especialmente, quando o objeto de investigação constitui um tema de tamanho alcance social como a mortalidade materna, maior a importância de se fazerem cumprir as determinações resultantes de uma CPI.

No caso em análise, louvemos a presteza e rapidez com que o Presidente do Senado Federal vem encaminhando as providências necessárias para o pronto cumprimento da determinação dirigida a esta Casa, não só solicitando a esta comissão uma decisão urgente sobre o PLC nº 104, de 2000, mas também respondendo imediatamente ao Presidente da Câmara dos Deputados e, dessa forma, cumprindo o disposto no art. 2º da Lei nº 10.001, que dispõe **in verbis**:

Art. 2º A autoridade a quem for encaminhada a resolução informará ao remetente, no prazo de trinta dias, as providências adotadas ou a justificativa pela omissão.

III – Voto

Uma vez conhecido o conteúdo do relatório e suas recomendações, paralelamente ao fato de encaminharmos requerimento ao presidente da Comissão de Assuntos Sociais a solicitar preferência para a apreciação do PLC nº 104, de 2000, o voto é pelo arquivamento do Ofício “S” nº 42, de 2001.

Sala da Comissão, 12 de junho de 2003. – **Patrícia Saboya Gomes**, Relatora.

REQUERIMENTO Nº 1 DE 2003

Com fundamento no relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados destinada a investigar a incidência de Mortalidade Materna no Brasil e no art. 1º, da Lei nº 10.001, de 4 de setembro de 2000, que dispõe sobre a prioridade nos procedimentos a se-

rem adotados pelo Ministério Público e por outros órgãos a respeito das conclusões das comissões parlamentares de inquérito, requeiro seja dada preferência, no âmbito desta comissão, à apreciação do PLC nº 104, de 2000, que institui o Programa de Diagnóstico e Prevenção de Anomalias Fetais e dá outras providências.

Assim procedendo, efetivamos a específica recomendação dirigida ao Senado Federal, constante do relatório daquela CPI e, igualmente, oferecemos nossa contribuição à causa da melhoria da qualidade de vida em nosso País, ao implementarmos medidas que visem à redução da mortalidade materna no quadro da saúde pública brasileira.

Sala das Sessões, 12 de junho de 2006. – Senadora **Patrícia Saboya Gomes**.

OFÍCIO “S” Nº 42, DE 2001.

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 12/06/03, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDENTE: <i>Antonio Carlos Valadares</i>	
RELATOR: <i>Patrícia Saboya Gomes</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)
ANA JÚLIA CAREPA (PT) <i>Ana Júlia Carepa</i>	1- DELCÍDIO AMARAL (PT)
EURÍPEDES CAMARGO (PT) <i>Eurípedes Camargo</i>	2- SERYS SLHESSARENKO (PT)
FÁTIMA CLEIDE (PT) <i>Fátima Cleide</i>	3- TIÃO VIANA (PT)
FLÁVIO ARNS (PT)	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
SIBÁ MACHADO (PT)	5- DUCIOMAR COSTA (PTB)
BERTO SATURNINO (PT)	6- VAGO
AELTON FREITAS (PL)	7- VAGO
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSB)	8- VAGO
PMDB TITULARES	PMDB SUPLENTE
MÃO SANTA <i>Mão Santa</i>	1- GARIBALDI ALVES FILHO
JUVÊNCIO DA FONSECA <i>Juvêncio da Fonseca</i>	2- HÉLIO COSTA
ÍRIS DE ARAÚJO <i>Íris de Araújo</i>	3- RAMEZ TEBET
SÉRGIO CABRAL	4- JOSÉ MARANHÃO
NEY SUASSUNA	5- PEDRO SIMON
AMIR LANDO	6- ROMERO JUCÁ
PAPALÉO PAES <i>Papaléo Paes</i>	7- GERSON CAMATA
PFL TITULARES	PFL SUPLENTE
EDISON LOBÃO <i>Edison Lobão</i>	1- ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES
JONAS PINHEIRO	2- CÉSAR BORGES
JOSE AGRIPINO	3- DEMÓSTENES TORRES
LEOMAR QUINTANILHA	4- EFRAIM MORAIS
RENILDO SANTANA	5- JORGE BORNHAUSEN
ROSEANA SARNEY	6- JOÃO RIBEIRO
PSDB TITULARES	PSDB SUPLENTE
EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>	1- TASSO JERISSATI
LÚCIA VÂNIA <i>Lucia Vânia</i>	2- LEONEL PAVAN
TEOTÔNIO VILELA FILHO <i>Teotônio Vilela Filho</i>	3- SÉRGIO GUERRA <i>Sérgio Guerra</i>
ANTERO PAES DE BARROS <i>Antero Paes de Barros</i>	4- VAGO
REGINALDO DUARTE <i>Reginaldo Duarte</i>	5- VAGO
PDT TITULARES	PDT SUPLENTE
AUGUSTO BOTELHO	1- OSMAR DIAS
ÁLVARO DIAS	2- VAGO
PPS TITULARES	PPS SUPLENTE
PATRÍCIA SABOYA GOMES <i>Patrícia Saboya Gomes</i>	1- MOZARILDO CAVALCANTI

**PRONUNCIAMENTO ANEXADO PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA NOS TER-
MOS ART 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO
REGIMENTO INTERNO.**

RELATÓRIO

Relator: Senador **Sebastião Rocha**

I – Relatório

Chega à Comissão de Assuntos Sociais o Ofício “S” nº 42, de 2001 (Ofício SGM/P nº 1.432, de 2001, na origem), de autoria do Presidente da Câmara dos Deputados e datado de 18 de outubro de 2001. Trata-se de documento que encaminha ao Presidente do Senado Federal, “para conhecimento e providências porventura cabíveis”, cópia do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que foi instituída naquela Casa legislativa para investigar a incidência da mortalidade materna no Brasil. O ofício solicita especial atenção à recomendação contida na página 214 do citado relatório.

Integram também o processado cópias dos Ofícios SF nº 1.366 e 1.367, de 2001, ambos de autoria do Presidente do Senado Federal.

No primeiro deles, datado de 23 de outubro e dirigido ao Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, o Senador Ramez Tebet informa que, na citada página 214 (reproduzida na página 225, do **Diário da Câmara dos Deputados** nº 127/Suplemento, de 5 de setembro de 2001) relatório da CPI recomenda à Mesa do Senado Federal que conceda urgência para apreciação do PLC nº 104, de 2000, que “institui o Programa de Diagnóstico e Prevenção de Anomalias Fetais”.

O mesmo ofício, ao assinalar que o projeto mencionado – cuja relatoria foi a nós distribuída no dia 13 de dezembro de 2001 – encontra-se na CAS, solicita ao Presidente desta Comissão, Senador Romeu Tuma, que adote “as providências que julgar cabíveis no sentido de agilizar a tramitação do projeto (...), de modo que em breve a matéria possa ser apreciada pelo Plenário do Senado Federal”.

Segundo o documento, atender-se-á, assim, às conclusões da CPI e ao disposto na Lei nº 10.001, de 4 de setembro de 2000, que determina o encaminhamento do relatório das Comissões Parlamentares de Inquérito “às autoridades administrativas ou judiciais com poder de decisão, conforme o caso, para a prática de atos de sua competência”.

No outro ofício, o Senador Ramez Tebet comunica ao Presidente da Câmara dos Deputados ter enviado correspondência ao Presidente da CAS “com o

propósito de agilizar a tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2000”.

II – Análise

As Comissões Parlamentares de Inquérito têm representado papel fundamental no processo de condução de nosso País para um cenário de justiça social e maior credibilidade interna e externa. Entretanto, a sociedade sente-se muitas vezes frustrada diante das notícias veiculadas na imprensa que dão conta de que as recomendações das CPIs ou acabam ignoradas pelas instâncias responsáveis ou levam muito tempo para serem atendidas. Por essa razão, é grande o mérito da Lei nº 10.001, de 4 de setembro de 2000, que busca tornar prioritárias as ações necessárias para o cumprimento daquelas determinações no âmbito dos diferentes órgãos da administração pública.

Especialmente, quando o objeto de investigação constitui um tema de tamanho alcance social como a mortalidade materna, maior a importância de se fazerem cumprir as determinações resultantes de uma CPI.

No caso em análise, louvemos a presteza e rapidez com que o Presidente do Senado Federal vem encaminhando as providências necessárias para o pronto cumprimento da determinação dirigida a esta Casa, não só solicitando a esta comissão uma decisão urgente sobre o PLC nº 104, de 2000, mas também respondendo imediatamente ao Presidente da Câmara dos Deputados e, dessa forma, cumprindo o disposto no art. 2º da Lei nº 10.001, que dispõe **in verbis**:

Art. 2º A autoridade a quem for encaminhada a resolução informará ao remetente, no prazo de trinta dias, as providências adotadas ou a justificativa pela omissão.

De nossa parte, estamos apresentando concomitantemente tanto este parecer quanto aquele sobre o projeto de lei em pauta, encarecendo aos membros desta comissão que deliberem sobre ambos com a celeridade que o assunto requer.

III – Voto

Estando esta Casa ciente da recomendação ali contida e empenhada em adotar as providências necessárias para o seu cumprimento, o voto é pelo arquivamento do Ofício “S” nº 42, de 2001.

Sala da Comissão, – **Sebastião Rocha**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Com referência ao **Parecer nº 253, de 2006**, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o **Ofício nº S/42, de 2001**, que acaba de ser lido, concluindo pela apresentação de requerimento no sentido de que seja dada preferência ao Projeto de Lei Câmara nº 104, de 2000, esta Presidência deixa de dar prosseguimento

ao requerimento, uma vez que, na sessão deliberativa de 8 de julho de 2004, a referida proposição foi aprovada, com emendas, e devolvida à Câmara dos Deputados.

O Ofício nº S/42, de 2001, vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Há oradores inscritos.

Tem a palavra o Senador Paulo Paim, por dez minutos, com mais cinco minutos de prorrogação, se necessário for.

Inscrevo-me para uma comunicação inadiável.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, Senador Mão Santa, Senador Marco Maciel, em primeiro lugar, dirijo-me a V. Ex^a, Senador Papaléo Paes, para dizer que é com satisfação que estaremos juntos amanhã em uma audiência conjunta na Comissão de Direitos Humanos, para discutir a gripe aviária, tema que preocupa todo o País. Sei que o Senador Mão Santa também estará lá.

Sr. Presidente, cumprimento o Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senador Antonio Carlos Valadares, que colaborou muito para a realização de duas importantes audiências.

A audiência de sexta-feira à tarde tratou da participação da Petrobras na Braskem e da questão do pólo petroquímico do Estado do Rio Grande do Sul. Dela participaram o Dr. Cláudio Akio, do Ministério de Minas e Energia; o Dr. Patrick Horbach Fairon, da Petroquisa; o Sr. Carlos Eitor, Presidente do Sindipolo, representando os trabalhadores; o Dr. Alexandre Alencar, Vice-Presidente da Braskem; o Sr. Eduardo Tergolina, Diretor Comercial da Ipiranga Petroquímica; o Dr. Valter Luiz Guimarães, Diretor do Grupo Ipiranga; o Dr. Maurício Ferro, Vice-Presidente Jurídico da Braskem.

Depois de um debate em alto nível, restou-me fazer três questionamentos: primeiro, se nessa negociação haveria demissões no pólo petroquímico, e foi-me assegurado que não haveria; segundo, se a planta para o consumo interno sairia do Rio Grande do Sul, e foi-me assegurado que não sairia, sem prejuízo naturalmente de produzir em outros Estados; terceiro, se a planta exportadora ficaria só no Rio Grande, e foi-me garantido que isso não aconteceria. Se isso ocorresse, o Rio Grande do Sul seria o grande prejudicado, devido à Lei Kandir, e teríamos uma perda enorme na arrecadação.

Então, cumprimento todos os participantes pelo nível da audiência, o que ensejou, inclusive, que o tema possa ser aprofundado em outro momento.

Na mesma linha, ao mesmo tempo, cumprimento, mais uma vez, o Senador Antonio Carlos Valadares, que permitiu que, hoje pela manhã, houvesse, na Co-

missão de Assuntos Sociais, um debate sobre a situação dos aposentados e pensionistas.

Foi uma reunião muito importante com a presença do Sr. Canindé Pegado, representando a Central Geral dos Trabalhadores; o Sr. Paulo José Zanetti, representando a Força Sindical; o Sr. Benedito Marcílio, representando a Cobap – Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos; o Sr. Edison Guilherme Haubert, representando o Mosap; o Sr. Floriano José Martins, representando a Fundação Anfipec; Antonio Queiroz, representando o Diap; e ainda o Daisson Portanova, como consultor jurídico da Cobap.

Foi um belíssimo debate onde aprofundamos a discussão sobre a Previdência Pública e apontamos caminhos de valorização do aposentado e do pensionista.

Recebi do Presidente da Cobap quatro a cinco caixas com cerca de 700 mil assinaturas para a aprovação do PL nº 58, que visa a recuperar os benefícios dos aposentados e dos pensionistas.

Sr. Presidente, além de cumprimentar o Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, cumprimento o Presidente da Comissão de Educação, Senador Gerson Camata, que foi fundamental para a realização de uma audiência com o MEC, em Canoas, no Rio Grande do Sul, onde discutimos o Proep e a criação de uma escola técnica naquela cidade, que contemplará toda a região metropolitana.

Toda a Comissão de Educação se deslocou para lá, com todo o aparato estrutural que V. Ex^a, Sr. Presidente, conhece muito bem, permitindo, inclusive, que o Ministro interino da Educação, Sr. Jairo Jorge, fizesse uma belíssima explanação sobre a política de escolas técnicas em todo o País.

Participei de um debate na Escola Técnica de Canoas, onde presidi o evento em nome da Comissão de Educação, e participei, como convidado do Sr. Jairo Jorge, de um debate sobre o mesmo tema na cidade de Charqueada.

Sr. Presidente, na semana que passou fui convidado pela Ministra Dilma Rousseff, pelo Ministro Alfredo Nascimento e pelo Ministro Miguel Rossetto para participar de uma série de atividades no Vale dos Sinos e na grande Porto Alegre.

Várias obras, que ali foram anunciadas, com certeza beneficiarão grande parte dos moradores do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Sobre o assunto, farei um pequeno relato.

Até o fim do ano, mais da metade dos recursos previstos para a duplicação da BR-101 deverão ser investidos pelo Governo Federal. A obra está orçada em R\$1,5 bilhão, sendo que R\$300 milhões para os trabalhos no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina.

Dentro de sete dias devem ocorrer mais de 500 desapropriações, com a devida indenização, ao longo da rodovia entre os dois Estados. As obras estão dentro do cronograma. A previsão é de que, até o final de 2008, seja concluída a duplicação da BR-101 no trecho sul do País.

Foram visitadas ainda, Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, os quilômetros 90 e 84 da BR-101, onde estão localizados os túneis do emboque Norte, em Maquiné. Os dois túneis devem ser concluídos até o final do ano. Cada um tem 1.600 metros de extensão, 15 metros de largura e 9 metros de altura. Esses túneis são os de maior extensão do Rio Grande do Sul. Para os dois túneis estão previstos R\$90 milhões. A construção elimina 11 quilômetros de extensão da rodovia.

A BR-116 será transformada numa via expressa. A partir de Ivoti, serão construídas, ao longo da estrada, duas pontes, onze passarelas e três complexos de viadutos, totalizando R\$109 milhões em investimentos. A passarela da Vila Pedreira, em Esteio, será iniciada ainda no primeiro semestre.

Também foi anunciado o início do projeto para construção da BR-448, a Rodovia do Parque, fundamental para todo o Vale dos Sinos, Caxias, região da Serra em relação à entrada na capital. A Rodovia terá 22 quilômetros de extensão e estará localizada entre o entroncamento da BR-116 com a RS-118 e a *freeway*. Orçada em R\$275 milhões, a rodovia será uma alternativa para desafogar o tráfego de veículos na BR-116. Antes de serem iniciadas as obras, contudo, o projeto da BR-448 passará por estudos ambientais.

Outro ponto da agenda que mais deixou a todos nós empolgados, pois sentimos a felicidade das pessoas, foi a assinatura do termo de revogação da licitação de um antigo projeto, chamado Projeto Polão. Esse projeto, se implementado, iria levar a pedágios; e sabemos que os pedágios significam gastos no bolso da nossa gente. Uma reivindicação de diversos empresários e da população em geral foi festejada, com o aplauso das pessoas que lotaram o Salão Nobre da Prefeitura de São Leopoldo e também de Canoas.

Sr. Presidente, a perspectiva de ver mais de 80 quilômetros da BR-116, no Vale dos Sinos, concedidos à iniciativa privada, o que acarretaria a instalação de praças de pedágios, amedrontava principalmente os produtores que tivessem que usar aquela via. A comunidade do Vale dos Sinos fez uma grande mobilização para que o projeto fosse cancelado.

Sr. Presidente, termino este pronunciamento, cumprimentando o Ministro interino da Educação, Dr. Jairo Jorge, e o Dr. Eliezer Pacheco, Secretário do MEC que coordena as escolas técnicas, pelo investimento que estão fazendo nesse sentido e pelo apoio ao Projeto

que institui o Fundep (Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador). O Fundep é um projeto de nossa autoria, que está tramitando na Comissão de Educação do Senado, pronto para a pauta, que tem como Relator o Senador Juvêncio da Fonseca, um entusiasta da idéia. Se o Fundep for aprovado rapidamente, teremos cerca de R\$ 1,5 bilhão destinados ao ensino profissionalizante.

Todos nós sabemos que investir no ensino profissional significa mais emprego, mais oportunidade para os filhos principalmente dos trabalhadores; significa a diminuição do *apartheid* social existente, como, infelizmente, vimos no Programa Fantástico desse fim de semana a segunda parte da reportagem “Falcão – meninos do tráfico”. Precisamos ter políticas públicas em defesa da nossa juventude.

Enfatizo a importância do Fundep, que, uma vez aprovado, propiciará o investimento de cerca de R\$1,5 bilhão, enquanto que, no ano passado, foram investidos apenas R\$236 milhões nas escolas técnicas.

Sr. Presidente, lembro que não apenas eu como inúmeros Senadores desta Casa começaram a sua vida, a sua caminhada rumo ao Senado ou à Câmara dos Deputados, e mesmo o atual Presidente da República, numa escola técnica.

Concluo, Sr. Presidente, cumprimentando a Comissão de Educação e os Senadores pela aprovação desse requerimento; os funcionários que se deslocaram para o Rio Grande do Sul; os veículos de comunicação desta Casa, a TV Senado, a Rádio Senado, o **Jornal do Senado**, enfim, todos que estiveram lá e foram fundamentais para que esse debate acontecesse.

Lá em Canoas, foi-me perguntado como havia ficado a questão do investimento no Conjunto Habitacional Guajuviras, mais precisamente no bairro Nancy Pansera. Assegurei, mediante conversa que tive com o Ministro das Cidades, que já foi liberado cerca de R\$1 milhão para infra-estrutura do Conjunto Habitacional Nancy Pansera, que pertence ao Complexo Guajuviras.

Complexo este que, na época, estava abandonado, Senador Papaléo Paes, como um elefante branco, eram mais ou menos sete mil residências e tivemos a alegria de, em determinado dia, chamarmos a população da região metropolitana para ocupar de forma pacífica e ordeira aquele Complexo que era um investimento do Estado e da União e estava lá apodrecendo. Hoje é uma bela cidade e tenho muito orgulho de dizer que ajudei a fazer com que aquelas sete mil famílias chegassem ao Conjunto Habitacional, que plantassem as flores, fizessem o jardim, terminassem as casas, concluíssem os apartamentos. Depois, avançamos e conseguimos o título de propriedade para as sete mil

famílias e, hoje, estamos conseguindo – não por iniciativa minha, mas de Deputados, de Senadores, da Prefeitura de Canoas, da sua Câmara de Vereadores – mais de R\$1 milhão de investimento por parte do Governo Federal para infra-estrutura, a fim de que os filhos dos trabalhadores possam viver com dignidade.

Como abreviei ao máximo o meu discurso, solicito a V. Ex^a, Sr. Presidente, que considere como lido na íntegra, tanto em relação às audiências públicas, como sobre os investimentos que o Governo Federal está fazendo na chamada região metropolitana da capital, Vale dos Sinos, e a região de Charqueadas, onde fica o pólo petroquímico de Triunfo.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há alguns dias estive acompanhando a Ministra Dilma Rouseff da Casa Civil, bem como os Ministros Alfredo Nascimento, dos Transportes e Miguel Rosseto, do Desenvolvimento Agrário, em uma série de atividades no meu estado, mais especificamente nas regiões da grande Porto Alegre e Vale dos Sinos.

Uma série de obras foram anunciadas. Elas irão beneficiar grande parte dos moradores do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Sobre o que passo a fazer um pequeno relato:

Até o final do ano mais da metade dos recursos previstos para a duplicação da BR-101 deverão ser investidos pelo governo federal. A obra esta orçada em 1 bilhão e meio de reais, sendo que 300 milhões de reais para os trabalhos no RS e em Santa Catarina.

Dentro de sete dias devem ocorrer mais de 500 desapropriações ao longo da rodovia entre os dois estados. As obras estão dentro do cronograma. A previsão é que até o final de 2008 seja concluída a duplicação da BR-101, no trecho sul do país.

Visitamos os quilômetros 90 e 84 da BR-101, onde estão localizados os túneis do emboque Norte, em Maquiné. Os dois túneis devem ser concluídos até o final do ano. Cada um tem mil e seiscentos metros de extensão, 15 metros de largura e nove metros de altura. Esses túneis são os de maior extensão do Rio Grande do Sul. Para os dois túneis estão previstos 90 milhões de reais. A construção elimina 11 quilômetros de extensão da rodovia.

A BR 116 será transformando numa via expressa. A partir de Ivoti, serão construídas ao longo da estrada duas pontes, onze passarelas e três complexos de

viadutos, totalizando 109 milhões de reais em investimentos. A passarela da vila Pedreira, em Esteio - será iniciada ainda no primeiro semestre.

Também foi anunciado o início do projeto para construção da BR 448, a Rodovia do Parque, que terá 22 quilômetros de extensão e estará localizada entre o entroncamento da BR -116 com a RS-118 e a *freeway*. Orçada em R\$275 milhões, a rodovia vai ser uma alternativa para desafogar o tráfego de veículos na BR-116. Antes de serem iniciadas as obras, contudo, o projeto da BR-448 passará por estudos ambientais.

Outro ponto da agenda que mais deixou a todos nós empolgados pois sentimos a felicidade das pessoas, foi a assinatura do termo de revogação da licitação do projeto Polão. Uma reivindicação de diversos empresários e população que foi comemorada com aplausos por centenas de pessoas que lotaram o Salão Nobre da prefeitura de São Leopoldo.

A perspectiva de ver mais de 80 quilômetros da BR-116, no Vale dos Sinos, concedidos à iniciativa privada, o que acarretaria a instalação de praças de pedágios, amedrontava, principalmente os produtores. A comunidade do Vale dos Sinos fez uma grande mobilização para que o projeto fosse cancelado.

Mas, Sr. Presidente, terminamos esta extensa agenda em uma audiência pública da Comissão de Educação do Senado Federal em Canoas.

Com a participação do Ministério da Educação, Governo do Estado, Prefeitura Municipal, Deputados Estaduais, Deputados Federais, Vereadores, sindicatos de trabalhadores e empresários, foi anunciado pelo MEC a tão esperada escola técnica tecnológica de Canoas que vai beneficiar toda região metropolitana e vale dos sinos.

Também debatemos nesta audiência projeto de nossa autoria que institui o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador (FUNDEP). O Fundep encontra-se tramitando na Comissão de Educação do Senado pronto para pauta. A Relatoria é do Senador Juvêncio da Fonseca.

Dentre os objetivos do Fundep estão o de geração e manutenção de emprego e renda, combate à pobreza e as desigualdades sociais e regionais, descentralização regional, além da elevação da produtividade, a qualificação e a competitividade do setor produtivo.

Os recursos do Fundep serão provenientes de percentuais da arrecadação dos impostos sobre renda, do Fundo de Amparo ao Trabalhador, e de outras fontes que estão especificadas no projeto.

Destaco aqui que o Governo Federal apóia o nosso projeto, até porque é uma linha de governo aumentar os investimentos nessa área.

Para se ter uma idéia o governo federal está investindo cerca de 236 milhões de reais em escolas técnicas. A meta é concluir 234 convênios para construção, reforma ou ampliação de escolas profissionalizantes no país. Até o fim do primeiro semestre, serão concluídos 45 convênios. Outros 189 devem estar encerrados até o fim do ano.

Só para lembrar, tanto eu como o Presidente Luis Inácio Lula da Silva somos oriundos de escola profissionalizante.

Quero agradecer aqui a Comissão de Educação, aos senadores e todos os funcionários, pois a realização da audiência só foi possível pelo empenho deles. Os veículos de Comunicação desta casa, tevê, rádio e jornal, foram fantásticos na cobertura.

Neste mesmo dia também estivemos a convite do Ministério da Educação em Charqueadas, município que receberá a instalação de uma escola técnica.

Para finalizar, Sr. Presidente, gostaria de informar que está garantida uma verba de R\$1 milhão para infra-estrutura no conjunto habitacional Nancy Pansera em Canoas. O empenho efetuado pelo Ministério das Cidades foi a pedido deste Senador juntamente com a participação de uma comitiva de vereadores e secretários daquela cidade.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a será atendido de acordo com o Regimento.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Pela ordem, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem.) – Solicito a V. Ex^a minha inscrição para uma comunicação inadiável, no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a já está inscrito.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Pela ordem, tem V. Ex^a a palavra.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pela ordem.) – Também solicito a minha inscrição, no momento oportuno, para uma comunicação inadiável. Quantos estão inscritos, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Eu, o Senador Tião Viana e a V. Ex^a Senadora Ana Júlia Carepa.

V. Ex^a falará como oradora inscrita, Senadora Ideli Salvatti.

Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel, como orador inscrito. V. Ex^a dispõe de 15 minutos, dez minutos regimentais e mais cinco de prorrogação, se necessário.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Senador Papaléo Paes, Sr^s e Srs. Senadores, minhas senhoras e meus senhores, um continente formado por arquipélagos econômicos e culturais era como Viana Moog via o Brasil, conforme assim se expressou em conferência proferida em 1942. De lá para cá, Sr. Presidente, o Brasil vem-se integrando por intermédio de todos os tipos de estradas, inclusive as eletrônicas e virtuais, e por meio também do processo migratório. Mesmo assim, persistem – a meu ver afortunadamente – diferenças típicas próprias da terra, clima e origens étnicas e culturais de cada região e até de sub-regiões dentro delas.

A diversidade interna do Brasil torna difícil registrar, no campo literário, o começo de cada regionalismo. Ele pode se ter iniciado no Nordeste, com a **Casa de Palha**, de Franklin Távora, em 1866, mesmo ano da obra **O Ermitão de Muquém**, publicado pelo mineiro Bernardo Guimarães, sobre tema goiano, demonstrando a força dos diversos regionalismos. Outros escritores regionalistas se sucederam da Amazônia ao Rio Grande do Sul, inclusive passando por São Paulo.

Eu desejaria, por oportuno, dentro desse quadro, registrar o transcurso, em 2006, dos 80 anos da Semana Regionalista, promovida por Gilberto Freyre, no Recife, em 1926, dois anos após a criação do Centro Regionalista do Nordeste. Tal não se passou por acaso, Sr. Presidente.

Pernambuco tem forte consciência de si mesmo e do Brasil, estruturada institucionalmente, diria, desde a fundação do Seminário de Olinda em 1799, instalado pelo Bispo Azeredo Coutinho em 1800, e da Faculdade de Direito do Recife em 1827, mesmo ano da criação de sua irmã, a Faculdade de Direito de São Paulo, do Largo de São Francisco. Da Faculdade do Recife emergiu o grande movimento jurídico e filosófico nacional de Tobias Barreto e Sílvio Romero, na denominada Escola do Recife. A força intelectual de Pernambuco e do Nordeste ficara evidente também na Semana Regionalista do Recife em 1926 – a que já aludi –, ambiente gerador de **A Bagaceira**, de José Américo de Almeida, em 1928; **O Quinze**, de Rachel de Queiroz, em 1930; **Menino de Engenho**, de José Lins do Rego, em 1932; **Caetés** (1933), e **São Bernardo** (1934), de Graciliano Ramos. Ainda no ano de 1933, Amando Fontes publicava **Os corumbas**, e o potiguar Luís da Câmara Cascudo começava a produzir sua vasta obra, especialmente no folclore.

Era uma ampla constelação nordestina, do Ceará à Bahia, esta com Jorge Amado. Convém salientar, por oportuno e importante, sua contribuição com **O País do Carnaval**, logo sucedido pelo seu ciclo de Ilhéus, de **Cacau a Gabriela, cravo e canela** e por muitos outros livros de sua lavra.

De alguma forma, a sua obra teve continuação por intermédio de sua companheira Zélia Gattai sobre a Bahia e o mundo. Daí o artigo de Tristão de Athayde, pseudônimo literário do pensador Alceu Amoroso Lima, intitulado **São os do Norte que vêm**.

À época, Sr. Presidente – V. Ex^a era muito jovem –, os nordestinos ainda não eram assim definidos. Chamavam-nos genericamente de “nortistas”, o que compreendia os Estados do Nordeste e do Norte do País. Daí o título do estudo do grande humanista Alceu Amoroso Lima, quando se refere a **São os do Norte que vêm**.

Já em 1878, José Veríssimo escrevia **Quadros Paraenses**, seguido por Inglês de Sousa, também sobre a Amazônia. Regionalismo extensivo a São Paulo, com Valdomiro Silveira; Rio Grande do Sul, com Simões Lopes Neto e Minas Gerais, com o primeiro Afonso Arinos, tio do nosso ex-colega de Parlamento Afonso Arinos de Melo Franco.

O regionalismo prossegue intenso e denso na literatura brasileira até os dias atuais com Guimarães Rosa e Ariano Suassuna entre outras expressões do gênio criativo do nosso povo.

Mas, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, a Semana Regionalista do Recife, em 1926, possuía raízes também sociais, além de culturais. O brasilianista americano Robert M. Levine demonstrou as peculiaridades do nosso federalismo nos albores da vida republicana, a chamada República Velha, deflagradoras de um novo ciclo político, social e cultural com a Revolução de 1930, sob a égide da aliança liberal, que teve, no Nordeste, sua principal base na Paraíba, com a figura de João Pessoa.

Sr. Presidente, Gilberto Freyre, vindo de estudos universitários realizados nos Estados Unidos e Inglaterra, a partir da segunda década do século XX, passara a escrever artigos no **Diário de Pernambuco**, um dos jornais mais antigos da América do Sul, nos quais ele analisava a realidade brasileira e nordestina, compreendendo então que as idéias estrangeiras precisavam ser reaculturadas para não serem apenas inviáveis imitações.

Talvez, em conseqüência disso, lhe surgiu a idéia de realizar a já citada Semana Regionalista do Recife, reunindo não só escritores, mas também pintores, cientistas sociais e jornalistas, estendendo suas preocupações à alimentação e aos trajés, passando pelo

urbanismo e arquitetura. Pode-se dizer que o evento foi, no Brasil, o mais completo até hoje no gênero, inclusive com Manifesto, ensejando significativas reverberações que se prolongam nos nossos tempos.

Ao analisar esse processo cultural, o escritor e crítico literário Wilson Martins questionou, em agosto do ano passado, no **Jornal da Poesia**, se a formulação do Movimento de 1926 teria sido apenas na forma verbal, pois a primeira edição do seu texto somente apareceu 25 anos depois.

Isso demonstra, na minha opinião, a força intelectual de Mestre Freyre, ao fazer germinar o movimento cultural de envergadura que transvasou do Recife para todo o País e todo o continente. Manoel Diegues Júnior, na mesma direção, opina que, a partir de 1926, os meios culturais de Pernambuco e do Nordeste se agitaram, projetando toda uma geração de escritores, poetas, artistas em geral, produzindo uma contribuição expressiva à compreensão do Brasil e, em particular, do Nordeste.

Alguns críticos pretendem opor a Semana Regionalista, de 1926, do Recife, à Semana de Arte Moderna de São Paulo, de 1922. Na realidade, assim penso, elas se completavam, pois, como é notório, houve igualmente regionalismo na Semana de 1922, com Menotti del Picchia, por exemplo, em **Juca Mulato**; Cassiano Ricardo em **Martim Cererê**; e até Raul Bopp, com **Cobra Norato**, sobre a Amazônia.

Basicamente, o tema das duas Semanas era a proposta de redescoberta cultural do “Brasil brasileiro”, diversificado, porém convergente dentro de si próprio, estabelecendo seus enlances com os regionalismos estrangeiros. Gilberto Freyre conhecera pessoalmente o regionalista americano Vachel Lindsay, que inspirará, por exemplo, poetas e escritores como Ascenso Ferreira.

Regionalistas de todo o Brasil e modernistas paulistas, cariocas, mineiros e gaúchos – não nos esqueçamos de Carlos Drummond de Andrade, então em Belo Horizonte; Augusto Meyer, em Porto Alegre, e o pernambucano Manoel Bandeira, morando no Rio de Janeiro – deram novo impulso à nossa Literatura, às artes plásticas e até à arquitetura e ao urbanismo. Não olvidemos também a influência modernista, não só estrangeira, em Lúcio Costa, Oscar Niemeyer e Ceschiatti, em Brasília.

Foi, portanto, extensa e não só intensa a repercussão do Modernismo, de 1922, e do Regionalismo, de 1926, que se entrecruzaram e produziram a cultura brasileira.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Marco Maciel, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Pois não, ouço, com prazer, V. Ex^a, nobre Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a é um excepcional homem, de quem todos do Nordeste nos orgulhamos. V. Ex^a assumiu, por 81 vezes, a Presidência da República, e, em nenhum instante, ninguém do Brasil recriminou V. Ex^a como Presidente da República. Muito pelo contrário, há uma gratidão pelo equilíbrio e pela maneira como V. Ex^a presidiu este País.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Obrigado.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Mas não sei se V. Ex^a é mais vitorioso na política ou como homem da Literatura. V. Ex^a também representa muito bem a cultura do Nordeste na Academia Brasileira de Letras. No fim de semana, tive a oportunidade de estar presente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, presidida pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, no Rio de Janeiro, quando se prestava uma homenagem a Evandro Lins e Silva, jurista, nascido na minha cidade, Parnaíba. Ele se iguala a Rui Barbosa. Fizemos um pronunciamento. Logo após o ex-Senador Bernardo Cabral se manifestar, eu disse que, talvez, o último livro que Evandro Lins e Silva escrevera fora por nossa inspiração. Fui convidado a ser paraninfo de uma turma de Direito de uma faculdade fundada por mim em Parnaíba, nossa cidade natal. E convenci os alunos de que a homenagem deveria ser transferida a ele, que, já com idade muito avançada, teve dificuldade, só querendo ver as raízes que fez voltar. E assumi o compromisso de dar-lhe um cachê, imprimindo, assim, por meio da colaboração do melhor jornalista do Piauí, Zózimo Tavares, um livreto que se assemelhasse à **Oração dos Moços**, de Rui Barbosa; foi o último trabalho de Rui Barbosa, também paraninfo de concludentes. Ele não pôde nem ler, mandou um amigo. Fizemos isso. Mas o combinado, com o acompanhamento de Zózimo Tavares, era para ele pedir para ser lançado na Academia de Letras, mas, infelizmente, na data marcada, o Governo do Piauí, que eu representava, transferiu-se para lá – foi na morte de Roberto Campos. Como não coincidia, consegui que um empresário fizesse a festa. V. Ex^a relembra Gilberto Freyre, que é muito importante. O primeiro livro grande que li, mesmo, foi no curso ginasial, a mando de Zé Rodrigues Silva, o maior professor de Português, que foi meu e educou João Paulo dos Reis Velloso. Lembro-me de quando o Ministro chegou em Parnaíba, eu era Deputado e Lucídio Portella era Governador, um cortejo recebeu-o. De repente, Senador Papaléo Paes, ele disse: “Pára, pára, pára.” Pararam o cortejo: era a casa do professor. Ele foi prestar uma homenagem. Esse professor me ensinou e o primeiro livro sério que me mandou ler foi de Gilberto Freyre, **Casa-Grande & Senzala**.

Ele é isso tudo que V. Ex^a diz e é quem melhor relata a nossa história no período colonial. Em V. Ex^a, não sei se é melhor o político ou o homem culto, Senador Marco Maciel, mas, de qualquer jeito, somos orgulhosos desse homem nordestino.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Muito obrigado, nobre Senador Mão Santa. V. Ex^a lembrou a figura de Evandro Lins e Silva, uma personalidade que todos muito admirávamos e que tinha, também, uma raiz pernambucana.

Sr. Presidente, prossigo e vou sintetizar, para que possa concluir minha oração no tempo que V. Ex^a me destinou.

Eu gostaria de chamar a atenção que o regionalismo chegou à própria política econômica, por meio da criação da Sudene, para o Nordeste, da Sudam e da Suframa, para a Amazônia, e da Sudeco, para o Centro-Oeste, em projetos de planejamento regional, cujos primeiros passos foram empreendidos na Presidência Kubitschek, com objetivo igualmente de modernizar o País.

Antes houvera a pioneira experiência da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, sem deixar de mencionar também a Comissão do Vale do São Francisco, com planos destinados a fazer o aproveitamento do “Velho Chico”, o rio da unidade nacional, como o batizou o historiador João Ribeiro, para o abastecimento de água das cidades e irrigação, entre outros objetivos.

Também cabe lembrar a criação dos bancos de desenvolvimento regional: entre eles o Banco do Nordeste, por ter sido o primeiro, e posteriormente, na Amazônia, o BASA e no Sul, o BRDE.

O regionalismo, no que tem de melhor para além dos bairrismos, continua vivo e forte nos dias atuais, num País de vastas dimensões territoriais e grande expressão demográfica. O estudo das experiências estrangeiras de irrigação e o planejamento regional contribuíram para o conhecimento da viabilidade das necessidades nacionais. O regionalismo liga-se diretamente ao federalismo do cultural, político, econômico e social ao institucional.

O regionalismo do Nordeste é tradicionalista quanto à fidelidade às fontes populares, tanto quanto o modernismo, em alguns de seus principais representantes, se diz nacionalista, porém no sentido de preservação de nossas riquezas. Modernismo e regionalismo brasileiros são includentes, jamais excludentes, permeados, explicavelmente, de grande diversidade de opiniões.

Gilberto Freyre, recorde-se, começara suas pesquisas regionalistas pelos regionalismos dos Estados Unidos, no sul daquele país, assistido pelo seu colega universitário Francis Butler Simkins. Outro colega,

Rudiger Bilden, de origem alemã, interessava-se mais pela miscigenação com africanos, no Sul dos Estados Unidos e Nordeste do Brasil. Depois, o nosso Freyre se interessou pelo regionalismo provençal de Frederic Mistral, no Sul da França: sempre regiões meridionais caracterizadas por clima quente e por populações miscigenadas com negros na América e com árabes na Europa.

Foram as primeiras lições de aproximação de Gilberto Freyre à tropicologia, que ele veio a desenvolver num seminário permanente que se realizava, todo o mês, no Instituto Joaquim Nabuco de Estudos e Pesquisas Sociais, criado por lei de sua iniciativa, hoje denominado Fundação Joaquim Nabuco.

Portanto, o regionalismo de 1926 nunca teve nada de regressismo no seu tradicionalismo, do mesmo modo que o defensivo nacionalismo modernista de 1922 jamais enveredou pela xenofobia. As posições pessoais, em ambos os casos, foram moderadas nos dois movimentos.

A obra de Gilberto Freyre teve, como se sabe, repercussão mundial: foi traduzida em muitas línguas, com reedições, e interpretada por professores das melhores universidades nacionais e estrangeiras.

Sr. Presidente, para concluir, gostaria de dizer que trago também à consideração desta Casa o fato de haver sido recentemente lançado, no instante em que se recordam os 80 anos da Semana Regionalista encetada por Gilberto Freyre, o livro intitulado **Gilberto Freyre: um vitoriano dos trópicos**, de autoria de Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke, brasileira, professora da Universidade de Cambridge, na Inglaterra, e casada com o reputado historiador britânico Peter Burke.

Ela percorre o fio da meada da influência intelectual inglesa em Gilberto Freyre, de início anglo-americana, posto que ele primeiro esteve nos Estados Unidos e somente depois foi para a Inglaterra, até o seu bacharelado na Universidade de Baylor e mestrado na Universidade de Columbia, em Nova Iorque. Depois, ela se reporta à presença de Gilberto Freyre em Oxford, em inconcluso doutoramento. Gilberto Freyre não concluiu o doutoramento porque preferiu voltar ao Brasil para pesquisar e dedicar-se a produzir sua tão admirada obra.

Nas influências pessoais por ele recebidas avultam as de Andrew Joseph Armstrong, humanista e escritor em Baylor, e Franz Boas que veio a fazer escola renovadora dos estudos antropológicos, a partir de Colúmbia.

Outros grandes professores teve ele em Baylor, Colúmbia e Oxford. Beneficiou-se do grande florescimento intelectual geracional entre as duas guerras mundiais, mas fiel ao Brasil, Nordeste, Pernambuco e

Recife, como sempre frisava, embora sem bairrismos, uma vez que teve amigos em todo o País e em todos os partidos políticos. Eleito deputado federal, participou da Constituinte de 1946, quando se destacou na luta contra a discriminação racial, cujos direitos foram depois ampliados no projeto de lei de Afonso Arinos de Melo Franco e na Constituição de 1988.

A Inglaterra, chamada vitoriana por descender diretamente dos tempos da rainha Vitória, mudou muito a forma de Gilberto Freyre ver os problemas, como se deduz da análise de dois de seus livros: **Inglese** (1942) e **Inglese no Brasil** (1948). Daí também haver assumido a defesa da Grã-Bretanha durante a Segunda Guerra Mundial, quando se jogava o próprio futuro da Humanidade, conforme ele salientou na conferência denominada **Uma cultura ameaçada (A luso-brasileira)**, que foi pronunciada em 1940.

A professora Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke estuda extensa e acuradamente os itinerários do Mestre Freyre nas fontes dos autores britânicos, que mais influenciaram o sociólogo-antropólogo brasileiro, também nordestino e pernambucano.

Concluo, Sr. Presidente, citando Edson Nery da Fonseca, professor emérito da Universidade de Brasília e considerado um dos mais completos conhecedores da vida e obra de Gilberto Freyre. Ele não hesita em assinalar, em artigo publicado no **Jornal do Brasil** de 11 de fevereiro de 2006, constituir-se a obra:

Mais do que uma biografia intelectual, o livro da autora paulista radicada em Cambridge é um estudo de literatura comparada, disciplina que, salvo engano, ainda não é oferecida nas universidades brasileiras. Inspirada nas idéias de Schlegel e Goethe e nos estudos de Madame Stael, a literatura comparada foi fundada, em 1829, pelo francês Abel François Villemain e teve logo seguidores ilustres como Sainte-Beuve e Matthew Arnold e, no século 20, René Wellek, Leo Spitzer e Eric Auerbach, sem esquecer nosso grande contemporâneo George Steiner. Estudando a forte influência de autores ingleses do período vitoriano na formação intelectual e moral de Gilberto Freyre, Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke coloca-se no mesmo nível dos citados comparativistas.

Conclui o professor Edson Nery da Fonseca:

Não exagero nem faço retórica. Como conhecido gilbertólogo – desculpem a nota pessoal – depois de ler e reler o livro **Gilberto Freyre: um vitoriano dos trópicos**, estou pensando em não mais publicar o volume no qual reuniria tudo o que escrevi sobre o Gran-

de Pensador, de 1945 a 2000. Parafrazeando uma referência de Gilberto Freyre a Oxford, em seu diário íntimo, direi que depois do livro de Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke 'tudo para mim será medíocre'.

Muito obrigado a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Obrigado, Senador Marco Maciel.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o **Recurso nº 4, de 2006**, interposto no prazo regimental, no sentido de que seja submetido ao Plenário o **Projeto de Lei nº 126, de 2005**, de autoria do Senador Paulo Paim, que institui o Programa Nacional de Estímulo ao Emprego de Trabalhadores Experientes.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis para recebimento de emendas, de acordo com o disposto no art. 235, II, c, do Regimento Interno.

É o seguinte o recurso recebido:

RECURSO Nº 4, DE 2006

Senhor Presidente,

Nos termos dos §§ 3º e 4º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, requiro que o Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2005, que "Institui o Programa Nacional de Estímulo ao Emprego de Trabalhadores Experientes", seja apreciado pelo plenário do Senado Federal.

Sala das Sessões, 27 de março de 2006.

Handwritten signatures of several senators, including Sibi Machado, Luiz Inácio Lula da Silva, and others.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Esgotou-se, na última sexta-feira, o prazo previsto no art. 91, §3º, do Regimento Interno, sem que tenha interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Lei do Senado nº 127, de 2004**, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que altera Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, de forma a aumentar o período máximo de percepção do seguro-desemprego no caso de trabalhador portador de deficiência física (tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senador nº 192, de 2004); e

– **Projeto de Lei do Senado nº 173, de 2004**, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta artigo à Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso, para isentar do pagamento de taxas bancárias as contas de cidadãos maiores de 60 anos que recebam aposentadoria da Previdência Social até o valor equivalente a 1 (um) salário mínimo.

Tendo sido apreciados terminativamente pela Comissão de Assuntos Sociais, os **Projetos de Lei do Senado nºs 127 e 173, de 2004**, aprovados, vão à Câmara dos Deputados, e o de **nº 192, de 2004**, prejudicado, vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência comunica ao Plenário que, de acordo com as normas constantes da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2003 (Ofícios do Congresso Nacional nºs 823 e 824, de 2004), fica aberto, a partir desta data, o prazo para interposição de recurso por 1/10 (um décimo) dos representantes de cada Casa, por cinco dias úteis, para que seja apreciado pelo Plenário do Congresso Nacional o **Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 2006 – CN**, tendo em vista publicação em avulso, nesta data, do parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Os recursos serão recebidos na Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência defere os **Requerimentos nºs 325 e 326, de 2006**, dos Senadores Luiz Otávio e Renan Calheiros, respectivamente, lidos na sessão do dia 23 do corrente, nos termos do art. 41 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 330, DE 2006

Requer Voto de Aplauso ao mais antigo cartório do Amazonas, Antônio Rabelo, há 40 anos no exercício da função.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso a Antonino Rabelo, o mais antigo cartorário de Manaus, com 40 anos no desempenho da função, com correção e zelo.

Requeiro, ademais, que este voto seja levado ao conhecimento do homenageado.

Justificação

Antonino Rabelo, titular do 1º Ofício de Notas de Manaus, ao qual chegou por concurso público, após longos anos de exercício de idênticas funções no interior do Estado. Sua carreira, sempre correta, iniciou-se em Canutama, onde trabalhou por 10 anos. Depois, foi para o Município de Borba, para, finalmente, inscrever-se em concurso público para a Capital, onde passou a trabalhar no ano passado.

O cartorário é reconhecido publicamente em meu Estado como servidor dedicado, que jamais teve qualquer documentação por ele preparada, rejeitada ou criticada. Ao contrário, nesse quase meio século, só recebeu elogios, pelo que é merecedor do Voto de Aplauso que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 27 de março de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 331, DE 2006

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do artista plástico e músico Antônio Carlos Castro Neves, ocorrido em 23 de março de 2006, no Rio de Janeiro.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar, pelo falecimento do artista plástico e músico Antônio Carlos Castro Neves, ocorrido no Rio de Janeiro de 2006.

Requeiro também que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família do artista.

Justificação

Um dos precursores do movimento da Bossa Nova, nas décadas de 1950 e 1960, o músico artista plástico Antônio Carlos Castro Neves deixou expres-

siva contribuição à música brasileira, sendo, pois, merecido o Voto de Pesar que ora requeiro ao Senado da República.

Sala das Sessões, 27 de março de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 332, DE 2006

Requer Voto de Lembrança em homenagem à memória de um grande democrata amazonense, Aristóphanes Castro.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Lembrança em homenagem a memória de Aristóphanes Castro, um grande democrata amazonense, advogado que dedicou a vida à defesa dos humildes, mesmo enfrentando a prepotência do regime de exceção implantado pelo golpe de 1964.

Requeiro, ainda, que o Voto de Lembrança seja levado ao conhecimento dos familiares do homenageado.

Justificação

Aristóphanes Castro, advogado amazonense, foi um grande democrata; enfrentou a opressão do regime militar de 1964 e o Poder Judiciário do Estado, tudo para defender os menos protegidos. Ele morreu em março último, deixando entre os amazonenses o sentimento de perda. Como Juiz substituto em Boa Fonte, no interior do Estado, foi demitido porque se recusara a atender a ordem do Presidente da Corte, que exigia a concessão de liminar para afastar um candidato à Prefeitura. Ao regressar a Manaus, assinou artigo num jornal da Capital, explicando aos amigos e à população da cidade que fora exonerado por se recusar a cumprir uma ordem ilegal. Foi, então, processado e absolvido por crime de imprensa. Escreveu outro artigo e novamente foi processado e absolvido. Durante a ditadura militar, foi chamado a depor em CGI, ocasião em que lhe foi perguntado porque escrevem contra o Desembargador-Presidente do Tribunal, uma vez que era tão perseguido pelo magistrado. Os militares queriam informações sobre o Desembargador, mas Aristóphanes disse que apenas o conhecia superficialmente, nada sabendo de sua vida privada. Procurado, mais tarde, pelo Desembargador, o advogado disse-lhe: “nada falei porque não sou dedo-duro”. Em outra ocasião, foi ameaçado por um escrivão de polícia, com a afirmativa de que lhe haveria de aplicar uma grande surra quando ele viesse a ser preso pelos militares. “Se eu for preso, já estarei sabendo o que me espera.” Alguns anos após, o escrivão o procurou para que ele fosse seu advogado

de defesa. Aristóphanes aceitou, mas disse-lhe: “Em pagamento pela surra que você tanto queria me dar, não vou lhe cobrar honorários.” É essa notável figura de democrata que hoje homenageio, requerendo ao Senado da República este voto de lembrança.

Sala das Sessões, 27 de março de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os Requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 333, DE 2006

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome sobre os recursos destinados a projetos sociais.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome sobre os recursos destinados a projetos sociais:

1. Quais são os programas existentes no âmbito dessa Pasta destinados a desenvolver atividades sociais?
2. Quais são as instituições, relacionadas por Estado, que têm projetos aprovados no âmbito desses programas?
3. Quais são os critérios existentes que norteiam a seleção das instituições que receberão os recursos dos programas?
4. Qual o volume de recursos destinados a cada uma dessas instituições?
5. Como é feita a fiscalização com relação à distribuição de verbas entre essas instituições?
6. Existe alguma fiscalização com relação à utilização, por parte das instituições, dos recursos a elas destinados?

Justificação

O jornal **Correio Braziliense**, em sua edição de 27 de março do corrente, publicou matéria intitulada “Muito dinheiro para poucos”, mostrando que os recursos destinados a projetos sociais e esportivos frequentemente são destinados a instituições ligadas “a

partidos que apoiaram a eleição de Lula ou a pessoas próximas de ministros e secretários”.

Segundo a matéria, “a aritmética de distribuição de verbas, bem como a de entidades beneficiadas, foge à lógica da igualdade por estado, por número de pessoas atendidas e até mesmo por afinidade do terceiro setor com o tema da ação social. E a fiscalização dos órgãos governamentais também parece ignorar esses disparates”.

Assim, as informações que ora requeiro são de fundamental importância para que se tenha o devido esclarecimento do conteúdo da matéria acima citada e suas possíveis conseqüências para a sociedade brasileira, uma vez que recursos públicos podem não estar sendo aplicados de forma adequada.

Sala das Sessões, 27 de março de 2006. _ Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 334, DE 2006

Solicita informações à Srª Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial sobre os recursos destinados a projetos sociais.

Senhor Presidente

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações à Srª Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial sobre os recursos destinados a projetos sociais:

1. Quais são os programas existentes no âmbito dessa Pasta destinados a desenvolver atividades sociais?
2. Quais são as instituições, relacionadas por Estado, que têm projetos aprovados no âmbito desses programas?
3. Quais são os critérios existentes que norteiam a seleção das instituições que receberão os recursos dos programas?
4. Qual o volume de recursos destinados a cada uma dessas instituições?
5. Como é feita a fiscalização com relação à distribuição de verbas entre essas instituições?
6. Existe alguma fiscalização com relação à utilização, por parte das instituições, dos recursos a elas destinados?

Justificação

O jornal **Correio Braziliense**, em sua edição de 27 de março do corrente, publicou matéria intitulada “Muito dinheiro para poucos”, mostrando que os re-

curso destinados a projetos sociais e esportivos frequentemente são destinados a instituições ligadas “a partidos que apoiaram a eleição de Lula ou a pessoas próximas de ministros e secretários”.

Segundo a matéria, “a aritmética de distribuição de verbas, bem como a de entidades beneficiadas, foge à lógica da igualdade por estado, por número de pessoas atendidas e até mesmo por afinidade do terceiro setor com o tema da ação social. E a fiscalização dos órgãos governamentais também parece ignorar esses disparates”.

Assim, as informações que ora requeiro são de fundamental importância para que se tenha o devido esclarecimento do conteúdo da matéria acima citada e suas possíveis consequências para a sociedade brasileira, uma vez que recursos públicos podem não estar sendo aplicados de forma adequada.

Sala das Sessões, 27 de março de 2006 – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 335, DE 2006

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Educação sobre os recursos destinados a projetos sociais.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado da Educação sobre os recursos destinados a projetos sociais:

1. Quais são os programas existentes no âmbito dessa Pasta destinados a desenvolver atividades sociais?
2. Quais são as instituições, relacionadas por Estado, que têm projetos aprovados no âmbito desses programas?
3. Quais são os critérios existentes que norteiam a seleção das instituições que receberão os recursos dos programas?
4. Qual o volume de recursos destinados a cada uma dessas instituições?
5. Como é feita a fiscalização com relação à distribuição de verbas entre essas instituições?
6. Existe alguma fiscalização com relação à utilização, por parte das instituições, dos recursos a elas destinados?

Justificação

O jornal **Correio Braziliense**, em sua edição de 27 de março do corrente, publicou matéria intitulada “Muito dinheiro para poucos”, mostrando que os re-

curso destinados a projetos sociais e esportivos frequentemente são destinados a instituições ligadas “a partidos que apoiaram a eleição de Lula ou a pessoas próximas de ministros e secretários”.

Segundo a matéria, “a aritmética de distribuição de verbas, bem como a de entidades beneficiadas, foge à lógica da igualdade por estado, por número de pessoas atendidas e até mesmo por afinidade do terceiro setor com o tema da ação social. E a fiscalização dos órgãos governamentais também parece ignorar esses disparates”.

Assim, as informações que ora requeiro são de fundamental importância para que se tenha o devido esclarecimento do conteúdo da matéria acima citada e suas possíveis consequências para a sociedade brasileira, uma vez que recursos públicos podem não estar sendo aplicados de forma adequada.

Sala das Sessões, 27 de março de 2006. – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 336, DE 2006

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado dos Esportes sobre os recursos destinados a projetos esportivos sociais.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado dos Esportes sobre os recursos destinados a projetos esportivos sociais:

1. Quais são os programas existentes no âmbito dessa Pasta destinados a desenvolver atividades sócio-esportivas?
2. Quais são as instituições, relacionadas por Estado, que têm projetos aprovados no âmbito desses programas?
3. Quais são os critérios existentes que norteiam a seleção das instituições que receberão os recursos dos programas?
4. Qual o volume de recursos destinados a cada uma dessas instituições?
5. Como é feita a fiscalização com relação à distribuição de verbas entre essas instituições?
6. Existe alguma fiscalização com relação à utilização, por parte das instituições, dos recursos a elas destinados?

Justificação

O jornal **Correio Braziliense**, em sua edição de 27 de março do corrente, publicou matéria intitulada

“Muito dinheiro para poucos”, mostrando que os recursos destinados a projetos sociais e esportivos frequentemente são destinados a instituições ligadas “a partidos que apoiaram a eleição de Lula ou a pessoas próximas de ministros e secretários”.

Segundo a matéria, “a aritmética de distribuição de verbas, bem como a de entidades beneficiadas, foge à lógica da igualdade por estado, por número de pessoas atendidas e até mesmo por afinidade do terceiro setor com o tema da ação social. E a fiscalização dos órgãos governamentais também parece ignorar esses disparates”.

Assim, as informações que ora requeiro são de fundamental importância para que se tenha o devido esclarecimento do conteúdo da matéria acima citada e suas possíveis consequências para a sociedade brasileira, uma vez que recursos públicos podem não estar sendo aplicados de forma adequada.

Sala das Sessões, 27 de março de 2006. - Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Os Requerimentos lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Osmar.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, solicito minha inscrição para falar em nome do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– V. Ex^a poderá fazer uso da palavra no momento.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Presidente,

prefiro aguardar o próximo orador inscrito, se V. Ex^a permitir.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Então, convido o Senador Mão Santa, Senador inscrito, para fazer uso da palavra por dez minutos e cinco minutos, caso necessário, de prorrogação.

Informo a V. Ex^a que seu tempo já está sendo contado. **O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Papaléo Paes, que preside esta sessão, Sr^s e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e os que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado. Senador Osmar Dias, todos temos saudades do Boris Casoy. “Isto é uma vergonha”, ele dizia.

Atentai bem, Senador Papaléo Paes. V. Ex^a tem na lembrança o discurso comovente e verdadeiro das mulheres que choraram por Cristo. Senador Paulo Paim, a mulher de Pilatos não chorou. A Adalgizinha dele disse: Pilatos, tenha coragem. Esse homem é

bom, é justo. Verônica, com a coragem que não teve Pilatos, homem, venceu o cerco militar e enxugou o rosto de Cristo. E lá estavam as mulheres a chorar – três. Senador Osmar Dias, dos homens amigos de Cristo, nenhum apareceu. Nem o pai, nem Pedro, nem os amigos, nada, mas as mulheres. E aqui, Senador Paulo Paim, a história se repete. E, naquele instante, Senador Papaléo Paes, o vitorioso foi Herodes. O vitorioso, momentaneamente, foi Herodes. Cristo foi derrotado. E a história se repete.

Senador Osmar Dias, Francenildo, humilhado, do Piauí, igual a Cristo. E as mulheres, reproduzindo aquelas três Marias, a coragem, a sensibilidade das mulheres, porque têm vergonha as mulheres. Eis o jornal do Piauí, é de um empresário – aliás, esse jornal nasceu quando governei o Piauí, fomos os libertadores da imprensa. Ele é de Paulo, o empresário Paulinho, muito amigo do Presidente José Sarney e do Senador Edison Lobão. “Mães choram com desejo do caseiro de ir para longe do País”. Isso é uma vergonha! A ausência de Boris Casoy é uma vergonha! Todo mundo sabe que foram os bancos, que pagaram a mídia e pressionaram. Lula, és a vergonha da História do País! Mães choram ida do caseiro Francenildo para fora.

Nunca dantes este País... Eu sei História, ó, Lula! Eu sei que bandido aqui tem muito, porque, já na descoberta, na época das capitânicas hereditárias, gente que tinha dinheiro e não tinha bom caráter, que tinha até cumprido pena, foi mandada para cá para tomar conta.

Eu sei, mas nunca dantes tanta indignidade, Senador José Jorge. Atentai bem. Este País, que esse meninozinho, olha a vida, a avó. Olha, como me lembro da vó Sinhá, da Dindinha, da vó Inhazinha! Quem recorda a avó? A avó chorando, igual àquelas três mulheres que choravam a justiça de Cristo.

Ele é, ele era um pobrezinho, como tem aí no Brasil. De vergonha que Lula perdeu. Fome Zero não sei, não, Lula, mas vergonha zero está na sua cara. Isso não existe. Está aqui a avó chorando e a mãe. Esse menino – está aqui a avó contando – não pôde nem ser registrado pela mãe biológica, está aqui. Por quê? Porque todo mundo sabe que uma mãe solteira sofre discriminações. E a avó? Lembro-me da minha avó Inhazinha, da minha avó Sinhá. A avó o registrou para a filha não ficar carimbada “mãe solteira”. Isso é muito natural na nossa cultura, de que agorinha falou o nosso Marco Maciel, a nossa cultura, Gilberto Freyre, **Casa-Grande & Senzala**. Então, isso é cultura. Pegou da mãe legal, da lei. A mãe biológica é a filha. E choram.

Atentei bem, brasileiras e brasileiros. Quanta vergonha! Zero na cara do Lula. Atentai bem. Olha o que elas dizem. Antes desse imbróglio que vocês conhecem, o que fazia esse sofredor, como Jesus, lá da Nazária. Oh, Osmar Dias, quis Deus V. Ex^a estivesse aqui. Nazária é a zona rural de Teresina. É a que alimenta, a que planta, a que produz e cria. V. Ex^a – e ninguém mais do que V. Ex^a – conhece o homem do campo, a sua pureza e identidade.

Então, o que fazia esse menino? Olhe, é interessante. Olhe o meu filho, disse Maria, ele, o que fazia? Ele plantava. Trabalhou com seis, sete anos na roça. Começou com seis, sete anos. Todos conhecem a nossa história. Todos rezam e querem ajudar Francenildo. A nossa vida está como uma novela. E ela conta e chora, porque o Francenildo telefonou, dizendo que quer ir-se embora, porque nunca pensou que sofreria tanta humilhação e tanta perseguição.

Senador Papaléo Paes, Gilberto Freyre está morto.

A Caixa Econômica era um patrimônio.

Eu era menininho, e meu pai me dava surra. Está na Bíblia que aquele que não usa vara é porque não gosta. Eu tenho é gratidão.

Senador Osmar Dias, não sei se V. Ex^a e o Senador Alvaro Dias receberam alguma chicotada, mas eu recebia surra de cinturão. Meu velho pai, que está no céu, Senador Paulo Paim, dizia: “Quem rouba mente”. Faltou a essas pessoas um pai como o meu. Roubam, mentem, humilham, perseguem.

Lula, não sei se Vossa Excelência está sendo, ao menos, pai para o Lulinha, pois nem sabe a riqueza dele. Eu não sei.

Senador Osmar Dias, meu pai pegava a pequena poupança e dizia: “É o presente do seu aniversário. Vamos depositar na Caixa Econômica”, fazendo nascer em mim, como em todos, a confiança na Caixa Econômica. Como podemos ter confiança numa instituição avacalhada, desmoralizada, com gangues, com bandidos?

Oh, Senador Paulo Paim. Oh, Francenildo, você não vai embora, não. Esta Pátria é a Pátria amada, e você é piauiense. Nós não vamos mandar nem esses pilantras para fora. Agora, uma coisa eu digo: lugar de ladrão não é na política, não é na Justiça, não é no Congresso. É na cadeia!

O Sr. Osmar Dias (PDT - PR) – Senador Mão Santa, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Concedo um aparte ao Senador Osmar Dias.

O Sr. Osmar Dias (PDT - PR) – Senador Mão Santa, apenas para concordar com V. Ex^a de que é realmente vergonhoso o que está acontecendo nesse episódio do caseiro, tão vergonhoso quanto a dança da Deputada, na Câmara dos Deputados, para comemorar a **pizza** que resultou daquela votação da cassação do seu companheiro de partido. Acho que o Congresso precisa ter também, Senador Mão Santa, vergonha na cara. Hoje, quando saí de Curitiba, um cidadão me cobrou na rua, dizendo: “Ou o Congresso cassa aqueles que cometeram improbidade e corrupção, ou a população vai acabar quebrando o Congresso”. É um alerta, Senador Mão Santa. Precisamos, aqui no Congresso Nacional, fazer aquilo que nos cabe também, cobrando do Governo Lula aquilo que ele não tem feito em relação a todos esses escândalos que têm ocorrido.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradecemos a participação de V. Ex^a. Este País tem de meditar. E o partido de V. Ex^a escreveu aqui a mais bela página de coragem.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Mão Santa?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Leonel Brizola... Atentai bem! Essa Justiça calou um homem comum e verdadeiro, que trabalhava desde 6, 7 anos – e eles contando a vida aqui de quem trabalha – na rocinha, plantando! Ontem, a mãe-avó mostrava a roça, o feijãozinho que ele plantava, a horta que ele aguava, as galinhas que ele alimentava, e depois veio para cá; trabalhou muito, trabalhou em supermercado, foi *office-boy*, atingiu o seu ápice: caseiro. Homem de bem, porque o proprietário, Senador Papaléo Paes, que é um homem de êxito financeiro, tem uma casa daquela, não ia agüentar um homem desonesto por oito anos com carteira assinada, não. Desonestos são esses que calaram, a Justiça!

Osmar Dias, parabéns ao seu partido! O seu partido tem história.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – A fraude de Nelson Jobim que calou Leonel Brizola aqui antes de morrer.

Francenildo, esses da Justiça são condenados por Leonel Brizola. Não vou cansá-lo, mas vou deixar para V. Ex^a reproduzir nos anais a verdade. Não vamos aceitar esse abuso... O fim de Brizola! Se as instituições políticas e jurídicas deste País aceitarem que isso fique sem consequência, então estará estimulada a prática de todo tipo de fraudes, porque

nenhuma poderá ser maior do que a que se fez contra a lei das leis.

Brizola previa isso – e estamos aqui.

Eu queria dizer o seguinte, antes de dar o aparte ao Senador José Jorge. Senador Papaléo, isso é importante. V. Ex^a é um homem de luta, homem justo e correto. Olha, acho que poucos que ocuparam a Presidência deste Senado têm as suas qualificações morais. V. Ex^a fez da ciência médica a mais humana das ciências.

Senador José Jorge, de Pernambuco, bravo: não admitimos isso com esse nordestino, o Francenildo. Ele não vai para fora, não. Vamos lutar.

“Um quadro vale mais do que mil palavras”. Atentai bem! Muitos anos já se passaram, mas fica na história. Áustria, Alemanha, Prússia. Um poderoso, Frederico da Prússia, viajando com todo o seu cortejo de aparatos militares, passa por uma fazenda e vê um moinho muito bonito. Aí, pára, param os militares. Ele gosta do moinho, chama o caseiro, o homem da fazenda, o simplório e diz: “Olha, quero adquirir esse moinho. Quero levá-lo e colocá-lo no meu palácio”. E o homem responde: “Mas, não está à venda. Essa terra foi fruto do trabalho dos meus avós, dos meus pais, e eu a preservo”. Disse o rei: “Mas quero levar; eu sou o Rei Frederico da Prússia”. Aí aquele caboclo – oh, meu Deus, lembrem de Rui, que tanto pregou a justiça – disse: “Majestade, ainda há juízes em Berlim”.

Meu Deus, posso dizer que ainda há justiça neste Brasil se estão estuprando a Constituição? E pior, Senador Osmar Dias: é canalhice. Peça às taquígrafas que registrem: é canalhice o nome.

Foram no pai biológico, que deu o dinheiro, fez o depósito, os inquisidores, os bandidos deste Governo; foram ameaçar o homem para ele dar a procedência dos R\$10 mil que ele tinha dado em dinheiro para o filho.

Têm que se perguntar, Senador Osmar Dias, sobre os R\$15 milhões do Lulinha; é o Okamoto. Senador Osmar Dias, eu o vejo quase Governador do Estado.

Lembro-me, Senador Papaléo Paes, de um crime organizado. Detectamos, e mandei prender. E havia uns ligados a ele no Palácio que eu governava. E vem o Ministério Público, o Governo, pedindo para quebrar o meu sigilo. Peguei de pronto um papel: vasculhe-se a minha vida financeira desde o primeiro cheque que dei no Banco da Lavoura, que nem existe mais, quando cheguei formado.

É assim, Lula, que um governo de vergonha tem que fazer: Vossa Excelência abrir as suas contas, a do

Lulinha, a do Okamoto, e não devassar a do irmão piauiense, que esse irmão é muito mais forte que Vossa Excelência, porque ele tem as virtudes, o caráter e a honestidade do homem do Piauí.

Senador José Jorge, com a palavra, com a aquiescência desse extraordinário Líder, Senador Papaléo Paes.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Mão Santa, manifesto minha solidariedade a V. Ex^a. O Presidente da Caixa está indo depor na Polícia Federal, exatamente para esclarecer aquilo que já deveria ter sido esclarecido há dez dias. Qualquer sistema eletrônico permite que rapidamente se dê esse esclarecimento. Quinta-feira fará duas semanas, e o Governo está procurando um bode expiatório, alguém, possivelmente do segundo escalão, que possa ser o Delúbio da quebra de sigilo fiscal, ou seja, aquele que vai assumir a responsabilidade pela falta de responsabilidade dos seus chefes. Então, Senador Mão Santa, entendo que essa quebra do sigilo, depois do mensalão, foi a coisa mais grave que o Governo fez, entre tantos fatos graves. Agora, tivemos a dança da Deputada, chamada “dança da pizza”, mostrando a seriedade com que estão levando essa questão. Toda a população brasileira viu aquele espetáculo deprimente, de madrugada, quando uma Deputada, que deveria ter zelo pelo seu mandato, se deliciava porque um companheiro não foi punido. Então, minha solidariedade a V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço e incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento, Senador José Jorge.

Senador Arthur Virgílio, acredito muito é no TJP, tribunal de justiça popular, que vai cassar essa gentilha toda, e em Deus, que condenará toda essa corja de malandros ao inferno.

Senador Arthur Virgílio, a mãe chorando ontem mostrava a terrinha onde ele plantava, aos 6 e 7 anos, o feijão, o milho; antes disso, ele era garçom, trabalhador, foi auxiliar de mercado, catador de milho e feijão na Nazária.

É como a vida de Cristo. Herodes foi momentaneamente vencedor; Lula e sua quadrilha são momentaneamente vencedores. Mas vem a eleição, com a riqueza da democracia e a alternância de poder nesse País, e vamos plantar vergonha.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MÃO SANTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A fraude de Nelson Jobim

Leonel Brizola

A insólita revelação do sr. Nelson Jobim de que, na promulgação da constituição de 1988, ele próprio participou de uma fraude para introduzir no texto constitucional artigos que não foram votados pelos constituintes, deixa o hoje ministro do Supremo em posição ética e jurídica delicada, para não dizer insustentável, como integrante da mais alta corte constitucional deste país. Como pode alguém que deliberada e conscientemente violou, no nascedouro, a Carta Magna, ser agora aquele que vai julgar, no Supremo Tribunal Federal, as questões constitucionais?

O absurdo é maior ainda que Sua Excelência diz que não apenas um, mas dois artigos foram introduzidos na Constituição sem o voto daqueles que, legitimamente, tinham o poder de fazê-lo. E mais: numa atitude chocante, julga-se no direito de nem mesmo revelar qual foi o segundo enxerto que praticou, dizendo que só o fará em livro que irá lançar! O que pretende o sr. Ministro? Vender mais livros? O país e outros ministros do STF devem esperar o que mais de falso na Constituição?

Francamente, em qualquer país sério, um ministro do Supremo envolvido em tal episódio estaria, a esta altura, apresentando sua renúncia e pedindo desculpas ao país e à consciência jurídica. Alguém tem dúvidas de que seria assim nos EUA, na Inglaterra ou na França? Mas aqui o ministro Jobim ainda se julga no direito de pavonear-se, quase que afirmando que é graças à da qual participou que a Constituição aperfeiçoou-se!

Depois desta revelação chocante, o que pensar dos escrúpulos do ministro Jobim em relação à verdade, ao rigor jurídico? Como pode a consciência nacional aceitar tais procedimentos? Pior, como alguém pode se sentir seguro quando Sua Excelência foi, de forma ativa e exorbitante, o patrocinador da recente abolição dos sistemas de impressão que poderiam impedir as possibilidades de fraude na urna eletrônica? O PDT, depois desta revelação, mais que nunca sente-se no dever de impugnar a intervenção escandalosa do ministro, num processo que culminou com a revogação da única garantia de que nossas eleições não possam vir a ser eletronicamente fraudadas.

Por muito menos, pela violação do sigilo do voto dos senadores, que é um nada perto da violação do próprio texto constitucional, vimos o processo de condenação pública que se abateu sobre seus responsáveis, que os levou até a renúncia. A violação cometida pelo sr. Jobim é de natureza muito mais grave, porque alterou o próprio texto da Constituição em vigor, a cujo cumprimento todos se obrigam. Ou a pretensão de Sua Excelência é tanta que se julga acima da ética e da lei, e que ter fraudado a Constituição deve ser algo impune apenas porque o fraudador é ele próprio? Se as instituições políticas e jurídicas deste país aceitarem que isto fique sem conseqüências, então estarão estimuladas as práticas de todo tipo de fraudes, porque nenhuma poderá ser maior que a que se fez contra a Lei das Leis.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a será atendido, de acordo com o Regimento.

Concedo a palavra ao nobre Senador Osmar Dias, como Líder, por cinco minutos, para comunicação urgente de interesse partidário.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, Sr^s e Srs. Senadores, os jornais, de quinta-feira para cá, trazem uma análise sobre o desempenho da economia brasileira, que chama a atenção não apenas daqueles que, sendo empresários, estão sentindo na pele a incapacidade de investir que o setor produtivo atravessa, como, principalmente, destacam o susto que o próprio Governo levou quando descobriu que o desemprego aumentou, e muito, no último trimestre.

Se tomarmos os dados, vamos ver por quê. Aqui está uma manchete do jornal **O Estado de S. Paulo**: “Imposto come 42% da alta do PIB”, ou seja, quase a metade do crescimento da economia nacional, que deveria estar beneficiando principalmente as camadas menos favorecidas da população – 42% da alta do PIB –, estão ficando exatamente na mão do Governo ou, pior, sendo transferidos para outros países.

Nos últimos dez anos, o PIB no Brasil cresceu 22%; o crescimento da economia mundial ficou em 45%, portanto, metade do que cresceu a economia mundial nesse período. Esse fenômeno do baixo crescimento da economia não é de agora, pois já vem acontecendo desde o Governo anterior. Acentuou-se agora, porque, no ano passado, houve um crescimento de 2,3% da economia. Quando a economia cresce, isso ocorre praticamente de forma vegetativa, porque, nos últimos dez anos, o crescimento da nossa renda foi de 0,7% ao ano **per capita**, enquanto, na economia mundial, foi de 2,5%.

Se compararmos o Brasil com aqueles que chamamos de nossos concorrentes, os países emergentes, ou seja, a China, a Rússia e a Índia, vamos ver que aqueles países tiveram uma média de crescimento anual de 4,3% na Rússia; de 4,4%, na Índia; e 7,7%, na China. E o Brasil, repito, nos últimos dez anos, ficou com uma média de 2,6%.

Isso significa que, mesmo se o crescimento estivesse sendo distribuído para a população de forma integral, não estaria atendendo ao crescimento da população. Por isso, observa-se a descapitalização e o empobrecimento da população. Já se verificou uma redução da classe média em nosso País, de forma brutal: pessoas que antes eram da classe média passaram a ser consideradas da classe “c”, ou seja, pobres, com uma renda anual abaixo da média do crescimento **per capita** do Brasil.

Por que isso vem acontecendo? Um estudo do Ipea, órgão financiado pelo Governo, chega à conclusão de que os motivos ou as causas principais são juros altos; falta de competência no gerenciamento do Estado, que se apossa praticamente de todos os recursos disponíveis; o baixo investimento permitido pelo Estado, já que o maior captador de recursos no mercado é a própria União – não sobram, portanto, recursos para a iniciativa privada captar e investir em projetos de crescimento do emprego; a corrupção – e um exemplo muito claro disso é que o Governo ainda gasta com a Sudam e a Sudene, que foram extintas, onde se verificou um rombo, o que por ser dito um roubo de R\$5 bilhões. Lá, o Governo gasta R\$70 milhões todos os anos em função de projetos que não foram cancelados, mesmo quando havia sido constatada alguma irregularidade grave, ou seja, desvio de recursos públicos.

Agora, soma-se a tudo isso o gerenciamento do Governo, voltado a fazer uma política assistencialista, que toma recursos que deveriam estar sendo investidos para que o setor produtivo gerasse empregos, para uma ação permanente e duradoura de Governo. No entanto, este prefere o imediatismo de doar alguns trocados, para que famílias possam, nas próximas eleições, votar no Presidente da República exatamente pelos benefícios que estão recebendo diretamente. Não sabem que esses benefícios poderão ser cortados ali adiante, quando o País encontrar-se numa situação econômica ainda pior do que a que se encontra hoje, porque, sem investimentos, sem apoio ao setor produtivo, o País não crescerá e, se não crescer, não haverá recursos suficientes para atender aos seus programas e às demandas sociais, que deverão ser cortados em função exatamente da falta de dinheiro para continuá-los. São programas que duram muito pouco tempo, Senador Papaléo Paes, enquanto o emprego pode dar, além da dignidade à família, esperança para um futuro melhor.

Por isso, faço mais um alerta: que o Governo, mesmo neste ano, que é eleitoral, mude a sua política econômica, para gerar mais empregos e para combater a corrupção, Senador Papaléo Paes, não apenas dentro do Governo, mas também naquilo que vem trazendo um enorme prejuízo aos cofres públicos brasileiros.

Um Ministro do Tribunal de Contas esteve no meu Estado e verificou que a União pagou por estradas que não foram sequer reformadas no trajeto entre União da Vitória e Palmas. Lá, obras que não foram feitas foram pagas para empreiteiras. Em nome de que isso vem sendo feito e para beneficiar quem?

Isso, Sr. Presidente, é o que eu gostaria de dizer, para explicar por que o Brasil não cresce e por

que o desemprego cresce tanto, principalmente em Estados onde o setor produtivo primário é a base da economia.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senador Osmar Dias.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Jorge como orador inscrito.

S. Ex^a terá dez minutos para fazer seu pronunciamento.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Pela ordem, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, apenas lembro V. Ex^a de que há inscritos para comunicações inadiáveis a quem deveria ser dada a palavra em alternância com os oradores regularmente inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Depois do Senador José Jorge, adotaremos o critério dos dias de sessões não-deliberativas.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no começo do ano – se não me engano, no dia 6 de fevereiro –, apresentei dois requerimentos, um deles na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura e outro na Comissão de Educação, para que o Presidente da Petrobras, Sr. José Sérgio Gabrielli, comparecesse a essas duas Comissões. Na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, ele viria para explicar como se deu a auto-suficiência de petróleo, como foi essa evolução. Na Comissão de Educação, ele falaria especificamente sobre uma campanha publicitária orçada em R\$37 milhões que seria feita em torno dessa auto-suficiência.

Não somos contra a campanha. Se o Brasil atingiu a auto-suficiência por um esforço de 50 anos, isso tem de ser comemorado. No entanto, não sei se R\$37 milhões não é muito dinheiro para uma campanha institucional. Em segundo lugar, o que se dizia da campanha era que seria feita pelo publicitário Duda Mendonça, que é réu confesso por ter recebido R\$10 milhões do PT no exterior, e também que seria feita de forma bastante politizada, associando a imagem de Getúlio Vargas, que criou a Petrobras, à imagem do Presidente Lula, que teria feito com que o Brasil atingisse auto-suficiência – trata-se de algo previsto já há dez anos; vão caminhando pouco a pouco o consumo e a operação da Petrobras.

Infelizmente, desde 6 de fevereiro, a Comissão de Educação do Senado tenta marcar essa audiência com o Presidente da Petrobras, que não vem aqui dar satisfação nem sobre a campanha nem sobre a

auto-suficiência. Agora, há uma série de acusações também em relação àquela questão da chamada plataforma P-34.

O Senador Dutra, por exemplo, político que tinha mandato – era ex-Senador –, à frente da Petrobras, sempre se comportou como técnico, como Presidente da empresa. O Presidente atual não age assim. Ele apareceu, inclusive, no programa do PT como garoto-propaganda. Nada tenho contra isso. Se ele quer aparecer, é questão dele – acho até que não deveria, mas tudo bem. Mas, enquanto ele tem tempo para aparecer no programa do PT, ele não tem tempo para vir aqui prestar satisfações ao Senado. Isso é que não está correto. Se ele tem tempo para participar de programa político como garoto-propaganda, ele devia ter mais tempo ainda para vir ao Senado prestar contas dessas acusações que saem todos os dias na imprensa e no Tribunal de Contas; ele, na realidade, finge ignorá-las. Estava marcada a sua vinda para a semana passada, mas ele não veio. Está marcada a audiência com ele para quarta-feira, mas, segundo notícias que recebi hoje, ele não virá também nessa quarta-feira.

Eu gostaria de fazer um apelo, aproveitando a presença do Senador Tião Viana, Vice-Presidente da Casa, um dos Senadores mais importantes do Governo, talvez o futuro Líder do Governo. Se o Senador Aloizio Mercadante se tornar Ministro, talvez S. Ex^a passe a ser Líder do Governo. Aliás, mesmo sem ser Líder do Governo, V. Ex^a poderia colaborar, para que o Presidente da Petrobras viesse aqui prestar esclarecimentos. Asseguro-lhe que ele será muito bem tratado. Queremos somente que sejam esclarecidas essas acusações ou apurações – o Tribunal de Contas não faz acusações, mas apurações. É preciso que sejam esclarecidas essas apurações que o Tribunal de Contas fez tanto em relação à campanha publicitária como em relação à P-34. Seria uma maneira de esclarecermos o assunto aqui.

Já estamos tentando marcar a data. O Secretário da Comissão já marcou e remarcou a audiência, mas o Presidente não vem aqui. Daqui a pouco, seremos obrigados a apresentar um requerimento em uma CPI ou a criar uma CPI da Petrobras, enfim, a usar outros instrumentos para alcançar algo simples: só queremos esclarecimentos. Só queremos que ele venha aqui e se sente lá. Ele será muito bem tratado – o Senador Tião Viana é testemunha. Ouviremos o que ele tem a dizer e vamos perguntar aquilo que quisermos. Não queremos fazer nada de errado com ele a não ser ouvi-lo.

O Tribunal de Contas da União elaborou um relatório que aponta as irregularidades na contratação da adaptação da plataforma de petróleo P-34 da Petrobras pela empresa GDK.

Segundo o relatório do Tribunal, a maior obra da estatal durante o Governo do Presidente Lula apresenta pagamentos indevidos ou superfaturamento de US\$17 milhões, que equivalem a R\$36 milhões.

O objeto da contratação superfaturada da Petrobras é a adaptação da plataforma P-34 para atuar no campo de Jubarte, um campo de petróleo, na costa do Espírito Santo.

Segundo o que foi divulgado na imprensa, o relatório bem fundamentado e elaborado por técnicos da TCU conclui que a contratação da estatal contém “graves, inaceitáveis e inúmeras irregularidades”.

Entre as irregularidades destacadas, encontraram-se antecipações à empreiteira por serviços “não necessários, não realizados e superfaturados”. Além dessas impropriedades, o TCU identificou indícios de favorecimento à GDK durante o processo de licitação dos serviços.

Para aqueles que não se lembram, é bom recordar quem é essa GDK, que foi beneficiada pela Petrobras. Ela é a “empresa boazinha” que deu um veículo importado, um jipe Land Rover, para o dirigente petista Sílvio Pereira, como descobriu a CPMI dos Correios. Além do presente para o “Silvinho”, a GDK também agraciou o Ministro da Coordenação Política, Jaques Wagner, com um bom emprego para sua filha numa prestadora de serviços da Petrobras.

A revista **Veja**, que denunciou o esquema em julho do ano passado, no artigo “O petróleo é deles: como o lobista Fernando Moura, representante de José Dirceu e Sílvio Pereira, intermediou negócios na Petrobras”, foi desmentida pela estatal naquela oportunidade por meio de nota publicada nos principais órgãos de imprensa do País. Agora, depois do relatório do TCU, as denúncias da revista se confirmaram, e fica uma vez mais comprovado o esquema de corrupção que existiu nesse contrato.

Um fato destacável relatado pelo jornal **Folha de S.Paulo** é que os auditores do TCU só conseguiram calcular os preços inflados na obra da P-34 por causa do equívoco de um funcionário da estatal. O empregado entregou, por engano, alguns arquivos cuja devolução chegou a ser pedida pelo advogado da Petrobras. Segundo o relatório, “esses arquivos foram imprescindíveis para a apuração e identificação das inconsistências e do sobrepreço indicados nessa auditoria”.

Enquanto isso, os gastos com comunicação da Petrobras estão evoluindo explosivamente. Esse fato já foi destacado pelo TCU, para quem “os gastos da Petrobras com publicidade só vêm aumentando nos últimos anos, nos termos do Relatório de Auditoria. (...) Isto torna-se mais grave por se tratar de uma empresa líder de mercado, uma vez que, mesmo após a aber-

tura do mercado, a Companhia continua praticamente monopolista em alguns setores como exploração, refino e transporte”.

Os dados que tenho em mão confirmam essa denúncia do TCU. Em 2002, último ano da administração de Fernando Henrique, os gastos totais com comunicação institucional da Petrobras foram de R\$252,14 milhões. A estimativa de gastos em 2005 foi de R\$700,35 milhões, quer dizer, o gasto com publicidade da Petrobras aumentou, em três anos, de R\$252 milhões para R\$700 milhões, um aumento de 177,7% em três anos. Quase triplicou!

Já os gastos com publicidade pularam de R\$90,5 milhões em 2002, para R\$220 milhões em 2005. Um crescimento de 143,1%.

A propalada campanha de auto-suficiência, que deverá custar cerca de R\$36 milhões, induzirá a população menos esclarecida que os meios de auto-suficiência são da administração petista.

Nada mais equivocado. Segundo o professor da Universidade Federal Fluminense, Cláudio Considera, a auto-suficiência talvez só esteja sendo alcançada devido ao pequeno crescimento da economia brasileira. Para o especialista: “Este Governo está festejando a auto-suficiência, mas foi o que teve o pior desempenho em termos de aumento da produção de petróleo”.

A campanha publicitária, preparada pelo publicitário Duda Mendonça, que deve muitas explicações à sociedade brasileira – e um publicitário com sua história não deveria estar trabalhando mais para o Governo. Aliás, a Presidência da República cancelou o contrato do publicitário Duda Mendonça e a Petrobras renovou sem licitação –, terá início no dia 21 de abril e concluirá nas vésperas do prazo de proibição de publicidade oficial pela Justiça Eleitoral.

Como lembrou o jornal **O Globo**, o valor utilizado na campanha da auto-suficiência é maior do que o destinado ao programa federal de proteção social às crianças e aos adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias, que seria uma das prioridades deste desgoverno.

Sr. Presidente, para encerrar, só gostaria de renovar o apelo para o Presidente da Petrobras para que venha nesta semana, de preferência na quarta-feira, para que possamos ter os esclarecimentos necessários, sob pena de termos convocá-lo para uma CPI ou, então, fazer uma CPI específica para que tenhamos esses esclarecimentos da Petrobras. Era só isso, Sr. Presidente.

Senadora Ideli Salvatti, V. Ex^a queria um aparte?
A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Eu queria, é usual quando se levanta o microfone.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – É, mas V. Ex^a nem estava olhando para mim, estava conversando com a Senadora Ana Júlia Carepa.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Eu estava aguardando V. Ex^a.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Com muito prazer, Senadora Ideli Salvatti.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador José Jorge, acho que V. Ex^a tem todo o direito de cobrar a presença do Dr. Sérgio Gabrielli, para prestar todos os esclarecimentos necessários e que interessam ao País, principalmente numa área que todos sabemos é estratégica para o nosso País, que é energia...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Petróleo.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Petróleo. Pedi o aparte porque entendo importante além dos questionamentos que V. Ex^a traz, em primeiro lugar, registrar que a informação que me consta é que os dados do Tribunal de Contas não é uma auditoria concluída e avaliada pelo Pleno do Tribunal de Contas.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Não, já foi avaliado pelo Pleno.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Essa que o senhor está dizendo? Bom a informação que tenho não procede.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Essa da publicidade.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Não, mas outras questões que V. Ex^a citou, como, por exemplo, dos contratos da GDK. Esta não é conclusiva, não passou pelo Pleno. De qualquer forma, eu não poderia deixar de fazer alguns registros. Primeiro, quero agradecer ao Líder do seu Partido, o Senador José Agripino, que, quando apresentei o requerimento para que pudéssemos realizar, no dia 3 de maio, uma sessão especial comemorativa da auto-suficiência em petróleo, o Senador José Agripino, de pronto, assinou, como outros Líderes, Senador Arthur Virgílio, Senador Ney Suassuna...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Se V. Ex^a tivesse me pedido, eu teria assinado.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Até tentei localizá-lo, porque sei que V. Ex^a faria questão de também corroborar com uma sessão que, segundo meu entendimento, é uma sessão de auto-estima do povo brasileiro. Porque a questão da auto-suficiência do petróleo tem essa característica. Foi uma luta de muitas décadas do povo brasileiro para que pudéssemos fazer valer aquela máxima lançada há algumas gerações de que o petróleo é nosso. E foi uma luta para fazer com que o petróleo fosse efetivamente nosso e a ponto de estarmos conquistando agora – não é uma conquista de Governo, é uma conquista de País – a auto-suficiência. Não poderia também de deixar de fa-

zer o registro, porque hoje constam nos jornais várias matérias extremamente positivas sobre a Petrobras. Então, dá a impressão de que há somente coisas ruins ou questionamentos ruins a serem feitos a respeito da Petrobras. Consta que a Petrobras cresceu R\$146 bilhões na Bolsa. De 2000 a 2006, foi como se a estatal incorporasse uma Vale do Rio Doce e uma AmBev. A produção passou de 900 mil barris/dia, em 1997, para 1,075 milhão barril/dia em fevereiro de 2006. A previsão de investimentos é de R\$12 bilhões ao ano contra apenas R\$3 bilhões de antes de 1997. As reservas de petróleo são hoje da ordem de 11,2 bilhões de barris contra 7,1 bilhões de barris em 1997. Portanto, Senador José Jorge, todas as questões que podem ser levantadas e questionadas com relação a Petrobras são pertinentes e devem ser feitas. Eu, na Oposição, faria indiscutivelmente como V. Ex^a faz.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – V. Ex^a faria mais.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Não sei, não sei. Senador José Jorge, com certeza, todos os questionamentos não podem nublar, colocar sob dúvida o quanto que a empresa é importante e vem sendo administrada para dar orgulho aos brasileiros e quanto ela nos enche de satisfação ao saber que é a principal empresa, tem tecnologia reconhecida internacionalmente, faz a diferença nas relações internacionais do nosso País, em todos os cantos onde ela atua só dá orgulho ao povo brasileiro. Portanto, não poderia deixar de fazer os registros dos aspectos positivos que a Petrobras, não só da administração atual como das anteriores, mas de forma inequívoca, a administração inicialmente do nosso Senador José Eduardo Dutra e, agora, do Sérgio Gabrielli tem dado resultados positivos que efetivamente nos colocam na condição de respaldar o que vem sendo feito lá.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Agradeço o aparte de V. Ex^a e concordo com a maior parte dele. Na verdade, não temos nenhuma intenção de tirar o brilho da meta que a Petrobras alcançou como empresa, como instituição nacional, que é a auto-suficiência, por um esforço coletivo.

O que queremos, no entanto, é que essas dúvidas sejam esclarecidas. Mesmo a Petrobras, mesmo a maior empresa brasileira, enfim, toda a empresa pública tem obrigação de vir ao Congresso para dar esclarecimentos sobre aquelas dúvidas que estão sendo colocadas não por mim, mas pelo Tribunal de Contas da União. Ela vai prestar contas ao Tribunal de Contas da União, mas também tem que prestar contas ao Congresso sempre que um requerimento for aprovado, porque o requerimento não é de minha autoria. Eu fiz o requerimento, que foi aprovado na Comissão

de Educação e na Comissão de Infra-estrutura e, portanto, o Presidente da Petrobras tem que vir, sob pena de termos que utilizar outros instrumentos.

Em relação à questão da festa ou da comemoração da auto-suficiência, só não assinei porque V. Ex^a não me pediu. Mas não sou muito difícil de ser achado, porque estou sempre aqui. Mas vou procurar na Mesa e assinarei para que seja uma coisa suprapartidária.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. José Jorge, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno.

S. Ex^a dispõe de até sete minutos.

Em seguida, o Senador Alvaro Dias.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Para uma comunicação inadiável.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, entre os grandes temas que integram a agenda mundial está, certamente, a questão do consumo de drogas ilícitas. Para o Estado, o problema se reveste de um duplo viés: o combate ao tráfico de drogas (e o seu consumo) e os investimentos na reabilitação dos usuários de entorpecentes. Para a sociedade, os prejuízos são imensuráveis: por um lado, o gasto público onera a todos, usuários ou não; por outro, há que se considerar os dramas familiares, cada vez mais corriqueiros e pungentes.

Uma das drogas de uso mais comum, em todo mundo, é a cocaína. Extremamente lucrativa para os chefões do tráfico de entorpecentes, ela possui efeitos devastadores para o organismo dos usuários. Infelizmente, a cocaína é uma das quatro drogas mais consumidas no Brasil. Para se ter uma idéia, estima-se que 180 mil brasileiros façam uso abusivo dessa substância.

Respaldaado em minha experiência como médico, posso afirmar, com absoluta convicção, que o uso de cocaína está associado a complicações cardiovasculares e neurológicas muito graves. A substância tem significativo efeito vasoconstritor, ou seja, provoca contração das artérias, especialmente aquelas artérias que irrigam o cérebro.

E qual o efeito prático dessa vasoconstrição? Aumenta, consideravelmente, a probabilidade de um derrame cerebral, ou mesmo a probabilidade de pequenos derrames, que são, por vezes, imperceptíveis, mas que, ao longo do tempo, podem ter efeito devastador.

Outra conseqüência visível é a diminuição da perfusão cerebral, ou seja, a queda da quantidade de sangue que circula no cérebro, o que provoca os

sintomas clássicos do consumo de cocaína: déficit de atenção, concentração e aprendizado, bem como deficiência de memória visual e de memória verbal.

Estudo promovido pelo Programa de Orientação e Atendimento a Dependentes, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), demonstra a forte correlação entre os danos cerebrais e o uso da cocaína. Os resultados do estudo, feito por um grupo de 30 usuários – a maior amostra já analisada em um trabalho desse tipo – confirmam que a droga prejudica o funcionamento do cérebro como um todo, mas mostram que ela prejudica, de maneira especial, o lobo frontal.

Segundo o Professor Doutor Dartiu Xavier da Silveira, coordenador do estudo, os danos ao lobo frontal explicam comportamentos muito comuns entre os viciados, como mudanças repentinas de humor e surtos de agressividade.

O estudo chegou a conclusões significativas, que foram reconhecidas pela comunidade científica internacional. Ficou demonstrada a existência de alterações na perfusão cerebral na maioria dos dependentes de cocaína. Esse é um dado bastante grave, pois sabemos que os altos índices de morbidade e de mortalidade, verificados entre os usuários mais jovens, são fruto de complicações neurovasculares resultantes do uso da substância.

De acordo com os autores do estudo, os pequenos derrames cerebrais a que me referi anteriormente, muitas vezes imperceptíveis, são os grandes responsáveis pela perda gradativa de atividade cerebral por parte dos dependentes de cocaína.

Outra conclusão preocupante é que o comprometimento da atividade cerebral se mostrou presente tanto nos usuários que declararam ainda estar consumindo a droga quanto naqueles que declararam estar abstinentes. Isso sugere que os danos cerebrais causados pela cocaína possam ser irreversíveis.

A conclusão mais significativa do estudo da Unifesp é a correlação entre a intensidade das alterações funcionais cerebrais e o tempo de consumo da cocaína. Quanto maior o tempo de uso, mais intensos são os danos. Justamente esse ponto fez com que o estudo brasileiro fosse considerado como uma importante contribuição para a análise dos efeitos da cocaína em longo prazo.

Mais do que uma grande contribuição ao mundo da ciência, o estudo é um alerta à sociedade sobre os enormes perigos do uso da cocaína. Não estamos falando em sintomas passageiros nem tampouco em danos temporários. Estamos falando em sintomas persistentes e em danos irreversíveis! Não se trata de um simples problema de concentração. Trata-se de demência! Trata-se de morte!

As famílias precisam fazer a sua parte. E o melhor a fazer é acompanhar de perto o crescimento dos filhos, é

observar criteriosamente seu comportamento. Ao primeiro sinal de que algo está errado, é preciso buscar o diálogo. Se o diálogo não resolver, é preciso buscar ajuda!

Aí é que entra o Governo, Senador Mão Santa. Em primeiro lugar, combatendo vigorosamente o tráfico de entorpecentes e o crime organizado. Não podemos mais tolerar a liberdade, para não dizer libertinagem, com que os traficantes agem em nosso País! Não podemos mais tolerar que esses criminosos continuem a aliciar nossos jovens, iludindo-os com promessas de dinheiro fácil e de vida mansa!

O Estado tem de se fazer presente nos morros e nas favelas! Não é possível que, por pura negligência dos governantes, os chefões do tráfico assumam o lugar do Estado na promoção da assistência social e conquistem, para sua causa, as populações dos lugares em que habitam!

Em segundo lugar, o Governo precisa investir na recuperação de dependentes. Não é possível que a reabilitação do jovem para a vida em sociedade só esteja ao alcance dos mais ricos, capazes de buscar, a peso de ouro, os tratamentos de recuperação em caríssimas e exclusivíssimas clínicas particulares.

Chega de negligência! Chega de desídia! É hora de o Governo dar à sociedade as respostas que, há anos, ela vem cobrando. Combater o tráfico de drogas e investir na recuperação de dependentes têm de ser uma prioridade.

Estamos falando, Senador Paulo Paim, da juventude! Estamos falando do futuro do nosso País!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.
(Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.
(Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Gilvam Borges.
(Pausa.)

Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessa-renko. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, que tem a palavra por até 15 minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, divido este pronunciamento em dois tópicos. O primeiro é advertência ao Governo Lula no sentido de que saia da confusão que se estabeleceu em torno da TV digital, assunto que, há poucos dias, já se dava por resolvido.

O jornal **Folha de S. Paulo** chegou até a noticiar que a decisão já teria sido tomada e que, assim que

voltasse da Grã-Bretanha – isso já faz muito tempo – o Presidente Lula a anunciaria.

A questão, totalmente embaralhada, mais embaralhada ainda ficou ao se misturar com um novo ingrediente da crise política, que envolve o Ministro Palocci, que pode cair a qualquer momento, e com outro que, em poucos dias, poderá deixar o Ministério para disputar a eleição em outubro.

Realmente, noticia-se que, para tratar do assunto, daqui a 10 ou 15 dias, seguiriam para o Japão e para a Coréia do Sul os Ministros Hélio Costa, Antonio Palocci e Dilma Rousseff.

Ora, o Ministro Palocci, no mínimo, está instável. Depois da casa do Lago Sul e, pior, da violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo, sua permanência no Governo acha-se por um fio. E nosso Colega, Senador Hélio Costa, poderá disputar o Governo das Minas Gerais.

Com isso, retarda-se um benefício tecnológico para a população, que continua privada de ter em sua casa sinais de televisão de muito melhor qualidade, com definição de tela de cinema.

E já não há por que adiar o assunto, depois que as emissoras de televisão, praticamente por unanimidade, fizeram publicamente opção pelo padrão japonês, pela tecnologia nipônica.

Entre os três sistemas avaliados – o norte-americano, o europeu e o já referido japonês –, este último, segundo comunicado das principais emissoras de televisão do País, “é o único que garantirá gratuitamente, a todos os brasileiros, todos os benefícios da televisão digital”.

É tempo de decidir, Presidente Lula! Muitas vezes, a pior escolha é não fazer escolha nenhuma.

O segundo tópico de meu pronunciamento não poderia deixar de ser a crise ética. Não poderia deixar de ser. Eu creio que o Senador José Jorge, Líder da Minoria, já deve ter relatado à Casa que o **CMA Surfing**, que distribui notícias e é ligado à **Folha de S. Paulo**, à **Folha News**, em matéria do jornalista Felipe Freire, adianta que a investigação da Polícia Federal aponta um consultor da Presidência da Caixa Econômica – um consultor, portanto, alguém da vida privada –, como responsável por mandar quebrar o sigilo do caseiro Francenildo Costa. E o nome desse consultor está sendo mantido em sigilo pela Polícia Federal.

Acho estranho que todo mundo mereça cuidado. Só quem não mereceu cuidado foi o sigilo do pobre caseiro, que, aliás, de testemunha, Senador Mão Santa, passou a investigado. É uma terrível demonstração de consciência culpada e de desapego às instituições democráticas deste País.

O mais interessante, Sr. Presidente Paulo Paim, é que a minha assessoria me deu algo curioso, Senador

João Batista Motta, e eu vou mandar para os Anais, porque não podemos perder o humor em hora nenhuma.

Circula, na Internet – e está no **blog** do jornalista Ricardo Noblat – uma série de recomendações que a Caixa faz para preservar o sigilo.

As dicas da Caixa são as seguintes:

“Decore sua senha. Evite anotá-la.”

Pois alguém anotou a senha do caseiro e desvendou criminosamente o seu sigilo bancário.

“Proteja a sua senha sempre. Não deixe que ninguém a veja.”

O pobre do caseiro até que tentou proteger a sua senha, mas os poderosos, enrolados até o pescoço em corrupção neste País, deram um jeito de mexer na senha do caseiro.

A terceira recomendação da Caixa:

“Nunca informe sua senha para ninguém.”

Sr. Presidente, tenho certeza absoluta de que o caseiro Francenildo não informou a senha dele a ninguém. Ele teve sua senha violada e o seu direito constitucional mexido, violentado, pelas figuras que têm medo da sua palavra e que queriam desmoralizá-lo.

Engraçado foi o nosso Presidente Lula, o novo grã-fino do **jet set** internacional, dizer que se trata de um simples caseiro, esquecendo-se completamente de sua origem operária. E ainda se diz candidato dos pobres, alguém que protege os ricos sempre e faz o que faz com o pobre caseiro.

De novo, Sr. Lula, não vá me dizer que não sabia de nada. Vai cair, agora, o Ministro da Fazenda. Eu disse: “Vai cair o Ministro da Fazenda, Presidente”. E o pessoal dizia: “Não, não vai porque é Lula quem demite. Lula foi eleito”. E digo: “Não, neste Governo que está aí, quem nomeia é Lula, mas quem demite é o acontecimento ligado à apuração das irregularidades”.

Assim foi Roberto Jefferson quem demitiu o José Dirceu, e é assim que o caseiro está demitindo o Ministro Palocci.

A quarta dica da Caixa Econômica:

“Não digite sua senha no telefone de pessoa desconhecida”.

O caseiro não fez nada disso. Quebraram o sigilo do rapaz, sem ele ter descumprido recomendação alguma de segurança da Caixa.

“Não aceite ajuda estranha”.

Essa ajuda não foi boa para ele. A ajuda que lhe deram, na verdade, tem de merecer aspas.

“Peça ajuda somente para empregados da Caixa identificados”.

Mas foi lá que alguém recebeu ordens superiores, que certamente passaram pelo gabinete do Ministro da Fazenda e seguramente com o conhecimento do Presidente da República. Vamos parar com essa história de que estamos sendo governados por um neném inocente, porque não é neném, nem é inocente!

O que adiantou? Foram servidores da Caixa que não honraram a integridade da maioria esmagadora daqueles que trabalham nessa instituição tão acreditada e que não deve perder a sua credibilidade, que é a Caixa Econômica Federal. Foram esses alguns que não honraram os seus cargos, os seus juramentos, que se portaram desse jeito.

Esta é engraçada:

“Pratique segurança. Direito e responsabilidade de todos”

O caseiro não fez nada que não significasse observar o manual de segurança que a Caixa lhe recomenda. Faltou foi caráter, por parte do Governo e por parte dos que serviram de paus mandados – e paus-mandados é porque alguém mandou!

Prossigo, Sr. Presidente. Até a manhã de hoje, cerca de mil **e-mails** haviam chegado ao meu gabinete, e continuam chegando e – o que é de se estranhar e que me dá uma enorme angústia em relação a esse Governo que aí está: todos exigindo o fechamento do Congresso Nacional, pela sua subserviência a decisões do Judiciário e ainda pela sua pouca utilidade num país em que o Executivo legisla por medidas provisórias.

Resumidamente é o que têm dito esses **e-mails**.

Tudo que não pode acontecer em nenhum País do mundo é se pensar em fechamento de Congresso. Seria a ditadura, seria consagrarmos a idéia do desrespeito sistemático à pessoa humana. O que hoje escandaliza? Escandaliza hoje a quebra do sigilo do caseiro? Porque isso não é o comum em uma democracia, mas, na ditadura, vão quebrar o sigilo de quem eles quiserem.

Em seguida, vou conceder o aparte ao Senador Mão Santa.

Começo, dizendo que o Governo implantado no Brasil em 2003 deixou de lado os princípios da ética e criou uma máquina policial no Estado, passou a mão com afagos leves à roubalheira e na corrupção de um esquema diabólico de poder. Um esquema de arrecadação de dinheiro, que teve, senão a sede, ao menos a aprovação tácita em salas do Palácio do Planalto. Bem próximas ao gabinete presidencial!

Faço a leitura de um desses mil e tantos **e-mails**, bem sintético, enviado por Wagner, do provedor Terra:

Se o Congresso não enquadrar o Judiciário delimitando seus poderes, o Judiciário dará o golpe e assumirá o poder no Brasil. Não me refiro apenas aos episódios de maior repercussão que temos presenciado, mas a dezenas de fatos absurdos que acontecem todos os dias em todas as instâncias judiciais.

É a corrupção jogando o Congresso contra o Judiciário, o que não pode acontecer. Os dois são pilares da democracia.

Absorvo desses **e-mails** outra dura e direta crítica ao Legislativo; vem de Ronaldo, de algum lugar do Brasil:

Com respeito aos Senadores – ele se dirige a mim – indago-lhe: o senhor não sente vergonha? Eu, como brasileiro, estou envergonhado. O Brasil não merece isso que está acontecendo. A classe política é a responsável pelo descrédito. Desculpe, Senador, o meu desabafo.

Passo a palavra a outro internauta que dá nome, sobrenome e endereço eletrônico. Vem do Sr. Alexandre, também pelo Terra:

A decisão do Ministro César Peluso de conceder liminar ao mandado de segurança impetrado pelo PT, impedindo o depoimento do caseiro Francenildo, deixa evidente que a população brasileira o resultado da desconstrução da República promovida pelo PT.

Endosso essa opinião.

O triste e decidido empenho do Governo petista em desarrumar o País deu no que deu: o povo se tornou apático, mas consciente de que ainda pode se valer das franquias democráticas para externar opiniões.

É em nome desse direito que, de São Paulo, chega um *e-mail* assinado por Shirlei Horta:

Que país é esse em que a mãe de um caseiro teme pela vida do filho e pede ao Presidente da República que “não faça nada com ele”? Uma ditadura militar? Uma ditadura de esquerda, de direita, uma anarquia? Não. É a democracia de um Presidente-Operário, eleito pelo voto e que já tem contabilizados, em seu currículo, ao menos – e aí diz ela, até exagerando – dois assassinatos, pagamentos a Deputados – aí é verdade – e que espalha o medo pelo País.

Shirlei adverte: “Não contrariem o homem, ele não contabiliza os obstáculos que tem que ultrapassar.”

Advertência é também o que contém o *e-mail* de Aduino Coutinho, Senador Tasso Jereissati, que chega pelo Terra:

Está definida uma situação, a merecer de todos nós uma drástica providência: o impedimento do Presidente Lula. Essa é uma medida preventiva, pois não se sabe o que está por vir nesse ambiente de liminares e mandados de segurança. A Nação perdeu a confiança também na mais alta corte. E assim estamos praticamente fora do Estado de direito.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Em seguida, Senador Heráclito Fortes, já lhe concederei um aparte.

Pelo provedor UOL, Ana Prudente condena também a omissão da Ordem dos Advogados do Brasil e conclui:

O Brasil está realmente sem Governo. Tornou-se um país sem leis e grande parte disso deve-se a duas pessoas – aí ela critica duramente –: o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, e o Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Edson Vidigal.

Esse, Sr. Presidente, é um resumo apenas do que o povo manda dizer por *e-mails*. Sei que outros Senadores recebem mensagens assemelhadas. Menos alguns petistas que, para evitar o contato com os desabafos do povo, decidiram o caminho mais curto: bloquearam as caixas postais de **e-mails**. Fogem da verdade, ignorando o clamor de um povo, que não se conforma com tantos desmandos do desastrado Governo que infelicitou o Brasil.

A denúncia desse bloqueio de **e-mails** vem de Humberto Viana Guimarães.

Aceito as críticas dirigidas ao Parlamento. É a voz do povo que se manifesta. E não tenho qualquer dúvida de que esses desvios, que, comprometendo o Legislativo, têm a sua origem, espúria, no atual Governo. Acho até que o apelido dado a este Governo, com cara, jeito e postura de República Petista, sugere que se lhe altere a denominação: agora o que temos a nos ameaçar, com um Estado policial, não é uma República. É, sim, uma “Republiqueta”, a “Republiqueta” de Luiz Inácio Lula da Silva, a “Republiqueta” que o Brasil se recusará a ser. É o que diz o povo nas ruas e nos *e-mails*, é o que diz o mesmo povo que brevemente será chamado a decidir sobre seus destinos.

O desfecho da crise que apontava a impossibilidade de o Ministro Palocci permanecer no Ministério é ou será, em horas, suponho, o resultado natural dos desacertos, que não são poucos, do Governo petista do Presidente Lula. Só não parece natural nem decente o Presidente sair por aí dizendo que a Oposição quer derrubar o seu

desastrado Governo. Não. A Oposição não quer derrubar o Governo Lula. A Oposição, isto sim, tem o dever de apontar falhas do Governo, de qualquer Governo. Não estamos falando em impedimento, mesmo quando todos sabemos que nosso governante até aqui se notabilizou apenas por sucessivos gestos de passar a mão e deixar a coisa correr. E disso a Nação está cansada. Ao contrário do raciocínio primário de Lula, a Oposição de certa forma “impediu” que este Governo findasse antes do tempo. Essa mesma Oposição, ao contrário de Lula, adotou postura responsável ao preservar, enquanto lhe foi possível fazê-lo, o Ministro Palocci.

Ainda na sexta-feira, eu disse aqui que Palocci foi um bom Ministro. Foi. Até o momento em que mentiu à Nação. E não só mentiu: de seu gabinete pode ter saído a ordem para que a CEF violasse o sigilo bancário de Nildo – se não foi de sua lavra, foi da do Palácio do Planalto diretamente.

O comportamento do Presidente Lula já não surpreende a Nação. Ele não contribui em nada para o fortalecimento da democracia. Em nada. O seu Governo é eficaz apenas, apenas mesmo, na propaganda.

Desde o primeiro momento de sua posse, Lula valeu-se da propaganda maciça, de *slogans* nazi-fascistas, supondo que isso seria suficiente. O Presidente deveria ler o novo livro do Presidente Fernando Henrique Cardoso: **A Arte da Política**, que diz: “[...] Quando o sentido da comunicação é substituído pela demagogia escancarada, surge de imediato o vazio da imagem.”

A imagem de Lula não era consistente e se quebrou – digo eu. A menos que ele altere a conduta com que até aqui conduziu o País, o desfecho, no mínimo, será o malogro de seu projeto reeleitoral.

Ainda Fernando Henrique: “[...] boa parte dos marqueteiros [...] cria uma atmosfera, com imagens para substituir o ator principal quando este é mau no desempenho [...]”. Acrescento, a propósito, o disco nazista: um país de todos.

Isso a que assistimos é o caminho do autoritarismo, que corresponde aos anseios do Presidente Lula e de seu grupo. Eles querem transformar o Brasil num Estado Policial, do qual são alguns exemplos gestos que tentaram impedir a livre manifestação e, agora, mais duramente, violando o sigilo bancário de um simples cidadão brasileiro. Advirto: não vão conseguir. A Nação anseia por um Governo decente, e não por uma organização que tem tudo de sinistra, uma organização que fecha os olhos aos que invadem terras e afagam dirigentes de movimentos clandestinos.

Nessa parte, já não em *e-mail*, mas em carta, relata-me o agricultor Marcelo Gonçalves, de Muriaé, Minas Gerais, os infortúnios do quadro rural brasileiro. Diz Marcelo: “Sou pequeno produtor rural (leite e horti-

cultura), e estou convencido de que já não é possível trabalhar a agropecuária na minha região. O que produzimos não tem valor, os preços não compensam”.

Indaga Marcelo:

Que política é essa que quer acabar com quem produz e gera empregos? Será que o PT pretende sustentar todos com a tal Bolsa? Aqui, na minha região, 60% das pessoas têm algum tipo de bolsa. Penso que governar não é isso, não é tão simples governar. Fácil, isso sim, é distribuir bolsas.

Termino com a leitura de trecho de artigo da Professora Sandra Cavalcanti, ex-Deputada Federal e ex-Constituinte, Secretária de Serviços Sociais no Governo Carlos Lacerda (RJ) e fundadora e ex-Presidente do BNH. A íntegra, extraída do **Estadão** está incorporada a este pronunciamento.

Diz a professora Sandra Cavalcanti:

O País está vivendo uma fase de completo e total desrespeito às leis. A Lei Maior, aquela que o País aprovou por meio de seus representantes, não existe. Para uns, todas as leniências. Para outros, todas as violências. Nas grandes cidades, dois governos, duas autoridades: a tradicional e a dos marginais. No campo, ausência de direitos e deveres. Uma malta de desocupados, chefiados por líderes atrevidos e até debochados, está conseguindo levar o desassossego e a insegurança aos milhões de trabalhadores rurais que se esforçam para sobreviver. Isso já vem acontecendo há muito tempo e não há sinal de que alguma autoridade pretenda submetê-los às penas da lei. Ao contrário. Eles gozam de imenso prestígio junto ao Presidente, que não se acanha em lhes dar cobertura e agir com a maior cumplicidade.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Senador Arthur Virgílio, só para lembrá-lo que já concedi a V. Ex^a 15 minutos e mais um de prorrogação. Vou conceder-lhe mais dois minutos para permitir os apartes e para que V. Ex^a conclua.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ouço os apartes dos Senadores Mão Santa e Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Arthur Virgílio, serei breve. Apenas queria comunicar a V. Ex^a que, enquanto pronunciava o seu discurso, o *blog* do jornalista Ricardo Noblat publica o seguinte: “Ricardo Schumann é o nome do consultor que disse à Polícia Federal que entregou o extrato do caseiro Francenildo dos Santos Costa à Jorge Mattoso, Presidente da Caixa Econômica Federal”. Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Heráclito Fortes. De fato, é um escândalo dentro de um escândalo.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PFL – PI) – Senador Arthur Virgílio, eu queria cumprimentá-lo por trazer à Casa a preocupação do povo brasileiro por meio das correspondências eletrônicas que recebe. Mas, hoje, creio que o Congresso tem de ser aprimorado, tem de ser defendido. Entendo que, aqui, é a caixa de ressonância do povo. Um povo sem Congresso é um povo escravo. Mas, atentai bem, Senador Arthur Virgílio, a história se repete. Não posso me esquecer de que, em 1967, eu estava no coração do País, no Maracanã. De chofre, houve uma euforia nunca antes vista, nem no milésimo gol do Pelé. Eu não tinha, Senador Heráclito, um rádio portátil, mas os outros tinham. Extravasou a notícia: “Presidente Castello acaba de fechar o Congresso Nacional”. A vibração foi maior que o milésimo gol do Pelé. Eu estava lá. Podemos estar vivendo um momento desse. Portanto, temos de estar atentos. Quero cumprimentá-lo e ao Presidente Paim; se não fosse S. Ex^ª, nem segunda-feira nem sexta-feira teria havido sessão. Foi a Vice-Presidência desse extraordinário homem do PT, compromissado com o povo, com a liberdade e com a democracia, que permitiu que chegássemos aqui. Éramos poucos de início. Lembro-me bem: estavam Antero Paes, Efraim Moraes, Arthur Virgílio e eu. Muitas vezes presidi a sessão de sexta-feira, por ter mais idade. Esta Casa salvou o País de uma ditadura modelo cubano, que era a fonte de inspiração de José Dirceu.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, encerro, agradecendo aos dois ilustres aparteantes e fazendo a advertência para o fato de que não adiantou dizerem que o Ministro Palocci não seria demitido. Não digo isso com alegria, porque se trata, de fato, a meu ver, de um dos melhores Ministros da Fazenda que este País já conheceu. Aquela arrogância toda – quem demite é o Presidente – revelava mesmo o caráter debilitado de um Governo que consegue, ao mesmo tempo, ser fraco e prepotente. Prepotente porque quem demite é Lula; fraco porque não é Lula quem demite. Quem demitiu José Dirceu foi Roberto Jefferson; quem demitiu Palocci, que está demitindo Palocci é o caseiro Francenildo, aquele que nosso astro do *jet set* internacional, o Presidente Lula, neogrã-fino, diz que é um simples caseiro. Mas é o simples caseiro que está demitindo o poderoso Ministro da Fazenda.

Ou seja, este é um País, Presidente Lula, de opinião pública, e País de opinião pública é assim, não se verga. Portanto, não aceita manifestações de autoritarismo e nem aceita a consagração da impunidade.

Era o que eu tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Tião Viana, 1ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra ao nobre Senador Tião Viana, para fazer uma comunicação inadiável, pelo tempo de cinco minutos, com a tolerância de mais dois.

Em seguida, como oradora inscrita, Senadora Ideli Salvatti.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ªs e Srs. Senadores, trago ao Plenário do Senado Federal a notícia sobre um programa de Governo que julgo da maior relevância e da maior qualidade em termos de decisão política e impacto social, que é exatamente a expansão do programa chamado Farmácia Popular.

Em cada dez medicamentos procurados pela população de baixa renda, oito estão vinculados a doenças como hipertensão arterial, como diabetes, e o Governo do Presidente Lula conseguiu afirmar esse programa de maneira sólida, de maneira expansiva. Ele tinha como meta alcançar 500 farmácias populares no Brasil até o final deste ano e hoje já dá um passo mais definitivo, porque abre um credenciamento para consolidar vínculo com farmácias e com a venda de medicamentos chamados da Farmácia Popular em até 1,8 mil unidades no Brasil. Com isso, já estamos consolidando a entrega de mais de 15 milhões de medicamentos para essas enfermidades.

Vale lembrar que a hipertensão arterial matou, há poucos anos, em média anual, 26 mil pessoas; e o diabetes, 36 mil. O último dado que temos sobre óbito diz respeito a dois anos. São doenças que, marcadamente, atingem a população, e, por essa razão, o Governo iniciou sua consolidação na expansão de uma política de assistência farmacêutica, tentando dar proteção à população que estivesse mais suscetível às doenças mais comuns, que foram exatamente a hipertensão arterial e seus agravos e também o diabetes.

Vale lembrar que, comparativamente, o Governo do Presidente Lula alcança e consolida um gasto da ordem de 11,5% do seu Orçamento com distribuição de medicamentos em unidades básicas de saúde, juntamente com farmácia popular. Quando Lula assumiu o Governo, o gasto era de apenas R\$1,9 bilhão, representando 5,8% dessa cobertura. Hoje, o gasto, na verdade, é de R\$4 bilhões, representando um orçamento de 11,5% de ocupação das despesas com saúde.

Para ilustrar, Sr. Presidente, hoje, no Brasil, uma pessoa portadora de diabetes, quando vai comprar um medicamento de uso comum numa drogaria, gasta

R\$110,00, em média. Agora, com a implantação da farmácia popular, esse custo cai para R\$11,00. Isso significa muito no orçamento de uma família de baixa renda.

Tínhamos como busca da população em termos de peso no seu orçamento familiar mensal a habitação, a alimentação e o transporte. O quarto item seria o custo com assistência farmacêutica, ou seja, a aquisição de remédios. Agora, vê-se um impacto muito forte.

O melhor para mim, como profissional de saúde que também sou, é a certeza de que o Governo expandiu, de maneira muito correta, esse tipo de política. Uma pessoa desprovida de qualquer acesso a consumo de medicamento, a preço, mesmo que seja mínimo, terá, no centro do posto de saúde, por responsabilidade do Estado ou do Município, o medicamento completamente livre de despesa para sua aquisição ou de sua família. Quando fizer a opção de ir a uma farmácia popular, a pessoa terá medicamento com redução de custo de até 90%.

Agora, o Governo vinculou mais uma chamada co-participação. Para o cidadão brasileiro que quer ir apenas a uma drogaria de uso comercial, está sendo aberto o chamado boxe de atendimento do programa Farmácia Popular dentro daquela drogaria. Ali, ao comprar outros medicamentos, a pessoa pode encontrar esses medicamentos a baixo custo. Isso significa uma ação de concorrência favorável e vai impor uma redução de custo. Penso que isso significa redução também de arrecadação de receita para o Governo, mas é uma contrapartida social fundamental.

Se olharmos a realidade do cidadão brasileiro comum, verificaremos que há uma perda de continuidade de adesão ao tratamento – quem é médico, quem é profissional de saúde sabe o que isso significa – de 51%, em média, nas grandes cidades. Quando olhamos para as Regiões pobres – Norte e Nordeste –, essa perda, esse abandono de tratamento chega a 60%.

Então, essa é uma medida de alto impacto social, que exigiu uma decisão política forte. E não foi uma medida isolada, pois é pautada em experiências da França, do Canadá, da Espanha e da Alemanha, que têm políticas também de redução de custos de medicamentos para sua população.

Sinto-me profundamente orgulhoso de uma medida dessa, adotada pelo Governo do Presidente Lula, que traz um impacto marcante para a sociedade brasileira, especialmente para a de baixa renda. Estou falando de 36 mil mortes, por ano, por diabetes e de 22 mil mortes, por ano, por hipertensão arterial, além dos agravos: a doença cardíaca, a complicação pulmonar e a complicação renal, que acompanham essas doenças quando o abandono de tratamento ocorre.

Concedo um aparte à Senadora Ideli Salvatti, com muito prazer.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador Tião Viana, também tinha-me reservado para falar sobre a questão das farmácias populares, até porque tive a oportunidade de, na sexta-feira, participar da inauguração de mais uma unidade em Santa Catarina. Serão 16 farmácias ao todo, no nosso Estado. É um sucesso, é realmente algo de um impacto significativo em termos de atendimento e de redução dos preços. Há, agora, essa questão do balcão em todas as farmácias. Sabemos como funciona: colocam-se aquelas duas linhas iniciais de medicação para hipertensão e para diabetes, e isso serve até como chamariz. Os donos de farmácia não precisam preocupar-se com a queda da venda e da receita, porque, como já está comprovado, esse tipo de procedimento alavanca, inclusive, o trabalho dos próprios farmacêuticos. Que não paire qualquer dúvida a respeito de que a escolha dos medicamentos tenha sido para hipertensão e para diabetes! Que ninguém pense que há algum viés eleitoral nisso, dado o aquecimento eleitoral e a precaução das hipertensões generalizadas que estão colocadas! Efetivamente, hipertensão é uma das doenças que mais atingem brasileiros e brasileiras. São quase 17 milhões, infelizmente, de pessoas que necessitam de medicação continuada para esse tipo de doença. Desculpem a brincadeira, mas o clima está tão tenso, que, de repente, fazer um pouco de humor também faz parte da colaboração.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Tião Viana...

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Com a anuência da Presidência, concedo o aparte a V. Ex^a, para concluir meu pronunciamento.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Não é nem um aparte. É uma reza, uma oração a Deus, para que inspire nosso Presidente a convidá-lo para ser Ministro da Saúde. V. Ex^a sintetiza sensibilidade política e responsabilidade administrativa. Isso agradaria todos os profissionais de saúde e o Brasil.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço ao Senador Mão Santa a generosidade e à Senadora Ideli Salvatti. Incorporo o sentimento de respeito e de gratificação pessoal e política por ver atividades de Governo com esse propósito e com esse alcance.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TIÃO VIANA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

EXPANSÃO DO PROGRAMA FARMÁCIA POPULAR

- Pesquisas recentes divulgadas pelo Ministério da Saúde e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelaram que **a despesa com a saúde é um dos itens que mais oneram o orçamento familiar**. De acordo com o levantamento, os gastos com a saúde ocupam, em geral, o **quarto lugar no orçamento das famílias brasileiras, atrás apenas das despesas com habitação, alimentação e transporte**. De acordo com o Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (Conass), 51,7% dos brasileiros abandonam o tratamento médico por falta de dinheiro para comprar os remédios prescritos. A realidade é mais grave nas regiões Norte e Nordeste, onde a interrupção atinge 57,1% e 60,7% da população, respectivamente.

- O Programa Farmácia Popular, criado pelo Decreto nº 5.090, de 20 de maio de 2004, busca **possibilitar e ampliar o acesso – igualitário, na medida em que atende a pessoas usuárias ou não dos serviços públicos de saúde - da população aos medicamentos considerados essenciais, privilegiando usuários com dificuldade financeira para fazer o tratamento da doença em virtude dos preços do medicamento no mercado**.

- Os medicamentos oferecidos pelas farmácias populares são adquiridos pela Fiocruz exclusivamente para o Programa, em laboratórios públicos e privados, e repassados à população pelo valor de custo. Dessa forma, é possível uma **redução de até 90% no preço dos produtos** e nas despesas do usuário com aquisição de medicamentos.

- O Programa tem por **objetivos principais**: oferecer alternativas de acesso à assistência farmacêutica, com vistas à promoção da integralidade do atendimento à saúde; assegurar medicamentos essenciais para o tratamento dos agravos com maior incidência na população, mediante redução de seu custo para os pacientes, especialmente os que não buscaram atendimento pelo Sistema Único de Saúde; reduzir o impacto das despesas com assistência médica no orçamento doméstico, cujo poder aquisitivo deve ser preservado para a satisfação das necessidades básicas do grupo familiar.

- Existem, hoje, **120 farmácias populares em 88 cidades brasileiras**. Outras 259 aderiram ao programa, estando aptas a serem instaladas pelos parceiros do Ministério da Saúde (governos estaduais, prefeituras municipais ou entidades filantrópicas).

- Somadas as 120 unidades inauguradas às 259 credenciadas, são 379 adesões até o momento, número próximo da meta definida pelo Governo federal de **credenciar 500 farmácias populares, em todo o país, até o final de 2006**.

- O programa já forneceu aos brasileiros cerca de 15 milhões de medicamentos indicados para tratar as doenças de maior incidência no Brasil.

- Levantamento do Ministério da Saúde constatou que o Programa Farmácia Popular do Brasil tem a **aprovação de 91% dos usuários**. O atendimento prestado nas unidades foi considerado um ponto forte, com 97% de aprovação.

Expansão do Programa

- A Portaria nº 491, de 9 de março de 2006, dispõe sobre a expansão do Programa Farmácia Popular no Brasil, lançado em 23 de março pelo Presidente Lula.
- Com essa medida, **medicamentos para hipertensão e diabetes** – que correspondem a 8 dentre os 10 medicamentos mais procurados pela população - **estarão disponíveis em cerca de 1,2 mil farmácias e drogarias privadas do país com preços até 90% menores que os cobrados nesses estabelecimentos**, sem prejuízo da distribuição realizada na rede pública de saúde ou da implantação de farmácias populares em parceria com os governos estaduais, municipais ou entidades filantrópicas. Ou seja, os medicamentos **passarão a ser vendidos também na rede comercial os medicamentos a preço de custo encontrados hoje na rede do Farmácia Popular**, o que permitirá ao cidadão mais facilidade para participar do programa, atingindo a parcela da população que, embora não busque assistência médica no Sistema Único de Saúde (SUS), tem dificuldade para manter tratamento medicamentoso devido ao alto preço dos remédios.
- A extensão do programa **beneficiará diretamente cerca de 11,5 milhões de pessoas**, que hoje compram os medicamentos nas farmácias privadas.
- Para que os medicamentos sejam oferecidos em drogarias e farmácias privadas, o Ministério da Saúde desenvolveu **sistema de co-participação**. Isso significa que o Governo federal e os pacientes dividirão as despesas, sendo que o governo arcará com 90% do valor de referência do medicamento. Qualquer cidadão

pode se beneficiar do programa. Para obter remédios do Farmácia Popular em drogarias e farmácias privadas, basta apresentar a receita do médico, que tem validade de 180 dias a partir da emissão, e o CPF.

- O Ministério da Saúde divulgou as regras para expansão do programa Farmácia Popular para a rede privada. A portaria apresenta uma lista de oito princípios ativos - além da insulina - para tratamento de diabetes e hipertensão, que terão 90% do preço custeados pelo Governo federal. A partir de agora, o Ministério da Saúde passa a cadastrar as farmácias e drogarias interessadas em participar do programa (prevê credenciamento de cerca de 1.800 estabelecimentos).
- A adesão das farmácias será orientada por portaria do Ministério da Saúde (Portaria nº 491, do MS, de 10/3/2006). Entre os critérios de adesão está o cumprimento de exigências sanitárias e fiscais. As farmácias e drogarias interessadas também devem estar em dia com as obrigações tributárias e previdenciárias.
- A habilitação ao programa não deve interferir na rotina de trabalho dos estabelecimentos. Além da parceria com o governo federal, o Ministério da Saúde ainda vai estimular que os estabelecimentos que aderirem ao Farmácia Popular sejam farmácias notificadoras. Isso significa que estarão aptas para receber as informações sobre reações adversas dos medicamentos percebidas pelos pacientes, e habilitadas para realizar o fracionamento de remédios.

- Esta é a primeira vez que o governo brasileiro implanta um sistema nesses moldes, de co-participação para fornecimento de medicamentos no país. A experiência já existe com sucesso há mais de 10 anos na Europa, em países como França, Alemanha, Espanha e Portugal, e no Canadá. Esse mecanismo estimula as empresas a reduzir seus preços.

(Na França, onde não existe um modelo de assistência à saúde universal como o SUS, o co-pagamento é feito segundo as classes terapêuticas e as patologias. Os descontos chegam a 100% para medicamentos de doenças graves, a 65% para medicamentos mais consumidos e a 35% para os demais. Em Portugal, os remédios incluídos no programa de co-pagamento são divididos em níveis: os classificados como A têm descontos de 100%. São os indispensáveis para a sobrevivência do paciente ou os utilizados no tratamento de doenças crônicas; os considerados como B têm descontos de 70%. São os essenciais, usados no tratamento de doenças graves ou de uso prolongado; os classificados no nível C têm 40% de desconto. São os fármacos que, apesar de não prioritários, têm valor terapêutico comprovado. Nesse país, o preço de referência de um medicamento é o definido pelo preço mais caro de seu nível. O governo espanhol define como preço de referência a média do quinto inferior, ou seja, 20% dos menores preços no mercado, desde que não seja menor do que o genérico mais barato. Esse é o procedimento que está sendo estudado no Brasil. Na Itália, o preço de referência equivale à média de todos os produtos do grupo. Já o Canadá escolhe a alternativa mais barata no mercado como base.)

- Onde não houver o Programa, o cidadão pode pedir também ao farmacêutico para aderir ao Programa pelo Disque Saúde: 0800 611997.

Presidente Lula, no “Café com o Presidente” de 27/3/06

- “O nosso governo tem feito um forte investimento para facilitar a vida das pessoas que precisam de um tratamento de saúde. Quando nós assumimos, o governo gastava 1 bilhão e 900 milhões de reais, o que significava 5,8% do orçamento da saúde para distribuição de remédios nos postos de atendimento médico do governo. Hoje, o governo está gastando quatro bilhões e 144 milhões, significando 11,5%.”
- “Uma pessoa, no Brasil, que faz tratamento com insulina, normalmente gastaria por volta de 111, 110, 112 reais por mês. Agora, essa pessoa vai gastar apenas 10% disso, ou seja, vai gastar 11 reais por mês. Significa o quê? Que praticamente o que ela gastava no mês, vai agora gastar no ano.”
- “Tem mais opção para o povo: tem o posto de saúde, em que ele pega de graça; tem a Farmácia Popular, construída pelo governo federal, em que ele vai pagar mais barato. E, agora, tem o acordo do governo com as farmácias privadas, em que ele vai economizar 90% em cada remédio que comprar para hipertensão e para diabetes.”

Hipertensão e diabetes

- Hipertensão e diabetes são doenças com elevado número de óbitos por ano no Brasil. Em 2002, 25.464 pessoas morreram porque sofriam com hipertensão. No mesmo ano, os casos de diabetes levaram 36.631 brasileiros à morte. O diabetes mata mais pessoas que a pneumonia, que registrou 32.712 óbitos, em 2002.

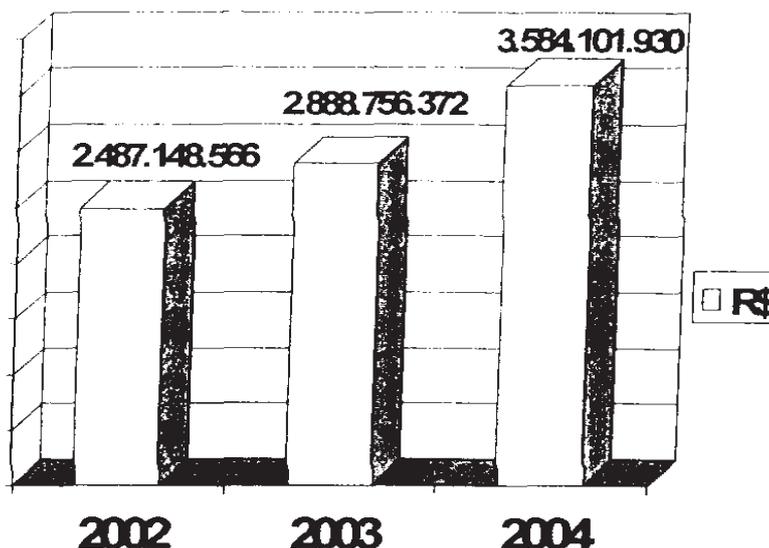
- Qualquer das duas doenças, separadamente, também causa mais mortes que a soma dos óbitos por câncer de mama (9.082 óbitos), câncer da próstata (8.389) e leucemia (4.816) no Brasil, no período de um ano.
- Em 2005, o SUS gastou R\$ 295,8 milhões com 586,6 mil internações hospitalares por diabetes, hipertensão e agravos associados, como doença cardíaca e renal hipertensiva, infarto e acidente vascular cerebral.
- Para o tratamento de hipertensão e diabetes com medicamentos, o **Ministério distribuiu, em 2005, 5,6 bilhões de medicamentos para hipertensão e 1,6 bilhão de medicamentos para diabetes, crescimentos de 65,24% e de 124,30%, respectivamente, em relação a 2004. No total, o governo investiu R\$ 4,2 bilhões na distribuição gratuita em 2005.**

Outras ações do MS que ampliam o acesso aos serviços de assistência farmacêutica

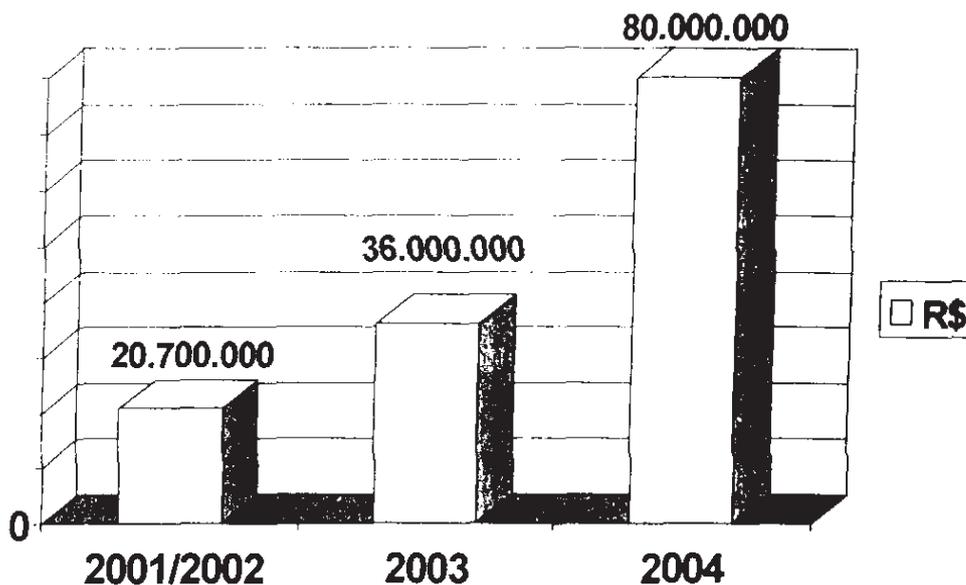
- Além do Farmácia Popular, outras medidas do Governo federal ampliam o acesso aos serviços de assistência farmacêutica.
- Na área industrial, o governo criou uma **linha especial de financiamento**, o **Profarma**, para a produção de medicamentos, o estímulo de atividades de pesquisa e para a incorporação, a aquisição e a fusão de empresas. A meta é reduzir o déficit comercial da cadeia produtiva, aumentar a produção e a qualidade dos medicamentos.

- Também foi adquirida uma fábrica da Fiocruz para produção de medicamentos básicos e especializados. A fábrica permitirá que o laboratório Far-Manguinhos produza os principais anti-retrovirais, medicamentos contra a hipertensão e o diabetes, medicamentos antiparasitários, antibióticos e outros produtos essenciais para o SUS, num volume de 10 bilhões de unidades farmacêuticas até 2008.
- O governo também duplicou o Piso de Incentivo da Assistência Farmacêutica Básica para os municípios integrantes do programa Fome Zero.

Principais Gastos do Ministério da Saúde com Medicamentos



Investimentos do Ministério da Saúde para Modernização e Ampliação da Capacidade Produtiva dos Laboratórios Farmacêuticos Oficiais



FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Convido o Senador Tião Viana para assumir a Presidência dos trabalhos.

Como oradora inscrita, concedo a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti, pelo tempo de dez minutos, com tolerância de mais cinco minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.)
– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fiz a brincadeira com o Senador Tião Viana, a respeito da hipertensão, porque, efetivamente, estamos vivenciando momentos bastante tensos no Brasil, os quais devem trazer a todos nós a preocupação e a responsabilidade do que acontece com o nosso País e com o nosso povo.

Eu tinha preparado algumas questões para abordar, porque tive a oportunidade não só de acompanhar, mas também de observar a repercussão da fala, como sempre muito calma e equilibrada, do Ministro Palocci,

no evento relacionado ao comércio exterior, na última sexta-feira.

O Ministro Palocci, entre tantas questões, referiu-se a uma situação de economia com estabilidade, com perspectivas, com potencialidades positivas para o País e para os brasileiros e para as brasileiras, e, ao mesmo tempo, à situação pessoal de constrangimento pela qual está passando, fazendo um comparativo entre céu de brigadeiro e inferno de Dante.

É importante citar algumas questões abordadas na fala do Ministro Palocci, porque elas devem nortear nosso comportamento e nossa responsabilidade neste período e nesse processo, o que me propiciou, inclusive, a preocupação com os remédios para hipertensão.

O Ministro Palocci disse, exatamente, que atingimos determinado nível de consolidação dos compromissos assumidos pelo Governo e pelas instituições brasileiras que tem três pilares, os quais, em nenhum outro momento, estiveram tão consolidados. Fazia mui-

to tempo que, na História brasileira, não havia a consolidação dos três pilares econômicos que dão essa condição de segurança, de estabilidade, de perspectiva e de potencialidade. Trata-se da questão do equilíbrio fiscal, da melhoria nas contas externas e do controle do processo inflacionário.

A conjugação desses três fatores, Senador Paulo Paim, não é algo fácil nem tranquilo de ser alcançado pelas ações de Governo. Há muito tempo não tínhamos essa conjugação. E é exatamente essa fusão de fatores que faz com que tenhamos uma possibilidade, inclusive pela própria fala do Ministro Palocci, no sentido de que esse nível de consolidação permita que o País tenha um grau de profundidade para que as suas políticas se tornem mais permanentes do que as pessoas.

Então, essa fala equilibrada e positiva do Ministro Palocci dá a dimensão do seu papel e da responsabilidade que ele teve, tem e, tenho certeza, continuará tendo com o nosso País.

S. Ex^a foi uma das pessoas que contribuiu de forma efetiva para com a consolidação destes três pilares: equilíbrio fiscal, melhoria nas contas externas e controle do processo inflacionário, com a imagem de calma e de tranqüilidade, inclusive com sua colocação muito clara de que chegamos a um ponto tal em que as pessoas não precisam ter mais necessidades para que a consolidação dessas políticas tenham continuidade.

Todos sabemos – e, mais que ninguém, o Presidente Lula sabe – que, mesmo nessa condição, o Ministro Palocci tem papel importante na condução da política econômica que vem desenvolvendo à frente do País. Por isso que, ao ouvir algumas explicações anteriores, eu não poderia aqui deixar de tecer alguns comentários.

Por exemplo, um dos Senadores que me antecedeu falou – e a Senadora Ana Júlia e eu não pudemos fazer o aparte porque se tratava de uma breve comunicação, apenas cinco minutos – da evolução da dívida líquida como porcentagem do PIB. Falava da relação entre dívida e PIB, que é uma questão muito elucidativa sobre o que acontece com o País e sobre o esforço para se tentar reverter. Tenho aqui os dados, e é importante registrarmos.

Em 1994, tínhamos 32,5% do PIB comprometido com a dívida; já, em 1999, esse percentual passou para 50,4%; e, ao final do período Fernando Henrique, tivemos, em 2002, 57,3% do PIB comprometido com a dívida brasileira.

Portanto, fez-se todo um esforço para reduzir – e o Ministro Palocci tem sido um dos principais responsáveis por isso – a relação entre dívida líquida e porcentagem do PIB. Tivemos, no primeiro ano, 56,6%;

em 2004, 54,9%; e em 2005, 51,2%. Esse é um dado que foi criticado anteriormente, mas é importante que façamos aqui uma reflexão, porque, digamos, a ânsia oposicionista, muitas vezes, coloca determinados dados e indicadores econômicos de forma a não representarem a realidade.

Como tenho certeza, o Senador Paim não estava aqui no momento, quando foi comentada a questão do emprego e do desemprego, colocando o aumento do desemprego em março como algo extremamente preocupante, quando todos os indicadores apontam que tivemos, em primeiro lugar, em fevereiro, um recorde da criação de emprego com carteira assinada. Em fevereiro de 2006 houve o maior volume de emprego com carteira assinada na série histórica do Caged. E mesmo esse aumento de desemprego – porque foi apontado que houve aumento de desemprego efetivamente no mês de março – faz parte da série histórica. Em todos os meses de fevereiro e março, há aumento de desemprego, porque há exatamente o processo de desativação daquele volume de empregos temporários criados no final do ano. Esse volume de emprego se desativa exatamente nesses meses. E todos os que fizeram análise desse crescimento do desemprego em fevereiro apontaram que não seguiu inclusive os parâmetros das séries históricas anteriores. Portanto, são de fundamental importância esses registros, para que não paire qualquer dúvida.

E, antes de entrar no outro assunto, concedo o aparte à Senadora Ana Júlia, para depois tecer outros comentários.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – É só para corroborar, Senadora Ideli, em relação a esses resultados da economia. Mesmo que V. Ex^a saiba que comemoramos os bons resultados, estamos sempre querendo um pouco mais. Houve aceleração da queda da taxa de juros e aumento do salário mínimo. Inclusive, este ano, o aumento do salário mínimo foi significativo, o maior dos últimos 20 anos; o maior poder de compra do salário mínimo dos últimos 27 anos mostra essa mudança em 2006, o que é um ponto positivo. Não posso deixar de registrar isso. Acrescento também um outro dado: fevereiro realmente é um mês sazonal; o aumento do desemprego é sazonal. Todo mês de fevereiro acontece, e esse foi o menor aumento de desemprego. Igualmente, houve o aumento da renda do trabalhador brasileiro. Isso é significativo. Somente em 2005, Senadora Ideli Salvatti, em 88% das negociações salariais entre trabalhadores e empresas, públicas ou privadas, os reajustes foram de acordo com a inflação ou acima da inflação. Esses são dados do Dieese.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Senadora Ana Júlia Carepa.

Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, peço um pouco mais de complacência com o meu horário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a dispõe de mais cinco minutos, quando terminar os dez.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Registro esses dados com toda a calma com que estou hoje nesta tribuna, porque o momento exige calma, ponderação e responsabilidade. Estamos *on-line* com os blogs, notícias, tem depoimento na Polícia Federal, o Ministério Público está acompanhado, a pedido do Ministro Márcio Thomaz Bastos, a investigação do episódio envolvendo a quebra do sigilo bancário e dos procedimentos relacionados ao Sr. Francenildo. Imaginei que, pelo menos em algum momento, tivéssemos algum outro. É claro que não vou querer fazer aqui comparações de gravidade, até porque a quebra de sigilo numa instituição como a Caixa Econômica Federal preocupa todos nós e exige que efetivamente as investigações cheguem até as últimas consequências, que se descubra e puna os responsáveis porque não se pode admitir que esse tipo de procedimento aconteça.

Como Caixa Econômica Federal é uma instituição que todos nós preservamos, uma instituição da mais alta responsabilidade e estima dos brasileiros pelos importantíssimos benefícios que proporciona à sociedade brasileira, imaginei que iríamos ter pelo menos algum tipo de comentário com relação à Nossa Caixa, no Estado. Talvez até o episódio Nossa Caixa, em São Paulo, não tenha a mesma gravidade, talvez até não tenha mesmo. Mas, de qualquer forma, os jornais estampam isso hoje. E, da mesma forma que se exigem as apurações e investigações no caso da Caixa Econômica Federal – e aqui eu tenho tranqüilidade de falar porque, desde o primeiro momento, eu tenho me posicionado sobre a importância de se fazer investigação, apuração e punição –, acho que o episódio Nossa Caixa, em São Paulo, também mereceria pelo menos o registro na tribuna do Senado, tendo em vista que o **Jornal do Brasil** afirma que foram direcionados recursos da Nossa Caixa para favorecer jornais, revistas e programas de rádio e televisão, mantidos ou indicados por Deputados da base governista da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

Há manchetes como: “Banco Estatal beneficiou aliados de Alckimin”; “Alckimin não vai apurar se banco ajudou seus aliados”; “Favorecimento de agências é investigado”. Há uma afirmação de que a denúncia é inverídica e não será investigada, afirma o governador. Portanto, acho que todas essas questões, já que há uma preocupação tão grande, Senador Paulo Paim, em se investigar todas as formas de ilícitos, todas

as denúncias, que esse assunto não passasse como algo só de São Paulo, porque comportamentos com relação à utilização da publicidade para favorecer, e nas reportagens existem questões inclusive que acho que mereceriam mesmo atenção especial, porque, em determinados trechos:

Wagner Salustiano (PSDB): “...para o mês de outubro: TV R\$ 14.638,00. Revista **De Fato**, R\$32.300,00. Total de R\$46.938,00 (...)”.

Afanázio Jazadji (PFL): “...acertei com ele um montante que estou distribuindo entre os nossos parceiros”.

Edson Ferrarini (PTB): “Negociar verba de R\$ 20.000,00/mês”.

Então aqui há indícios que mereceriam tanto quanto atenção, já que estamos debruçados há tantos meses em investigações relacionadas à possibilidade de utilização de recursos públicos para lubrificar máquinas ou lubrificar interesses de tantas ordens. E o interessante é que – até se ele estivesse aqui eu iria perguntar – quem está colhendo as assinaturas para a instalação da CPI na Assembléia Legislativa de São Paulo é o Deputado Romeu Tuma Junior, do PMDB.

Eu gostaria apenas de fazer esse registro porque imaginei que pelo menos esse assunto viria à tribuna. Temos insistido na investigação e na apuração de todo e qualquer fato que envolva atividades que possam ter indícios de ilícito ou, como no caso da Caixa, de quebra ilegal de sigilo. Da mesma forma, acho que esse fato também mereceria atenção.

Concedo um aparte à Senadora Ana Júlia.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Senadora Ideli Salvatti, serei bem breve, mas gostaria de dizer que realmente eu esperava que essa questão fosse discutido hoje, aqui, até pela importância que tem e pelo descaso que teve também a pessoa que disse que não era necessário investigar, que é o Governador. Acho que isso é muito grave, até porque, diferente de tentar resumir em cinco empresas, os dados também nos dizem que o Ministério Público, dos mais de 200 casos, quase 300 investigados, já encontrou irregularidades em 97%. Não se trata apenas de cinco casos em 500, mas de 97% das questões investigadas. Então, nós aqui não fazemos ilações e nem acusações indevidas, mas, sim, defendemos. Assim como defendo ardorosamente, como V. Ex^a e tantos outros, que se apurem quebras indevidas de sigilo seja de quem for, não podemos fazer generalizações. Inclusive, quero aqui fazer uma defesa dos funcionários da Caixa Econômica Federal, que, na sua imensa maioria...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – E também da Nossa Caixa.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – ... como também da Nossa Caixa, do Banco do Brasil, do Banco da Amazônia, do Banco do Nordeste, enfim dos bancos públicos, na sua imensa maioria, pois são trabalhadores sérios. Só como exemplo, os bancários dos bancos públicos, durante oito anos do Governo anterior, ficaram com uma espada de Dâmoques na cabeça o tempo inteiro à espera da privatização e tiveram reajuste zero durante os oito anos, Senadora, que é exatamente quanto esses bancários valiam para aquele Governo.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só informo que eu dei os dois minutos além do tempo de V. Ex^a, como dei aos outros.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Queremos apuração total, seja em São Paulo, seja dos escândalos todos, seja das denúncias de questões indevidas, de quebras de sigilo e de outras tantas, para que possamos fazer do Brasil um país melhor, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Senador Paim. Apenas fiz questão de fazer o registro até no sentido de que a coerência exige a firmeza no pedido de investigação de tudo que possa ter algum tipo de ilícito.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra, como oradora inscrita, à Senadora Ana Júlia Carepa.

Em seguida ao Senador João Batista Motta; depois, Senadores César Borges, Ney Suassuna, Antonio Carlos Magalhães, Heráclito Fortes e Rodolpho Tourinho.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Tenho a palavra para uma comunicação, não é? Sou a terceira, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a está como oradora inscrita, a não ser que queira abrir mão.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Aí V. Ex^a fica com cinco minutos e eu passo os dez restantes para o próximo orador.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA.) – Não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas é melhor para V. Ex^a; estou só alertando.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Claro.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estou apresentando – já falei duas vezes sobre esse assunto, inclusive na sexta-feira – um requerimento que passo a ler.

Requeremos, nos termos regimentais, seja dado conhecimento aos membros da CPMI dos Correios sobre o(s) relatório(s) apresentado(s) pela Empresa ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/ S, contratada do Senado Federal com o objetivo de prestar assessoria à Sub-relatoria dos Fundos de Pensão da CPMI dos Correios, conforme expresso no contrato nº 0147/2005, bem como a(s) data(s) e valor(es) da(s) parcela(s) já paga(s) para a referida Empresa.

Estou apresentando esse requerimento até porque o contrato diz que, com exceção do pagamento dos 20% iniciais, que deve ter sido feito com apresentação do planejamento da empresa contratada pelo Senado para prestar assessoria à Sub-Relatoria dos Fundos de Pensão, os outros pagamentos devem ser feitos mediante apresentação de relatório.

Cobrei tanto na CPMI quanto aqui, em aparte. Inclusive V. Ex^a, Senador Paulo Paim, estava presente quando cobrei isso do Presidente da CPMI dos Correios, Senador Delcídio Amaral. Apesar de ter cobrado verbalmente duas vezes, não recebi nada da empresa, nenhum relatório. Desconheço que os dois relatórios parciais apresentados tenham sido assinados pela contratada.

Em relação à confidencialidade, vou ler a cláusula 3^a do contrato:

Todas as informações que vierem ao conhecimento da CONTRATADA, durante a execução dos trabalhos, relacionadas às operações desenvolvidas pelas partes objeto deste instrumento, serão consideradas estritamente confidenciais, e não serão fornecidas ou reveladas a terceiros, sob qualquer hipótese, salvo através da expressa autorização, por escrito, ou determinação profissional, judicial ou legal.

Terceiros seriam pessoas que não são da CPMI, o que não é o meu caso, que não são Senadores, não são Parlamentares. Eu, mesmo membro suplente, faço parte da CPMI, e, como membro suplente, tenho direito a ter acesso.

O § 1º diz o seguinte:

Da mesma forma, os serviços, as informações, registros, dados, orientações ou recomendações contidas em quaisquer relatórios, materiais, apresentações ou outros tipos de comunicação escrita ou em qualquer outro

formato, em forma de minuta ou formato final, fornecidos pela CONTRATADA (coletivamente relatórios), destinam-se exclusivamente à informação e ao uso da CPMI e não serão divulgados a terceiros sem prévia autorização da Sub-relatoria.

A CPMI não deverá basear-se em relatórios verbais (que não sejam confirmados pela CONTRATADA por escrito) (...)

Ou seja, que não sejam confirmados pela empresa que este Senado Federal contratou, por uma auditoria privada, pela empresa Ernst & Young. O relatório da CPMI não pode se basear em algo que não seja com base num relatório por escrito da auditoria que este Senado está pagando.

(...) ou relatórios por escrito em forma de minuta. Os relatórios em forma de minuta podem ser alterados por fatos e eventos posteriores e são definitivamente superados pelo relatório final da contratada.

Faço este requerimento, Senador Paulo Paim, porque, apesar de já tê-lo feito duas vezes verbalmente, e V. Ex^a sabe que quando fazemos uma solicitação verbal, neste caso, se esse relatório existir – não estou dizendo que não exista –, ele não chegou ao nosso conhecimento; deve chegar.

Por isso, faça essa solicitação. Isso não é responsabilidade, com certeza, do Senador Renan Calheiros, mas S. Ex^a é o Presidente do Senado, instituição que contratou a empresa. Fico muito preocupada, até porque o relatório será lido e votado na CPMI, e desconheço até hoje, apesar de haver sido contratada uma auditoria privada, paga com dinheiro público, qualquer relatório.

Sr. Presidente, lembro bem que técnicos da Receita e auditores fiscais nos procuraram, e eu disse que entendia que deveriam, sim, ser auditores da Receita, auditores públicos, técnicos de órgãos públicos, mas foi uma decisão da maioria, naquele momento, contratar a empresa.

No entanto, como desconheço o relatório – e não quero aqui, de forma alguma, dizer que a empresa contratada não o apresentou –, faço aqui um pedido formal.

Até onde sei, a Senadora Ideli Salvatti já fez esse pedido formal e não recebeu resposta. Ela não recebeu resposta alguma, o que é muito estranho, porque eles já deveriam ter entregado isso. Como já saíram dois relatórios parciais, e a contratada não entregou nada? E foi contratada exatamente para nos subsidiar.

Senador Paulo Paim, não somos obrigados a ser economistas ou especialistas nessa área do sistema

financeiro. Não sou especialista, mesmo sendo bancária, mesmo sendo da frente que defende os associados dos fundos de pensão. Por isso mesmo, estou muito preocupada pelo fato de não saber onde está o relatório dessa empresa contratada para nos subsidiar. Isso está no contrato. A CPMI não deverá basear-se em relatórios verbais; ou seja, têm de ser confirmados pela contratada por escrito. Então, estão se baseando em quê, já que não há um relatório escrito? Ou, se há, por que não chegou na nossa mão?

Eu não quero aqui causar... Apenas quero ter conhecimento desses relatórios, como Senadora da República – e acho que todos nós temos esse direito, principalmente quem é membro de uma CPI –, para proceder a uma avaliação mais justa dos dados apresentados, evitando injustiças.

Penso que devemos investigar. E todos são testemunhas – V. Ex^a e outros Senadores – de que, há muito tempo, sempre defendemos as investigações, mesmo que em determinados momentos nos causem tristeza os erros e os absurdos cometidos, como a violação de contas, o que nós, de forma alguma, admitimos que aconteça.

Por isso, os culpados devem ser punidos. Agora, não podemos fazer isso apenas para um lado. Não vamos admitir generalizações. Portanto, acho que estamos fazendo algo justo apresentando esse requerimento.

Era o registro que gostaria de fazer, Senador Paulo Paim.

Por fim, vou falar de outro assunto.

Faço aqui um agradecimento público, o qual já pude fazer de forma muito breve, à população do Município de Capanema, no Estado do Pará, por meio de sua Câmara Municipal.

Há duas semanas, recebi, com muita honra, o título de Cidadã de Capanema. Não nasci no Município de Capanema, mas em Belém. Recebi aquele título com muito orgulho, numa sessão extremamente emocionante. Além de mim, várias pessoas receberam esse título de cidadãos e cidadãs de Capanema, pessoas que têm um histórico de luta, inclusive uma freira, juízes, delegados de polícia, empresários, enfim, cidadãos de diversos setores da sociedade.

Portanto, agradeço ao povo de Capanema. Coloquei-me à disposição, como tenho feito junto ao povo do Pará, de todos os Municípios, para ajudar mais ainda aquele Município com políticas públicas importantes. Agradeço, especialmente, à Câmara, na pessoa do Vereador Marcelo Pierre, que apresentou essa proposta, aprovada pela Câmara Municipal de Capanema. O tratamento que nos deu deixou-nos extremamente emocionada, em uma sessão que durou até quase meia-noite. Senti-me extremamente orgu-

lhosa de receber aquele título, como primeira mulher Senadora do Pará, em um Município histórico, de gente trabalhadora e produtora.

Desta tribuna, faço publicamente este agradecimento ao povo de Capanema, por meio de sua Câmara Municipal, que representa aquela população, aquela sociedade.

De outro lado, por fim, entrego este requerimento à Mesa, para que seja respondido, porque talvez o relatório tenha sido feito e apenas ainda não chegou ao nosso conhecimento; com certeza, ainda vai chegar.

Pois não, Senadora Ideli Salvatti.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senadora Ana Júlia, em primeiro lugar, parabéns pelo título que V. Ex^a recebeu. Tenho certeza de que é legítimo e merecido. V. Ex^a levanta da tribuna uma questão que eu estava comentando com a imprensa, que fazia perguntas a respeito do que vai acontecer amanhã no relatório da CPMI dos Correios, e temos muita dúvida efetivamente sobre o que vai acontecer. Tem vazado tanto, tem sido feita tanta ilação, tem sido feita tanta coisa, que há até o procedimento de jogar lá em cima, como uma especulação mesmo: joga-se lá em cima, e fica todo o mundo preocupado com isso; mas, no final, não é lá em cima. Quer-se mesmo a metade, com o que se vai ficar satisfeito. Então, cria-se toda uma situação de tensionamento que muitas vezes não contribui. Há procedimentos de dar reiteradas declarações controvertidas: em um dia, diz que vai fazer tal coisa e colocar tal coisa no relatório; no outro dia, desdiz. Por isso, essa questão que V. Ex^a levanta a respeito das auditorias que estão sendo muito bem pagas – e, no caso, são R\$5 milhões, não é qualquer dinheiro. Eu tive a oportunidade inclusive de pedir ao Presidente da CPMI, porque nos havia causado muita espécie aquele sub-relatório preliminar, o segundo apresentado pelo Deputado ACM Neto, porque não tínhamos certeza se a Ernst & Young havia contribuído. A documentação, a explanação e as teses ali desenvolvidos tinham muita fragilidade. Eu até brinquei dizendo assim “não sendo nenhuma especialista em mercado, nada disso, só com os meus conhecimentos de aritmética e de diagnóstico, de análise de gráficos, foi possível desmontar algumas das teses que estavam ali colocadas”. Então, acho muito pertinente este questionamento: se efetivamente houve algum trabalho, se produziram, para quem foi entregue, onde está isso, se assinaram ou não assinaram os relatórios parciais, se os relatórios entregues ao Relator, Deputado Osmar Serraglio, têm ou não a concordância da auditoria que está sendo paga com um valor bastante significativo. Acho

importante até porque – não sei se já saiu o segundo pagamento –, como V. Ex^a mesma colocou, a

segunda parte do pagamento só pode sair mediante a apresentação do trabalho e resultado.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Exatamente. Não estou aqui questionando absolutamente o relatório, mas solicitando sua entrega, porque foi este Senado que contratou a auditoria. Nada mais justo e mais correto do que fazer essa cobrança, até porque sei o que é ser vítima de ilações e de vazamento de informações – vazamento de informações que deveriam ser sigilosas e vão parar nas páginas de jornais e revistas.

Costumo dizer, como cristã, que a justiça pode tardar, mas ela não falha. Então, pelo menos em relação a mim, estou absolutamente tranqüila.

Eram esses os dois registros que queria fazer, Sr. Presidente. Agradeço à Senadora Ideli pelo aparte e a V. Ex^a. Minhas preocupações dizem respeito a recursos do povo e, portanto, devemos cobrar o trabalho devido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Sobre a Mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 337, DE 2006

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos regimentais, seja dado conhecimento aos membros da CPMI dos Correios sobre o(s) relatório(s) apresentado(s) pela Empresa Ernest & Young Auditores Independentes S/S, contratada do Senado Federal com o objetivo de prestar assessoria à Sub-relatoria dos Fundos de Pensão da CPMI dos Correios, conforme expresso no contrato nº 0147/2005, bem como a(s) data(s) e valor(es) da(s) parcela(s) já paga(s) para a referida Empresa.

Justificação

Às vésperas da apresentação do relatório final da CPMI dos Correios não foi dado conhecimento aos seus membros, até a presente data, sobre os serviços que estão sendo prestados pela Empresa Ernest & Young Auditores Independentes S/S, contratada do Senado Federal com o objetivo de oferecer assessoria à Sub-relatoria dos Fundos de Pensão da CPMI dos Correios, conforme contrato nº 0147/2005, que tem o Senado Federal como Contratante.

O contrato, em várias de suas cláusulas, estabelece entre as obrigações à contratada prestar informações aos membros da CPMI na forma de relatórios escritos. O Parágrafo Primeiro da cláusula terceira do referido contrato, ao referir-se sobre a confidencialidade das informações, é claro ao afirmar que “A CPMI não deverá basear-se em relatórios verbais (que não

sejam confirmados pela contratada por escrito) ou relatório por escrito em forma de minuta...”.

Também no parágrafo terceiro da cláusula quinta do mesmo contrato, quando versa sobre a forma de pagamento da contratante pelo serviço prestado pela contratada, é prevista a entrega de relatório formal.

Assim, não tendo efeito, até o presente momento, as solicitações dirigidas tanto ao Presidente da CPMI Senador Delcídio Amaral, quanto ao Sub-relator Antônio Carlos Magalhães Neto, sobre as contribuições da prestação de serviço da Empresa Ernest & Young Auditores Independentes S/S à Sub-relatoria dos Fundos de Pensão da CPMI dos Correios, como membro desta CPMI, é que dirijo a Vossa Excelência o presente requerimento.

Sala das Sessões, 27 de março de 2006. _ **Ana Júlia Carepa.**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra ao nobre Senador João Batista Motta, que tem o maior respeito e carinho pela Câmara dos Deputados.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fui procurado há pouco por uma pessoa do meu Estado que trabalha na imprensa para conversar sobre a queda do Ministro Palocci. Em relação ao que vou falar aqui, tenho certeza de que merecerei a solidariedade do Senador Paulo Paim. Vou contrariar o que disse o nosso Líder, Senador Arthur Virgílio, que considerou o Ministro Palocci o melhor Ministro do Governo Lula – e o povo brasileiro que assiste à TV Senado vai entender bem o que vou falar.

Eu não queria ver a demissão do Ministro Palocci por causa da acusação do caseiro, eu não queria ver o Ministro Palocci perder o seu posto de Ministro da Fazenda por uma denúncia de corrupção. Eu queria que o Ministro Palocci já tivesse sido demitido, a um ou dois anos atrás, pelo modelo econômico que implementou no País, quando aprofundou uma política neoliberal que tanto mal fez ao País. Eu queria que o Ministro Palocci estivesse perdendo o cargo porque permitiu que o dólar estivesse sendo vendido por R\$2,00, quando, há quatro anos, o dólar esteve beirando a casa dos R\$4,00. Queria que o Ministro Palocci estivesse perdendo o mandato porque pratica, neste País, os mais altos juros do Planeta – juros com os quais permite a entrada de dinheiro volátil que derruba o câmbio, prejudica os exportadores e elimi-

na o mercado interno. Queria que o Ministro Palocci estivesse perdendo o cargo de Ministro da Fazenda por permitir que, num País em que a taxa oficial está em torno de 16%, bancos oficiais, como a Caixa Econômica e Banco do Brasil, cobrem juros acima de 150% ao ano. Queria que o Ministro Palocci estivesse perdendo o cargo por não ter uma política salarial para o País, por não ter feito uma reforma tributária, por não ter mandado para esta Casa uma reforma tributária capaz de tirar da folha de pagamento dos trabalhadores as contribuições, colocando-as em cima do faturamento das empresas e permitindo que, assim, pudéssemos estar praticando hoje um salário mínimo de quinhentos, seiscentos, setecentos, quem sabe até mil reais. Eu queria que o Ministro Palocci estivesse perdendo o cargo hoje, Senador Arthur Virgílio, porque não fez uma política para o homem do campo, porque permitiu denúncias como a do Ministro da Agricultura, que disse em cadeia de rádio e televisão que os recursos obtidos do Governo Federal, que deveriam ter saído em março para financiar a safra, só saíram em novembro – o dinheiro fornecido pelo Governo Federal não chegou às mãos dos produtores brasileiros.

Eu queria que o Ministro Palocci estivesse hoje perdendo o cargo de Ministro da Fazenda porque fez com que este País paralisasse todo o seu interior – todo o campo brasileiro, todo o agronegócio deixou de existir de uma hora para outra. Um Ministro que comemora, junto com o Líder do PT aqui nesta Casa, o preço do arroz a R\$12,00, do milho a R\$10,00 a saca, não entende que, com isso, o produtor brasileiro deixa de produzir, o produtor brasileiro desanima, abandona o seu posto de trabalho.

Queria, meu Líder Arthur Virgílio, que o Ministro Palocci estivesse deixando o Ministério da Fazenda, juntamente com o Presidente Lula, pela incapacidade administrativa de ambos. Queria que eles tivessem a humildade de entender o mal que fizeram a este País e renunciassem juntos. Já que isso não acontece, Sr^{as} e Srs. Senadores, temos de esperar mais alguns meses para ver o fim daquilo que está acontecendo hoje, ou seja, o nosso País completamente parado, com seus habitantes preocupados com o passar dos sete meses que ainda faltam para que possamos acabar com essa farra do PT.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa com prazer.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Queria que o Espírito Santo iluminasse o povo de Vitória (Espírito Santo) para que o fizesse voltar com o mandato de Senador. V. Ex^a entrou aqui como suplente, como entrou Fernando Henrique Cardoso, e, sem dúvida, foi um dos mais proeminentes Senadores desta Casa. V. Ex^a

retrata a economia do País muito bem. Eu só acrescentaria, como professor de Biologia que sou, o leite, que é o mais fundamental alimento do ser humano e que custa R\$0,35 o litro, enquanto a água Perrier que tomam nas comemorações custa R\$6,50. Isso acaba com o campo, contraria Franklin Delano Roosevelt, que fez dos Estados Unidos um país rico e dizia que era importante olhar o campo; que as cidades, mesmo destruídas, ressurgiriam do campo, mas o campo não-apoiado e destruído significaria a destruição das cidades.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES)

– Agradeço ao Senador Mão Santa pelo aparte.

Quero acrescentar que estive em Natal no final de semana, onde conversei com vários agricultores e alguns carcinicultores. Cheguei a conversar com um engenheiro, que é gerente de uma grande empresa que cultiva frutas no País, e ele me disse que está com toda a safra de manga perdida, que não pode colher porque não tem preço, não tem quem compre. Com o dólar que estamos praticando, não dá para exportar. Os carcinicultores falavam também a mesma coisa: com o dólar a R\$2,00, ninguém pode exportar camarão. E assim estão todos os produtores brasileiros: desiludidos e desesperados.

Não há sensibilidade por parte do Governo para tomar nenhuma providência. Não há sensibilidade, Senador Mão Santa, nem para resolver problemas tais como: no Governo Fernando Henrique, foi repassado dinheiro para centenas de prefeituras que não puderam realizar a obra, porque o pessoal do meio ambiente não deixou; os projetos não foram aprovados por causa da burocracia daqueles que cuidavam da parte ambiental. Vai acabar o Governo Lula, e o dinheiro se encontra parado no Banco, agora com o projeto aprovado pelos ambientalistas, mas sem a ordem do Ministério da Saúde para aplicar o dinheiro naquele esgoto, conforme o projeto. Vou repetir: o dinheiro que foi repassado para a prefeitura no Governo Fernando Henrique Cardoso até hoje está parado por falta de decisão. Ninguém decide! No Governo, ninguém toma providência, ninguém tem coragem para resolver os problemas, a não ser para fazer mal a essa ou àquela categoria.

Dou outro exemplo: quando muitos agricultores, Senador Tasso Jereissati, vão ao Banco pegar um empréstimo – embora tenham uma fazenda que valha, digamos, R\$5 milhões – de R\$100 mil ou de R\$200 mil para comprar um trator, o gerente do Banco pega toda a fazenda como garantia. Depois, não tendo como pagar esse empréstimo, o cidadão fica com toda a fazenda presa, sem poder pegar recursos de custeio, sem poder vender, sem poder trocar, sem poder fazer nada. Ele quer vender um pedaço da fazenda e pagar

a dívida, mas não pode fazê-lo, porque a dívida foi securitizada, foi mandada para a Secretaria do Tesouro e agora fica presa, sem nenhuma solução. O agricultor sofre, sem ter como resolver seu problema. E assim acontece com milhares e milhares de pessoas.

Não estou querendo aqui denunciar que meia dúzia ou centenas de agricultores estão sofrendo, estão perdendo o que têm. Não é apenas isso. O que estou querendo dizer é que o Governo não decide, não toma providência, nada faz no sentido de ajudar aqueles que trabalham.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. João Batista Motta, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Ana Júlia Carepa.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador João Batista Motta. V. Ex^a ainda dispõe de três minutos. Se quiser usar desse tempo, V. Ex^a tem o direito de fazê-lo.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – V. Ex^a não sabe como lhe agradeço por isso, Senadora Ana Júlia Carepa, que é do Estado do Pará e que sabe como os agricultores...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Este é um novo método de presidir a Casa: quando o orador deixa a tribuna, a Presidente o chama para ocupar o tempo. Agradeço a V. Ex^a, porque é um precedente muito bom.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Não, Senador Antonio Carlos Magalhães, não é um precedente. Simplesmente, comuniquei isso a S. Ex^a, porque a Dr^a Cláudia colocou mais dois minutos, quando S. Ex^a teria direito, nessas sessões, a dez minutos, prorrogáveis por mais cinco minutos. S. Ex^a havia falado apenas dois minutos, e o tempo foi prorrogado por mais dois minutos. Imediatamente, proroguei por mais três minutos, para fazer justiça. Eu não poderia agir de outra forma para ser justa.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr^a Presidente, quero cumprimentar V. Ex^a, porque, no momento em que o PT não quer que o caseiro fale, V. Ex^a quer que o Parlamentar fale. Parabéns!

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Sr^a Presidente, Senadora Ana Júlia Carepa, agradeço-lhe de coração, até porque V. Ex^a, tenho certeza, compartilha das mesmas idéias. Conhecemos o sul do Pará e sabemos como aquela gente está sofrendo. Não são apenas os capixabas que sofrem nas garras deste Governo. Quando percorremos o sul do Pará, de

onde V. Ex^a é Senadora, vemos aqueles trabalhadores cansados, exaustos, que foram ao Banco, que conseguiram dinheiro para fazer um financiamento, que tiveram uma despesa de R\$200 mil na sua lavoura, que, depois, tiveram de vender a safra por R\$50 mil e que perderam R\$150 mil. Saíram do ar.

V. Ex^a sabe que, no Governo passado, uma arroba de boi custava R\$45,00. No “Globo Rural” de domingo, Senador Mão Santa, o valor divulgado foi de R\$37,00. Naquela época, um rolo de arame de mil metros custava R\$45,00 e, hoje, custa R\$245,00. Olhem para onde foi a situação do pecuarista brasileiro!

A Senadora Ana Júlia Carepa sabe do que estou falando, porque seus correligionários também estão sofrendo por todos esses desmandos. Queria agradecer-lhe de coração.

Faço um apelo ao povo brasileiro para que pense muito, em 3 de outubro, para escolher um candidato que possa ser um gerente, pois este País precisa, Senador Mão Santa, de alguém que tenha pulso forte e que saiba gerenciar a Nação. Que escolhamos alguém que já trabalhou na vida, que já gerenciou algo na vida, que tenha experiência administrativa, para que, amanhã, neste País, o povo brasileiro tenha condições reais de viver com dignidade!

É o que quero, é o que penso, é o que desejo. Tenho certeza de que todos os Senadores desta Casa desejam o mesmo!

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Muito obrigada, Senador João Batista Motta.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr^a Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem.) – Sr^a Presidente, após o Senador Ney Suassuna e o Senador Antonio Carlos Magalhães, eu gostaria de me inscrever como Líder do PSDB.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – V. Ex^a está inscrito como Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio.

Senador Ney Suassuna, antes de V. Ex^a, está inscrito o Senador César Borges.

Senador César Borges, V. Ex^a tem a palavra por dez minutos, prorrogáveis por mais cinco minutos.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr^a Presidente, antes do Senador César Borges falar, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Concedo-lhe a palavra, pela ordem, Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero só fazer mais um registro oficial nesta Casa. É um registro que preocupa não pelo conteúdo, mas pelos métodos que estão sendo desenvolvidos pelo Governo do PT, que é um problema. Mas, se são desenvolvidos pelo Governo do PT dentro desta Casa, é um problema diferente.

Recebi, na última quinta-feira, a visita de um amigo pessoal, que respeito e admiro muito, cujo escritório de advocacia trata de algumas questões judiciais que movo contra os detratores da minha honra.

Já informei a esta Casa que a câmera de televisão, que deveria estar voltada para o corredor do Senado, está voltada para a porta do meu gabinete. Aí sai na coluna da jornalista Tereza Cruvinel: “Foi visto entrando, ontem, no gabinete do Senador tucano Antero Paes de Barros, o Procurador José Roberto Santoro”. Aí faz algumas considerações sobre o Procurador José Roberto Santoro, que se licenciou do Ministério Público e cujo escritório me representa em algumas ações jurídicas. É verdade que, outro dia, tendo recebido uma carta do Procurador Santoro, ela esclareceu o assunto.

Quero aqui ratificar que eu havia telefonado ao Dr. Santoro, que se encontrava no gabinete do Senador Tião Viana. Aqui, não está escrito “foi visto no gabinete do Senador Tião Viana e, depois, no gabinete do Senador Antero”, não. A expressão “foi visto” refere-se apenas a “no gabinete do Senador Antero Paes de Barros”.

Quando falei com o Dr. José Roberto Santoro, ele estava no gabinete do Senador Tião Viana e disse-me: “Estou no gabinete do Senador Tião Viana e, quando terminar a audiência, vou lhe fazer uma visita”. Ele foi ao meu gabinete e fez-me uma visita. Na saída, ainda brinquei ao mostrar a câmera de televisão, dizendo: “Veja como a câmera está virada para o meu gabinete”.

Portanto, estou reiterando o pedido à Mesa da Casa. Não aceito a justificativa da Segurança da Casa de que a câmera deve ficar assim mesmo. Todas as outras câmeras do Senado são direcionadas ao corredor. Por que a câmera, vizinha ao meu gabinete, está direcionada ao meu gabinete? Ou é para me filmar ou para filmar o Senador Renan Calheiros, cujo gabinete fica próximo ao meu. Não aceito isso!

Esse método petista de governar não cabe nesta Casa. Este é o Senado da República. Não é possível bisbilhotar a vida alheia. Como Senador, exijo uma total autonomia do meu mandato.

Faço um registro a Tereza Cruvinel, jornalista respeitada que tem uma coluna importante no jornal **O**

Globo: reitero, com a maior tranquilidade, as amizades que possuo e que me orgulho de possuir.

Então, eu gostaria de deixar esse registro.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Senador Antero Paes de Barros, respondo à sua questão de ordem, dizendo que, neste momento, ao ocupar a Presidência desta sessão, já solicitei as notas taquigráficas, que enviarei, juntamente com sua questão de ordem, ao Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Fora do microfone.) – E também ao Corregedor da Casa.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Então, encaminharemos também ao Corregedor da Casa. A questão de ordem de V. Ex^a está acatada e será encaminhada.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr^a Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Concedo a palavra, pela ordem, a V. Ex^a, que, inclusive, está inscrito também.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sobre o tema, Sr^a Presidente, devo dizer que se passou, de fato, algo de grave. Não consigo entender por que seria notícia o Procurador Santoro, aposentado hoje, visitar quem quisesse, seja o Senador Tião Viana, seja o Senadora Antero de Barros. Tenho um pouco alma de jornalista, não daria essa notícia. Muito bem, mas cada um com sua própria autonomia.

Houve algo de grave, sim, porque, é verdade que o Senador Antero Paes de Barros não tem de dar a menor satisfação a respeito de quem visita o seu gabinete. Quem o procurou não foi o Marcos Valério, quem o procurou não foi o Delúbio, não foi o Sílvio *Land Rover*, não foi ninguém desses. Quem o procurou foi um homem íntegro, um homem decente.

E aí há uma coisa grave, imperdoável, que merece, portanto, o meu protesto: é o fato de o Procurador Santoro, meu contemporâneo, meu amigo de família e meu amigo pessoal, não ter ido ao meu gabinete. Ele não poderia ter vindo ao Senado, sem ter ido ao meu gabinete. Faça daqui um protesto claro: Santoro não deveria ter vindo ao Senado e não ter ido ao meu gabinete. Espero que nunca mais repita isso. Ou seja, toda vez que vier ao Senado, ele tem de ir ao meu gabinete, até por uma questão de afinidade familiar que temos, amizade pessoal, ligação de coestaduanos que somos. Portanto, estou realmente enciumado com essa visita que o Antero recebeu, e que não mereci.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador.

Senador César Borges, V. Ex^a tem a palavra por dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Só uma explicação necessária, Sr^a Presidente.

Acabo de receber um telefonema do meu gabinete, dizendo que endireitaram a câmara, porque eu já havia falado sobre o assunto com o Senador Renan Calheiros.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Está bom. Mesmo assim, a questão será encaminhada, Senador Antero Paes de Barros.

Concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr^a Presidente, eu gostaria de fazer uma permuta com o Senador Antonio Carlos Magalhães, que está com compromisso marcado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Com certeza, Senador César Borges! V. Ex^a falará, então, depois do Senador Ney Suassuna.

Concedo, então, a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero, em primeiro lugar, agradecer a generosidade do Senador César Borges, meu colega, meu amigo e, sobretudo, competente Senador.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero hoje abordar um tema que me vem causando, pelo menos, três sentimentos desagradáveis, produzindo em meu espírito, como acredito que no de toda a gente da Nação brasileira, um misto de indignação, de desalento e de melancolia.

Quero lhes falar sobre uma das faces mais cruéis de um terremoto que sacudiu as estruturas morais do País, tendo, de um lado, como causa, o Governo do PT, seus aliados, que, a esta altura, não sei se devo chamar de aliados, se de comparsas, e a figura bizarra e altamente comprometida com os escândalos do Presidente da República.

E, do outro lado, como epicentro, a sociedade brasileira, como um todo, de modo particular órgãos e instituições federais, alguns deles centenários, cuja credibilidade e respeito os credenciaram a ser motivo de orgulho e referência para os brasileiros, sobretudo para os que construíram a sua história, muito embora hoje não passem de casas saqueadas e de má fama.

Casas saqueadas e de má fama ou trilhas obrigatórias de passagem de ratazanas em que se transformaram para os freqüentadores dos porões palacianos, cuja avidez pelo poder a qualquer custo não encontra

similar nem mesmo nos momentos de exceção por que já vivemos no passado.

Depois que voltarmos à normalidade, com o fim da desastrosa experiência petista de desgoverno, é impossível saber de quantos anos o Brasil vai precisar para se recuperar dos saques e pilhagens, que se supõem elevadíssimos, feitos aos cofres públicos por esse bando de malfeitores.

É impossível saber, mesmo porque, até agora, nenhum de nós é capaz de estimar, nem pelo alto, a quanto se eleva a sangria ao Erário depois que o PT, instalado no Governo, a partir de janeiro de 2003, teceu a gigantesca teia de corrupção com que pretende alimentar seu projeto de nele se perpetuar.

Com os bloqueios sistemáticos impostos desde o início pelo Governo aos trabalhos das CPIs no Congresso, recorrendo inclusive a expedientes escusos para impedir o aprofundamento das nossas investigações, nem é preciso listá-los, tão presentes e recentes estão na memória da Nação.

Com a lamentável convivência de respeitáveis membros desta Casa, que, por vezes, renegando seu passado de coerência política, se esquecem de que, quaisquer que sejam as circunstâncias, mesmo as mais adversas, e por maiores que sejam os prejuízos, os interesses do Brasil devem estar sempre acima, muito acima, mais acima ainda, dos interesses e das conveniências particulares.

Com ajuda de instâncias superiores de nossa magistratura, cujos atos mais recentes têm merecido reparo dos mais amplos setores da sociedade do ponto de vista moral, ainda que legitimamente defensáveis.

Afinal, com todas essas barreiras impostas ao nosso trabalho investigativo, por quem deveria ter e tem o dever inclusive constitucional de apoiá-lo, vai ser muito difícil, conquanto não impossível, chegarmos a levantar o material suficiente para listar todos os crimes de ação penal pública praticados em cadeia contra os cofres públicos e a administração do País, a partir de janeiro de 2003.

Como muito difícil, senão impossível, será chegarmos a todos os seus autores materiais, que agiram individualmente ou com o concurso de comparsas.

Muito mais remotas, ressalvo ainda, embora não impossíveis, são as possibilidades de chegarmos a todos os autores intelectuais dos crimes, do mais humilde e indefeso ao mais arrogante e blindado deles, sem exclusão de nenhum.

Se vai ser difícil chegarmos a todos os ladrões, muito mais difícil será ainda sabermos quanto eles levaram dos cofres públicos, através dos dutos, viadutos, pontes, túneis, malas, maletas, valises, cuecas, bolsas e outros meios que não se deve duvidar jamais

quando se lida com profissionais altamente qualificados no crime.

De qualquer sorte, o povo vai ter que se sacrificar mais ainda com o suor do seu trabalho e sua escorchante contribuição tributária compulsória para restituir ao País o que o PT e seus aliados, companheiros de vôos noturnos rapinaram e o torraram em suas farras orgíacas, nos salões dos palácios de Brasília.

Aliás, estou aguardando, como milhões de outros brasileiros, com certa inquietação pela demora, os resultados da auditoria que o Tribunal de Contas da União está fazendo junto ao cerimonial das residências presidenciais em Brasília, em busca de justificativa para os elevados gastos do Governo com bebidas alcoólicas e outros produtos importados do exterior.

Só nos últimos 18 meses do período levantado pelos zelosos Ministros do Tribunal de Contas, o Governo gastou – e o Presidente Lula prefere dizer “investiu” em vez de “gastar” – quase R\$1 milhão na compra de bebidas alcoólicas e outros produtos importados.

Ora, com tantos litros e garrafas em renovados estoques nas adegas dos palácios presidenciais, certamente para comemorar o sucesso de cada assalto aos cofres públicos, não estranha que, só de sentir remotamente o cheiro do álcool, o Presidente freqüentemente se embriague, a ponto de desconhecer tudo o que se passou e passa ao seu redor, nesses três anos e meses em que dorme em Brasília, quando não esteve ou está voando, passeando de charrete, servindo de bobo das cortes por onde anda.

Dá-se com o Presidente o que os estudantes de Medicina costumam chamar de amnésia alcoólica de causa remota. Os outros bebem e ele fica tonto, como na marchinha carnavalesca da Turma do Funil. A Turma do Funil é realmente perigosa.

Mas, a menos que algo de mais trágico ocorra na vida do País, como o PT vencer as eleições de outubro próximo, mais cedo ou mais tarde – talvez até mais cedo do que se pode esperar – os estragos de sua pilhagem sobre os cofres públicos se recuperarão, ao contrário do prestígio dos órgãos e instituições atingidos pela pilhagem.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Pois não.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Antonio Carlos Magalhães, os *blogs* e os noticiários *on line* já dão que o Ministro Antonio Palocci enviou carta ao Presidente Lula pedindo afastamento do cargo de Ministro da Fazenda. O que desmente aquela arrogância de que Lula nomeava e demitia. Nesse Governo, Lula

nomeia, mas quem demite é a sociedade, a partir dos fatos de que ela vai tomando conhecimento.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Como deve ser demitido o Presidente da Caixa Econômica, que foi pilhado, inclusive como responsável principal de tudo isso.

Complete-se, Senhor Presidente, pelo menos com esse ato de recuperação moral da Caixa Econômica do País.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Antonio Carlos, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Pois não.

(Interrupção do som.)

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Eu acho que ao Presidente da Caixa Econômica cabe algo mais drástico, pois violou preceito fundamental da Constituição. Cometeu um crime. Creio que deva ser imediatamente punido, não apenas com o afastamento e a demissão, mas com a responsabilidade levada a julgamento pelo crime que cometeu contra um cidadão humilde. Aí, sim, vamos ver se, neste País, os poderosos são punidos criminalmente quando cometem crimes contra os mais humildes.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Cabe ao Procurador-Geral da República, ilustre Senador Tasso Jereissati, a esta altura, tomar uma providência drástica, pelo que V. Ex^a anuncia. E tenho certeza de que, por mais corrupto que seja este Governo, haverá punição.

Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e Petrobras, para ficar apenas com as quatro instituições federais mais afetadas pelo esquema de corrupção do Governo petista do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a partir de janeiro, terão que passar por um período muito longo de descontaminação, até poderem voltar a ser as entidades que, num passado nem tão remoto, encheram-nos de brios e de orgulho.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Senador Antonio Carlos Magalhães, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Pois não, Senador Antero Paes de Barros.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Senador Antonio Carlos, gostaria apenas de ler o trecho de uma nota postada no *site* do jornalista Ricardo Noblat: “Ricardo Schumann é o nome do consultor que disse hoje à Polícia Federal que entregou o extrato do caseiro Francenildo dos Santos Costa a Jorge Mattoso, Presidente da Caixa Econômica Federal”. Quer

dizer, é preciso saber por que o Jorge Mattoso pediu e quem pediu para o Jorge Mattoso.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – E por que ele pediu 15 dias para provar isso.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – E por que ele pediu 15 dias para apurar algo que ele mesmo pediu e de que teve conhecimento imediatamente, conforme depoimento que o consultor está fazendo na Polícia Federal, em que diz que entregou a ele? V. Ex^a tem absoluta razão: esse moço tem de sair hoje, demitido, da Presidência da Caixa Econômica Federal, Instituição centenária jogada no lixo pelo Governo do PT.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Como no lixo têm sido jogadas as outras empresas, o que torna o PT um Partido inteiramente escondido da Nação e seus aliados, tristes, com a mão no queixo, sem poderem defender.

Recordo-me, a propósito, com que satisfação os pais apresentavam aos amigos os filhos empregados da Petrobras, funcionários do Banco do Brasil ou da Caixa Econômica Federal. Os velhos pais espiritualmente se realizavam duas vezes na realização profissional dos filhos. É que dava *status* financeiro e condição de cidadão de primeira classe trabalhar numa dessas instituições.

O gerente de uma pequena agência do Banco do Brasil ou da Caixa Econômica Federal, em qualquer cidadezinha do interior do País, era tratado com o respeito e a solenidade só devidos ao Prefeito, ao juiz, ao promotor, ao presidente da Câmara Municipal e ao vigário da paróquia.

Até que o PT chegou, com espírito de Átila, para subverter tudo, corromper tudo, e os órgãos públicos federais se transformaram nessa vergonha de covil de que hoje os Correios, a Petrobras, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal são exemplos deploráveis.

(A Sr^a Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Atenderei a V. Ex^a.

Eles não mereciam tanta humilhação, tanto ultraje.

Apenas para avivar a memória dos mais antigos e informar aos mais novos, lembro que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, a ECT, funciona no Brasil desde 1663, há 343 anos. São mais de três séculos, quase três séculos e meio de história viva, de relevantes serviços prestados a dezenas de centenas de gerações, em condições difíceis e desumanas às vezes para seus agentes, nos mais longínquos e inacessíveis rincões do Brasil, que os dirigentes do PT e o Presidente da República, insensivelmente, irres-

ponsavelmente, criminosamente mesmo, corrompem, desmoralizam, humilham e jogam no lixo, com o mesmo menosprezo com que os facínoras mais frios tratam os corpos de seus inimigos, depois de abatê-los.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA. Fazendo soar a campanha.) – Agora já é prorrogação.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Gostaria apenas de fazer uma defesa de Átila, o rei dos Hunos. Senador Antonio Carlos Magalhães, aliás, fiquei muito orgulhoso de representá-lo numa solenidade em homenagem a Evandro Lins e Silva, que representa a justiça e equipara-se a Rui Barbosa. Átila era o rei dos Hunos, um povo nômade, como os ciganos, difíceis de serem liderados. Mas ele deixou um ensinamento que o PT não conhece, e eu queria ensiná-lo ao Partido. Ele disse: “Governar é fácil: é premiar os bons e punir os maus”. Então, eu queria defender o Átila, que é muito melhor do que os que estão aí.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço o excelente aparte de V. Ex^a.

Foi fundado o Banco do Brasil pelo príncipe regente Dom João, na cidade do Rio de Janeiro, em 12 de outubro de 1808...

(A Sr^a Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – (...) já se vão 198 anos, quase dois séculos de um trabalho fecundo, da maior importância para o desenvolvimento econômico e social do País. Um sólido patrimônio nacional, inclusive para seus servidores, cujo fundo de pensão, infelizmente, também está comprometido com o esquema da corrupção do Governo Federal. O mesmo esquema criminoso que envolveu o fundo de pensão dos empregados da Caixa Econômica.

Aliás, de todas as instituições públicas utilizadas pelo PT para fazer seus negócios sujos, a Caixa Econômica foi, seguramente, a que mais se desgastou interna e externamente. O processo de limpeza de sua imagem, por isso mesmo, vai demandar muito mais tempo. Não adianta substituir dirigentes apenas, temos de fazer um corte mais forte.

De nada valerem os esforços de seus empregados, ao longo de mais de 140 anos de serviços, para transformar a Caixa numa das instituições bancárias de raízes mais profundas na sociedade.

Os mais de 140 anos de trabalho de seus servidores...

(A Sr^a Presidente faz soar a campanha.)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Senador Antonio Carlos...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Antonio Carlos...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – (...) de repente se pulverizaram com a notícia de ter partido de um ou mais de um de seus servidores a decisão ignóbil de violar o sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa neste triste episódio, que é de conhecimento de toda a sociedade.

Ora, ninguém, ao longo da história da Caixa Econômica, jamais soube que um de seus gerentes houvesse antes retirado o extrato de um cliente sem seu consentimento, nem sequer com o seu conhecimento, por conta própria, e entregá-lo à imprensa para divulgação.

Só posso conceder um aparte se a Presidência consentir.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Serei breve, Senador.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Solicito um aparte.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – O *blog* do jornalista Jorge Moreno já noticia também o afastamento do Presidente da Caixa, Dr. Mattoso.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Parabéns à imprensa brasileira pelo trabalho que realizou, forçando o Governo a destituir as pessoas que estavam implicadas nesse triste caso, mesmo que não tenha sido este o seu objetivo!

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Senador Antonio Carlos, estou prorrogando por mais dois minutos o tempo de V. Ex^a para que conclua o seu pronunciamento, até porque já o prorrogamos três vezes.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Vou atender V. Ex^a, a quem respeito. Peço-lhe desculpas e vou terminar.

Vejo com o mesmo misto de indignação, desalento e melancolia o que se passa com a Petrobras e com o fundo de pensão de seus funcionários. Um dos símbolos mais significativos de nossas lutas, Tantos sacrifícios, nem a Petrobras, no vigor de seus 52 anos, pôde escapar do processo de pilhagem do dinheiro público com que o Partido dos Trabalhadores arquitetou alimentar seu projeto de governo de longo curso. Na Bahia, a direção da Petrobras financia até quadrilhas juninas de prefeituras dirigidas pelo PT, não sei se para manter viva a tradição do São João ou se por ter se confundido a quadrilha junina com outro agrupamento de pessoas de suas relações.

O que não fazem os perdulários com o dinheiro alheio!

Para finalizar, Sr^a Presidente, só me resta solidarizar-me com centenas de milhares de funcionários de todas essas entidades, criminosamente transformadas pelo PT em casas suspeitas de negócios espúrios e seus servidores, em agentes públicos pagos pelo Estado, a serviço do crime.

O PT passa, mas o Brasil continua.

Alckmin chegará à Presidência da República para acabar com essa desgraça que está envolvendo a moral da sociedade brasileira!

Muito obrigado a V. Ex^a.

Peço-lhe desculpas.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Magalhães, a Sra. Ana Júlia Carepa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Alberto Souza, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, pelo prazo de dez minutos.

Em seguida, concederei a palavra ao Senador César Borges.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, em recente pesquisa qualitativa feita na Paraíba, o item mais desejado pelos paraibanos é emprego. Não deve ser diferente, Senador Mão Santa, no restante do Nordeste, onde há poucas indústrias e, por isso, há necessidade de empregos.

Esse é o item número um. E essa carência é tanta, Sr^s e Srs. Senadores, que dá margem à exploração do trabalhador em busca do emprego.

Hoje, nos jornais paraibanos, principalmente no **Jornal da Paraíba**, saiu a seguinte notícia:

Trabalhadores paraibanos estão sendo levados para outros Estados para trabalharem como escravos. Os principais destinos de adultos e adolescentes são as regiões emergentes, com grande potencial agrícola, como os Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Minas Gerais e mesmo áreas mais afastadas e de difícil acesso de Estados vizinhos, como o Rio Grande do Norte. Segundo o Procurador Regional do Trabalho da Paraíba, Eduardo Varandas, praticamente não existe trabalho escravo na Paraíba, que serve principalmente como Estado “fornecedor” de mão-de-obra escrava devido às precárias condições de vida de boa parte da população. “Na Paraíba, o que existe, é trabalho em condições degradantes, como as minas de caulim

no Município de Assunção e as pedreiras em Junco do Seridó”, afirmou o Procurador.

Na tentativa de coibir o envio de novos trabalhadores às fazendas onde são mantidos como escravos, a Procuradoria do Trabalho da Paraíba firmou convênio, no ano passado, com a Polícia Rodoviária Federal, para que os ônibus com características suspeitas, ou seja, em condições precárias, não pertencentes a nenhuma linha habitual de transporte intermunicipal, sejam parados para se averiguar se estão transportando trabalhadores sem autorização da Delegacia Regional do Trabalho, como manda a lei.

A operação, no entanto, ainda demanda mais treinamento à Polícia Rodoviária Federal, o que, com toda a certeza, deverá ocorrer no início do próximo mês.

Ele comenta sobre o tráfico e mostra, inclusive, casos reais que foram constatados. Por exemplo:

Em janeiro do ano passado, dois menores do Município paraibano de Caaporã, a 55 quilômetros de João Pessoa, foram levados para trabalhar catando caranguejo na Ilha de Imburanas, no Município de Macau, Rio Grande do Norte, a 180 Km quilômetros de Natal. Carlos e José (nomes fictícios), de 14 e 16 anos na época, receberam a proposta de trabalho de um homem conhecido como “Anchieta” e que, mais tarde, foi identificado como Everaldo Manoel de Lima, que ofereceu R\$200,00 por cerca de 24 dias catando caranguejo. Eles tinham uma jornada de trabalho de aproximadamente 80 horas semanais e dormiam em camas feitas com varas improvisadas no meio do mangue. No depoimento que prestou ao Ministério Público do Trabalho, Carlos contou que não tinham água potável no local de trabalho e precisavam andar muito para conseguir água limpa.

O agenciador Everaldo Manoel de Lima, o menor André e outras 13 pessoas foram encontradas na Ilha de Imburanas pela polícia do Rio Grande do Norte após a denúncia feita por Carlos, que conseguiu fugir do mangue uma semana após ter começado a trabalhar e caminhou por aproximadamente 12 quilômetros até chegar a uma borracharia, onde foi encontrado por um conselheiro tutelar de Macau. Os agenciadores foram protestados por corrupção de menores, exploração do trabalho e por incentivarem o trabalho infantil.

Ele cita uma centena de outros casos, mostrando o preço da passagem. Cobram R\$100,00 por uma

passagem, cobram R\$30,00 pela comida e, no final, o cidadão não acaba de pagar nunca, Sr. Presidente. Ele vai ficando prisioneiro da situação.

Não é só na Paraíba que isso está acontecendo. Esses agenciadores que foram presos em várias investidas do Ministério do Trabalho e da Polícia rodoviária declararam inclusive – e aqui cita do Estado de V. Ex^a – que a preferência deles é exatamente os trabalhadores maranhenses. Diz o seguinte:

A perversidade dos agenciadores de trabalhadores escravos chega a tal ponto que eles escolhem a proveniência do trabalhador levando em conta o seu grau de subserviência. O trabalhador maranhense é considerado, segundo o Procurador do Trabalho da Paraíba, Eduardo Varandas, o preferido dos “traficantes” de trabalhadores escravos.

Em pleno século XXI, isso é uma coisa degradante.

Quero alertar que esse é um trabalho ao qual também devemos estar ligados. Precisamos arranjar para o Nordeste mais empregos.

Fico pasmo por ver que a nossa Sudene não tem cumprido o seu papel e que há três anos e pouco lutamos para que ela volte a ter um papel proeminente na consecução de empregos. É essa carência de emprego infame que leva os agenciadores a terem esse campo de exploração dos trabalhadores da Paraíba, do Maranhão e de todos os Estados nordestinos, não só para trabalhos na região mais desenvolvida, pois mandam gente até para a Europa.

Há alguns pedidos sérios, como é o caso, por exemplo, de Taiwan, que quer levar 20 mil trabalhadores para lá, mas a legislação não permite. É tanta solicitação que não permite. Com toda certeza, esse seria um caso mais fiscalizado. No entanto, enquanto coibimos e proibimos isso para países que precisam de mão-de-obra, uma coisa que pode ser acompanhada pelo Ministério do Trabalho e Emprego e que tem envolvimento diplomático, não conseguimos fazer o mesmo no nosso País. Dessa forma, as pessoas já estão sem trabalho e quando o encontram é nessa condição de trabalho escravo.

Eu queria alertar o Senado para esse fenômeno, que se vem agravando. Antes, tínhamos um caso esporádico, aqui e ali. Agora, estamos tendo volume, quantidade de captação de pessoas nos Estados nordestinos – e meu Estado está envolvido nisso, assim como o Maranhão –, trabalhadores sendo levados, sem nenhuma segurança legal, para sofrer duramente nesses campos de trabalho forçado que viraram as fazendas do interior, das áreas de grande potencial

agrícola, que passaram a utilizar esse tipo de artifício. Com toda a certeza, vou oficialiar ao Ministério do Trabalho e Emprego e ao próprio Ministro da Justiça para ver se conseguimos coibir, com mais firmeza, esse triste fenômeno.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sr^{as} e Srs. Senadores, esta sessão está prevista para ser encerrada às 18 horas e 41 minutos.

Eu queria propor aos Senadores inscritos – César Borges, Rodolpho Tourinho, Heráclito Fortes, João Alberto, Magno Malta e Efraim Morais – que, às 18 horas e 41 minutos, fosse prorrogada a sessão, mas que cada um usasse oito minutos, apenas, do seu tempo. Seria possível isso? Não há problema? Consulto os Senador César Borges, Heráclito Fortes, Rodolpho Tourinho, Magno Malta e Efraim Morais.

Concedo a palavra, por oito minutos improrrogáveis, ao Senador César Borges, do PFL da Bahia.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador João Alberto Souza, dificilmente eu poderia negar uma solicitação tão gentil feita por V. Ex^a. Em deferência a essa Presidência e aos demais colegas que ainda usarão a tribuna, é claro que aceito oito minutos.

Sr. Presidente, o dilema que vivia o Presidente Lula até há poucos minutos era demitir ou não o Ministro Palocci. Lamentavelmente, o Presidente Lula ainda vivia esse dilema, porque se ele tivesse respeito pelas instituições brasileiras e pela República, já teria demitido há muito o Ministro Palocci, desde quando apareceram as denúncias da “República de Ribeirão Preto” e o Ministro Palocci se negou até a ter indignação por seus acusadores. O Ministro Palocci aceitava e dizia que não via os amigos da “República de Ribeirão Preto”, mas, na verdade, não se indignava e não processava absolutamente ninguém. A partir daquele momento, praticamente aceitava que tinha participado, como Prefeito de Ribeirão Preto, do que estava sendo acusado e de tudo o mais que a Nação veio a saber.

Agora, sem ter mais como avançar nesse processo de tentar manter aqueles que não têm condições em cargos públicos da maior importância para o País, como no caso do Ministro da Fazenda, resolve o Presidente dar oportunidade para que o Ministro se demita, peça o seu afastamento.

Veio tarde, Sr. Presidente, veio tarde.

Estamos vendo ser desmontado o Governo Lula, que não respeita as instituições brasileiras e vai pelo viés do autoritarismo, do aparelhamento de Estado. Seu Partido está infiltrado em todos os órgãos, de todos os escalões da Administração Pública Federal.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)
– Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pois não, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)
– V. Ex^a, sempre apropriado, tem ainda que cobrar de todos esses que aqui chegaram à tribuna e do próprio Presidente da República, que disse: “Eu não afastarei Palocci”. E afastou. Nem a palavra ele sabe cumprir.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Obrigado, Senador Antonio Carlos. Foi assim com vários outros próceres, pessoas ilustres do Governo Lula e do PT; foi assim com José Dirceu.

Recordo-me muito bem da indignação com que alguns Senadores e Senadoras do PT se pronunciavam na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito e neste plenário. O hoje Líder do PT na Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Fontana, dizia: “O nosso companheiro José Dirceu é inatacável. Não admitimos esse tipo de suspeição sobre o nosso companheiro José Dirceu!” Era assim, Senador Antonio Carlos. E José Dirceu não era demissível, de jeito nenhum. Era um dos pilares básicos em que se assentava o Governo do PT. Era José Dirceu de um lado e Palocci do outro.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Senador José Jorge, conceder-lhe-ei, com muita satisfação, um aparte.

Os dois pilares desmoronaram.

Agora, mais uma vez, o povo brasileiro e esta Nação precisam entender que isso não é um problema de José Dirceu ou de Antonio Palocci. Isso é um problema da gênese do PT no Governo, a qual não tem respeito pelas instituições republicanas. Aqui, vários Senadores e Senadoras do PT já assumiram a tribuna para falar em republicanismo e manutenção das instituições.

Sr. Presidente, da mesma forma, não podemos admitir que o Presidente não saiba e não tenha tido participação em todos esses atos, como ele gosta de dizer: “Não tenho nada, não vi nada”.

Que governo é esse em que o Presidente não governa, não manda e não sabe de nada?

Concedo um aparte ao Senador José Jorge, com muita satisfação.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Agradeço a V. Ex^a e quero concordar em gênero, número e grau com o que está dizendo. V. Ex^a se esqueceu do Ministro Gushiken. Quando o Presidente Lula assumiu, havia um triunvirato, o chamado núcleo duro: José Dirceu, Gushiken e Palocci. O último acaba de cair, e todos que saíram fizeram-no ou por corrupção ou por en-

volvimento com coisa errada. Ninguém saiu para ser promovido ou porque estava doente. Todos receberam o cartão vermelho da sociedade. Foi a sociedade que deu o cartão vermelho, e o Presidente Lula, então, teve de tirá-lo. Portanto, a responsabilidade é do Presidente. É o Presidente que escolhe mal e que governa mal. Muito obrigado.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador José Jorge.

Lamentavelmente, para o nosso País, essa é a realidade, e não adianta o Governo sacrificar, às vezes, Senadores que, tenho certeza, procuram servir bem ao Presidente, porque têm esse dever de lealdade com Sua Excelência, pois são do mesmo Partido, e que se dispõem a entrar com medidas no Supremo Tribunal Federal, argumentando sempre algo que não tem substância, que não é verdadeiro e que, por isso mesmo, mais cedo ou mais tarde, vai cair por terra.

De que adiantou o Senador Tião Viana ter propugnado para não ouvir o caseiro?

Senador Tião Viana, o próprio Governo de que V. Ex^a participa não se satisfaz com a medida que veio do Supremo Tribunal Federal. Quería mais, Sr. Presidente, queria desqualificar o pobre do Francenildo.

Senador Tião Viana, com o maior respeito que tenho por V. Ex^a, quero dizer que aqui aprendi muito ao ouvir do PT: “Vamos qualificar o debate!”. Isso sempre foi muito usado nesta Casa, em especial pelo Senador Aloizio Mercadante. E demorei a entender, Sr. Presidente, o que significava isso. O significado de “vamos qualificar o debate” é essencialmente “vamos desqualificar o interlocutor”. Foi isso que o Governo tentou e tenta fazer com os aparelhos republicanos, com a Polícia Federal, com a Caixa Econômica Federal. O Governo tenta fazer a desqualificação de um caseiro, porque ele é humilde, é um pobre caseiro.

Assisti aqui à defesa da vida pessoal do Ministro, que não poderia ser de forma nenhuma pública, porque era algo pessoal, e, por isso, não podíamos assistir aqui ao depoimento do caseiro. Mas a vida pessoal do caseiro está escancarada para a Nação, e isso foi feito pelo Partido dos Trabalhadores.

Concedo o aparte, rapidamente, ao Senador Tião Viana e, em seguida, ao nobre Senador Juvêncio da Fonseca.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Estarei atento ao tempo de que dispõe V. Ex^a na tribuna. Eu poderia recorrer ao art. 14 do Regimento Interno desta Casa, mas é melhor esta interação democrática com V. Ex^a, por quem tenho muito apreço. Meu recurso ao Supremo Tribunal Federal deveu-se à defesa de direito individual, da vida pessoal, e a que o Regimento do Senado Federal e a CPI estivessem sob o manto ju-

rídico constitucional. Então, estou absolutamente em paz com o recurso que defendi.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Senador Tião Viana, responda-me: seu Partido respeitou a vida individual e os direitos individuais do Sr. Franzenildo?

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Não posso falar isso. Quando foi violado o sigilo bancário dele, houve um ato de violência constitucional ao direito individual. Nesse sentido, não posso dizer que foi o meu Partido ou quem quer que seja que o fez. Isso tem de ser apurado e exemplarmente punido. Mas a minha defesa ao Supremo Tribunal Federal, felizmente, pois acredito que a democracia é o império da Lei, deu-se com a concordância da maioria do Supremo Tribunal Federal. E sei que V. Ex^a concorda com isso.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas esse viés do império da Lei está com as autoridades do PT, com o Sr. Jorge Mattoso, com o Sr. Antonio Palocci, com o Sr. Marcelo Netto?

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Não. Aprendi, Senador César Borges, a não ter compromisso com o erro de ninguém. Mas aprendi a defender as minhas convicções com absoluta determinação.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Obrigado, Senador Tião Viana.

Sr. Presidente, eu havia prometido conceder apertes aos Senadores Juvêncio da Fonseca e Heráclito Fortes.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador, o tempo de V. Ex^a está esgotado. Vários outros Senadores desejam usar a palavra. Em seguida, S. Ex^{as} a usarão no seu tempo normal. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Concedo o aparte apenas ao Senador Juvêncio da Fonseca, que eu já havia anunciado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Mas ainda pedem apertes o Senador Juvêncio da Fonseca e o Senador Heráclito Fortes. Fica para a próxima vez, por gentileza.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Peço desculpas aos companheiros.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Desculpem-me, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

S. Ex^a dispõe de oito minutos, conforme o acordo que aqui propusemos e que foi aceito por V. Ex^a.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero dizer que cumprirei o acordo que fizemos

de não falar por mais do que oito minutos. Apenas quero trazer determinados assuntos que interessam muito ao meu Estado, em particular à população baiana, que é exatamente a questão de investimentos que hoje não são feitos, na Bahia, pelo Governo Federal.

É incrível quando analisamos a situação, por exemplo, em primeiro lugar, das estradas baianas. Há cerca de uma semana, tive oportunidade, juntamente com o Senador César Borges, de percorrer um trecho da estrada importantíssima que liga Feira de Santana a Municípios próximos. Feira de Santana é um entroncamento muito importante da Bahia, onde os caminhões não podem trafegar a mais do que cinco ou dez quilômetros por hora. Isso ocorre numa região absolutamente importante para o desenvolvimento do Estado, um centro de comunicações das estradas do Estado. Esse abandono que se vê reflete muito todo o desamparo a que hoje fica submetido o Estado pelo Governo Federal.

Independentemente disso, o Estado tem conseguido, pelo Governo que tem realizado o Governador Paulo Souto, resultados altamente positivos, até quando se comparam esses resultados com a *performance* do País. Em primeiro lugar, o que se verifica é que, nos últimos cinco anos, fruto de investimentos importantes, básicos, que foram feitos em infra-estrutura, fruto de incentivos que foram dados à agricultura, fruto também da credibilidade do Governo em atrair investimentos para as áreas industriais, o Estado tem crescido duas vezes mais do que o País.

Se fosse considerado como um País independente, o Estado teria até um crescimento maior do que o crescimento médio dos países do mundo. Se analisássemos nosso Estado, apesar de todo esse cerceamento que sofre hoje do Governo Federal na área de investimentos, verificaríamos que ele também estaria crescendo mais do que o Chile, que, eu diria, é a grande vedete nossa em termos de América do Sul. Se considerarmos o crescimento das exportações baianas, vamos observar que o crescimento é da ordem de 25% ao ano, semelhante ao crescimento da China.

Quando analisamos todos esses parâmetros, todos esses indicadores, algo que entendo ser muito importante é que, ao lado desse crescimento econômico, há também, fruto de um Governo que se preocupa com a área social, um crescimento nos indicadores sociais: redução sistemática do analfabetismo, melhor distribuição de renda – hoje, o Estado tem a melhor distribuição de renda do Nordeste – e também melhor expectativa de vida. Hoje, essa expectativa se situa em cerca de 71 anos, quando, há 20 anos, era de cerca de 60 anos. No caso das mulheres, hoje, a expectativa de vida é de 76 anos. Além de ser a melhor expectativa

de vida observada no Nordeste, ela se compara ou é igual à verificada no Estado do Rio de Janeiro.

Os investimentos feitos foram muito importantes para a Bahia. Há o caso da Ford, por exemplo. O Estado teve a capacidade de atrair investimentos não só por uma ação muito determinada do Governador César Borges, hoje Senador, mas também por uma questão de credibilidade, pela capacidade de cumprir esses compromissos, que é o que se tem verificado até hoje. Quando vai buscar investimentos, o Estado consegue atender, depois, a tudo aquilo que foi acertado em termos de incentivos fiscais com os empresários.

Nessas condições, temos muito a reclamar da falta de investimentos, volto a repetir, do Governo Federal no Estado. Mais uma vez, quero referir-me à questão da crise de energia anunciada para 2009. Eu achava que a crise seria em 2009, mas, hoje, entendo que, na medida em que o Governo Federal comprou energia emergencial para 2008, essa crise será em 2008.

Refiro-me, sobretudo, à questão da suspensão da obras do Gasene, o gasoduto que fará a ligação entre as malhas Sudeste e Nordeste, que levará o gás natural para o Nordeste, Região esta que, para ter o atendimento do crescimento de energia elétrica, precisará, necessariamente, ter gás natural.

Isso aconteceu quando o Sr. Evo Morales, hoje Presidente da Bolívia, anunciou aquele aumento de 17% para 50% de impostos. Só que agora – e hoje está nos jornais – já veio o anúncio de que se vai nacionalizar, e o Brasil verá, pois ele está tratando a Bolívia como uma semicolônia.

Então, só temos é crise pela frente em relação a gás. Quanto a isso não tenho dúvida nenhuma. Por isso me preocupa tanto essa questão do Nordeste em relação à área de infra-estrutura.

Concedo, com muito prazer, um aparte ao Senador César Borges.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senador Rodolpho Tourinho, quero agradecer a menção que V. Ex^a fez ao meu nome de que, como Governador, levamos a Ford, e foi muito importante. A Bahia hoje cresce mais do que o dobro do País, o seu Produto Interno Bruto. Mas V. Ex^a toca em um ponto muito importante: a infra-estrutura. Vejo que V. Ex^a fala com muita objetividade da questão energética, do gás de forma particular. Mas lembro também a V. Ex^a – sei que V. Ex^a sabe disso, é uma contribuição ao seu pronunciamento – que o Governo não investe em nenhuma área da infra-estrutura, não apenas na energética. Mas, se olharmos as estradas, que são importantíssimas para que as indústrias possam receber insumos e mandar mercadorias, estão todas destruídas. V. Ex^a transitou comigo na BR-116, na RioBahia, de Feira de Santana

a Paraguaçu, e viu como estava. As ferrovias, da mesma forma, Sr. Senador Rodolpho Tourinho. Sabemos que é necessário que sejam construídos ramais na Ferrovia Centro Atlântico, sabemos que essa ferrovia precisa praticamente ser refeita em boa parte. Há a questão da travessia do Paraguaçu, que até hoje não foi resolvida. O Governo está anunciando agora que vai licitar. Mas, até agora, não foi resolvida, depois de três anos de Governo. E os portos, da mesma forma. Foi preciso que o Estado construísse um porto, para que a Ford estivesse lá. Por fim, quanto à questão da infra-estrutura, nós ampliamos o aeroporto de Salvador, inclusive com mais da metade dos recursos do Governo. Mesmo assim, o Governo Federal faz anúncios, dizendo que ele realizou a construção do aeroporto de Salvador. Senador Rodolpho Tourinho, parabéns a V. Ex^a pelo discurso. Há pouco, saiu a notícia de que o novo Ministro da Fazenda é o Sr. Guido Mantega, que não se saiu bem como Ministro do Planejamento e foi para o BNDES como prêmio de consolação. Agora, ele vai ser Ministro. Ele não será nada a não ser um pau-mandado do Presidente Lula. Quem vai realmente ser o futuro Ministro – imagine o que ele conhece de economia – será o Presidente Lula. Agradeço a V. Ex^a e peço desculpas por ter usado muito do seu tempo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O tempo de V. Ex^a está esgotado.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, ainda disponho de um minuto. Vou concluir o meu pronunciamento.

Quero demonstrar também a minha preocupação em relação ao novo Ministro, mesmo porque, naquele grande projeto das PPPs, o Nordeste pouco tinha sido contemplado. Essa situação me preocupa muito, sobretudo quando fazemos uma análise, como a que estamos fazendo, daquilo que falta em uma área como a nossa, apesar do grande esforço que está sendo feito pelo Governador Paulo Souto, que, com sua competência, tem conseguido resolver os problemas da Bahia. Evidentemente, não tenho a menor dúvida de que precisamos de investimentos federais.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Rodolpho Tourinho, conceda-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Concedo um breve aparte ao Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Quero apenas dizer a V. Ex^a que tenho respeito e apreço pessoal pelo Ministro Guido Mantega, mas S. Ex^a terá de desmentir – e isso certamente ocorrerá – tudo o que já disse e já escreveu até hoje em matéria de economia.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, pela Liderança do PSDB, por cinco minutos.

Senador, fizemos um acordo aqui, hoje, para não extrapolarmos o tempo, a fim de que possamos dar também oportunidade aos demais oradores inscritos. V. Ex^a tem cinco minutos, por gentileza.

Em seguida, o Senador Heráclito Fortes.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sem dúvida!

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu tencionava falar, hoje, sobre requerimento que fiz de voto de lembrança em homenagem à memória de um dos maiores democratas que meu Estado já conheceu, o Advogado Aristóфанes Castro. Não poderia deixar de mencionar, portanto, essa intenção.

Mas, Sr. Presidente, o Presidente Lula recebeu uma grande lição do líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva. O líder sindical Lula foi preso por uma ditadura, ajudou na construção de um regime democrático neste País, e o Presidente Lula imaginou que a luta do sindicalista Lula tinha sido em vão. Não foi, Senhor Presidente, a luta de Lula e de tantos que, como nós, combatemos o regime de arbítrio não foi em vão, valeu a pena, sim.

Se vigorasse no País uma ditadura, a mesma que prendeu o sindicalista Lula da Silva, preso teria sido o caseiro e impunes teriam ficado os que fraudaram a confiança dos usuários dos serviços da Caixa Econômica, aqueles que fraudaram a expectativa democrática da Nação.

Como a luta do sindicalista Lula da Silva não foi em vão, como não foi a de Ulysses, como não foi a de Tancredo, como não foi a de Covas, não foi em vão, Sr. Presidente, estamos vendo a punição dos culpados, a demissão do Ministro da Fazenda, a demissão do Presidente da Caixa Econômica, os processos a que responderão todos os envolvidos nessa maroteira, da qual, sem dúvida, a meu ver, tinha conhecimento pleno o Presidente da República. Não estamos sendo governados por um neném de colo. Estamos sendo governados por um homem supostamente maduro, que não pode dizer o tempo inteiro que de nada sabia, do que se passava no seu Governo.

Repito, Senador Antero, essa é a grande lição que fica. Reputo o Sr. Antonio Palocci, essa é a minha opinião e não vou fugir da coerência, um dos maiores Ministros da Fazenda que este País já conheceu. E a história vai julgá-lo assim: alguém que não poderia nunca ter mantido todo esse vínculo com situações tão obscuras quanto aquelas que de Ribeirão Preto se espalharam para Brasília.

Mas, a grande lição que fica, porque todo mundo hoje diz alguma coisa parecida com aquilo que todo mundo está dizendo – e não tenho a pretensão de ser original, mas quero retirar alguma lição desse episódio – a grande lição, Antero de Barros, é que a luta do sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva não foi em vão, a sua prisão valeu a pena, o enfrentamento à ditadura também deu frutos e precisamente àquela altura, quando os que faziam as negociatas no País, apadrinhados pelo arbítrio, apadrinhados pelas limitações ao Congresso, apadrinhados e protegidos pelos atos institucionais, que àquela altura prendiam todos os que se insurgiam contra o regime de força que, no fundo, no fundo, o que queria era eternamente apadrinhar as negociatas e as violações dos direitos da pessoa humana.

A ditadura tinha a sua lógica e contra essa lógica Lula se insurgiu, e, nessa lógica, Lula foi preso. Volto a dizer, Senador Mão Santa e Deputado Eduardo Paes, cuja presença registro com muito afeto nesta Casa: se o sindicalista Lula não tivesse sido vitorioso na luta pela democracia neste País, hoje teríamos o caseiro preso e os culpados inocentados. Como a luta do sindicalista Lula valeu a pena, temos uma democracia reinando nesta Pátria, temos hoje o caseiro inocentado e indo para o acerto de contas com a Justiça os culpados desse episódio torpe.

É uma lição dura que o bravo sindicalista Lula passa historicamente para o Presidente que se mostrou prepotente, que se mostrou fraco, que se mostrou arrogante, que se mostrou tímido. Parece uma contradição alguém ser tímido e ser prepotente; alguém ser fraco e ser arrogante. Mas, diziam eles: quem demite é o Presidente Lula; quem nomeia é o Presidente Lula. Para isso, levou cinquenta e tantos milhões de votos. E eu dizia: isso era antes, quando o Governo tinha pleno controle do País. Agora, quem nomeia continua sendo o Presidente Lula, mas quem demite é a sociedade brasileira. Quem demite esse conjunto que passa pelo Ministério Público vigilante, que passa pela imprensa livre, que passa pelo Congresso, que tem uma Oposição combativa como a nossa, que passa pela vigilância da sociedade, quem demite é a sociedade. Quem demite é a democracia brasileira. Posso dizer que se repetiu a passagem bíblica. Antes, Davi tinha vencido Golias; desta vez, Davi é o caseiro, Davi é a opinião pública, Davi personifica os humildes, Davi venceu os Golias – os Golias, no plural – da prepotência, da arrogância, da fraqueza moral, do esquema de corrupção que tem infelicitado este País!

Mas se começa a fazer justiça, porque a democracia é um regime muito mais distante da injustiça do que a ditadura, que se serve e se alimenta na injustiça,

que a faz forte. O que faz mal à democracia é precisamente o brado ditatorial. O que faz mal à ditadura é precisamente o inconformismo dos que, como Lula, não se curvaram a ela no passado, precisamente para que hoje o Presidente Lula não pudesse violentar os direitos de um caseiro para beneficiar os seus poderosos amigos, os seus poderosos companheiros de empreitada infausta para o País.

Era o que eu tinha a dizer.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apenas para informar a V. Ex^a e ao Plenário que acabei de receber um telefonema do Ministro Palocci, confirmando o que já está noticiado na imprensa. Deixa claro que a sua Pasta da Economia não deveria estar afetada pela política; ele fez todo o esforço que estava ao seu alcance para assegurar a tranqüilidade da vida econômica do País, mas entendeu que chegou a um limite de desgaste político que já tornaria incompatível a plena segurança da política econômica com a sua permanência no cargo.

Ele está com sua consciência absolutamente tranqüila, grato àqueles que o respeitaram, àqueles que entenderam a sua importância de homem público. Sai com absoluta certeza do dever cumprido e com a consciência tranqüila das acusações que lhe são apresentadas por quem quer que o tenha feito.

Então, é um homem público que renuncia à sua condição, neste momento, de servidor do Brasil, na condição de Ministro de Estado, para seguir o seu caminho de defesa da honra e da sua consciência. Foi o que ele me pediu para transmitir, e agradece a confiança e o respeito do Congresso Nacional à sua pessoa e à sua vida.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, do PFL do Piauí, para uma comunicação inadiável, pelo prazo de cinco minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o estranho disso tudo é que, até o momento, o PT, pelas suas Lideranças formais não tenha ainda vindo a esta tribuna esclarecer à Nação o que ocorreu. Socorre-se, mais uma vez, dos serviços do sempre generoso e dedicado militante Tião Viana.

Penso que a um assunto dessa natureza, que envolve um Ministro da Economia, deveria caber um esclarecimento das Lideranças formais do Partido.

Mas, daqui a pouco, vão chegar Sr. Presidente, para colocar a culpa na Oposição, para dizer que a Oposição entrou na intimidade do Ministro Palocci, sem se lembrar que quem o derrubou foi exatamente o PT ao entrar na intimidade do caseiro.

Agora mesmo, a informação que me chega aqui pela imprensa é de que o Sr. Jorge Mattoso, no depoimento na Polícia Federal, disse que entregou o extrato ao próprio Ministro. É lamentável que um homem que tenha prestado tantos serviços à economia brasileira, ao longo de três anos e meio, seja derrubado pelos maus amigos que o cercaram no Governo.

Senador Antonio Carlos, o PT – e não generalizo, em respeito inclusive a V. Ex^a, Senador Tião Viana –, quando se sente no banco dos réus, vai atrás de companheiros. E, agora, traz o fato da Nossa Caixa em São Paulo. Ouvimos, agora há pouco, pronunciamentos aqui a esse respeito. São duas questões totalmente diferentes. Acho que o caso da Nossa Caixa deveria ser comparado ao caso em que o cunhado do Ministro Gushiken, utilizando-se do prestígio no Palácio, conseguiu recursos para a publicação de revistas de sua responsabilidade, como a **Investidor Institucional** e a **Investidor Individual** em mais de R\$2 milhões. O Governador Geraldo Alckmin tomou as providências e remeteu o fato ao Ministério Público. O atual Governo vive em crise e, em todas elas, a origem é a omissão, a tentativa de jogar para debaixo do tapete o erro dos militantes ou, então, de defendê-los sem saber, de fato, o que ocorre.

É lamentável, Senador Antonio Carlos Magalhães, mas é a verdade. E se formos examinar o que ocorreu na Caixa Econômica, os envolvidos são militantes partidários que foram deslocados, alguns de São Paulo, para virem servir aqui. E essa bisbilhotice na conta do caseiro não é isolada. Em outras instituições bancárias do País, os funcionários denunciam que existe o mesmo processo.

Concedo o aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães, com o maior prazer.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a, como sempre, muito apropriadamente coloca o assunto. Os maus amigos derrubaram o Ministro Palocci, inclusive o Presidente da Caixa, que, se fosse mesmo um amigo do Ministro Palocci, lhe diria: “Ministro, eu lhe devo obediência, mas o senhor está cometendo um crime. Se eu fizer isso, também estarei cometendo um crime. Vamos evitar esse fato”. Mas, não, incentiva e comete o crime. O Presidente da Caixa é responsável tanto quanto o Ministro Palocci, ou mais.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Esse é um episódio muito triste, Sr. Presidente, porque poderá ou não – espero que não aconteça – comprometer a

credibilidade brasileira perante o mercado do mundo no instante em que vivemos um bom momento, uma boa hora na nossa economia.

É lamentável. Só espero que a substituição do Sr. Palocci não atenda ao anseio de alguns membros do Partido dos Trabalhadores que defendem com sofreguidão a “gastança” desenfreada em período eleitoral, porque há essa ala e há essa divisão. O Sr. Palocci, antes de ser bombardeado pela Oposição, era constantemente bombardeado, nesta Casa, pelos seus companheiros.

Na CPI dos Bingos e na CPMI dos Correios, muitas vezes, via os Senadores da base oposicionista defenderem o Palocci e a omissão completa, propositada, deliberada dos seus próprios companheiros.

Agora, vão chorar o leite derramado e colocar a culpa na Oposição; não têm a condição de assumir a responsabilidade, porque, nessa questão de entrar em intimidade aqui, se há um partido que não tem a menor condição moral de fazer críticas é exatamente o Partido dos Trabalhadores, que entrou na intimidade de vários homens públicos, inclusive do Congresso Nacional; que o diga o Deputado Manoel Moreira, cassado e que teve a mulher custodiada e protegida...

(Interrupção do som.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Estou encerrando, Sr. Presidente, e agradeço a V. Ex^a. ...por membros históricos do Partido dos Trabalhadores; devassaram as suas contas. Estou citando apenas esse exemplo porque pedi permissão ao ex-Deputado para isso.

De forma que o próprio Palocci jamais vai acreditar que foi vítima da Oposição. Ele sabe que é vítima dos maus amigos e, acima de tudo, da omissão quando precisou de seus companheiros de cima.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O próximo orador é o Senador Magno Malta. (Pausa.) Não o vejo no momento.

Então, concedo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros, 2º Vice-Presidente do Senado, do PSDB de Mato Grosso, por oito minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Senador Magno Malta chegou, mas concederei a palavra a S. Ex^a em seguida.

Pela ordem, tem a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem.) – Obrigada, Sr. Presidente. Peço a palavra pela Liderança do PT.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela Liderança do PT, está inscrita para falar a Senadora Ideli Salvatti logo após o pronunciamento do Senador Antero Paes de Barros.

Com a palavra o Senador Antero Paes de Barros por oito minutos.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é evidente que a situação do Ministro Palocci vinha mal já há algum tempo. Os episódios relativos a Ribeirão Preto, mas principalmente os que envolviam a GTech e o Governo Federal, enfraqueceram o Ministro.

No trabalho feito pela CPI dos Bingos, no relatório preliminar do Relator, o Senador Garibaldi Alves Filho, todos os amigos de Palocci aparecem como indiciados pelo Relator. Depois veio o episódio Francenildo.

Creio que o Ministro Palocci teve momentos infelizes na sua ida à CPI. Infelizes porque fez pregaçãoes que não eram compatíveis com a verdade. E aquelas verdades pela metade foram inteiramente derrubadas uma a uma: a história do avião, o depoimento do empresário do avião em seguida ao do Ministro, a prestação de contas do PT, que provava que o PT não pagou avião algum. O depoimento do empresário depois viria a reforçar que o Ministro já havia faltado com a verdade à CPI e, posteriormente, cumpriu esse papel o depoimento do motorista, que não foi menos importante que o depoimento do caseiro – o depoimento do caseiro foi como uma pá de cal porque reforçou um outro testemunho. Essas pessoas, simples e humildes, colocaram a verdade sobre o Ministro da Fazenda do Brasil.

Quero chamar a atenção do Brasil para a nota de demissão do Ministro Palocci. Ao anunciar a demissão, o texto da nota fala em “afastamento”. É demissão ou é afastamento? Um Ministro da República tem funções. Quem vai ocupar o cargo de Ministro da Economia do Brasil é interino ou é titular? Se é titular, não pode ser afastamento, o Sr. Palocci está demitido mesmo. Por que, então, esse truque com a Língua Portuguesa, dizendo que é afastamento?

Este Governo já exagerou demais no atropelo da ética. Deu **status** de ministro ao Presidente do Banco Central para que ele não respondesse a processo. Quer criar agora o cargo de ministro sem ser ministro? De ministro afastado depois da demissão? Se a moda pega, não teremos mais ex-ministros, teremos ministros eternamente afastados da função para que possam continuar sendo julgados no Supremo Tribunal Federal.

Essa manobra mostra a verdadeira intenção desse Governo, que é, Senador Juvêncio da Fonseca – V. Ex^a

é advogado –, a de mediocrizar as relações com o Poder Judiciário brasileiro. Será que alguém pode aprovar essa tese do afastamento do Ministro Palocci?

Sr. Presidente, o Ministro Palocci, quando foi à CPI, disse uma frase que ficou gravada. Pausadamente, no seu estilo, ele disse com toda calma: “Eu sei o que fiz e sei o que não fiz”. Hoje, quando ele pede “afastamento” do Ministério da Fazenda, ficamos convencidos de que o Ministro Palocci sabe verdadeiramente o que fez e o que não fez. E é exatamente por saber o que fez e o que não fez é que ele não pode pedir demissão, é que ele tem de usar esse subterfúgio do afastamento.

O Brasil precisa encerrar de vez com uma cultura que é inteiramente ultrapassada, uma cultura que não está à altura do Brasil. As pessoas perguntavam aqui: “E agora que o Palocci e o Presidente da Caixa foram demitidos, vai ter o depoimento amanhã da Vice-Presidente da Caixa?” É claro que ele tem de acontecer! Por que não? Qual seria o motivo para não se ter o depoimento amanhã da Vice-Presidente da Caixa? O Brasil precisa acabar com essa cultura de que a demissão é uma pena, de que o pedido de demissão basta. O Sr. Jorge Mattoso tem de responder a processo; ele cometeu crimes.

Já disse aqui da tribuna que sou filho de economiária. Lembro-me de que, quando criança, ia ajudar minha mãe na Caixa Econômica Federal. Eu ia lá porque naquele tempo não havia máquinas nem computadores: fazia-se conta por conta para achar as diferenças de saldos. A Caixa Econômica Federal é uma instituição centenária; é uma instituição do Brasil; é uma instituição que todos nós queremos bem. Uma instituição assim dirigida pelo Sr. Jorge Mattoso? É o que dá esse aparelhamento do Estado brasileiro.

Aí o assessor do Jorge Mattoso diz que tirou o sigilo do caseiro e entregou para ele, Presidente da Caixa Econômica Federal do Brasil. E a única pena vai ser demissão, afastamento? Ele tem de ser indiciado pela Polícia Federal e tem de ser processado. E essa pena é de reclusão de um a quatro anos e, pelo fato de ser um dirigente de empresa estatal, essa pena deveria ser agravada, sendo esse cidadão proibido de ocupar cargos públicos.

Mas não terminou aí. Terá sido o Sr. Jorge Mattoso quem decidiu proteger o Palocci e deu a ordem de invadir o sigilo? Ou foi alguém que pediu para o Jorge Mattoso fazer isso? E esse alguém, de onde era? Era do Ministério da Fazenda? Esse alguém não pode ser alguém ligado ao Palácio do Planalto? Essas perguntas ainda precisam ser respondidas.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senador Antero, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)

– Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – É apenas para ilustrar o seu pronunciamento. Está aqui no UOL a última notícia:

Foi o Ministro da Fazenda Antonio Palocci quem pediu a quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo Santos Costa. A afirmação foi feita nesta segunda-feira pelo Presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, em depoimento na Polícia Federal. No depoimento, Mattoso disse que entregou pessoalmente o extrato bancário a Palocci.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)

– Então a situação é gravíssima! Palocci não tem de ser afastado, não tem de ser demitido; tem de responder a processo. A lei vale para todos. E, se vale para todos, a pena é de reclusão de um a quatro anos.

Essa é a maior violência que se fez neste País. Como é que um Ministro da Fazenda e um Presidente da Caixa Econômica Federal pedem para invadir o sigilo? Não se trata de quebrar o sigilo. Quem quebra sigilo é o Poder Judiciário. Isso não é quebra de sigilo, mas invasão de sigilo. Palocci e Mattoso são candidatos a presidiários e não devem ser colocados na condição de ex-ministro e de ex-presidente da Caixa Econômica Federal.

É isso que dá Luiz Inácio Lula da Silva fazer de conta que não sabe de nada, que não viu nada, que não fala nada, que não ouve nada, que não governa nada. Não é possível que o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva continue a dizer que não sabe de nada. A crise é gravíssima.

Sr. Presidente, creio que esta sessão não poderá ser interrompida no tempo que deseja V. Ex^a embora eu vá cumprir com o meu prazo. Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, Líder do PT e Líder do Bloco, que incorpora PT, PL e PSB.

V. Ex^a tem a palavra por cinco minutos, por gentileza, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tive a oportunidade de, há poucos minutos, falar, por telefone, com o Ministro Palocci, que, de viva voz, informou-me de seu afastamento definitivo. Ele comunicou a mim e também ao Presidente a sua disposição em afastar-se definitivamente do cargo de Ministro da Fazenda em consideração ao País e ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que deu a ele todo o amparo, o respaldo e o apoio por mais de três anos, três anos e três meses!

O Ministro Palocci pediu-me que transmitisse o seu agradecimento pelo apoio e pelo respeito que recebeu da ampla maioria dos Senadores nesta Casa. E o fez como sempre, de forma tranqüila, num momento em que gritos não resolvem e não fazem com que a situação se desenvolva da forma como o País merece.

Aliás, em todos os episódios, na condução do País, o Ministro Palocci sempre demonstrou tranqüilidade e bom senso, apesar de ter pegado o País numa situação bastante crítica e grave, quando os indicadores traziam preocupação a todos: o risco-país estava elevadíssimo, o dólar elevadíssimo, a inflação elevadíssima, o desemprego elevadíssimo. S. Ex^a conseguiu, nesses três anos e três meses, produzir resultados concretos para o quotidiano das pessoas. Portanto, o Ministro Palocci merece, como tive a oportunidade de dizer no início da tarde, o respeito da ampla maioria do povo brasileiro pela condução que teve à frente do Ministério da Fazenda, pois produziu resultados positivos para a população.

Acho que essa é a marca e o diferenciador significativo do Ministro Palocci. Efetivamente, pudemos concretizar para a ampla maioria da população resultados positivos, visíveis, concretos. Como eu disse para a imprensa, para a parcela da população que come, que se veste, que tem oportunidade de viajar, de estudar e de fazer tantas coisas que a ampla maioria da população não tem oportunidade de fazer, talvez a política desenvolvida, implementada e conduzida pelo Ministro Palocci possa ser desprezada ou foi desprezível. Mas, em meu Estado, onde a maioria das famílias ainda fazem o pão em casa, poder comprar o pacote de cinco quilos de farinha por menos da metade do preço que comprava há três ou quatro anos, ou para aquele que só pode ter um tetozinho se fizer por conta própria o puxadinho poder comprar o saco de cimento por quase um terço do preço de três ou quatro anos atrás, ou então o arroz por quase um terço do preço, enfim, para essas pessoas, indiscutivelmente a atuação do Ministro Palocci foi relevante, significativa, fundamental, pois permitiu-lhes comer, construir, ter uma possibilidade de emprego, estudar em faculdade, como o caso do ProUni e tantas outras ampliações da política adotada pelo Governo.

Quero dar um aparte ao Senador Tião Viana para depois concluir.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Apenas para externar meu respeito pelo pronunciamento de V. Ex^a, que é coerente com a sua vida, com a sua função de Líder do Governo, com alguém que acredita na dignidade da vida pública. Externo também o mesmo respeito e reconhecimento ao Ministro Palocci. S. Ex^a, no meu entendimento, foi vítima de um ataque dos mais violentos da história brasileira, porque extrapolaram o

limite do ataque político, alcançando a sua vida pessoal. Isso gerou uma situação de instabilidade na função que ele ocupa. Então, a fim de preservar a sua coerência de homem público, S. Ex^a pediu o afastamento da função de Ministro de Estado, pois colocou como primeiro fundamento de sua vida de servidor brasileiro a Pasta da Economia, a governabilidade do País, a defesa institucional do Brasil e a mudança na vida econômica do povo brasileiro. Portanto, trata-se de uma pessoa que continua gozando do mesmo respeito e da mesma dignidade perante nós.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço ao Senador Tião Viana.

Reproduzo aqui o que disse à imprensa: pode haver todo e qualquer tipo de ataque; pode haver todo e qualquer tipo de grito, podem vir até com ataques histéricos (até brinquei, pois estava falando com uma jornalista enquanto estavam aqui aos gritos, e tive oportunidade de dizer a ela: “Se fosse uma mulher, diriam que estava com TPM ou histeria. Quando é homem que fica tão bravo é chamado de valente”).

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senadora Ideli Salvatti, para concluir.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Já vou concluir.

A verdade, de qualquer forma, vai aparecer. Espero, Senador Tião Viana, que a verdade apareça a tempo e no momento adequado para que todo este episódio se elucide e que se faça justiça a um homem como o Ministro Palocci, que, do meu ponto de vista, contribuiu de forma significativa para que mais pessoas comessem, para que mais pessoas pudessem trabalhar, para que mais pessoas pudessem construir o seu lar, para que mais pessoas pudessem estudar, para que mais pessoas pudessem ter chances de sobreviver com dignidade no nosso País.

Penso que o Ministro Palocci merece de todos nós o respeito, porque efetivamente foi uma pessoa que, à frente do Ministério da Fazenda, fez muito pelo povo brasileiro. Talvez isso irrite tanto, irrite sobremaneira aqueles que, infelizmente, tendo tido a oportunidade de governar por tantas décadas, para não dizer séculos, não tiveram capacidade de fazê-lo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Antes de conceder a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos, prorrogo a sessão por 20 minutos.

V. Ex^a tem a palavra, Senador.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN). Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do

orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao chegarmos aqui ao plenário do Senado Federal, fomos tomados pela notícia da saída do Ministro da Fazenda, do Ministro Antonio Palocci. Era uma saída, Sr. Presidente, anunciada, pois a situação do Ministro se tornara insustentável. Aquele que era o guardião da estabilidade do Governo se tornara, por uma série de acontecimentos, aquele que estava fazendo com que o Governo tivesse dias de intranqüilidade.

O que quero deixar patente aqui perante meus colegas, perante os Senadores da República, é a maneira como a CPI dos Bingos tratou o Ministro Palocci, isso porque a CPI poderá, num momento de incompreensão, ser incriminada, ser questionada de que agiu de forma tendenciosa, de que agiu para forçar a saída do Ministro Palocci. Todos os que testemunham as nossas reuniões – e as testemunhas não se contam nos dedos, são milhares de testemunhas que as assistem pela televisão – sabem da maneira como o Ministro Antonio Palocci foi tratado na nossa CPI. Inclusive, o Senador Tião Viana é testemunha de que a CPI, que poderia ter convocado o Ministro em diversas ocasiões, optou, pela maioria de seus membros, para que S. Ex^a, em vez de ser convocado, fosse apenas convidado, o que de fato ocorreu.

Portanto, não podemos deixar de registrar o comportamento da CPI com relação ao Ministro Palocci, para que não se faça injustiça à maneira como S. Ex^a foi tratado naquela Comissão.

Na verdade, os fatos é que se foram agravando, devido ao seu passado na Prefeitura de Ribeirão Preto e, mais recentemente, ao episódio da casa onde se promovia tráfico de influência, confirmado pelos testemunhos e pelos depoimentos existentes. Tudo isso levou o Ministro a essa situação realmente difícil, que culminou com seu pedido de demissão na tarde de hoje.

Seria injustiça negar, a esta altura, a sua obra como Ministro da Fazenda, os resultados de sua política econômica para o País, a imagem do nosso País com a queda do risco Brasil e muitos outros feitos do Ministro Palocci. Isso não pode ser negado.

Temos de separar, a esta altura, Sr. Presidente, o joio do trigo, mas temos de dizer que, infelizmente, o Ministro foi atropelado por determinados fatos que não lhe deixaram alternativa.

Daí por que deixo essas palavras em defesa da CPI dos Bingos, já que o Presidente Efraim Morais se encontra viajando da Paraíba para Brasília. E deixo uma palavra de certeza de que as instituições permanecerão, de que essas crises passarão e de que, ao final, haverá o grande julgamento de tudo isso, que será o julgamento popular no início de outubro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Magno Malta, do PL do Espírito Santo, por cinco minutos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador João Alberto, Sr^{as} e Srs. Senadores, já recebi um pedido de desculpas do jornalista da **Folha da Tarde** que escreveu um artigo detonando a Deputada Angela...

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Guadagnin.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Ele detonou a Deputada Angela Guadagnin e o Deputado João Magno. No entanto, em vez de escrever João Magno escreveu Magno Malta. Disse que ele recebeu R\$400,00 e não sei o quê. Eu falei que ia processá-lo.

Portanto, informo para quem leu a reportagem que isso nada tem a ver comigo. A Deputada não dançou para mim. Já falei com o jornalista, e, amanhã, será publicada uma notinha dizendo que não sou eu, a qual, certamente, será infinitamente menor do que o texto que ele escreveu. O jornalista até diz que prestei um grande serviço a Campinas e a Jundiaí, que é a terra dele, com a CPI do Narcotráfico, e que ele me conhece muito bem.

Sr. Presidente, saúdo nosso querido e eterno Senador Geraldo Melo, ali sentado, uma pessoa que admiro e com quem participei da Comissão Mista de Segurança Pública. S. Ex^a foi o primeiro a falar da necessidade de a Nação rediscutir o conceito de segurança nacional, para dar entendimento às Forças Armadas brasileiras de que a luta que se trava por conta da violência que se estabeleceu neste País não está atrelada a qualquer movimento de guerra que tenha a ver com o Sr. Bin Laden ou até com Bush, mas com o narcotráfico e com o contrabando, que violam as nossas instituições. S. Ex^a usou uma figura – veja como me lembro bem, Senador Geraldo Melo! – dizendo que, quando um cidadão é colocado numa penitenciária, é o Estado que o colocou ali. Portanto, se, em seguida, um helicóptero descer e resgatar o indivíduo, ele terá afrontado o Estado. Isso é questão de segurança nacional.

Ao me encontrar com S. Ex^a hoje aqui, regozijando-me com sua presença – certamente, S. Ex^a voltará para esta Casa –, eu lhe dizia: “Senador Geraldo Melo, quando vi o Exército na rua no Rio de Janeiro, lembrei-me de V. Ex^a, porque, durante dez dias, a presença do Exército arrefeceu até bala perdida, encostou os traficantes contra a parede nos morros em que subiu”.

Tática de guerra se faz desta forma: assume-se o aparelho do adversário, mas fica, não desce. Se o Exército tivesse ficado lá, junto com o Governo do Rio – tenho plena consciência de que a Governadora Rosinha Garotinho teria aceitado o desafio de desapropriar

100, 200 barracos e levar as famílias para áreas mais seguras, porque o morro está cheio de gente de bem, que vive debaixo da imposição do tráfico –, se lá tivesse sido colocado um batalhão para uma ação conjunta com a Polícia Militar e com a Polícia Federal para tratar a questão e a vigilância do tráfico de cima para baixo, o Rio de Janeiro já estaria vivendo um outro momento.

Esse argumento que tenho apresentado nesta tribuna e no Brasil devo a V. Ex^a, Senador Geraldo Melo. Por isso, homenageio-o. Fiquei feliz de revê-lo aqui. No meu último discurso, até pedi aos Senadores de seu Estado que lhe dessem um abraço em meu nome, porque, sem dúvida, sua estada aqui contribuía muito para a discussão da segurança pública no Estado brasileiro. Não estou fazendo campanha para V. Ex^a, mas, se voltar para cá, será muito bem-vindo.

Sr. Presidente, recebi, com muita tristeza, o afastamento do Ministro Palocci. O Senador Garibaldi Alves Filho, que é um homem sensato, de fala mansa, sempre equilibrado, encerrou seu pronunciamento dizendo: “É preciso separar o joio do trigo”. As ações do Ministro, na política de Governo – embora não concordemos com a questão dos juros –, na esfera internacional, deram certo naquilo a que o Ministro se propôs. Precisamos elogiar as ações de Palocci como Ministro.

Recebo a notícia com certo sobressalto e volto a citar uma frase que gosto muito, até por dar satisfação ao meu senso de justiça. No depoimento do caseiro, até onde falou e pelo que disse à imprensa, nada há que possa derrubar um Ministro. Ele não foi ofensivo, não tocou na honra pessoal do Ministro Palocci, não tocou na família do Ministro Palocci, em absoluto. Ele só falou que o viu lá. E aí poderia ser uma discussão eterna, a palavra de um contra a do outro, ou até poderia o Ministro provar que não foi àquela casa, sei lá. Mas isso não seria suficiente para derrubá-lo.

O que o derrubou, o que causou a queda do Ministro – e recebo isso com uma certa dose de tristeza – foi esse atropelamento desnecessário, esse gesto ignorante, seja lá de quem for, de invadir a privacidade de um sigilo bancário. Não é porque é de um caseiro! Ninguém tem direito de invadir a privacidade do sigilo bancário de ninguém! Foi um crime horrível, condenável! Foi condenável!

E aí o Brasil, Senador Tião Viana, é obrigado a pagar o preço de perder um Ministro da qualidade do Palocci, por conta da irresponsabilidade sabe Deus de quem, se de um puxa-saco, ou de alguém que fez por voluntarismo, ou por um pau-mandado mesmo, que recebeu ordens de cima para fazer. E estamos, agora, vivendo essa turbulência.

Esse é um debate a ser feito, porque, de vez em quando, vemos nos jornais e nas revistas a publicação

de extratos bancários de cidadãos que ninguém sabe de onde vieram. Se essa cultura pega, onde iremos parar? Se alguém não gosta de um sujeito, e tem o aparelho na mão, vai lá e pinta e borda em cima da vida e da honra dele.

Nós não precisávamos estar passando por este momento. Por outro lado, Senador Tião Viana, eu acho que isso já faz parte do acirramento da campanha política. Quando se descobriu que o dono da casa pertencia ao PSDB, raciocinou-se: “O caseiro está orientado, vamos quebrar o sigilo bancário dele, para ver se pagaram para ele.” Isso nos leva a fazer mil raciocínios.

Eu lamento porque até da ação do Senador Tião Viana junto no Poder Judiciário – completamente respeitável, legítima – nem a mídia falava mais. O que havia era o discurso da própria Oposição, o discurso dos contrários, que é extremamente legítimo e normal na democracia. Aí aparece um doido, que, num gesto criminoso, vai lá e invade a privacidade do caseiro e provoca essa situação que estamos vivendo agora.

Senador Tião Viana, lamento isso tudo na capacidade de separar o joio do trigo, como dizia o Senador Garibaldi Alves Filho.

Gostaria de ouvir V. Ex^a, Senador Tião Viana, se o Presidente assim permitir. Só um minuto para ouvir o Senador e encerro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – V. Ex^a dispõe de mais doze segundos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, eu deixo todo o tempo para o Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Infelizmente não dá tempo. E eu, respeitando a decisão da Presidência e para colaborar com V. Ex^a, farei minha manifestação amanhã.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – O Presidente concedeu um minuto para V. Ex^a, Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Então, Senador Magno Malta, agradecendo à Presidência, externo o respeito pelo pronunciamento de V. Ex^a, ao focar um ponto inquestionável, qual seja, a ferida ao direito individual e constitucional de proteção do sigilo do caseiro, algo inaceitável, seja quem for o autor. É justa a apuração e a punição exemplar. Mas eu não limitaria a esse foco. Eu deixaria claro que houve uma ação orquestrada, bem planejada e bem determinada, de setores da Oposição, para derrubar o Ministro Palocci, entendendo claramente que isso enfraqueceria o Governo do Presidente Lula. Não estou dizendo que a culpa seja da Oposição. Houve um conjunto de situações que levaram à saída, hoje, do Ministro Palocci, que, no meu entendimento, é homem de bem, merecedor

do mais elevado respeito do Brasil, e especialmente nosso, do Partido dos Trabalhadores.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – É por isso, Senador Tião Viana, que eu entendo que a investigação, de fato, tem de ir a fundo, continuar, revelar, dar nomes aos bois....

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – Eu gostaria que V. Ex^a encerrasse.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Já encerro.

Precisamos dar nomes aos bois, trazer à luz o que foi feito no escuro e, pelo respeito que tenho também ao Jorge Mattoso, que sempre tive na conta de um homem de bem e, até que me provem o contrário...A lei diz que “todo cidadão é honesto até que se prove o contrário”. E a Bíblia diz que “se vossa justiça não exceder de escribas e fariseus, não entrareis no Reino dos Céus”. Eu quero que a minha justiça exceda a dos fariseus.

Sempre respeitei o Jorge Mattoso pelo grande trabalho que fez diante da Caixa Econômica. Se ele aceitou uma demanda dessa natureza, teve um momento de fraqueza e o fez, eu lamento. E lamento com muita tristeza. Acho que o Brasil não precisava estar vivendo este momento. Mas, infelizmente, estamos enfrentando essa situação. Somos grandes, este País não se curva e é capaz de superar um momento como este e de caminhar para frente.

É preciso responder a esse gesto criminoso que se fez com o sigilo do caseiro.

Durante o discurso do Sr. Magno Malta, o Sr. João Alberto Souza, 2^o Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Juvêncio da Fonseca.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – Concedo a palavra ao eminente Senador João Alberto Souza, do PMDB do Maranhão.

A Mesa não poderia deixar de registrar, com muita satisfação, a presença do ex-Senador Geraldo Melo, que para nós é sempre Senador. V. Ex^a é muito querido entre nós pela sua inteligência, pela sua oratória que a todos encanta, pela sua cultura e pela representação que V. Ex^a tem nesta Casa da população de seu Estado. Parabéns a nós que o recebemos hoje aqui.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vim fazer hoje um pronunciamento a respeito de fatos no Estado do Maranhão, mas também não poderia deixar de dar a minha opinião sobre a exoneração do Ministro Palocci. Receio que o Governo Federal fique desestabilizado e que se desmonte a sua estrutura. Não podemos negar

que é muito importante – até para nós – dar um sentido todo especial à política externa independente do País.

Lembro-me de que, ainda bem jovem, universitário no Rio de Janeiro, eu já fazia passeatas para dizer “Fora FMI!”. Hoje, o Governo quitou sua dívida com o FMI, que não está mais no Brasil.

O dólar, quando o atual Presidente assumiu, chegava à barreira dos R\$4,00; hoje, está em R\$2,10. É uma grande vitória para todos nós: a inflação em um patamar de 6% ao ano; o combate à fome; os programas sociais; as investigações que estão sendo feitas hoje, só possíveis porque há um Governo que se abriu para que isso acontecesse; a imagem de respeito ao Brasil internacionalmente; o Risco Brasil; tudo isso espero que não venha a sofrer um retrocesso.

Um dos primeiros pronunciamentos que fiz quando Deputado Federal era que o salário mínimo chegasse a US\$100. Naquela época eu verberava que o salário mínimo era apenas US\$68. Hoje estamos chegando ao patamar do salário mínimo de quase US\$200. A tendência do dólar é cair. Sabemos que R\$350,00 é pouco, mas já representa um avanço para o trabalhador brasileiro.

Sempre estive do lado do mais humilde e do mais fraco, daquele mais pobre. Essa foi a minha política. Lamento profundamente esses desacertos, esses desencontros e espero que não se modifique a política econômica do País, que ela continue nesse trilho.

O Ministro Palocci se conduziu muito bem. Não quero ser contra os Srs. Senadores, sei que alguns têm opinião diferente a esse respeito, mas quero dizer que, como cidadão, sinto profundamente a saída do Ministro Palocci do Ministério da Fazenda do Brasil.

Sr. Presidente, venho, hoje, falar sobre os professores do Maranhão, o único Estado do Brasil que não paga salário mínimo a seus funcionários. E o Governo do Maranhão anuncia que, mesmo com um salário mínimo de R\$350,00, no Maranhão, só vai valer R\$320,00.

Recebi, Sr. Presidente, um documento do professorado do meu Estado, principalmente da cidade de São Raimundo das Mangabeiras, em que vem verberar...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Sr. Presidente, quanto tempo V. Ex^a me concedeu? Eu tenho direito a oito minutos, não é isso? Mas não me foram dados oito minutos ainda.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – V. Ex^a tem ainda a palavra prorrogada.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Muito obrigado.

A lei determina que os professores se qualifiquem para que tenham melhores condições de ensinar e incentive-os com o direito de serem promovidos.

Acabo de receber, do Município de São Raimundo das Mangabeiras, do Estado do Maranhão, um abaixo-assinado dos professores do Estado, no qual lamentam, com amargura, a falta de reconhecimento dos estudos feitos mediante o enquadramento previsto pelo Estatuto do Magistério do Estado, época do Governo de Roseana Sarney. Trata-se de professoras e professores que atenderam à determinação legal. Para atingir esse objetivo, assumiram o desafio: deslocaram-se até às cidades, de balsas, para cursar a faculdade de pedagogia. Largavam seus lares, os filhos, os afazeres; gastavam seu dinheiro com transporte, hospedavam-se em modestas pensões, freqüentavam a faculdade e, no fim de semana, voltavam para casa com tempo apenas para pequenas providências, porque imediatamente deviam retornar às aulas.

Hoje, formados, com diploma de curso superior de pedagogia, não tiveram a merecida promoção. Continuam dando aula para, no fim do mês, receberem o aviltante salário de R\$400,00. No Maranhão, o salário de professor de nível médio varia entre R\$400,00 e R\$500,00. É uma vergonha, Sr^{as} e Srs. Senadores! É lamentável que um setor de tão grande importância para o desenvolvimento seja assim tratado.

Dizem as professoras no seu manifesto: “Sr. Senador, como V. Ex^a sabe mais do que ninguém, o Maranhão está em colapso com o Governo do Sr. José Reinaldo; e sabe também que a maior vítima do seu desmando é a educação”.

Sr. Presidente, venho aqui para lamentar a situação dos professores do Maranhão. Aqui falou um Senador que este será o ano em que o povo vai dar sua resposta, fazer sua análise e dar o seu veredicto. Assim acredito que ocorrerá no Estado do Maranhão.

Várias vezes, vim a esta tribuna para falar sobre as estradas estaduais do Maranhão, que são as piores do Brasil. Lá, constroem-se estradas de povoado a povoado. Mas não existe povoado, nem Município. São estradas fantasmas.

Lamento profundamente, Sr. Presidente, que isso aconteça no nosso Estado. Porém, está muito perto de o povo do Maranhão dar o seu veredicto.

Sr. Presidente, quero que meu pronunciamento seja transcrito na íntegra, obedecendo ao tempo considerado por V. Ex^a.

Muito obrigado.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO
SR. SENADOR JOÃO ALBERTO SOUZA.**

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Senadores,

A lei determina que os professores se qualifiquem para que tenham melhores condições de ensinar e incentive-os com o direito de serem promovidos.

Acabo de receber do Município de São Raimundo das Mangabeiras, do Estado do Maranhão, um abaixo assinado dos professores do Estado, no qual lamentam, com amargura, a falta de reconhecimento dos estudos feitos mediante o enquadramento previsto pelo Estatuto do Magistério do Estado. Trata-se de professores e professoras que atenderam à determinação legal. Para atingir esse objetivo, assumiram o desafio: deslocaram-se durante anos para a cidade de Balsas, para cursar a faculdade de pedagogia. Largavam seus lares, os filhos, os afazeres. Gastavam o seu dinheiro com transporte, hospedavam-se em modestas pensões, freqüentavam a faculdade e, nos fins de semana, voltavam para casa com tempo apenas para pequenas providências porque imediatamente deviam retornar às aulas. Hoje, formados, com diploma de curso superior em pedagogia, não tiveram a merecida promoção. Continuam dando aulas, para, no fim do mês, receberem o aviltante salário de R\$400,00 reais. No Maranhão, o salário de nível médio do professor varia de 400 a 500,00 reais. É uma vergonha, Senhoras e Senhores Senadores, é lastimável que um setor de tão grande importância para o desenvolvimento seja assim tratado. Dizem as professoras no seu manifesto: “Senhor Senador, como Vossa Excelência sabe mais do que ninguém, o Maranhão está em colapso com o Governo de José Reinaldo, e sabe também que a maior vítima do seu desmando é a educação”.

A história do desenvolvimento dos povos confirma que a educação é o único instrumento que redime o homem da pobreza. No Brasil, o problema da educação é recorrente e caracteriza-se pelo desmantelamento. Existem idéias, existem programas, existem também recursos apesar de tudo, mas não existe sintonia de visão, de ação e de vontade política. Um programa federal tropeça e se anula no nível estadual. E o problema da educação perpetua-se no tempo como filão de teses, de discussões, de discursos e de paternalismos fátuos que nunca entram numa sala de aula para se tornarem giz, para serem professor, para prepararem e estimularem a inteligência das crianças, a verdadeira fonte da criatividade, da inovação, da transformação, do desenvolvimento e do progresso.

Não É repetição inútil afirmar mais uma vez que nas crianças de hoje germina o futuro da Nação.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, também não É tautologia afirmar que A boa educação se faz com professor motivado na sala de aula. Os professores brasileiros constituem uma classe cada vez menos prestigiada, desprestígio que se materializa no salário indigno que recebem, salário que tira deles as mínimas condições de se aperfeiçoarem e, quando se aperfeiçoam, às suas duras expensas, precisam

munir-se de humilhação e paciência para esperarem o enquadramento adequado ao diploma obtido.

É lastimável, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, que professores cheguem a esse nível de desalento. É lastimável também que a população não disponha de instrumentos legais, para tirar do poder os homens públicos que elegeram e se demonstraram ineptos e ignavos, perdulários na futilidade ou na promoção de si mesmos, mas irresponsáveis no que

diz respeito às necessidades básicas da população, como é o caso da educação e da saúde.

Muito obrigado! Senador **João Alberto Souza**,
- PMDB/MA.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JOÃO ALBERTO SOUZA EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**Processos de PROMOÇÃO requeridos no Ano de 2005
ASSINATURA DE PROFESSORES(AS):**

Antonia Selis Loureiro	3532-1265
Inacema da Cruz Leiria	3532-1315
Flávia Patrícia de Carvalho Barros	3532-1458
Dellimar Costa e Silva	3532-1462
Maria Raimunda de Carvalho Bezerra	3532-1618
Esmeralda Lima de Sousa	3532-1169
Angela Maria Costa Carvalho	3532-1160
Elviana Miramanda Albuquerque	3532-1418
Quesina Nogueira da Silva	3532-1232
Helma Maria Benigno de Souza	3532-1280
Rosemary Cunha Miranda	3532-1138
Maria do Amparo Melo Cavalcanti	3532-1241
Martene Mendes Costa Barros	3532-1914
Maria Floracy Costa da Rocha	3532-1669 ou 1913
Maria Paixão da Silva Santos	3532-1689

**Processos de PROMOÇÃO requeridos no ano de 2004
ASSINATURA DE PROFESSORES(a)**

Márcia da Rocha Santos Lopes



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Pró-Reitoria de Graduação e Assuntos Estudantis - PROGAE

Coordenadoria de Ensino de Graduação



CERTIDÃO

Certificamos que, conforme consta no livro de Atas de Colação de Grau da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, MIRENE DA ROCHA SANTOS LOPES

concluiu o Curso de LICENCIATURA EM GEOGRAFIA.

tendo colado grau em 30 de outubro de 2004

Data 18 19 2004

Luzinete M. Lopes
 Coordenadora de Graduação
 UEMA

Elzânia Maria de Oliveira Moura
 Diretora de Centro
 UEMA

Raimundo Nonato N. Vale
 Pró-Reitor de Graduação
 UEMA

AVISO DE CRÉDITO		Mês	JANEIRO	Ano	2008	Nº Ordem	30.775
Orgão	SEEDUC	Município	122-S R MANGABE1				
SIDR	12239112AT	Identidade	J. J. S. NASC.	Matrícula	000751792		
CIC	363792653-20	995446 SSP					
Nome do Funcionário	MIRENE DA ROCHA SANTOS LOPES						
Cargo	PROFESSOR-MAG-1						
VANTAGENS E DESCONTOS		Agência Bancária	007820	Nº Conta	0000340882		
Código	Descrição	Valor					
101	VENCIMENTO	280,00					
136	ADIC. TEN. SER	42,00					
131	SAL. FAMILIAR	282,98					
150	TOTAL VANTAGENS	604,98					
682	FUNBEN	66,22					
683	FUN. AMER. SEG.	16,02					
694	TOTAL DESCONTOS	82,24					
N. REC. FGTS *****							
VIA FUNCIONÁRIO		LÍQUIDO				521,94	
SEM MENSAGEM							
SEM MENSAGEM							
SEPLAN							

Orgão	SEEDUC	Situação	ATIVO
Nome do Funcionário	MIRENE DA ROCHA SANTOS LOPES	Matrícula	000751792
Cargo	PROFESSOR-MAG-1	Agência Bancária	007820
		Nº Conta	0000340882
VIA BANCO		LÍQUIDO	
199-208 MANGABEIAÇÃO MECÂNICA		521,94	
ASSINATURA			



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 23950932003-6 DATA DE EXPEDIÇÃO 14/02/2003

NOME MIRENE DA ROCHA SANTOS LOPES

FILIAÇÃO VALMIRO BARBOSA DOS SANTOS E MARLY DA SILVA ROCHA

NATURALIDADE S. RDD. DAS MANGABEIRAS-MA DATA DE NASCIMENTO 17/05/1965

DOC ORDEM CASAM. N. 477/80 FLS. 04 LIV. 04

CPF 363792553-20

P-243 VIA-01

LEI Nº 7.116 DE 2003

Chancel Quirino Neto
 Mal. 2013/2001

CIC

792, 553, 20

MIRENE DA ROCHA SANTOS

17.05.65

Mirene da Rocha Santos

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ÁREA DE REGISTRO ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR MIRENE DA ROCHA SANTOS

DATA DE NASCIMENTO 17/05/1965 N.º INSCRIÇÃO 87460611/04 ZONA 017 SEÇÃO 0046

MUNICÍPIO UF NOVA IGRQUE MA DATA DE EMISSÃO 28/05/94

Mirene da Rocha Santos

SENADO FEDERAL

ORGÃO	NUMERO	DATA
CADRS M	910/04	30/01/04

Nome *Mirene da Rocha Santos*

lopes

Assunto *P. Quirino*

Mirene da Rocha Santos

Rubrica e Assinatura
 Mirene da Rocha Santos
 Professora
 Matrícula: 114007

CIRCULO RECEBIDO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Pró-Reitoria de Graduação e Assuntos Estudantis - PROGAE

Coordenadoria de Ensino de Graduação



CERTIDÃO

Certificamos que, conforme consta no livro de Atas de Colação de Grau da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, **MARIA TELMA DE SOUSA ALVES**

concluiu o Curso de **Pedagogia / Habilitação Magistério**

sendo colado grau em **22 de março de 2003.**

Data **22/03/2003**

Lucinete Rodrigues Lope
Coordenadora CEG

Terezinha de J. Maria Lima
Diretora UEMA
Diretor(a) / Centro

Prof. José Augusto Silva Oliveira
Pró-Reitor de Graduação e Assuntos Estudantis
Exercício
Mar. 2003

Gerência de Art. e D da Reg. do C. Maranhense
Processo nº 362/03 Data: 25/03/2003
Assunto: Promoção - MAG-II- P/ MAG-IV
Nome: Maria Telma de Sousa Alves
Unidade: U. I. Monsenhor Barros
Município: São Rdo. das Mangabeiras - MA

CEDULA DE IDENTIFICAÇÃO



ASSINATURA DO TITULAR

Maria Telma de Sousa Alves

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE POLÍCIA DO RANANQUE



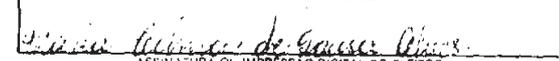
12.1955

03.1980

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COLECAR DIREITO



ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR

MARIA TELMA DE SOUSA ALVES

DATA DE NASCIMENTO	Nº INSCRIÇÃO	DV	ZONA	SEÇÃO
05/12/1955	8745791104		034	0033

MUNICÍPIO / UF

SAO RAIMUNDO DAS MANGUEIRAS / MA

DATA DE EMISSÃO

27/04/2000

JUIZ - José Ensmar Martins

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DEPARTAMENTO DE REGISTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF

001/0603-4

08-10-85

BANCO DO BRASIL

BÃO J. DOS PATOS (MA)

31361/0919

504

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DE RECEITA FEDERAL

DEPARTAMENTO DE REGISTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF

Nº DE INSCRIÇÃO

997962883-120

NOME DO CONTRIBUINTE

MARIA TELMA DE SOUSA ALVES

NASCIMENTO

05.12.55

VALIDO ATÉ 180 DIAS A CONTAR DA DATA DO CARIMBO DO AGENTE RECEPTEIRO

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

Maria Telma de Sousa Alves

TERA VALIDADE SOMENTE COM A APRESENTAÇÃO DA CARTERA DE IDENTIFICAÇÃO

Cod. 11.070



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Pró-Reitoria de Graduação e Assuntos Estudantis - PROGAE

Coordenadoria de Ensino de Graduação



CERTIDÃO

Certificamos que, conforme consta no livro de Atas de Colação de Grau da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, **FRANCISCO GOMES DA SILVA**

concluiu o Curso de **Ciências / Habilitação Matemática**

tendo colado grau em **22 de março de 2003.**

Luzinete Pontes Lopes
 Coordenadora de Ensino de Graduação
Coordenadora / CEG
 UEMA

Prof. José Augusto Silva Oliveira
 Diretor(a) / Centro

Data **22/03/2003**

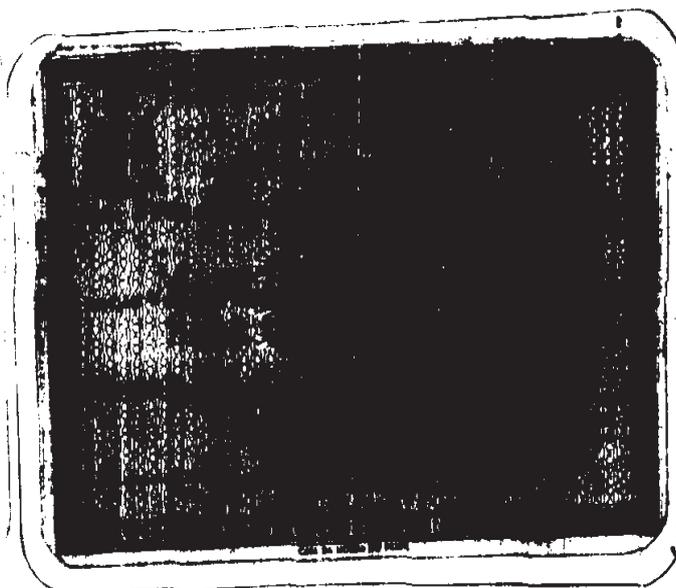
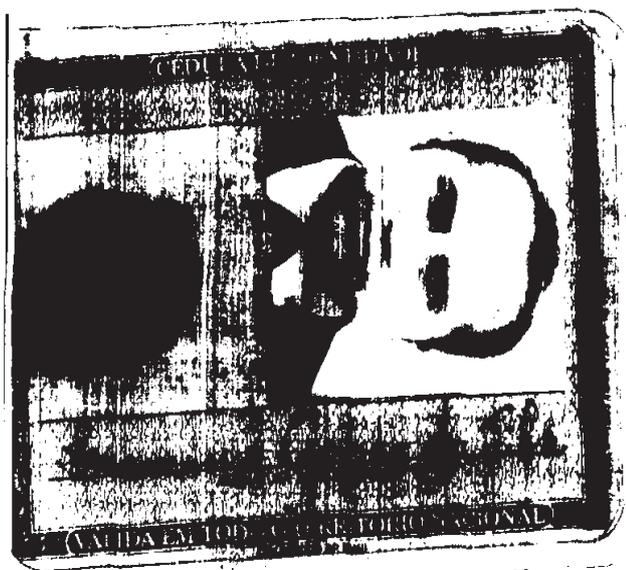
Prof. José Augusto Silva Oliveira
 Pró-Reitor de Graduação e Assuntos Estudantis em Exercício

FOA001

Origem	SEEDUC	Situação	ATIVO
Nome do Funcionário	FRANCISCO GOMES DA SILVA	Matrícula	00003400182
Cargo	PROFESSOR-MAG-11	Agência Bancária	007820
VIA BANCO		LÍQUIDO	587,47
FEB-2006		MAQUILAGEM MECÂNICA	
ASSINATURA			

ANEXO DE CRÉDITO		Mês	Ano	Nº Ordem
SEEDUC		FEVEREIRO	2006	30.778
12239112AU - U. I. BARROS		Município	122-S	R MANGABEI
C.I.C. 012912033-20		Identidade	195508 SSP	Cod. Nivel 009
Nome do Funcionário		FRANCISCO GOMES DA SILVA		
Cargo		PROFESSOR-MAG-11		
Agência Bancária		007820		
Nº Conta		00003400182		
Código	Descrição	Valor		
101	VENCIMENTO	303,74		
116	ADIC. TEMP. SER.	603,75		
150	GRAT. ATIV. MAG	303,74		
	TOTAL VANTAGENS-	668,23		
822	FED. BEN. ESSEMA	73,51		
883	SINDICATO	18,09		
894	TOTAL A DECONTAR -	91,60		
	N. REC. FGTS *****	100,176		
VIA FUNCIONÁRIO		LÍQUIDO		
SEM MENSAGEM		587,47		
SEM MENSAGEM		SEPLAN		

Ger. de Art. e Desenv. da Reg. do Cerrado MA
 Diretoria de Educação de Balsas - DEEDUC
 Proc. N° 429/03 Data: 26.03.2003
 Ass: Promoção - MAG-II- P/ MAG-IV
 Nome : Francisco Gomes da Silva
 U.I. Mons. Barros - S. R. das Mangabeiras - MA



Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Francisco Gomes da Silva

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
 Emitido em : 06/06/98

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
 Secretaria de Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome
FRANCISCO GOMES DA SILVA

Nº de inscrição
012912033-20

Data de Nascimento
06/01/48



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Pró-Reitoria de Graduação e Assuntos Estudantis - PROGAE

Coordenadoria de Ensino de Graduação



CERTIDÃO

Certificamos que, conforme consta no livro de Atas de Colação de Grau da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, **MARIA LUZIMAR BARROS DA SILVA**

concluiu o Curso de **Letras / Habilitação Língua Portuguesa**

Língua Inglesa

tendo colado grau em **22 de março de 2003.**

Data 22 / 03 / 2003

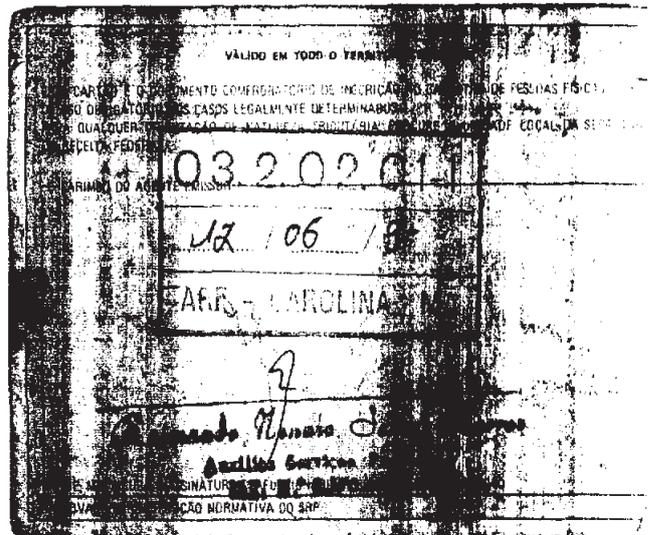
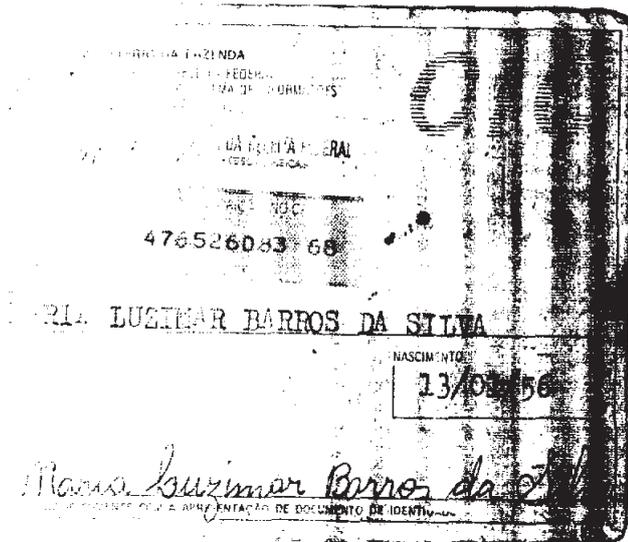
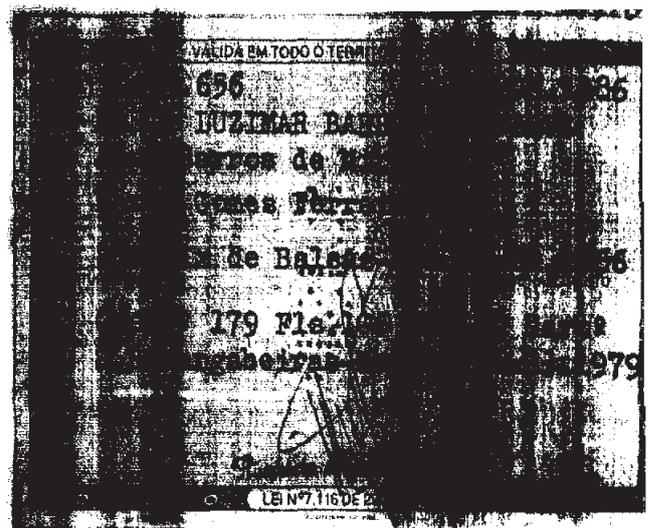
Luzinete Rodrigues Lopes
Coordenadora de Colação
M. 5124

Terezinha da Mota Lima
Diretora de Graduação UEMA
M. 5123
Diretor(a) / Centro

Prof. José Antônio Silva Oliveira
Pró-Reitor de Graduação
Assuntos Estudantis em Exercício
M. 5122

CEG/PROGAE/UEMA

AVISO DE CÉDITO		Mês	Ano	Nº Ordem
SEEDUC		FEVEREIRO	2006	30.746
Origem	Município		R. MANGABEI	
1223912AU - U. I. BARROS	122-S		R. MANGABEI	
Sector	Identidade		Matrícula	
47828083-08	434856 SSP		000717587	
C.I.C.	Cód. Nível		Cód. Nível	
MARIA LUZIMAR BARROS DA SILVA	010		010	
Nome do Funcionário		Situação		
M. 5122		ATIVO		
Cargo		Agência Bancária		Nº Conta
PROFESSOR-MAG-II		007820		00003401588
VANTAGENS E DESCONTOS		VANTAGENS E DESCONTOS		
Código	Descrição	Valor		
101	VENCIMENTO	313,60		
136	ADIC. TEM. SER.	43,04		
150	GRAT. ATIV. MAG	313,60		
	TOTAL VANTAGENS-	670,24		
982	FUNDEB	74,17		
983	FUNDEB - AMER. SEG	28,70		
934	TOTAL DESCONTOS-	102,87		
	N. REC. FGTS: *****			
VIA FUNCIONÁRIO		LÍQUIDO		
SEM MENSAGEM		865,03		
SEM MENSAGEM		SEPLAN		
Gatilho		Situação		
SEEDUC		ATIVO		
Nome do Funcionário		Matrícula		
MARIA LUZIMAR BARROS DA SILVA		000717587		
Cargo		Agência Bancária		Nº Conta
PROFESSOR-MAG-II		007820		00003401588
VIA BANCO		LÍQUIDO		
FEB 2006		589,03		
MANUTENÇÃO MECÂNICA				
ASSINATURA				



Ger. de Art. e Desenv. da Reg. do Cerrado MA
 Diretoria de Educação de Balsas - DEDUC
 Proc. Nº 445/03 Data: 26.03.2003
 Ass: Promoção - MAG-II- P/ MAG-IV
 Nome: Maria Luzimar Barros da Silva
 U. I. Mons. Barros - S R das Mangabeiras - M.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

*Pró-Reitoria de Graduação e
Assuntos Estudantis - PROGAE*

Coordenadoria de Ensino de Graduação



CERTIDÃO

*Certificamos que, conforme consta no livro de
Atas de Colação de Grau da Universidade Estadual do Maranhão -
UEMA, **ROSIMAR MAIA DE CARVALHO***

*concluiu o Curso de **Pedagogia / Habilitação Magistério***

*tendo colado grau em **22 de março de 2003.***

Luzinete Rodrigues Lopes
Coordenadora de Ensino de Graduação
UEMA

Terezinha Maria Lima
Diretora de Ensino de Graduação
UEMA
Mat. 6120
Diretor(a) / Centro

*Data **22/03/2003***

Prof. José Augusto Silva Oliveira
Pró-Reitor (a) e
Assessor Especial em Exercício
Mat. 6108

Ger. de Art. e Desenv. da Reg. do Cerrado MA
Diretoria de Educação de Balsas - DEDUC
Proc. Nº 412/03 Data: 26.03.2003
Ass: Promoção - MAG-II - P/ MAG-IV
Nome : Rosimar Maia de Carvalho
U. I. São R. Nonato - S R das Mangabeiras - IV

Ger. de Art. e Desenv. da Reg. do Cerrado MA
Diretoria de Educação de Balsas - DEDUC
Proc. Nº 413/03 Data: 26.03.2003
Ass: Promoção - MAG-II - P/ MAG-IV
Nome : Rosimar Maia de Carvalho
U. I. Mons. Barros - S R das Mangabeiras - MA

AVISO DE CREDITO		Mês	Ano	Nº Ordem
SEEDUC		FEVEREIRO	2006	30.765
Orgão	Município	122-S R MANGABEI		
Sector	Matricula	000940775		
C.I.C.	Identidade	Cód. Nível	009	
071839923-49		026260 SSP		
Nome do Funcionário		Situatão		
ROSI MAR MAIA DE CARVALHO		ATIVO		
Cargo	Agência Bancária	Nº Conta	00003400948	
PROFESSOR-MAG-II		007820		
VANTAGENS E DESCONTOS				
Código	Descrição	Valor		
101	VENCIMENTO SER	303,74		
136	ADIC. TEM. SER	380,75		
150	GRAT. ATIV. MAGENS-	759,95		
TOTAL VANTAGENS-		1444,44		
982	FEPA	83,53		
983	FUNDEB. SIND. AMER. SEG	21,16		
583	TOTAL DESCONTOS-	112,26		
N. REC. FGTS *****				
VIA FUNCIONÁRIO		LÍQUIDO	647,07	
SEM MENSAGEM				
SEM MENSAGEM			SEPLAN	

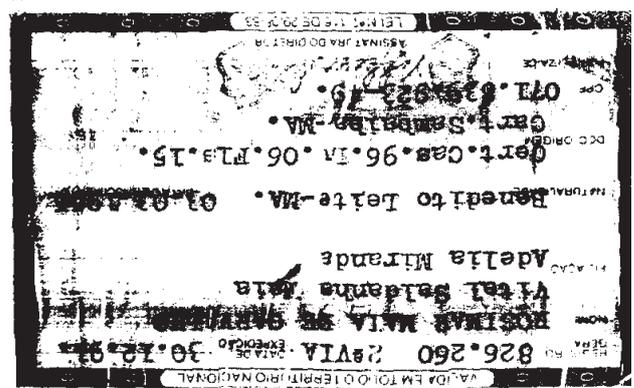
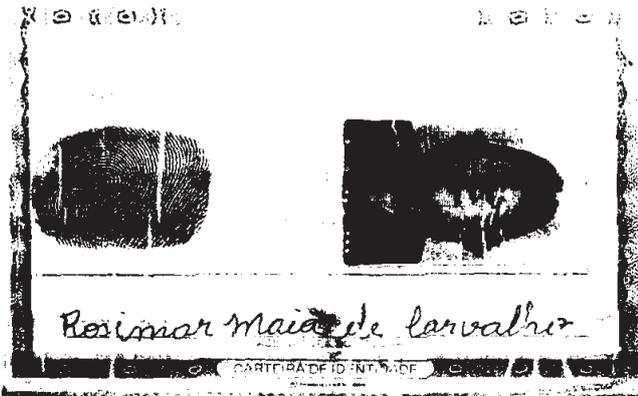
Orgão	Situatão	ATIVO	
SEEDUC			
Nome do Funcionário	Matricula	000940775	
ROSI MAR MAIA DE CARVALHO			
Cargo	Agência Bancária	Nº Conta	00003400948
PROFESSOR-MAG-II		007820	
VIA BANCO		LÍQUIDO	647,07
FEB-2006		MANUSEIO E REPARAÇÃO MECÂNICA	

ASSINATURA

AVISO DE CREDITO		Mês	Ano	Nº Ordem
SEEDUC		FEVEREIRO	2006	30.813
Orgão	Município	122-S R MANGABEI		
Sector	Matricula	000931600		
C.I.C.	Identidade	Cód. Nível	009	
071839923-49		026260 SSP		
Nome do Funcionário		Situatão		
ROSI MAR MAIA DE CARVALHO		ATIVO		
Cargo	Agência Bancária	Nº Conta	00003400948	
PROFESSOR-MAG-II		007820		
VANTAGENS E DESCONTOS				
Código	Descrição	Valor		
101	VENCIMENTO SER	303,74		
136	ADIC. TEM. SER	60,75		
150	GRAT. ATIV. MAGENS-	303,74		
TOTAL VANTAGENS-		668,23		
982	FEPA	73,51		
983	FUNDEB. SIND. AMER. SEG	8,00		
583	TOTAL DESCONTOS-	81,51		
N. REC. FGTS *****				
VIA FUNCIONÁRIO		LÍQUIDO	581,97	
SEM MENSAGEM				
SEM MENSAGEM			SEPLAN	

Orgão	Situatão	ATIVO	
SEEDUC			
Nome do Funcionário	Matricula	000931600	
ROSI MAR MAIA DE CARVALHO			
Cargo	Agência Bancária	Nº Conta	00003400948
PROFESSOR-MAG-II		007820	
VIA BANCO		LÍQUIDO	581,97
FEB-2006		MANUSEIO E REPARAÇÃO MECÂNICA	

ASSINATURA





UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Pró-Reitoria de Graduação e Assuntos Estudantis - PROGAE

Coordenadoria de Ensino de Graduação



CERTIDÃO

*Certificamos que, conforme consta no livro de Atas de Colação de Grau da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, **MARIA SOELI DOS SANTOS ROCHA***

*concluiu o Curso de **Letras / Habilitação Língua Portuguesa***

Língua Inglesa

*tendo colado grau em **22 de março de 2003.***

Luzinete Rodrigues Lopes
Coordenadora de Graduação

Terezinha de Melo Lima
Diretora do Centro UEMA

Diretor(a) / Centro

Prof. José Augusto Silva Oliveira
Pró-Reitor de Assuntos Estudantis em Exercício

Mat. 5159

Data 22 / 03 / 2003

CEG/PROGAE/UEMA

ANO DE CREDITO		Mês	Ano	Nº Ordem
SEEDUC		FEVEREIRO	2006	30.782
Orgão	Sector	Município	Matrícula	
1245	112AU - U. I BARROS	122-5	R MANGABE1	
CIC	Identidade	Cód. Nível	Situatão	
252518273-00	743358 SSP	009	ATIVO	
Nome do Funcionário		Agência Bancária	Nº Conta	
MARIA SOELI DOS SANTOS ROCHA		007820	00003401499	
Cargo		PROFESSOR-MAG-11		
VANTAGENS E DESCONTOS				
Código	Descrição	Valor		
101	VENCIMENTO	303,74		
120	GRAT. AN. MAG. 100	303,74		
	TOTAL VANTAGENS-	607,48		
982	FEPA	73,51		
983	SUL AMER. SEG	6,68		
984	CREDITO NEG-	9,24		
	TOTAL DESCONTOS-	139,43		
	N.REC.FGTS *****	227,91		
VIA FUNCIONÁRIO		LÍQUIDO		
SEM MENSAGEM		440,32		
SEM MENSAGEM		SEPLAN		

Orgão SEEDUC

Nome do Funcionário MARI SOELI DOS SANTOS ROCHA

Cargo PROFESSOR-MAG-11

VIA BANCO

FEV-2006 MANGABE1

LIQUIDO

440,32

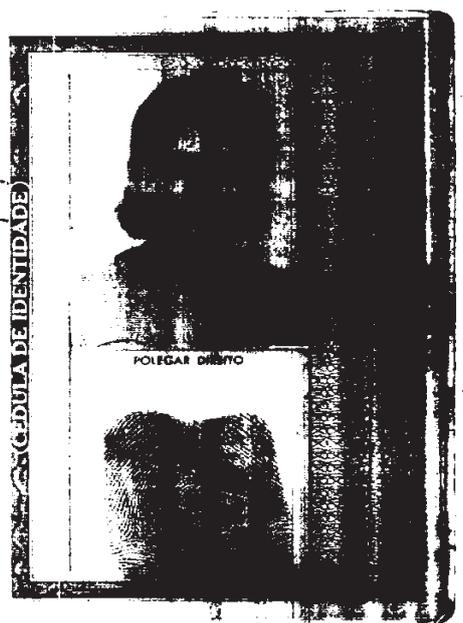
Agência Bancária 007820

Nº Conta 00003401499

Situatão ATIVO

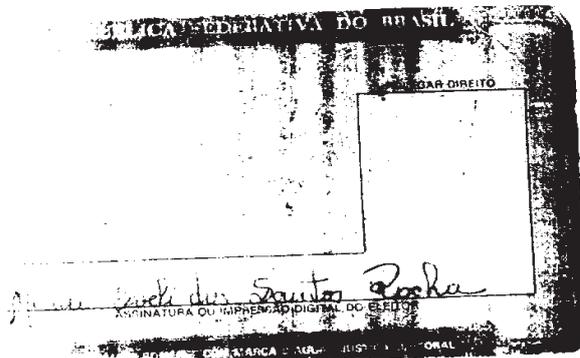
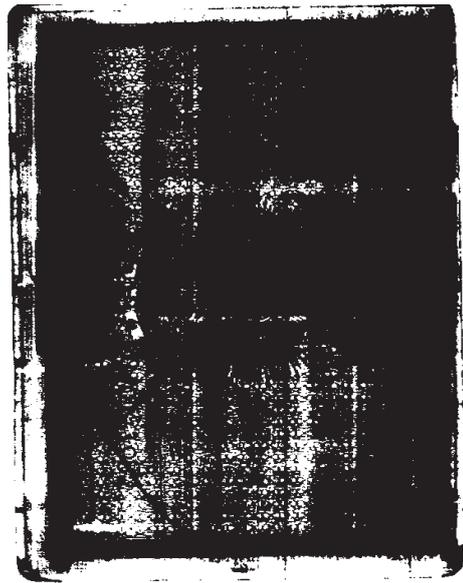
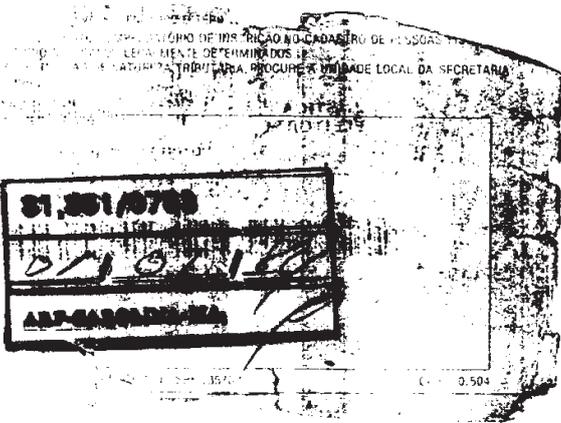
Matrícula 000939801

ASSINATURA



POLEGAR DIREITO

IDENTIFICADORA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Pró-Reitoria de Graduação e Assuntos Estudantis - PROGAE

Coordenadoria de Ensino de Graduação



CERTIDÃO

*Certificamos que, conforme consta no livro de Atas de Colação de Grau da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, **MARIA LÚCIA ALVES DA SILVA***

*concluiu o Curso de **Ciências / Habilitação Matemática***

*tendo colado grau em **22 de março de 2003.***

*Lucinete Rodrigues Lopes
Coordenadora de Ensino de Graduação*

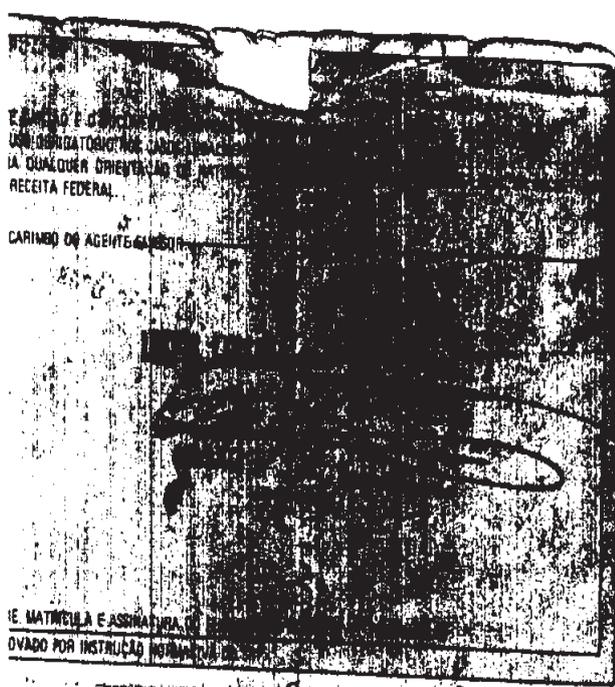
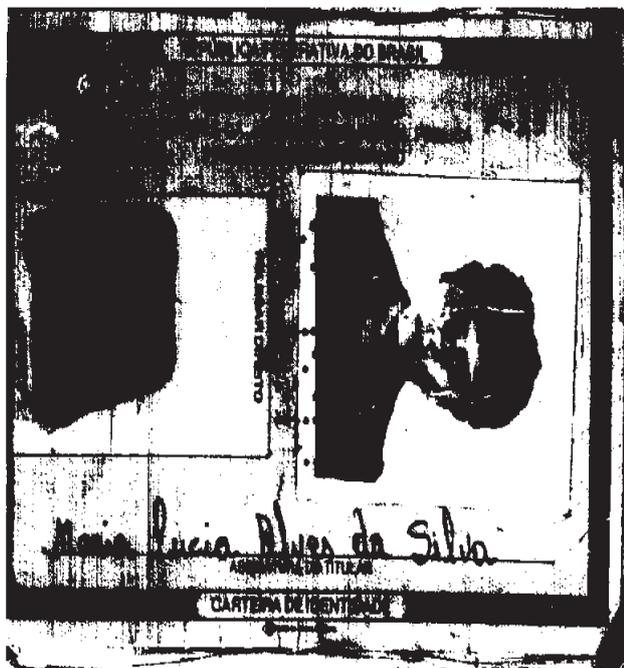
*Terezinha de Jesus Maia Lima
Diretora de Ensino de Graduação*

Diretor(a) / Centro

*Data **22/03/2003***

*Prof. José Augusto Silva Oliveira
Pró-Reitor de Graduação e Assuntos Estudantis em Exercício*

Ger. de Art. e Desenv. da Reg. do Cerrado Maranhense
Unid. Gesto. de Desenvolvi. Humano - UGDH
Proc. Nº 418/03 Data: 26/03/03 - Matr- 714113
ASS: PROMOÇÃO - MAG 3 - P/ MAG - 3V
Nome : Maria Lúcia Alves da Silva
U. I. São Raimundo Nonato - SR das Mangabeiras - MA



AVISO DE CRÉDITO		Mês	FEVEREIRO	Ano	2006	Nº Ordem	30.776
Órgão	SEEDUC	Município	122 - S. R MANGABEI				
Sector	12239112AU - U.1 BARROS	Identidade	822083 - SSP.	Cod. Nivel	06	Matricula	000785717
C.I.C.	279702213-00						
Nome do Funcionário	FELIX RESP LANDES DE SA						
Cargo	PROFESSOR-MAG-I	Agência Bancária	007820	Nº Conta	00003403114	Situação	
VANTAGENS E DESCONTOS							
Código	Descrição	Valor					
101	VENCIMENTO	280,00					
136	ADIC. TEM. SER	28,00					
137	SAL. FAMILIAR	280,00					
150	TOTAL VANTAGENS	588,00					
882	FEPA	64,68					
883	FUNBEN	5,98					
888	PROG. M. CASA	43,08					
583	SINPROESMA	5,60					
584	CREDIPEM NEG	67,92					
	TOTAL DESCONTOS	187,14					
	N. REC. FGTS *****						
VIA FUNCIONÁRIO		LÍQUIDO		400,86			
SEM MENSAGEM							
SEM MENSAGEM							
SEPLAN							

Órgão	SEEDUC	Situação	ATIVO
Nome do Funcionário	FELIX RESP LANDES DE SA	Matricula	000785717
Cargo	PROFESSOR-MAG-I	Agência Bancária	007820
		Nº Conta	00003403114
VIA BANCO		LÍQUIDO	
FELIX-2006		MANGABEIRAS MECÂNICA	
		400,86	
ASSINATURA: _____			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

Felix Resplandes de Sá

CIC

NASCIMENTO
27.03.67

INSCRIÇÃO NO CPF
279 702 213 00

CONTRIBUINTE

FELIX RESP LANDES DE SA

[Signature]
SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL

Ger. de Art e Desenv. da Reg do Cerrado MA
Diretoria de Educação de Balsas - DEDUC
Proc. Nº 446/03 Data: 26.03.2003
Ass: Promoção - MAG-I- P/ MAG-IV
Nome : Félix Resplandes de Sá
U. I. Mons. Barros - S R das Mangabeiras - M


UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
**Pró-Reitoria de Graduação e
Assuntos Estudantis - PROGAE**
Coordenadoria de Ensino de Graduação

CERTIDÃO

Certificamos que, conforme consta no livro de
Atas de Colação de Grau da Universidade Estadual do Maranhão -
UEMA, **MARIA DA CONCEIÇÃO COSTA FERREIRA**

concluiu o Curso de **Pedagogia / Habilitação Magistério**

tendo colado grau em **22 de março de 2003.**

Data **22 / 03 / 2003**

Lucinete de Azevedo Lopes
Coordenadora CEG
Coordenadoria de Ensino de Graduação

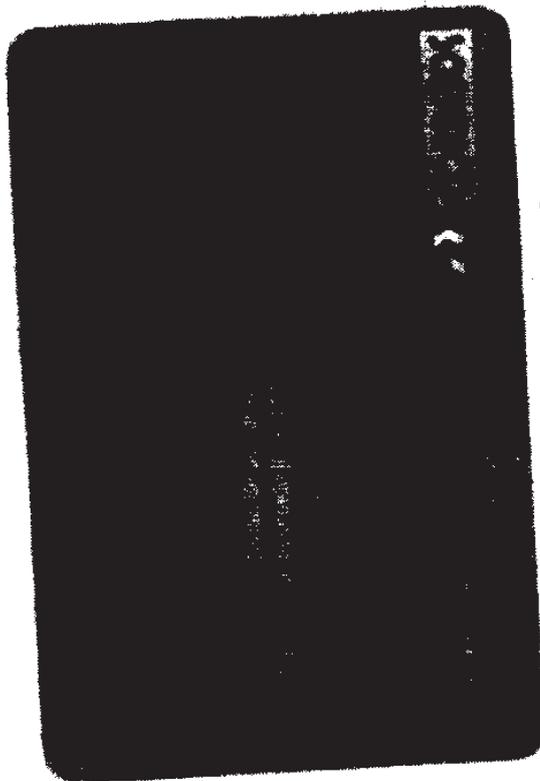
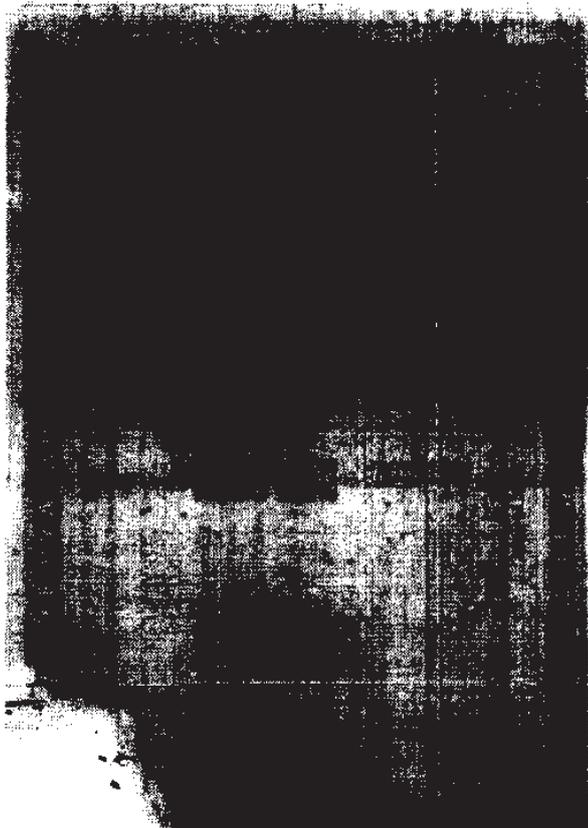
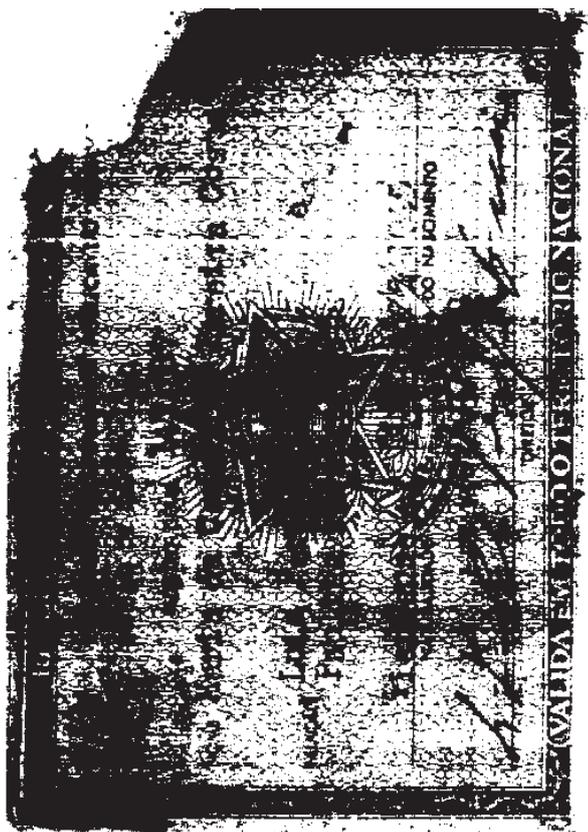
Terezinha de Azevedo Maia Lima
Diretora de Ensino de Graduação
MAT. 5130

Diretor(a) / Centro

Prof. José Augusto Silva Oliveira
Pró-Reitor de Graduação e
Assuntos Estudantis (a) Exercício
Mat. 5160

Mat. 5107
CEG / PROGAE / UEMA

Ger. de Art. e Desenv. da Reg. do Cerrado Maranhense
Unid. Gesto. de Desenvolvi. Humano - UGDH
Proc. Nº 591/03 Data: 28/03/03 - Matr - 409292
ASS: PROMOÇÃO
Nome : Maria da Conceição Costa Ferreira
CEM. Rosário de M^o. N. Costa - SR. das Mangabeiras - MA





UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Pró-Reitoria de Graduação e Assuntos Estudantis - PROGAE

Coordenadoria de Ensino de Graduação



CERTIDÃO

Certificamos que, conforme consta no livro de Atas de Colação de Grau da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, **RITA COSTA LIMA**

concluiu o Curso de **Ciências / Habilitação Matemática**

tendo colado grau em **22 de março de 2003.**

Data **22/03/2003**

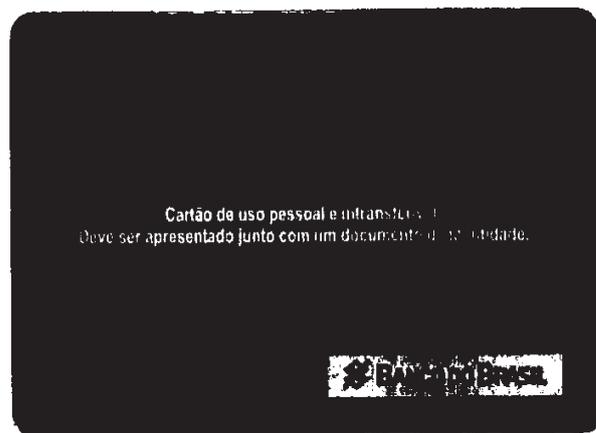
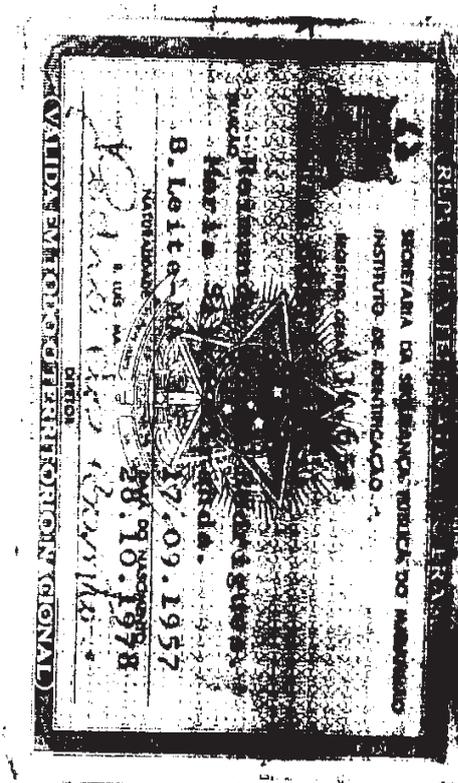
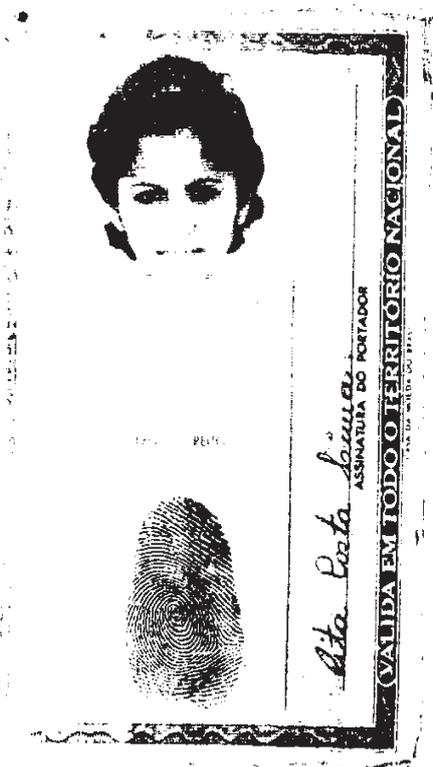
[Signature]
Coordenadora de Ensino de Graduação
Mat. 0124

Terezinha da *[Signature]* Maia Lima
Diretora da UEMA
Mat. 020
Diretor(a) / Centro

[Signature]
Prof. José Augusto Silva Oliveira
Pró-Reitor de Graduação e Assuntos Estudantis em Exercício
Mat. 5159

Orgão SEEDUC
Nome do Funcionário RITA COSTA LIMA
Cargo PROFESSOR-MAG-11
Matrícula 000274365
Situação ATIVO
Via Banco
FEZ 20R MANTENÇÃO MECÂNICA
LÍQUIDO 964,58
ASSINATURA

AVISO DE CRÉDITO		Mês	Ano	Nº Ordem
SEEDUC		FEVEREIRO	2006	30.795
Setor 12239112AV - U.I.R. NONA		Município 122-S R MANGABEI		
CIC 476525783-53	Identidade 434851 SSP	Matrícula 000274365	Cód. Nivel 009	
Nome do Funcionário RITA COSTA LIMA		Situação ATIVO		
Cargo PROFESSOR-MAG-II		Agência Bancária 007820	Nº Conta 00003408873	
Código	Descrição	Valor		
101	VENCIMENTO	303,74		
136	ADIC. TEM. SER	75,94		
426	GRAT. TEMP. MAG	60,75		
235	GRAT. TR/MAG	32,44		
516	TOTAL VANTAGENS	1.108,66		
982	FERRAEN. SESSA	75,18		
983	SIN. PRO. SESSA	6,83		
984	PLAS. EN. SESSA	27,00		
985	ABEM-METLIFE	10,00		
986	TOTAL DESCONTOS	144,09		
N. REC. FGTS *****				
VIA FUNCIONÁRIO SEM MENSAGEM SEM MENSAGEM		LÍQUIDO 964,58		
		SEPLAN		



Grat. de Art e Desenv. da Reg. do Cerrado MA
 Diretoria de Educação de Balsas - DEDUC
 Dire. N.º 404/03 Data: 25.03.2003
 Ass. Promoção - MAG-II- P/ MAG-IV
 Nome: Rita Costa Lima
 C.P. São R. Nonato - S.R. das Ilangabeiras - M



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Pró-Reitoria de Graduação e Assuntos Estudantis - PROGAE

Coordenadoria de Ensino de Graduação



CERTIDÃO

Certificamos que, conforme consta no livro de Atas de Colação de Grau da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, **MARIA ESTER COELHO LIMA**

concluiu o Curso de **Letras / Habilitação Língua Portuguesa**
Língua Inglesa

tendo colado grau em **22 de março de 2003.**

Data **22 / 03 / 2003**

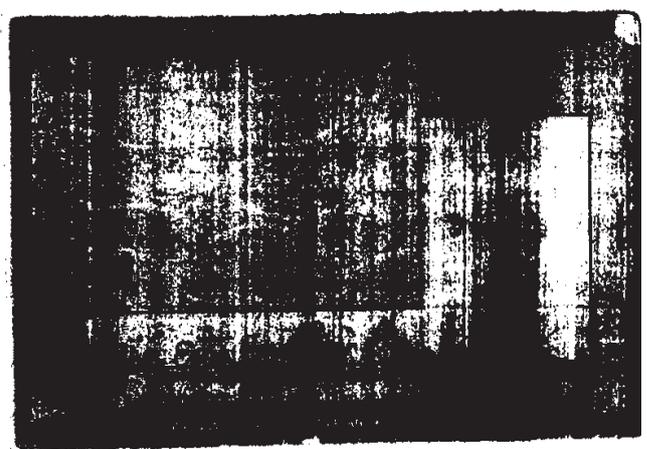
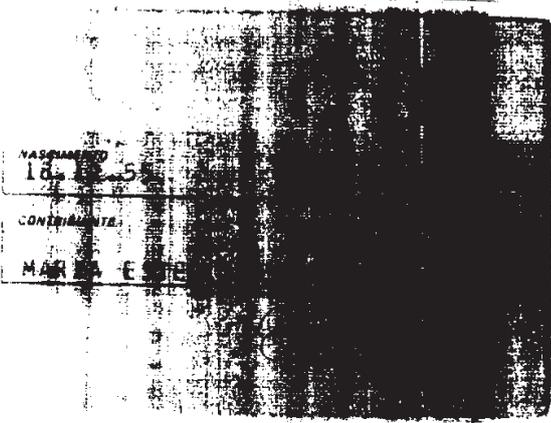
Luzinete Poliana Lopes
Coordenadora de Graduação
MAG-III
PROGAE/UEMA

Terezinha de J. Maia Lima
Diretora do **MAG-III**
MAG-III
Diretor(a) / Centro

Prof. José Augusto Silva Oliveira
Pró-Reitor de Graduação e Assuntos Estudantis em Exercicio
MAG-III
Mai. 5159

Ger. de Art. e Desenv. da Reg. do Cerrado MA
Diretoria de Educação de Balsas -DEDUC
Proc. Nº 417/03 Data: 26.03.2003
Ass: Promoção - MAG-II- P/ MAG-IV
Nome : Maria Ester Coelho Lima
U. I. S. R. Nonato - S. R. das Mangabeiras - MA

Ger. de Art. e Desenv. da Reg. do Cerrado MA
Diretoria de Educação de Balsas -DEDUC
Proc. Nº 416/03 Data: 26.03.2003
Ass: Promoção - MAG-II- P/ MAG-IV
Nome : Maria Ester Coelho Lima
U. I. São R. Nonato - S. R. das Mangabeiras - MA



AVISO DE CREDITO		Mês	Ano	Nº Ordem
		FEVEREIRO	2006	30.821
Orgão	SEEDUC	Município	122-S R MANGABEI	
Sector	12239112AV - U.1 R.NONA	Matrícula	000939819	
C.I.C.	19787083-04	Identidade	Cód. Nível	011
Nome do Funcionário		MARIA ESTER COELHO LIMA		
Cargo	PROFESSOR-MAG-II	Agência Bancária	Nº Conta	00003400549
VANTAGENS E DESCONTOS		007820	00003400549	
Código	Descrição	Valor		
101	VENCIMENTO	328,31		
136	ADIC. TEM. SER	65,26		
128	GRAT. P/TITUL	326,93		
150	GRAT. ATIV. MAG	750,51		
TOTAL VANTAGENS-		1223,00		
983	FERPA	82,56		
983	FUNDESEM	4,23		
983	SINPROSEMA	17,00		
983	AGREM. MENS. LIFE	10,00		
516	TOTAL DESCONTOS-	123,60		
N. REC. FGTS *****				
VIA FUNCIONÁRIO		LÍQUIDO	628,91	
SEM MENSAGEM				
SEM MENSAGEM		SEPLAN		

Orgão	SEEDUC	Situação	ATIVO
Nome do Funcionário		MARIA ESTER COELHO LIMA	
Matrícula		000939819	
Cargo	PROFESSOR-MAG-II	Agência Bancária	Nº Conta
		007820	00003400549
VIA BANCO		LÍQUIDO	628,91
FEX-5095 MANDADO DE EXECUÇÃO MECÂNICA			
ASSINATURA			

AVISO DE CREDITO		Mês	Ano	Nº Ordem
		FEVEREIRO	2006	30.801
Orgão	SEEDUC	Município	122-S R MANGABEI	
Sector	12239112AV - U.1 R.NONA	Matrícula	000714162	
C.I.C.	19787083-04	Identidade	Cód. Nível	010
Nome do Funcionário		MARIA ESTER COELHO LIMA		
Cargo	PROFESSOR-MAG-II	Agência Bancária	Nº Conta	00003400549
VANTAGENS E DESCONTOS		007820	00003400549	
Código	Descrição	Valor		
101	VENCIMENTO	313,60		
136	ADIC. TEM. SER	31,36		
128	GRAT. P/TITUL	313,60		
150	GRAT. ATIV. MAG	708,60		
TOTAL VANTAGENS-		1071,12		
983	FERPA	77,62		
983	FUNDESEM	7,06		
983	SINPROSEMA	12,00		
983	AGREM. MENS. LIFE	10,00		
516	TOTAL DESCONTOS-	107,12		
N. REC. FGTS *****				
VIA FUNCIONÁRIO		LÍQUIDO	988,38	
SEM MENSAGEM				
SEM MENSAGEM		SEPLAN		

Orgão	SEEDUC	Situação	ATIVO
Nome do Funcionário		MARIA ESTER COELHO LIMA	
Matrícula		000714162	
Cargo	PROFESSOR-MAG-II	Agência Bancária	Nº Conta
		007820	00003400549
VIA BANCO		LÍQUIDO	988,38
FEX-5095 MANDADO DE EXECUÇÃO MECÂNICA			
ASSINATURA			



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Pró-Reitoria de Graduação e Assuntos Estudantis - PROGAE

Coordenadoria de Ensino de Graduação



Handwritten notes and stamps in a box, including the number 494 and a signature.

CERTIDÃO

Certificamos que, conforme consta no livro de Atas de Colação de Grau da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, **MARYNEUSA NOGUEIRA DA SILVA GOMES**

concluiu o Curso de **Pedagogia / Habilitação Magistério**

tendo colado grau em **22 de março de 2003.**

Data **22/03/2003**

Terezinha da **Maia Lima**
Diretora da **PROGAE**
UEMA

Dir(a) / Centro

Luzinete Rodrigues Lopes
Coordenadora de **PROGAE**
UEMA

Dr. José Augusto Silva Oliveira
Pro-Reitor de **Graduação e Assuntos Estudantis**
UEMA
Mol. 5150

CEG/PROGAE/UEMA



1º Tabelionato de Notas de Balsas - Maranhão

Ivan Alvo Barbosa - Tabelião

Autenticado e preservado em cópia por

conferir com original que me foi apresentado. Dou fé.

Balsas-MA, 27 de março de 2003.

Rosa Maria Martins Barros Alencar
Escrivente Autorizada

Válido somente com o selo de Autenticidade



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 14641702000-4 DATA DE EMISSÃO 08/09/2001

NOME MARYNEUSA NOGUEIRA DA SILVA GOMES

FILIAÇÃO JOSE DA SILVA E ONESINA NOGUEIRA DA SILVA

DATA DE NASCIMENTO 14/04/1962

DOC. ORDEM CASAM. N. 244 FLS. 74 L. 10.3

CPF 476532053-72

ASSINATURA DO DIRETOR

VIA-02

740

AVISO DE CREDITO Mês: **FEVEREIRO** Ano: **2008** Nº Ordem: **30.743**

Orgão: **SEEDUC** Município: **122-S R MANGABEIRA**

Sector: **12238112AU - U. I. BARROS** Matrícula: **000714083**

C.I.C.: **476532053-72** Identidade: **146417020004 SSP** Cód. Nível: **008**

Nome do Funcionário: **MARYNEUSA NOGUEIRA DA SILVA GO** Situação: **ATIVO**

Cargo: **PROFESSOR-MAG-II** Agência Bancária: **007820** Nº Conta: **00003403888**

VANTAGENS E DESCONTOS

Código	Descrição	Valor
101	VENCIMENTO	284,35
1008	ADIC. TEM. SER 15	44,15
1009	SAL. FAMILIA 2	22,48
1010	GRAT. ATIV. MAG 100	284,35
	TOTAL VANTAGENS-	635,33
0000	FEPA	8,33
0001	FUNBEN	8,33
0002	SUL. AMER. SEG	48,04
0003	PROG. M. CASA	48,04
	TOTAL DESCONTOS-	112,74
	N. REC. FGTS *****	

VIA FUNCIONÁRIO **LÍQUIDO**

SEM MENSAGEM SEM MENSAGEM

SEPLAN

2-271

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO MARANHÃO

DIREÇÃO DE REGISTRO DE JUSTIÇA

SECRETARIA DE REGISTRO CIVIL E ESCRIÇÃO

INSTITUTO DE REGISTRAÇÃO

CARTERA DE IDENTIDADE

ASSINATURA: *Maryneusa Nogueira da Silva Gomes*

Orgão: **SEEDUC** Situação: **ATIVO**

Nome do Funcionário: **MARYNEUSA NOGUEIRA DA SILVA GO** Matrícula: **000714083**

Cargo: **PROFESSOR-MAG-II** Agência Bancária: **007820** Nº Conta: **00003403888**

VIA BANCO **LÍQUIDO**

FEV-2008 MANGABEIRA MECÂNICA

ASSINATURA: _____

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITOR

NOME DO ELEITOR: **MARYNEUSA NOGUEIRA DA SILVA GOMES**

DATA DE NASCIMENTO: **14/04/62**

MUNICÍPIO / UF: **S. RAIMUNDO**

ASSINATURA: *Cláudio B. B. de M. M.*

CONTÉM COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

Ger. de Art e Desenv. da Reg do Cerrado MA
 Diretoria de Educação de Balsas -DEDUC
 Proc. Nº 444/03 Data: 26.03.2003
 Ass: Promoção- MAG-II- P/ MAG-IV
 Nome Maryneusa Nogueira da Silva Gomes
 U. I. Mons. Barros - SR das Mangabeiras - M

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Pró-Reitoria de Graduação e
Assuntos Estudantis - PROGAE

Coordenadoria de Ensino de Graduação



CERTIDÃO

Certificamos que, conforme consta no livro de
Registro de Grau da Universidade Estadual do Maranhão -
LUZIA SÔNIA COELHO PEREIRA

Curso de **Ciências / Habilitação Matemática**

Assinada em **22 de março de 2003.**

Terezinha da J. Maia Lima
Diretora de **PROGAE** UEMA
Mat. 5159

Data **22/03/2003**

Diretor(a) / Centro

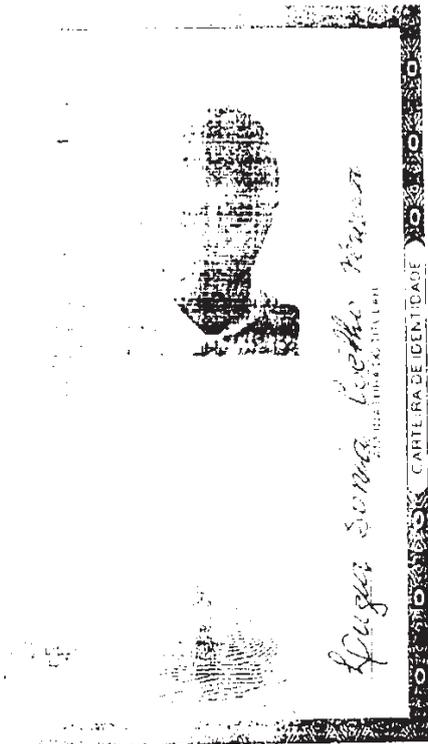
Prof. José Augusto Silva Oliveira
Pró-Reitor de **Graduação e**
Assuntos Estudantis
Mat. 5159



GOVERNO DO ESTADO

PROTOCOLO

Ger. de Art. e Desenv. da Reg. do Cerrado MA
Diretoria de Educação - DEDUC
Proc. Nº 188/04 Data: 09.02/04
ASS. Gratificação Por Titulação
Nome: Luzia Sonia Coelho Pereira
CEEFM São Rdo Nonato - S R Mangabeiras - MA



VALIA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: 18440652001-8 DATA DE EXPEDICÃO: 12/09/2001

NOME: LUZIA SONIA COELHO PEREIRA

FILIAÇÃO: ZEFERINO COELHO DE ARAUJO E FELOME A DE SOUSA LIMA

NATURALIDADE: S. RDO. DAS MANGABETIRAS-MA DATA DE NASCIMENTO: 12/12/1966

DOC. CIVIL: CASAM. N. 684 FLS. 19 MV. 21

CPF: 515963423-15 *15 anos*

P-233 *15 anos*

ASSINATURA DO DIRETOR: *[Signature]*

LENY 7.116 DE 290963

VIA: 01

ARF - CAROLINA - MA

03.2.02.01-1

10/03/92

Sebastião *[Signature]*
 Martins Junior
 Tcc. Postal 1110
 Mal. Capim Alegre

Este cartão é propriedade da Associação de Estudantes de Carolina - MA. Não pode ser vendido, alugado, emprestado, cedido, ou usado para qualquer fim. A Associação não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes do uso indevido deste cartão.

LUZIA SONIA COELHO PEREIRA

13.12.64

Luzia Sonia Coelho Pereira

AVISO DE CRÉDITO		Mês	Ano	Nº Ordem
SEEDUC		FEVEREIRO	2006	30.808
Setor		Município	R MANGABEI	
12239112AV - U.I.R.NONA		122-S		
CIC	Identidade	Matrícula	000785733	
515963423-15	712159 SSP	Cód. Nível	001	
Nome do Funcionário		SITUAÇÃO		
LUZIA SONIA COELHO PEREIRA		ATIVO		
Cargo		Agência Bancária	Nº Conta	00003402444
PROFESSOR-MAG-I		007820		
VANTAGENS E DESCONTOS				
Código	Descrição	Valor		
101	VENCIMENTO	280,00		
136	ADIC. FAMIL. 3A	28,00		
131	GRAT. ATIV. MAG. 100	280,00		
150	TOTAL VANTAGENS	588,00		
982	FUNBEN	64,68		
983	SINPRODESSEMA	5,88		
984	CREDIEM NEG	78,13		
984	TOTAL DESCONTOS	148,69		
N. REC. FGTS *****		175,15		
VIA FUNCIONÁRIO		LÍQUIDO		
SEM MENSAGEM		418,24		
SEM MENSAGEM		SEPLAN		

Orgão SEEDUC
 Nome do Funcionário LUZIA SONIA COELHO PEREIRA
 Matrícula 000785733
 Agência Bancária 007820
 Nº Conta 00003402444
 SITUAÇÃO ATIVO
 VIA BANCO LÍQUIDO
 FEV 2006 MANGABEI: 418,24

Ger. de Art e Desenv. da Reg. do Cerrado MA
 Diretoria de Educação de Balsas -DEDUC
 Proc. Nº 403/03 Data: 25.03.2003
 Ass: Promoção - MAG-I- P/MAG-IV
 Nome: Luzia Sonia Coelho Pereira
 U.F. Mons. Barros - S. R. das Mangabeiras - M



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

*Pró-Reitoria de Graduação e
Assuntos Estudantis - PROGAE*

Coordenadoria de Ensino de Graduação



CERTIDÃO

*Certificamos que, conforme consta no livro de
Atas de Colação de Grau da Universidade Estadual do Maranhão -
UEMA, **JOSEFINA BATISTA CARNEIRO DE MIRANDA***

*concluiu o Curso de **Letras / Habilitação Língua Portuguesa**
Língua Inglesa*

*tendo colado grau em **22 de março de 2003.***

*Data **22 / 03 / 2003***

*Luzinete Rodrigues Lopes
Coordenadora de Ensino de Graduação*

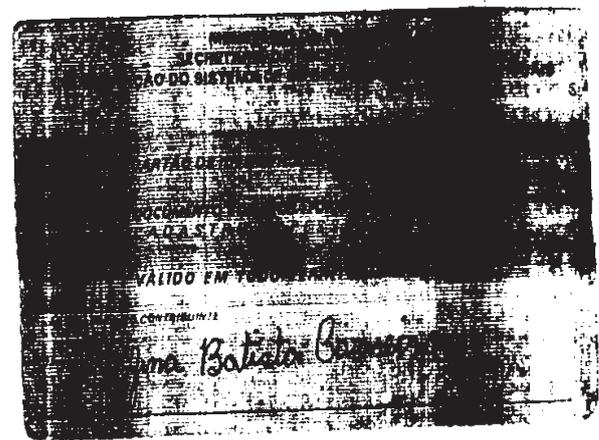
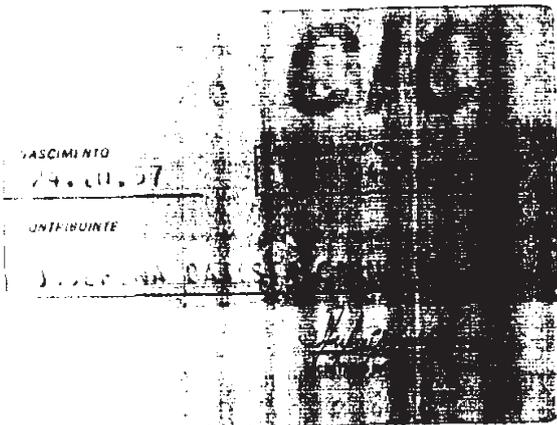
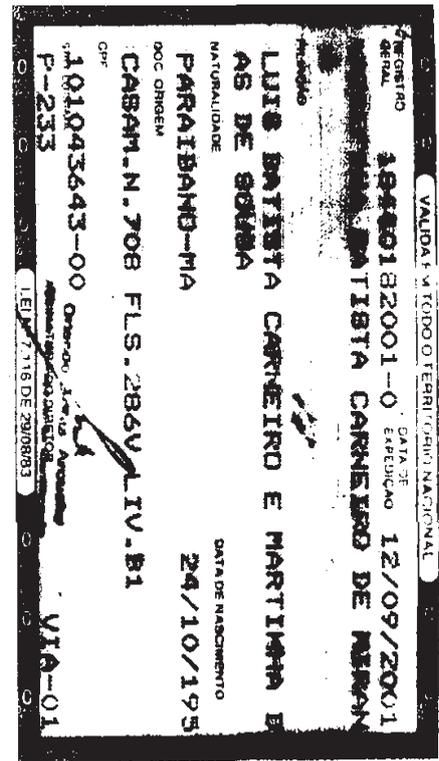
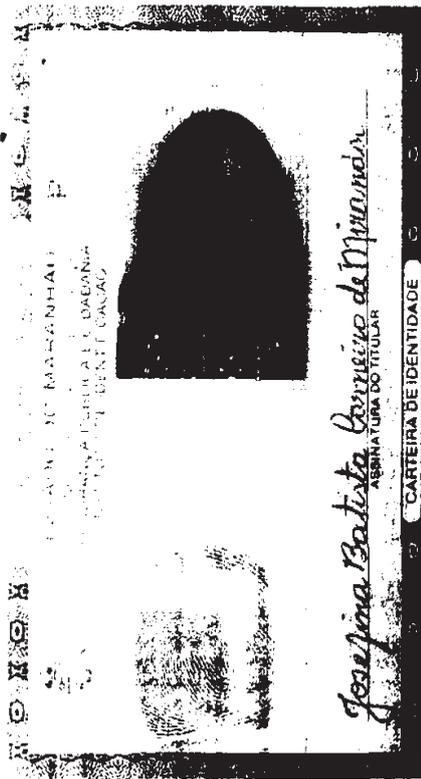
*Terezinha de J. Mata Lima
Diretora de Ensino de Graduação*

*Prof. José Augusto Silva Oliveira
Pro-Reitor de Graduação e
Assuntos Estudantis em Exercício*

CEG/PROGAE/UEMA

Orgão	SEBUC	Situação	ATIVO
Nome do Funcionário	JOSEFINA BATISTA C DE MIRANDA	Matrícula	000253868
Cargo	PROFESSOR-MAG-11	Agência Bancária	007820
		Nº Conta	00003403939
VIA BANCO		LÍQUIDO	
F51-5098 MANUTENÇÃO MECÂNICA		529,48	
ASSINATURA			

Mês		FEVEREIRO		Ano	2003		Nº Ordem	30.783		
Orgão	SEBUC	Município	122-S R MANGABEI		Matrícula	000253868				
Sede	1223812AV - U. I. R. NOMA		Identidade	480132 SSP		Cad. Nível	009		Situação	ATIVO
C.I.C.	101048848-00									
Nome do Funcionário		JOSEFINA BATISTA C DE MIRANDA		Agência Bancária	007820		Nº Conta	00003403939		
Cargo		PROFESSOR-MAG-11								
Código		Descrição				Valor				
101	VENCIMENTO		303,74							
138	ADIC. TEM. SER		75,26							
139	SAL. FAM. LÍQ		303,74							
150	TOTAL VANTAGENS		885,88							
883	FAPEN		75,18							
884	FUNDEB		53,88							
885	SULFONAMID. SER		18,10							
886	TOTAL DESCONTOS		158,12							
		N. REC. FOTS *****								
VIA FUNCIONÁRIO		LÍQUIDO				529,48				
SEM MENSAGEM								SEPLAN		



Ger. de Art. e Desenv. da Reg. do Cerrado MA
 Diretoria de Educação de Balsas - DEDUC
 Proc. Nº 408/03 Data: 25.03.2003
 Ass. Promoção - MAG-III - P/ MAG-IV
 Nome: Josefina Batista Carneiro de Miranda
 III. São R. Nonato - S. R. das Mangabeiras - N

Ger. de Arte e Desenho da Reg. do Cerrado MA
Diretoria de Educação de Balsas - DEDUC
Proc. Nº 440/03 Data: 26.03.2003
Ass: Promoção - MAG-II- P/ MAG-IV
Nome : Ana Maria Pires da Silva
U. I. São R. Nonato - R das Mangabeiras - M



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO



*Pró-Reitoria de Graduação e
Assuntos Estudantis - PROGAE*

Coordenadoria de Ensino de Graduação

CERTIDÃO

*Certificamos que, conforme consta no livro de
Atas de Colação de Grau da Universidade Estadual do Maranhão -
UEMA, **RAIMUNDA LÊDA LOPES LACERDA***

*concluiu o Curso de **Letras / Habilitação Língua Portuguesa***

Língua Inglesa

*tendo colado grau em **22 de março de 2003.***

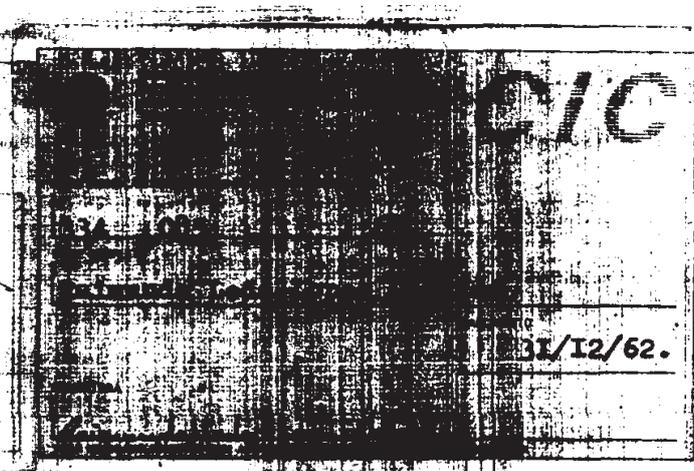
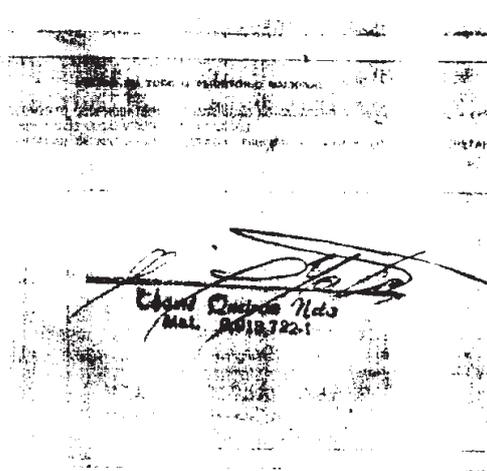
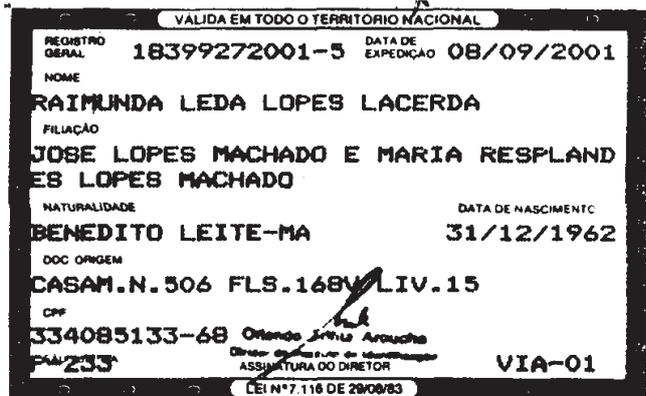
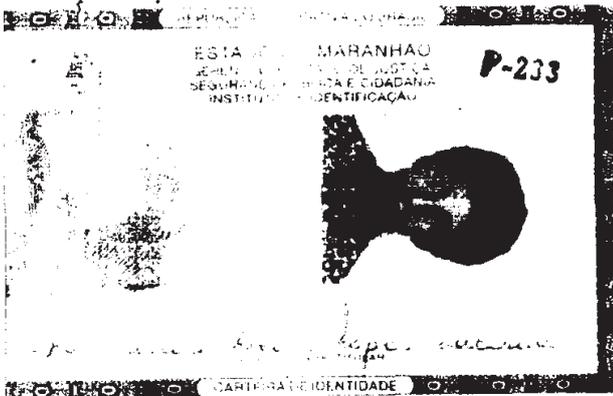
*Data **22 / 03 / 2003***

*Luzinete Raimundo Lopes
Coordenadora de Graduação
Mangabeiras*

*Terezinha de Jesus Melo Lima
Diretora de Ensino
Mangabeiras*

Diretor(a) / Centro

*Prof. José Augusto Silva Oliveira
Pró-Reitor de Graduação e
Assuntos Estudantis (a) Exercício
Mangabeiras*

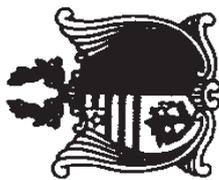


Ger. de Art e Desenv. da Reg do Cerrado MA
 Diretoria de Educação de Balsas -DEDUC
 Proc. N° 411/03 Data: 26.03.2003
 Ass: Promoção - MAG-II- P/ MAG-IV
 Nome : Raimunda Lêda Lopes Lacerda
 U.I. Mons. Barros - S. R. das Mangabeiras - A

AVISO DE CRÉDITO		Mês FEVEREIRO	Ano 2006	Nº Ordem 30.787
Orgão SEEDUC		Município 122-S R MANGABEI		
Setor 12239112AU - U. I BARROS		Matricula 000878415		
C.I.C. 334085133-88	Identidade 817222 SSP		Cód. Nivel 003	
Nome do Funcionário RAIMUNDA LEDA LOPES LACERDA		Situação ATIVO		
Cargo PROFESSOR-MAG-I	Agência Bancária 007820	Nº Conta 00003401889		
VANTAGENS E DESCONTOS				
Código	Descrição	Valor		
101	VENCIMENTO	280,00		
138	ADIC. TEM. SER 20	58,00		
150	GRAT. ATIV. MAG 100	280,00		
	TOTAL VANTAGENS -	618,00		
982	FAPA	67,78		
983	FUNBEN	8,18		
583	SINPROESSEMA 1	3,80		
854	SUL AMER. SEG.	29,00		
589	PLASEMA SEG.	17,00		
516	ABEM-METLIFE	10,00		
	TOTAL DESCONTOS -	135,52		
	N. REC. FGTS *****			
VIA FUNCIONÁRIO		LÍQUIDO	482,48	
SEM MENSAGEM				
SEM MENSAGEM				
SEPLAN				

Orgão SEEDUC		Situação ATIVO	
Nome do Funcionário RAIMUNDA LEDA LOPES LACERDA		Matricula 000878415	
Cargo PROFESSOR-MAG-I	Agência Bancária 007820	Nº Conta 00003401889	
VIA BANCO		LÍQUIDO	482,48
FEV-2006			
122-S R MANGABEIAÇÃO MECÂNICA			
ASSINATURA: _____			

10401



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Pró-Reitoria de Graduação e Assuntos Estudantis - PROGAE

Coordenadoria de Ensino de Graduação



CERTIDÃO

Certificamos que, conforme consta no livro de Atas de Colação de Grau da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, **FRANCISCA ILMAR LOPES**

concluiu o Curso de **Pedagogia / Habilitação Magistério**

tendo colado grau em **22 de março de 2003.**

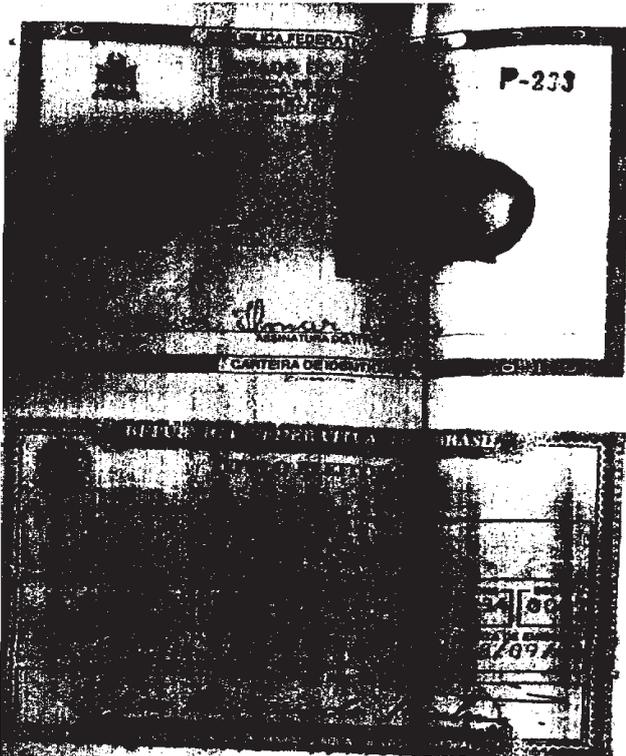
Data **22/03/2003**

Lucineia Ilmar Lopes
Coordenadora de Ensino de Graduação
M. 10.54

Terezinha de *M. Ima*
Diretora de Ensino - UEMA
M. 10.54
Diretor(a) / Centro

Prof. José Augusto Silva Oliveira
Pro-Reitor de Administração e Assuntos Estudantis em Exercício
M. 5.159

CEG/PROGAE/UEMA



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 18399702001-8 DATA DE EXPEDICAO 08/09/2001

NOME FRANCISCA ILMAR LOPES

FILIAÇÃO MANOEL PEDRO LOPES E LUCINDA ALVES DE MOURA

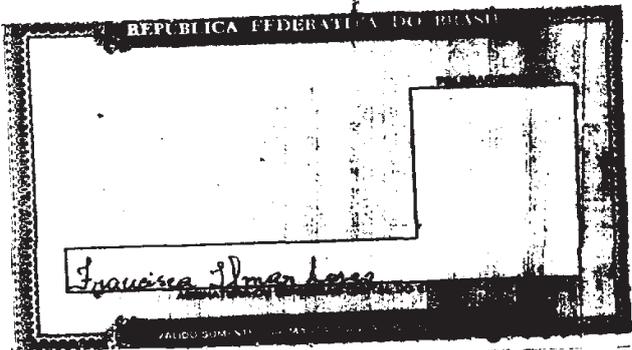
NATURALIDADE DEIRAS-PI DATA DE NASCIMENTO 28/06/1954

DOC ORIGEM NASC.N.519 FLS.57V LV.32

CPF 064398453-49

PAL-233 ASSINATURA DO DIRETOR VIA-01

LEI Nº 7.116 DE 2006/03



Orgão SEDUC

Nome do Funcionário FRANCISCA ILMAR LOPES

Cargo PROFESSOR - MAE - FI

VIA BANCO LÍQUIDO

Matricula 000988281

Agência Beneficiária 007830

Matricula 00003408884

Situação ATIVO

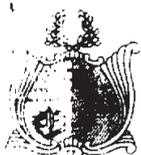
Orgão	Mês	Ano	Nº Ordem
SEUDUC	FEVEREIRO	2006	30.788
Município 123-S R MANGABEI			
CIC 1239112AU - U.I BARROS		Matricula 000988281	
CIC 064398453-49		Ord. Nivel 009	
Nome do Funcionário FRANCISCA ILMAR LOPES		Situação ATIVO	
Orgão PROFESSOR-MAE-FI		Agência Beneficiária 007830	Nº Conta 00003408884
Código	Descrição	Valor	
101	VENCIAMENTO	303,74	
198	GRAT. ATIV. MAG. 100	303,74	
150	TOTAL VANTAGENS -	607,48	
402	FEA: FUND. PENS. PLS. SEVA. SEG. ASBM-METLIFE	73,51	
403	PLS. SEVA. SEG. ASBM-METLIFE	14,50	
404	TOTAL DESCONTOS -	17,00	
405	N.REC.FGTS *****	121,88	
516			

VIA FUNCIONÁRIO LÍQUIDO

SEM MENSAGEM

SEPLAN

Ger. de Art e Desenv. da Reg. do Cerrado MA
 Diretoria de Educação de Balsas -DEDUC
 Proc. Nº 421/03 Data: 26.03 2003
 Ass: Promoção - MAG-II- P/ MAG-IV
 Nome : Francisca Ilmar Lopes
 U.I. Mons. Barros - S R das Mangabeiras - MA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Pró-Reitoria de Graduação e Assuntos Estudantis - PROGAE

Coordenadoria de Ensino de Graduação



CERTIDÃO

*Certificamos que, conforme consta no livro de Atas de Colação de Grau da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, **JOSÉLIA FERREIRA PASSARINHO***

*concluiu o Curso de **Pedagogia / Habilitação Magistério***

*tendo colado grau em **22 de março de 2003.***

*Terezinha da **Marta Lima**
Diretora da **PROGAE**
MAT. 5150*

*Data **22/03/2003***

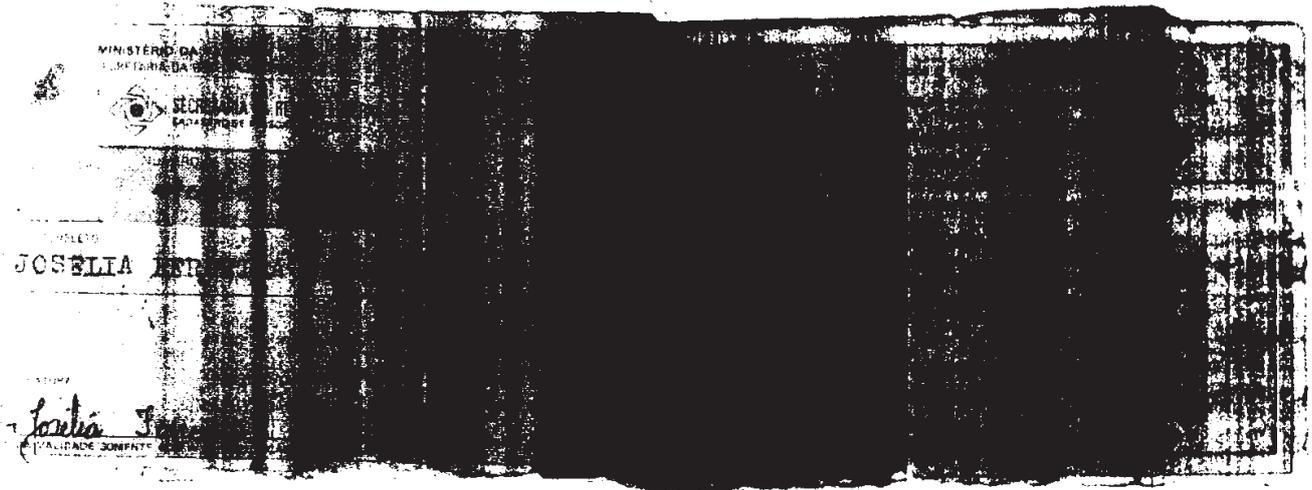
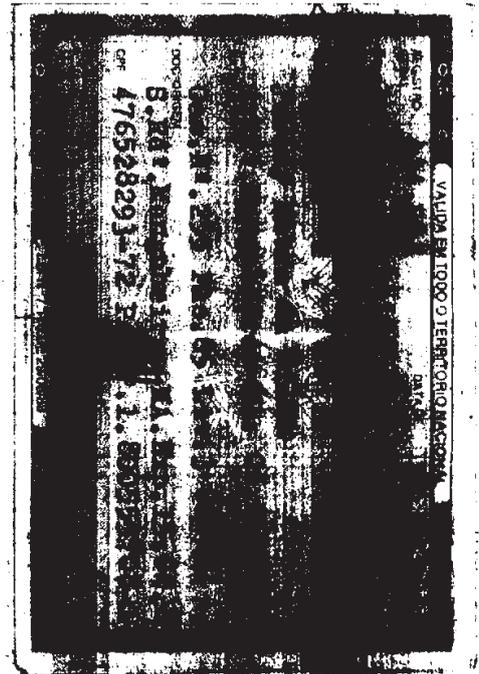
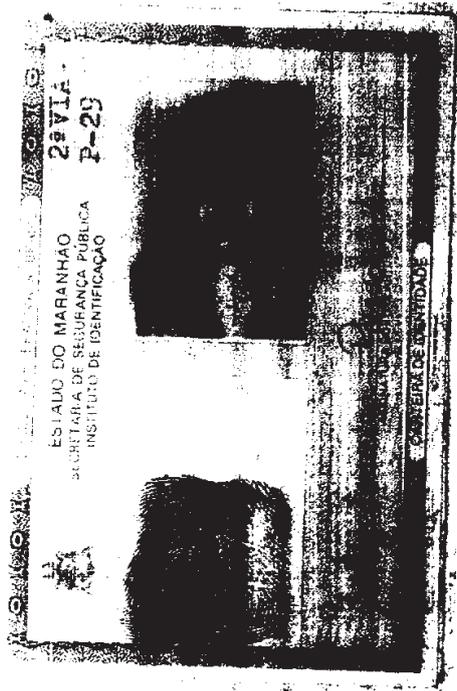
*Coordenadora de **CEG**
Coordenadoria de **CEG***

Diretor(a) / Centro

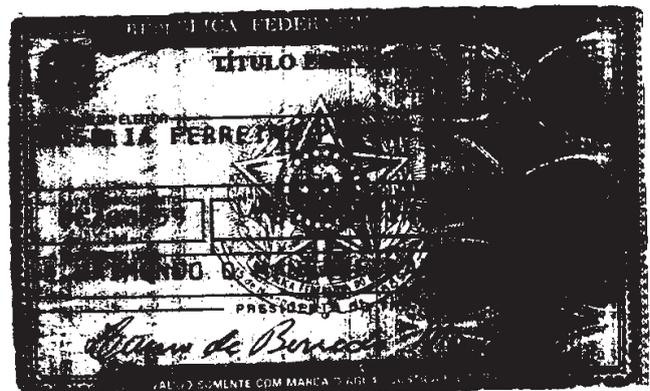
*Prof. **Roberto Silva Oliveira**
Assistente Administrativo em Exercício
MAT. 5150*

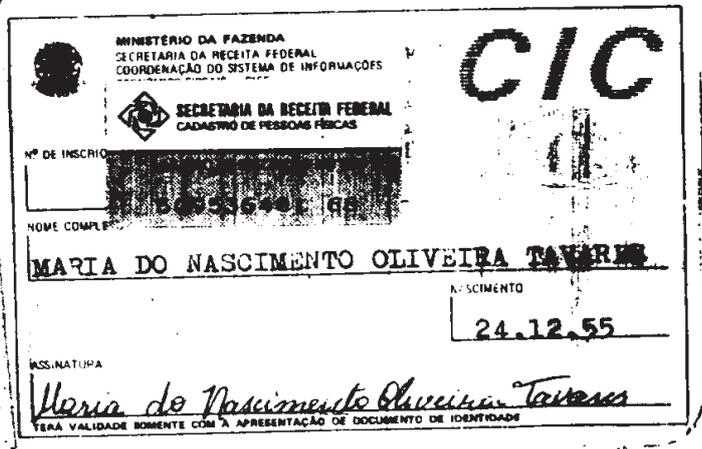
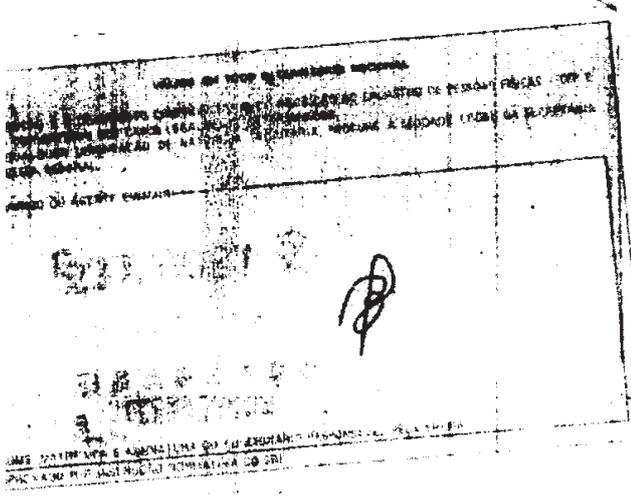
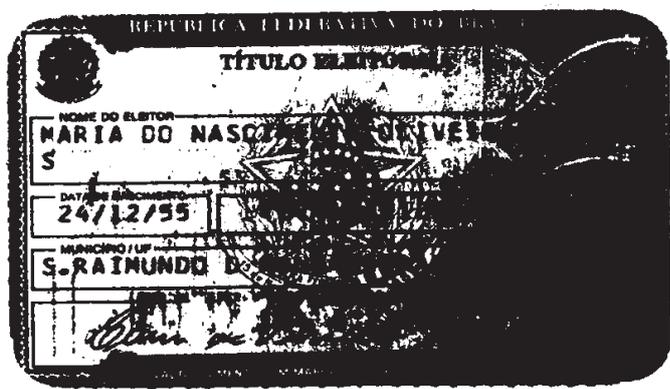
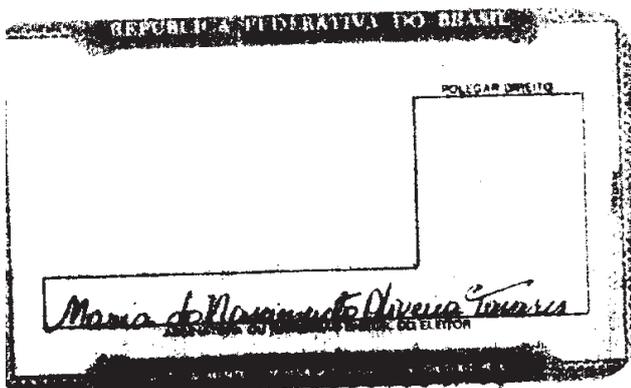
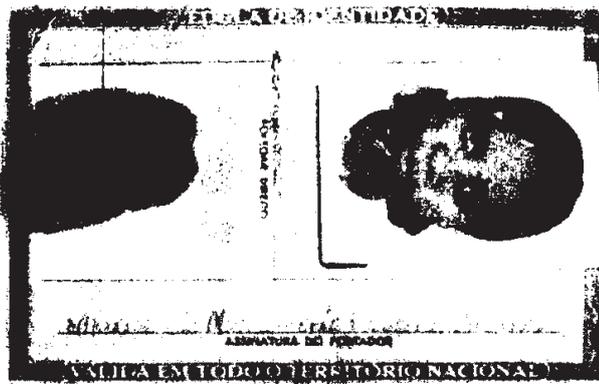
AVISO DE CREDITO		Mes: FEVEREIRO	Ano: 2006	Nº Ordem: 130 805
Cidade: SEEDUC	Município: 122-S R MANGABEI			
Sector: 12239112AV - U 1 R NONA	Identidade: 34553 SSP			
CIC: 476528293-72	Situação: ATIVO			
Nome do Funcionário: JOSELIA FERREIRA PASSARINHO	Agência Bancária: 007820			
Código: PROFESSOR-MAG-II	Nº Conta: 00003403728			
VANTAGENS E DESCONTOS				
Código	Descrição	Valor		
101	VENCIMENTO	294.35		
136	ADIC.FAMILIA	44.15		
150	GRAT.ATV.MAG 100	2.48		
	TOTAL VANTAGENS-	836.31		
992	FEPA	89.61		
983	FUNBEN CASA	47.78		
988	PROGRAMA RESG	14.50		
934	SUPROFESSEMA	5.89		
963	TOTAL DESCONTOS-	144.12		
	N.REC.FGTS *****			
VIA FUNCIONÁRIO SEM MENSAGEM		LÍQUIDO	691,19	SEPLAN

Órgão: SEEDUC	Situação: ATIVO
Nome do Funcionário: JOSELIA FERREIRA PASSARINHO	Matrícula: 000728232
Cargo: PROFESSOR-MAG-II	Agência Bancária: 007820
	Nº Conta: 00003403728
VIA BANCO	LÍQUIDO
FEV-2006 MANGABEICAÇÃO MECÂNICA	691,19
ASSINATURA	



Ger. de Arte e Desenv. da Reg. do Cerrado MA
 Diretoria de Educação de Balsas - DEDUC
 Proc. Nº 005/03 Data: 25.03.2003
 Obj. Promoção - MAG-II - P/ MAG-IV
 Nome: Josélia Ferreira Passarinho
 End. T. São R. Nonato - S R das Mangabeiras - M





Ger. de Art e Desenv. da Reg do Cerrado MA
 Diretoria de Educação de Balsas -DEDUC
 Proc. Nº 441/03 Data: 26.03.2003
 Ass: Promoção - MAG-II- P/ MAG-IV
 Nome : Maria do Nascimento Oliveira Tavare
 U. I. Mons. Barros - S R das Mangabeiras - M



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Pró-Reitoria de Graduação e Assuntos Estudantis - PROGAE

Coordenadoria de Ensino de Graduação



CERTIDÃO

Certificamos que, conforme consta no livro de Atas de Colação de Grau da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, FRANCISCA GUIOMAR LOPES DÔ NASCIMENTO

concluiu o Curso de Ciências / Habilitação Matemática

tendo colado grau em 22 de março de 2003.

Data 22/03/2003

Lucinete Rodrigues Lopes
Coordenadora - CEG
CEG/PROGAE/UEMA

Terezinha Maria Lima
Diretora
Diretor(a) / Centro

Prof. José Augusto Siqueira Oliveira
Pró-Reitor de Graduação
Assessor Especial em Exercício
Un. São R.



Ger. de Art e Desenv. da Reg. do Cerrado MA
Diretoria de Educação de Balsas -DEDUC
Proc. Nº 406/03 Data: 25.03.2003
Ass: Promoção - MAG-II- P/ MAG-IV
Nome: Francisca Guiomar Lopes do Nascimento
U.I. São R. Nonato-S. R. das Mangabeiras - N

Ger. de Art e Desenv. da Reg. do Cerrado MA
Diretoria de Educação de Balsas -DEDUC
Proc. Nº 407/03 Data: 25.03.2003
Ass: Promoção - MAG-II- P/ MAG-IV
Nome: Francisca Guiomar Lopes do Nascimento
U.I. São R. Nonato-S. R. das Mangabeiras - N

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DA FAZENDA

INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO NACIONAL

FRANCISCA GUEIMARA LOPES

Nome: FRANCISCA GUEIMARA LOPES

Matrícula: 123456789

CPF: 123.456.789-01

Assinatura: *Francisca Gueimara Lopes*

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

CIC

07.57

FRANCISCA GUEIMARA LOPES

Francisca Gueimara Lopes



FRANCISCA GUEIMARA LOPES

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS E FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

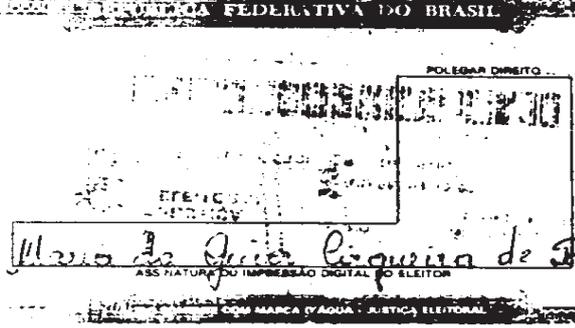
Francisca Gueimara Lopes

AVISO DE CRÉDITO		Mês	FEVEREIRO	Ano	2006	Nº Ordem	30.826
Orgão		Município		Município		Município	
SEEDUC		122-S		R MANGABEI		R MANGABEI	
Setor		Matricula		Matricula		Matricula	
12239112AV - U.I R. NONA		00071787B		00071787B		00102488B	
Identidade		Cód. Nivel		Cód. Nivel		Cód. Nivel	
148548943-00		007		008		008	
Nome do Funcionário		Situação		Situação		Situação	
FRANCISCA GUIOMAR L. DO NASCIME		ATIVO		ATIVO		ATIVO	
Cargo		Agência Bancária		Agência Bancária		Agência Bancária	
PROFESSOR-MAG-11		007820		007820		00003403871	
VANTAGENS E DESCONTOS		VANTAGENS E DESCONTOS		VANTAGENS E DESCONTOS		VANTAGENS E DESCONTOS	
Código	Descrição			Valor			
101	VENCIMENTO			303.74			
126	ADIC. TEM. SER			303.74			
180	TOTAL VANTAGENS			607.48			
982	FEPA			70.18			
983	FUNDEB			78.54			
TOTAL DESCONTOS							
N.REC.FOTS							
VIA FUNCIONÁRIO		LÍQUIDO				SEPLAN	
SEM MENSAGEM							
SEM MENSAGEM							

Orgão		Município		Município		Município	
SEEDUC		122-S		R MANGABEI		R MANGABEI	
Setor		Matricula		Matricula		Matricula	
12239112AV - U.I R. NONA		00071787B		00071787B		00102488B	
Identidade		Cód. Nivel		Cód. Nivel		Cód. Nivel	
148548943-00		007		008		008	
Nome do Funcionário		Situação		Situação		Situação	
FRANCISCA GUIOMAR L. DO NASCIME		ATIVO		ATIVO		ATIVO	
Cargo		Agência Bancária		Agência Bancária		Agência Bancária	
PROFESSOR-MAG-11		007820		007820		00003403871	
VIA BANCO		LÍQUIDO				SEPLAN	
FEV-2006		MANGABEIRIAÇÃO MECÂNICA					
ASSINATURA							

AVISO DE CRÉDITO		Mês	FEVEREIRO	Ano	2006	Nº Ordem	30.802
Orgão		Município		Município		Município	
SEEDUC		122-S		R MANGABEI		R MANGABEI	
Setor		Matricula		Matricula		Matricula	
12239112AV - U.I R. NONA		00071787B		00071787B		00102488B	
Identidade		Cód. Nivel		Cód. Nivel		Cód. Nivel	
148548943-00		007		008		008	
Nome do Funcionário		Situação		Situação		Situação	
FRANCISCA GUIOMAR L. DO NASCIME		ATIVO		ATIVO		ATIVO	
Cargo		Agência Bancária		Agência Bancária		Agência Bancária	
PROFESSOR-MAG-11		007820		007820		00003403871	
VANTAGENS E DESCONTOS		VANTAGENS E DESCONTOS		VANTAGENS E DESCONTOS		VANTAGENS E DESCONTOS	
Código	Descrição			Valor			
101	VENCIMENTO			285.40			
126	ADIC. TEM. SER			285.40			
180	TOTAL VANTAGENS			570.80			
982	FEPA			67.50			
983	FUNDEB			6.14			
984	SYMPROSESMA			14.50			
TOTAL DESCONTOS							
N.REC.FOTS							
VIA FUNCIONÁRIO		LÍQUIDO				SEPLAN	
SEM MENSAGEM							
SEM MENSAGEM							

Orgão		Município		Município		Município	
SEEDUC		122-S		R MANGABEI		R MANGABEI	
Setor		Matricula		Matricula		Matricula	
12239112AV - U.I R. NONA		00071787B		00071787B		00102488B	
Identidade		Cód. Nivel		Cód. Nivel		Cód. Nivel	
148548943-00		007		008		008	
Nome do Funcionário		Situação		Situação		Situação	
FRANCISCA GUIOMAR L. DO NASCIME		ATIVO		ATIVO		ATIVO	
Cargo		Agência Bancária		Agência Bancária		Agência Bancária	
PROFESSOR-MAG-11		007820		007820		00003403871	
VIA BANCO		LÍQUIDO				SEPLAN	
FEV-2006		MANGABEIRIAÇÃO MECÂNICA					
ASSINATURA							

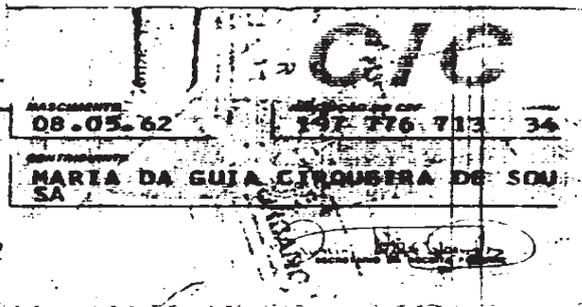


MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL



Maria da Guia Cirqueira de Sousa

AVISO DE CREDITO		Ms.	JANEIRO	Ano	Nº Ordem
Origem		2006			30.808
Município		122-S R MANGABEI			
Setor		SEEDUC			
CIC		12238112AU - U. J. BARROS			
Identidade		19776713-94			
Cód. Nível		001026145			
Situação		008			
Nome do Funcionário		MARTA DA GUIA CIRQUEIRA DE SOU			
Cargo		PROFESSOR-MAG-11			
Agência Bancária		007820			
Valor		00003401707			
Código	Descrição	Valor			
101	VENCIMENTO	284,35			
136	ADIC. TEM. SER 10	29,44			
131	SAL. FAMILIA	1,23			
150	GRAT. ATIV. MAG 100	284,35			
	TOTAL VANTAGENS-	619,37			
882	FGPA	88,00			
883	FGP	5,00			
884	SUPLENTE	5,00			
885	SUPLENTE	24,30			
886	BAHATIND. SEG	21,08			
	TOTAL DESCONTOS-	123,48			
	N. REC. FGTS *****				
VIA FUNCIONÁRIO		LÍQUIDO		493,91	
SEM MENSAGEM					
SEM MENSAGEM					
		SEPLAN			

Origem	Situação	Valor
SEEDUC	ATIVO	493,91
Nome do Funcionário		Valor
MARTA DA GUIA CIRQUEIRA DE SOU		493,91
Município		Valor
122-S R MANGABEI		493,91
Cargo		Valor
PROFESSOR-MAG-11		493,91
Agência Bancária		Valor
007820		493,91
Situação		Valor
ATIVO		493,91
Nome do Funcionário		Valor
MARTA DA GUIA CIRQUEIRA DE SOU		493,91
Município		Valor
122-S R MANGABEI		493,91
Cargo		Valor
PROFESSOR-MAG-11		493,91
Agência Bancária		Valor
007820		493,91
Situação		Valor
ATIVO		493,91
Nome do Funcionário		Valor
MARTA DA GUIA CIRQUEIRA DE SOU		493,91
Município		Valor
122-S R MANGABEI		493,91
Cargo		Valor
PROFESSOR-MAG-11		493,91
Agência Bancária		Valor
007820		493,91
Situação		Valor
ATIVO		493,91

ASSINATURA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Pró-Reitoria de Graduação e
Assuntos Estudantis - PROGAE

Coordenadoria de Ensino de Graduação



CERTIDÃO

Certificamos que, conforme consta no livro de
Atas de Colação de Grau da Universidade Estadual do Maranhão -
UEMA, **MARIA DA GUIA CIRQUEIRA DE SOUZA**

concluiu o Curso de **Letras / Habilitação Língua Portuguesa**
Língua Inglesa

tendo colado grau em **22 de março de 2003.**

Data **22 / 03 / 2003**

Terezinha da J. **Mota Lima**
Diretora de **PROGAE**
Mat. 5159

Diretor(a) / Centro

Prof. José Augusto Silva Oliveira
Pró-Reitor de Graduação e
Assuntos Estudantis em Exercício

Mat. 5159

Luiz Inácio **de Moraes Lopes**
Coordenador de **PROGAE**
Coordenador de Ensino de Graduação
Mat. 5159
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Ger. de Art. e Desenv. da Reg. do Cerrado MA
Diretoria de Educação de Balsas - DEDUC
Proc. N° 439/03 Data: 26.03.2003
Ass: Promoção - MAG-II- P/ MAG-IV
Nome: Maria da Guia Cirqueira de Souza
U. I. Mons. Barros - SR das Mangabeiras - M

Gerência de Desenvol. Regional de Balsas
Processo n° 110/03 Data 27/01/2003
Assunto: Gratificação Por Titulação
Nome: Maria da Guia Cirqueira de Souza
Unidade: U.I. Monsenhor Barros
Município: São Rdo. das Mangabeiras - MA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Pró-Reitoria de Graduação e Assuntos Estudantis - PROGAE

Coordenadoria de Ensino de Graduação



CERTIDÃO

Certificamos que, conforme consta no livro de Atas de Colação de Grau da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, MARLENE MENDES COSTA BARROS

concluiu o Curso de PEDAGOGIA HABILITAÇÃO EM MAGISTÉRIO

tendo colado grau em 17 DE DEZEMBRO DE 2004

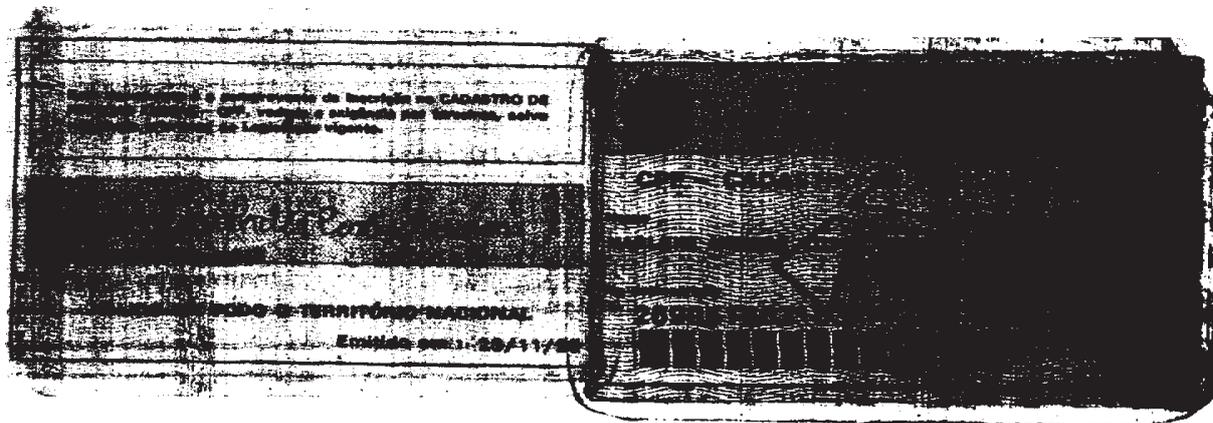
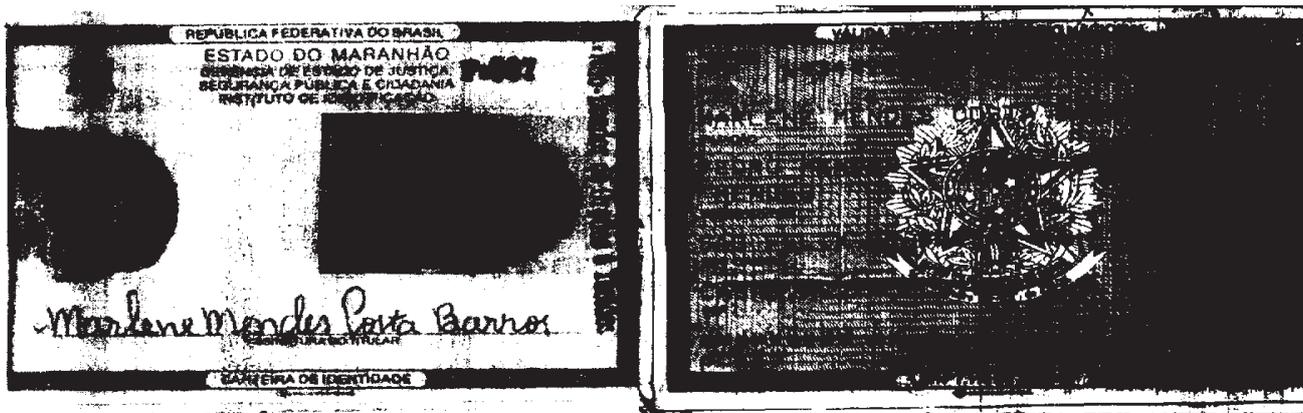
Data 06 de 12 de 2004

Luzinete Rodrigues Lopes
 Coordenadora de Graduação
 PROGAE

Efigênia Magda de Oliveira Moura
 Diretora de CECEN/UEMA
 Março de 2005

Raimundo Nonato N. Vale
 Pró-Reitor de Graduação
 PROGAE

Orgão SEEDUC		Município 122-S R MANGABEI		Ano 2008 2008		IN Ordem 2007	
Setor 12239112AU - U.I BARROS		Matrícula 000714188		Cód. Nível 008		Situação ATIVO	
C.I.C. 269951993-83		Identidade 822108 SSP		Agência Bancária 007830		IN Conta 00003401824	
Nome do Funcionário MARLENE MENDES COSTA BARROS		Nome do Cargo PROFESSOR-MAG-II		Descrição VENCIMENTO 15 ADIC. TEM. SER 15 SAL. FAV. MAG 100 TOTAL VANTAGENS 294.335,31		Valor 294.335,31	
Código 101		Descrição VENCIMENTO 15		Valor 294.335,31		294.335,31	
136		ADIC. TEM. SER 15		294.335,31		294.335,31	
131		SAL. FAV. MAG 100		294.335,31		294.335,31	
150		TOTAL VANTAGENS		294.335,31		294.335,31	
883		FUNDOB. GABA		294.335,31		294.335,31	
888		PROPOESSEMA		294.335,31		294.335,31	
889		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
890		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
891		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
892		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
893		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
894		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
895		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
896		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
897		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
898		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
899		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
900		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
901		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
902		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
903		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
904		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
905		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
906		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
907		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
908		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
909		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
910		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
911		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
912		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
913		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
914		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
915		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
916		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
917		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
918		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
919		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
920		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
921		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
922		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
923		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
924		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
925		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
926		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
927		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
928		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
929		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
930		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
931		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
932		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
933		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
934		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
935		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
936		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
937		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
938		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
939		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
940		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
941		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
942		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
943		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
944		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
945		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
946		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
947		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
948		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
949		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
950		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
951		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
952		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
953		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
954		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
955		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
956		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
957		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
958		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
959		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
960		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
961		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
962		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
963		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
964		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
965		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
966		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
967		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
968		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
969		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
970		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
971		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
972		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
973		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
974		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
975		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
976		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
977		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
978		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
979		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
980		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
981		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
982		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
983		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
984		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
985		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
986		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
987		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
988		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
989		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
990		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
991		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
992		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
993		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
994		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
995		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
996		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
997		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
998		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
999		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
1000		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
1001		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
1002		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
1003		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
1004		SUPLEN. MAG		294.335,31		294.335,31	
1005		SUPLEN. MAG					




GOVERNO DO ESTADO

PROTOCOLO

1740 - SEDUC-SEC. DE EST. DE EDUCACAO
 Proc. : 2173 / 2005 Data: 15/03/2005
 Requerente: MARLENE MENDES COSTA BARRO
 S
 Assunto: PROMOCAO
 Hist.: POR TITULACAO

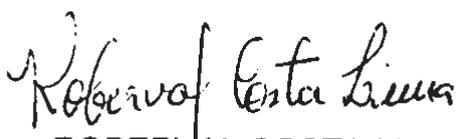
JUSTIÇA ELEITORAL
34ª ZONA ELEITORAL DE SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS - MA
RUA MANOEL OLIVIO DE CARVALHO, 150 - CENTRO Telefone 9935321166

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Nacional de Eleitores e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada ESTÁ QUITE com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitora: MARLENE MENDES COSTA BARROS
Inscrição: 008745931155 Zona: 34 Seção: 4
Município: 9253 - SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS UF: MA
Data de nascimento: 24/05/1961 Domiciliada desde: 18/09/1986
Filiação: EDINA COSTA MENDES
PEDRO MENDES DE SOUSA
Ocupação declarada pela eleitora:
PROFESSOR DE ENSINO DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS
Endereço: RUA 13 DE MAIO,S/N
CEP: 65840000 Telefone: 00000000

Em 10 de março de 2006.


ROBERVAL COSTA LIMA
CHEFE DO CARTÓRIO

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO



Pró-Reitoria de Graduação e
Assuntos Estudantis - PROGAE

Coordenadoria de Ensino de Graduação

CERTIDÃO

Certificamos que, conforme consta no livro de
Atas de Colação de Grau da Universidade Estadual do Maranhão -
UEMA, DILMA MARIA BENIGNO DE SOUZA

concluiu o Curso de LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

tendo colado grau em 17 DE DEZEMBRO DE 2004

Data 12 / 12 / 2004

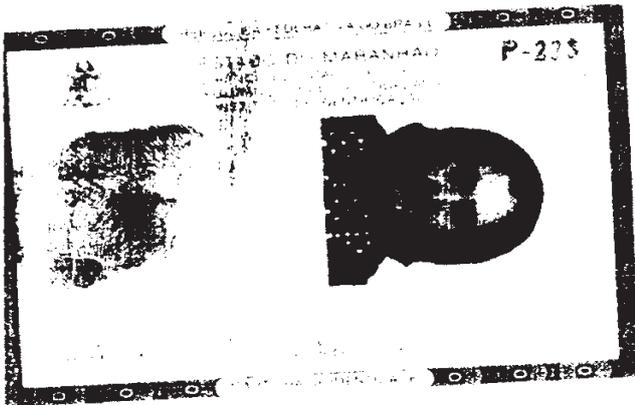
Luzinete Rodrigues Lopes
Coordenadora de Ensino de Graduação
UEMA

Efigênia Mágda de Oliveira
Diretora do Centro de Educação
Ciências e Letras
UEMA Mar. 8020

Raimundo Nonato N. Vale
Pró-Reitor de Graduação
UEMA

AVISO DE CÉDULO		Mês	Fevereiro	Ano	2006	Nº Ordem	30.754
Orgão	SEEDUC	Município	122-S R MANGABEI	Matrícula	000928307		
Síntese	12239112AU - U. J BARROS			Cód Nivel	009		
CIC	197797713-87	Identidade	184030220011 SSP	Situação	ATIVO		
Nome do Funcionário	DILMA MARIA BENIGNO DE SOUZA			Agência Bandeira	007820	Nº Conta	00003401008
Cargo	PROFESSOR-MAG-11			VANTAGENS E DESCONTOS			
Código	Descrição			Valor			
101	VENCIMENTO			303,74			
136	ADIC. TEM. SER			80,75			
150	GRAT. ATIV. MAG			303,74			
	TOTAL VANTAGENS-			688,23			
982	FUNBEN			73,51			
983	SINPROESSEMA			8,66			
984	CREDI BEM NEG			107,00			
989	PLASMA SEG.			17,00			
516	ALBEM-METLIFE			10,00			
	TOTAL DESCONTOS-			220,31			
	N. REC. FGTS. *****						
VIA FUNCIONÁRIO		Líquido		447,92			
SEM MENSAGEM							
SEM MENSAGEM				SEPLAN			

Orgão	SEEDUC	Situação	ATIVO
Nome do Funcionário	DILMA MARIA BENIGNO DE SOUZA	Matrícula	000928307
Cargo	PROFESSOR-MAG-11	Agência Bandeira	007820
		Nº Conta	00003401008
VIA BANCO		Líquido	
FEL-309		447,92	
MANTENHAÇÃO MECÂNICA			
ASSINATURA:			



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 18403032001-1 DATA DE EXPEDIÇÃO 09/09/2001

NOME DILMA MARIA BENIGNO DE SOUZA

FILIAÇÃO NEUTON BENIGNO DE SOUZA E MARIA ALVES DE SOUZA

NATURALIDADE S.RDO.DAS MANGABEIRAS-MA DATA DE NASCIMENTO 10/05/1953

DOC ORIGEM NASC.N.136 FLS.45V LTV.08A

CPF 197797713-87

283

Otendo fé no Arquivo
Diretor do Serviço de Registro
ASSINATURA DO DIRETOR

VIA-01

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

POLEMAN DIRETOR

Dilma Maria Benigno de Souza



Cler. de Art. e Doc. em Rec. do Senado MA
Unid. Gest. de Desenvol. Humano UGDH
Proc. Nº 10205 Data 04/02/05 Matr. 929007
Ass. Promoção
Nome: Dilma Maria Benigno de Souza
U. J. Monsenhor Daltro - MA Mangabeiras - MA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Pró-Reitoria de Graduação e Assuntos Estudantis - PROGAE

Coordenadoria de Ensino de Graduação



CERTIDÃO

Certificamos que, conforme consta no livro de Atas de Colação de Grau da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, FLÁVIA PATRÍCIA DE CARVALHO BARROS

concluiu o Curso de LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

tendo colado grau em 17 DE DEZEMBRO DE 2004

Data 17/12/2004

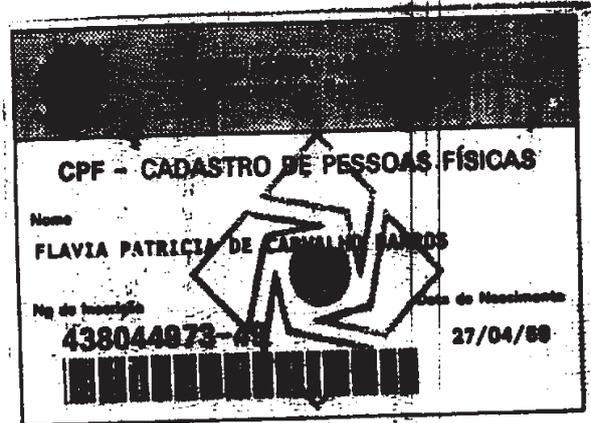
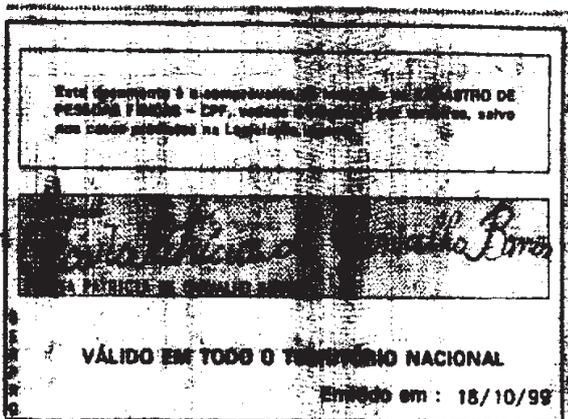
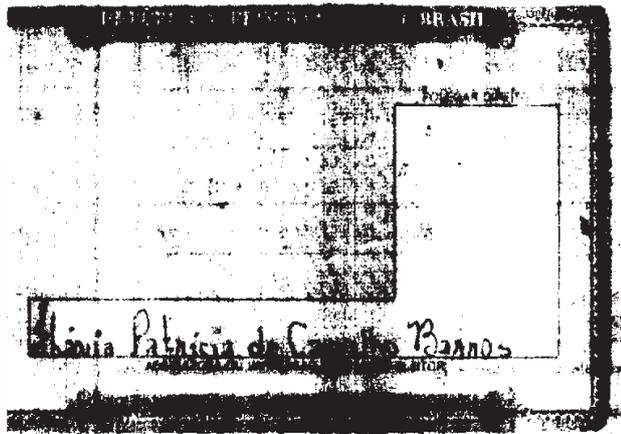
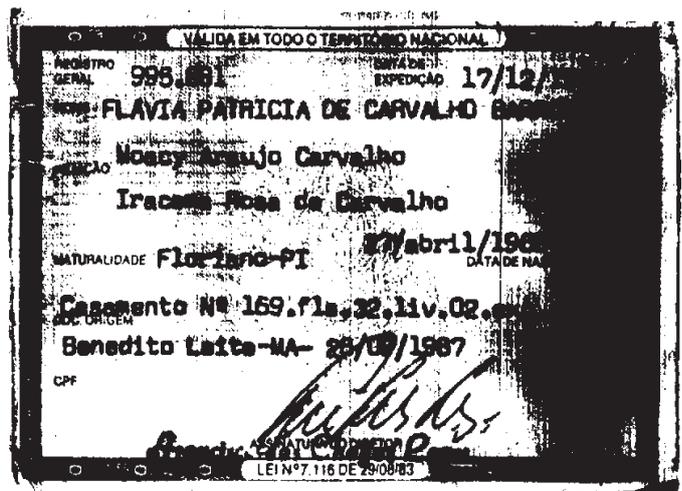
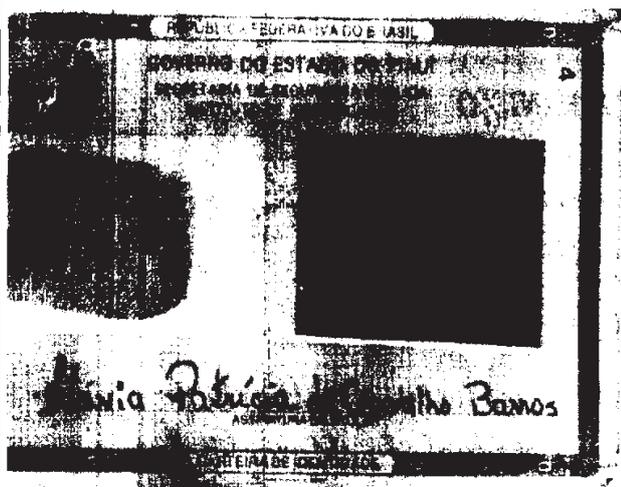
Luzinete Rodrigues Lopes
Coordenadora de Ensino de Graduação
UEMA

Regina Maria de Oliveira
Diretora do Centro de Educação
Ciências Exatas e Naturais
UEMA

Raimundo Nonato N. Vale
Pró-Reitor de Graduação/UEMA

AVISO DE CRÉDITO		Mês	FEVEREIRO	Ano	2008	Nº Ordem	30.749
Órgão	SEEDUC	Município	122-S R MANGABEI				
Sector	12239112AU - U.I BARROS	Matrícula	000766642				
C.I.C.	438044973-49	Identidade	995661 SSP	Cód. Nivel	007		
Nome do Funcionário	FLAVIA PATRICIA DE CARVALHO BA	Situação	ATIVO				
Cargo	PROFESSOR-MAG-11	Nº Conta	00003406830				
Código	Descrição	Valor					
101	VENCIMENTO	268,80					
136	ADIC. TEM. SER 10	28,54					
137	SAL. FAMILIA 102	28,54					
180	TOTAL VANTAGENS	325,88					
983	FERRA	65,93					
986	FUNBEN	65,93					
	RAMERIND. SEG	17,04					
	TOTAL DESCONTOS	142,90					
	N.REC.FGTS *****	88,01					
VIA FUNCIONÁRIO		LÍQUIDO					
SEM MENSAGEM							
SEM MENSAGEM							
		SEPLAN					

Órgão	SEEDUC	Situação	ATIVO
Nome do Funcionário	FLAVIA PATRICIA DE CARVALHO BA	Matrícula	000766642
Cargo	PROFESSOR-MAG-11	Nº Conta	00003406830
VIA BANCO		LÍQUIDO	
FEV-2008 MANGABEIAÇÃO MECÂNICA			
ASSINATURA:			



Ger. de Art. e Desenv. da Reg. do Cerrado MA
Diretoria de Educação - DEDUC
Proc. Nº 341/04 Data: 15.03/04 -Matr-785642
ASS. Promoção - MAG-II-P/MAG-IV
Nome: Flávia Patrícia de Carvalho Barros
U.I. Monsenhor Barros - S R Mangebeiras - MA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

*Pró-Reitoria de Graduação e
Assuntos Estudantis - PRÓGAE*

Coordenadoria de Ensino de Graduação



CERTIDÃO

*Certificamos que, conforme consta no livro de
Atas de Colação de Grau da Universidade Estadual do Maranhão -
UEMA, ESMERALDA CUNHA DE SOUSA*

concluiu o Curso de LICENCIATURA EM HISTÓRIA

tendo colado grau em 17 DE DEZEMBRO DE 2004

Data 06 / 12 / 2004

*Luzinete Lopes
Coordenadora de Ensino de Graduação*

*Efigênia Magda de Oliveira Moura
Diretora de Ensino de Graduação*

*Raimundo Nonato N. Vale
Pró-Reitor de Graduação*



GOVERNO DO ESTADO

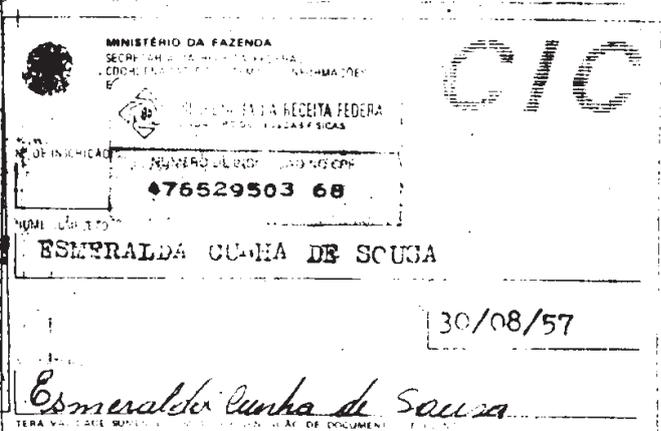
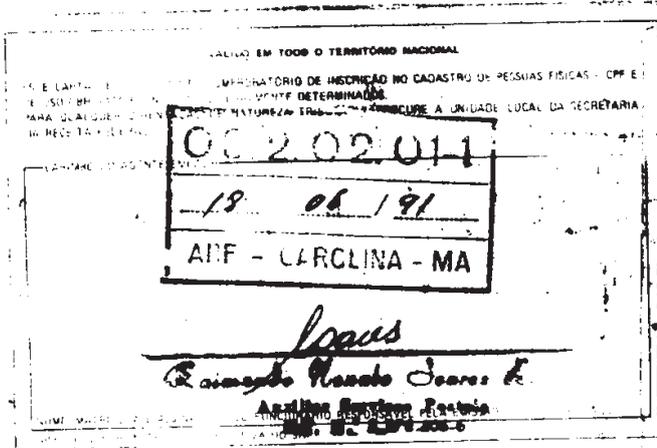
PROTOCOLO

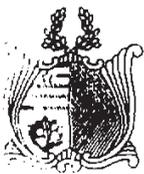
1740 - SEDUC-SEC. DE EST. DE EDUCACAO
Proc. : 1762 / 2005 Data: 01/03/2005
Requerente: ESMERALDA CUNHA DE SOUSA

Assunto: PROGRESSAO
Hist.: SOLICITACAO

Ano 2008		Mês FEVEREIRO		Nº Orçop 30.758	
Estado SEEDUC		Município 122-S R MANGABEI			
Setor 12239112AV - U.I R.NONA		Identidade 300741 SSP		Matricula 000277376	
C.I.C. 476529503-68		Nome do Funcionário ESMERALDA CUNHA DE SOUSA		Situação ATIVO	
Cargo PROFESSOR-MAG-II		Agência Bancária 007820		Nº Conta 00003408466	
Código	Descrição	Valor			
101	VENCIMENTO	342,82			
102	ADIC. TENSER	85,18			
103	GALV. FAMILIA	342,82			
104	GRAT. ATIV. MAG 100	34,88			
105	GRAT. ATIV. MAG 10	807,82			
106	TOTAL VANTAGENS -	1513,52			
902	FEPA	88,57			
903	FUNREN SSOMA	8,08			
904	SINPROE SSOMA	8,08			
905	PLASOMA SEQ.	17,00			
906	ABEN-METLIFE	10,00			
907	TOTAL DESCONTOS -	130,47			
N.REC.FOTS *****					
VIA FUNCIONÁRIO SEM MENSAGEM		LÍQUIDO	677,15		SEPLAN

Estado SEEDUC		Município 122-S R MANGABEI		Matricula 000277376	
Setor 12239112AV - U.I R.NONA		Identidade 300741 SSP		Situação ATIVO	
C.I.C. 476529503-68		Nome do Funcionário ESMERALDA CUNHA DE SOUSA		Nº Conta 00003408466	
Cargo PROFESSOR-MAG-II		Agência Bancária 007820		LÍQUIDO 677,15	
VIA BANCO SEM MENSAGEM		LÍQUIDO 677,15			





UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Pró-Reitoria de Graduação e Assuntos Estudantis - PROGAE

Coordenadoria de Ensino de Graduação



CERTIDÃO

Certificamos que, conforme consta no livro de Atas de Colação de Grau da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, CLARICE MIRANDA MILHOMENS

concluiu o Curso de PEDAGOGIA HABILITAÇÃO EM MAGISTÉRIO

tendo colado grau em 17 DE DEZEMBRO DE 2004

Data 06 / 12 / 2004

[Signature]
Lacimete Rosa Lopes
Diretora de Ensino de Graduação
UEMA
Máx. CSM
REGIDOR-UEMA

[Signature]
Efigênia Magda de Oliveira Moura
Diretora de Ensino UEMA
Matrícula 8020

[Signature]
Raimundo Nonato N. Vale
Pró-Reitor de Graduação UEMA



**TABELIONATO DO 2º OFÍCIO
AUTENTICAÇÃO**

Autentico a Presente Fotocópia por Estar de Acordo com o Original.

S. Rio das Mangabeiras 21/02/05

[Signature]

[Signature]

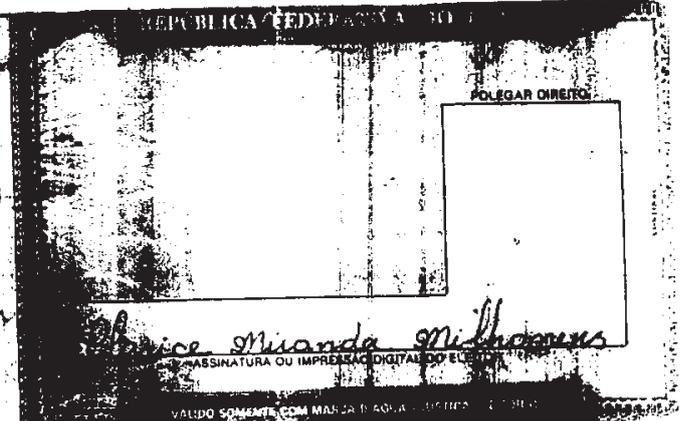
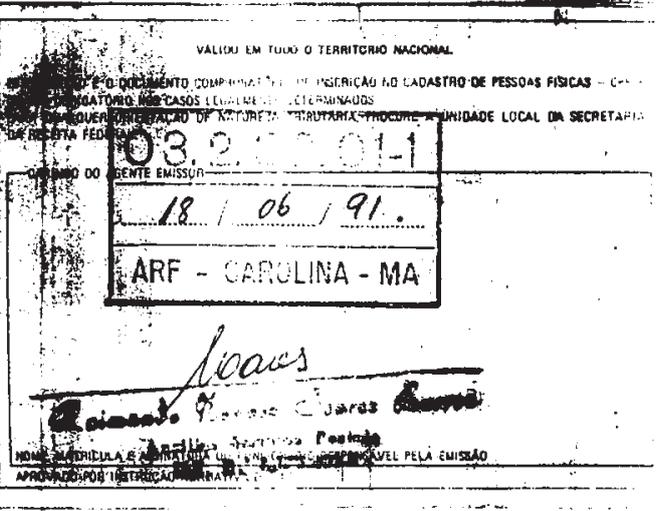
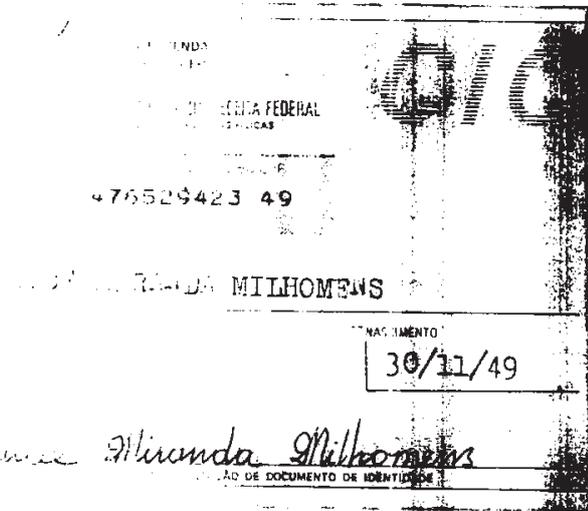
TITULAR

Ger. de Art. e Desenv. da Reg. do Cerrado MA
Unid. Gest. de Desenvol. Humano - UGDH
Proc. Nº 065/05 Data: 25/01/05
ASS. Promoção - Matr- 726208
Nome : Clarice Miranda Milhomens
U. I. Monsenhor Barros - SR Mangabeiras - MA

AVISO DE CREDITO		Mês JANEIRO	Ano 2006	Nº Ordem 30.813
Orgão SEEDUC			Município 122-S R MANGABEI	
Setor 12239112AU - U. I BARROS			Matrícula 000728208	
C.I.C. 476528423-48	Identidade 836450 SSP		Cód Nível 009	
Nome do Funcionário CLARICE MIRANDA MILHOMENS			Situação ATIVO	
Cargo PROFESSOR-MAG-II		Agência Bancária 007820	Nº Conta 00003402188	
VANTAGENS E DESCONTOS				
Código	Descrição	Valor		
101	VENCIMENTO	303,74		
136	ADIC. TEM. SER 15	45,56		
150	GRAT. ATIV. MAG 100	303,74		
128	GRAT. P/TITUL 10	30,37		
	TOTAL VANTAGENS-	883,41		
982	FERA	75,18		
983	FUNBEN	6,83		
954	SUB. AMER. SEG	14,50		
583	SINPROESSEMA 1	6,07		
	TOTAL DESCONTOS-	102,58		
	N. REC. FQTS *****			
VIA FUNCIONÁRIO		LÍQUIDO	880,83	
SEM MENSAGEM SEM MENSAGEM			SEPLAN	

Orgão SEEDUC		Situação ATIVO	
Nome do Funcionário CLARICE MIRANDA MILHOMENS			Matrícula 000728208
Cargo PROFESSOR-MAG-II		Agência Bancária 007820	Nº Conta 00003402188
VIA BANCO		LÍQUIDO	880,83
JAN-2006 MANGABEIAÇÃO MECÂNICA			
ASSINATURA: _____			

104031



REFERENDO 23/10/2005

CLARICE MIRANDA MIRANDA MILHOMENS

Inscrição: 0087 3700 1120

NASC: 30/11/1949 ZONA: 034 SEÇÃO: 0001



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO



Pró-Reitoria de Graduação e
Assuntos Estudantis - PROGAE

Coordenadoria de Ensino de Graduação

CERTIDÃO

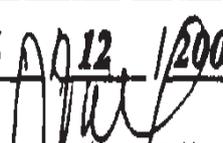
Certificamos que, conforme consta no livro de
Atas de Colação de Grau da Universidade Estadual do Maranhão -
UEMA, MARIA DO AMPARO MOTA CAVALCANTE

concluiu o Curso de CIÊNCIAS HABILITAÇÃO EM MATEMÁTICA

tendo colado grau em 17 DE DEZEMBRO DE 2004


Luzinete Rodrigues Lopes
Coordenadora de Ensino de Graduação
PROGAE


Efigênia Magda de Oliveira Moura
Diretora de Ensino de Graduação
PROGAE

Data 06 12 / 2004

Raimundo Nonato N. Vale
PROGAE



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO



Pró-Reitoria de Graduação e
Assuntos Estudantis - PROGAE

Coordenadoria de Ensino de Graduação

CERTIDÃO

Certificamos que, conforme consta no livro de
Atas de Colação de Grau da Universidade Estadual do Maranhão -
UEMA, MARIA RAIMUNDA DE CARVALHO AZEVEDO

concluiu o Curso de Letras Habilitação Português Inglês e Respectivas Literaturas

tendo colado grau em 17 DE DEZEMBRO DE 2004

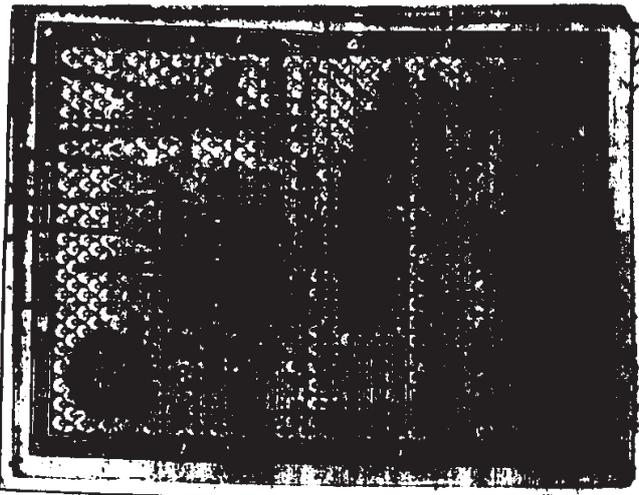
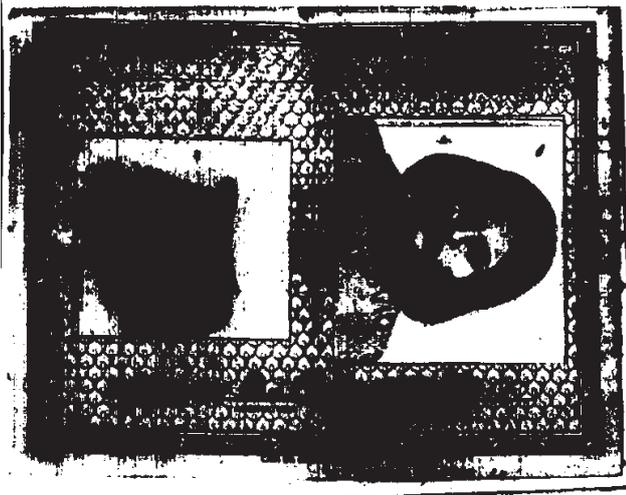
Data 06 / 12 / 2004

[Signature]
Luzinete *[Signature]* Lopes
Coordenadora de Ensino de Graduação
PROGAE
UEMA

[Signature]
Efigênia Magda de Oliveira Moura
Diretora de Graduação
PROGAE
UEMA

[Signature]
Raimundo Nonato N. Vale
Pró-Reitor de Graduação
PROGAE
UEMA

Ger. de Art. e Desenv. da Rep. do Cerrado MA
Unid. Gest. de Desenvol. Humano - UGDH
Proc. Nº 131/05 Data: 24/02/05 - Matr- 274100
ASS. Promoção
Nome : Maria Raimunda da Carvalho Azevedo
U. I. Monsenhor Barros - SR Mangabeiras - MA



VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

PARTE DO REGISTRO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - LEI Nº 8.987/96 - QUE NÃO FORAM DETERMINADOS

PARA O ACESSO ÀS INFORMAÇÕES DA CADASTRO, PROCURE A UNIDADE LOCAL DA SECRETARIA DE RECEITA FEDERAL DO BRASIL

08.11.2004

09/10/191

MARIANA

RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO

MINISTÉRIO DA FAZENDA

170144408 96

MARIA RAIMUNDA DE CARVALHO AZEVEDO

14.08.1950

Maria Raimunda de Carvalho Azevedo

TERÁ VALIDAMENTE COM A APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO DE IDENTIDADE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

Maria Raimunda de C. Azevedo

ASSINATURA COM IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR

MARIA RAIMUNDA DE CARVALHO AZEVEDO

DATA DE NASCIMENTO	NP INSCRIÇÃO	D.V.	ZONA	SEÇÃO
14/08/1950	0007 0015 1120		034	0007

MUNICÍPIO / UF

SAMBAIBAMA

DATA DE EMISSÃO

05/05/2004

DOM. ELEITORAL

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

*Pró-Reitoria de Graduação e
Assuntos Estudantis - PROGAE*

Coordenadoria de Ensino de Graduação



CERTIDÃO

*Certificamos que, conforme consta no livro de
Atas de Colação de Grau da Universidade Estadual do Maranhão -
UEMA, ÂNGELA MARIA COSTA CARVALHO*

concluiu o Curso de LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

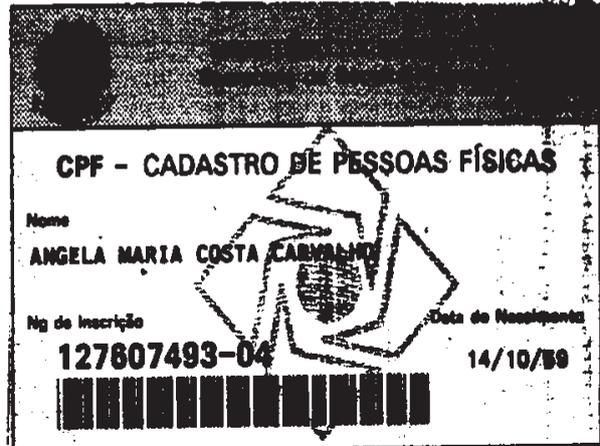
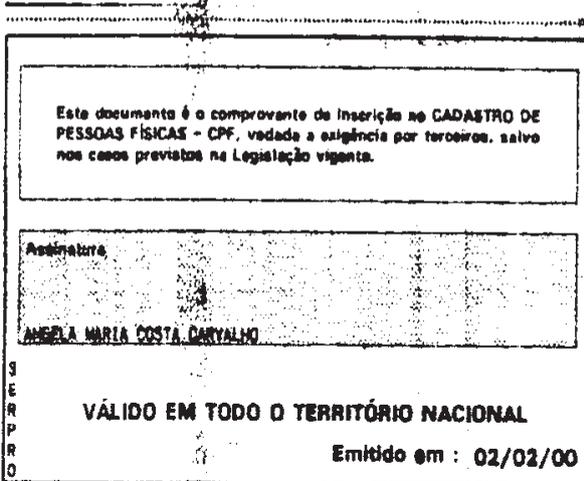
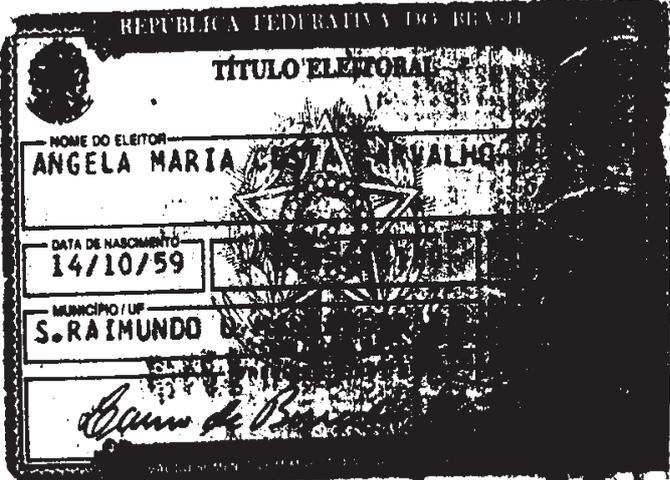
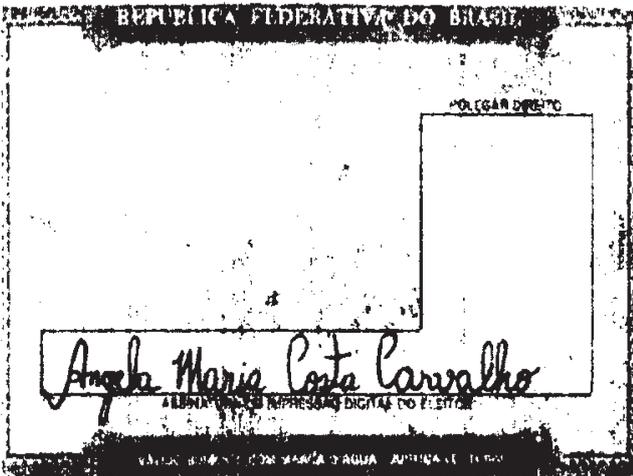
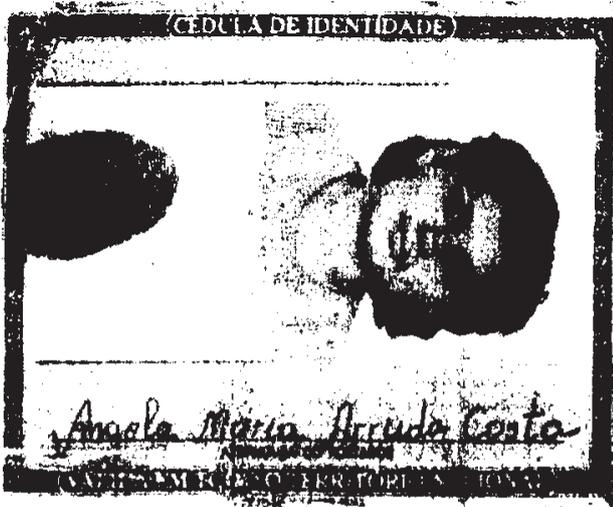
tendo colado grau em 17 DE DEZEMBRO DE 2004

*Luzinete Nogueira
Coordenadora de Ensino de Graduação
UEMA*

*Efigênia Magalhães de Oliveira
Diretora do Centro de Estudos
Científicos, Sociais e Naturais
UEMA*

*Data: 17/12/2004
Raimundo Nonato N. Vale
PROGAE/UEMA*

Ger. de Art. e Desenv. da Reg. do Cerrado MA
Unid. Gest. de Desenvol. Humano - UGDH
Proc. Nº 076/05 Data: 14/02/05-Matr-928457
ASS. Promoção
Nome : Angela Maria Costa Carvalho
U.I. Monsenhor Barros - SR Mangabeiras - MA





UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Pró-Reitoria de Graduação e Assuntos Estudantis - PROGAE

Coordenadoria de Ensino de Graduação



CERTIDÃO

Certificamos que, conforme consta no livro de Atas de Colação de Grau da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, MARIA PAIXÃO DA SILVA SANTOS

concluiu o Curso de PEDAGOGIA HABILITAÇÃO EM MAGISTÉRIO

tendo colado grau em 17 DE DEZEMBRO DE 2004

Data 06 / 12 / 2004

Luzinete Romaluz Lopes
 Coordenadora de Ensino de Graduação
 PROGAE - UEMA
 PPG/0001-01/UEMA

Efigênia Magda de Oliveira Moura
 Diretora do Centro UEMA
 Maranhão 2000

Raimundo Nonato N. Vale
 Pró-Reitor de Graduação UEMA

AVISO DE CRÉDITO		Mês	FEVEREIRO	Ano	2006	Nº Ordem	30.734
Orgão	SEEDUC	Município	122-S R MANGABEI	Matrícula	001028137		
Sector	12239112AS - J.1 CH.VER	Identidade	127723 SSPMA	Cód. Nível	001		
C.I.C.	515867843-34	Nome do Funcionário	MARIA PAIXAO DA SILVA SANTOS	Situação	ATIVO		
Cargo	PROFESSOR-MAG-1	Agência Bancária	007820	Nº Conta	00003403418		
Código	Descrição			Valor			
101	VENCIMENTO			3201,00			
136	ADIC. TEM. SER 10			2201,00			
150	GRAT. ATIV. MAG 100			888,00			
	TOTAL VANTAGENS -			6290,00			
882	FEPA			15,00			
883	FUNBEN ESSEMA			15,00			
584	SINPROBESMA			82,78			
606	CRED. IBSM / BUS			236,10			
636	BOCERFAD / SEG			236,10			
	TOTAL DESCONTOS -			516,94			
	N. REC. FGTS *****						
VIA FUNCIONÁRIO				LÍQUIDO		SEPLAN	
SEM MENSAGEM							
SEM MENSAGEM							

Orgão	SEEDUC	Situação	ATIVO
Nome do Funcionário	MARIA PAIXAO DA SILVA SANTOS	Matrícula	001028137
Cargo	PROFESSOR-MAG-1	Agência Bancária	007820
		Nº Conta	00003403418
VIA BANCO		LÍQUIDO	
SEM MENSAGEM		MANTENÇÃO MECÂNICA	
ASSINATURA			

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

P-29



ASSINATURA DO TITULAR
Maria Paixão da Silva Santos

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Nº 723

DATA 07.12.98

MARIA PAIXÃO DA SILVA SANTOS
Francisco Lopes da Silva
Maria do Socorro da Silva

S.R. Mangabeiras-Ma. 12.04.1958
NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

Cas. Nº 763 Fls. 97 Liv. 21 Cart. 8
S.R. Mangabeiras-Ma. Reg. 01.06.1988

ASSINATURA DO DIRETOR
Antonio Dias Faria

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR
Maria Paixão da Silva

VÁLIDO SOMENTE PARA USO ELEITORAL

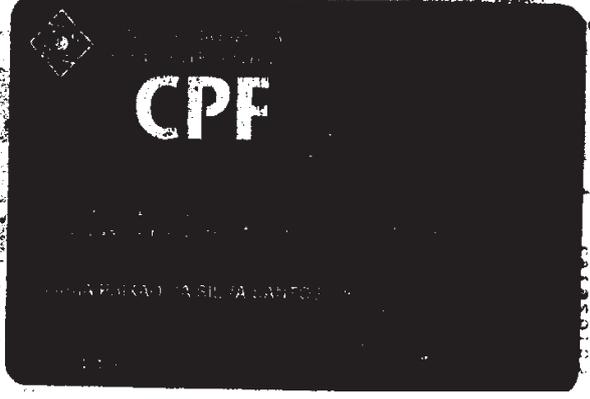
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TITULO ELEITORAL

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR
Maria Paixão da Silva

VÁLIDO SOMENTE PARA USO ELEITORAL



Ger. de Art. e Desenv. da Reg. do Cerrado MA
Unid. Gest. de Desenvol. Humano - UGDH
Proc. Nº 121/05 Data: 22/02/05- Matr- 1026137
ASS. Promoção
Nome : Maria Paixão da Silva Santos
J. Inf. Chap. Vermelho - SR Mangabeiras - MA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Pró-Reitoria de Graduação e Assuntos Estudantis - PROGAE

Coordenadoria de Ensino de Graduação



CERTIDÃO

Certificamos que, conforme consta no livro de Atas de Colação de Grau da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, IRACEMA DA CRUZ LIMA

concluiu o Curso de LICENCIATURA EM HISTÓRIA

tendo colado grau em 17 DE DEZEMBRO DE 2004

Data 06 11 2004

Luzinete Rodrigues de Souza
Coordenadora de Ensino de Graduação
CEG/PROGAE/UEMA

Efigênia Magda de Oliveira Moura
Diretora de Ensino UEMA
Matrícula 8020

Raimundo Nonato N. Vale
Pró-Reitor de Graduação UEMA

FBA 01

SEEDUC

Honoreário Funcionário
IRACEMA DA CRUZ LIMA

Cargo
PROFESSOR-MAG-11

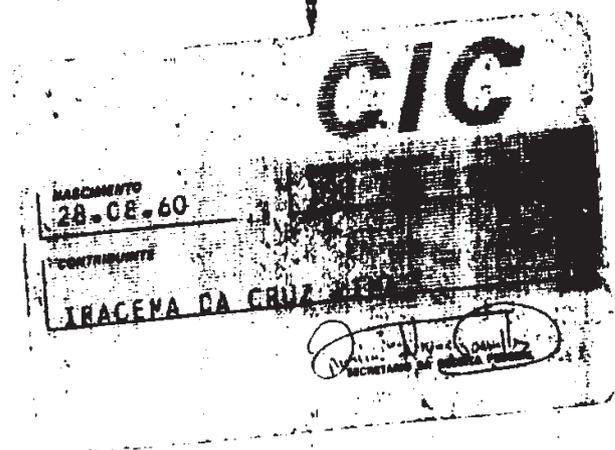
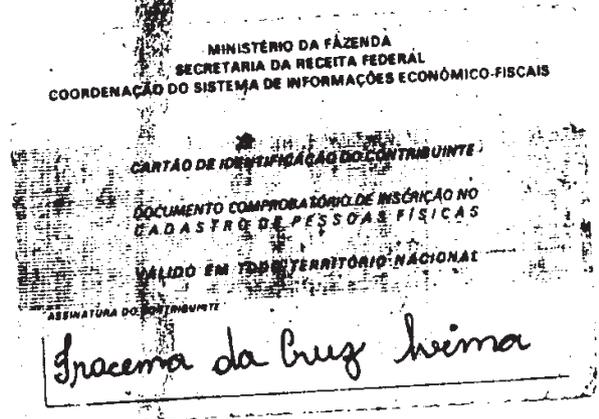
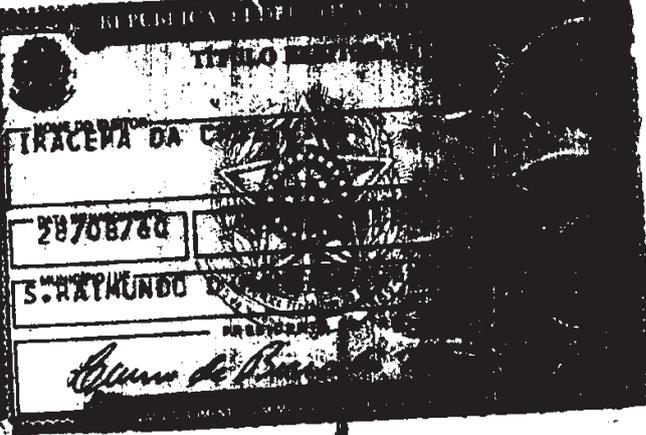
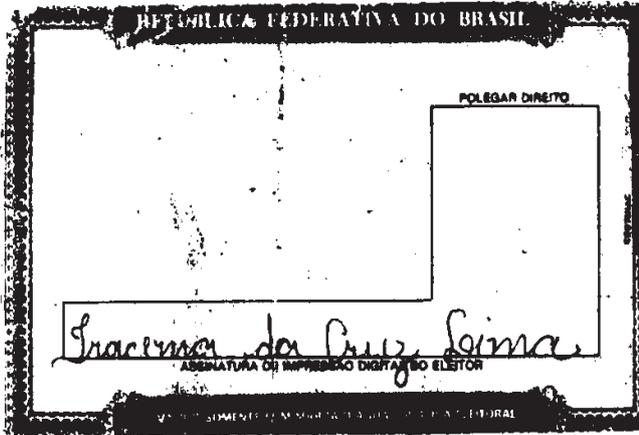
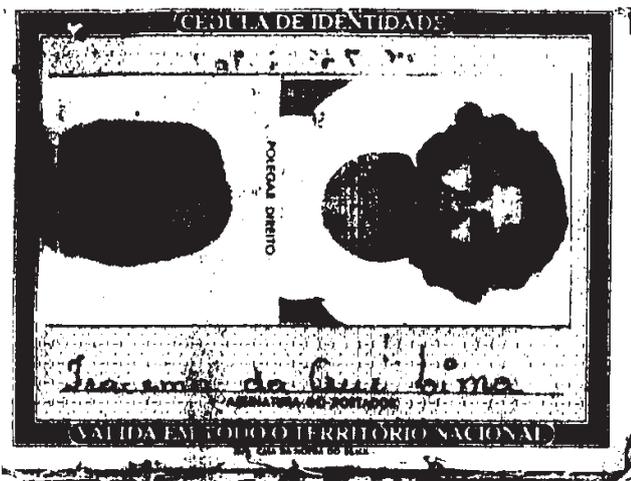
VIA BANCO

FEB 2005 MAZ
MAZ - CANCELAMENTO MECÂNICA

ASSINATURA: _____

Matrícula	000839488
Agência Bancária - N.º Conta	007820
Situação Ativo	00003401871
Valor	584,20

Orgão	SEEDUC	Mês	FEVEREIRO	Ano	2006	N.º Ordem	30.819
Sector	12230112AV - U. I. R. NONA	Município	122-S	R. MANGABEI			
C.I.C.	18785273-04	Identidade	743348	SSP			
Nome do Funcionário	IRACEMA DA CRUZ LIMA	Agência Bancária	007820	N.º Conta	00003401871		
Código	Descrição	Valor					
101	VENCIMENTO SER. 20	3081,74					
138	SAL. FAMILIAR 1	801,72					
139	GRAT. ATIV. MAG. 100	3071,72					
150	TOTAL VANTAGENS-	6881,18					
883	FEPA	73,51					
883	SINPROSSEMA	6,68					
883	TOTAL DESCONTOS-	291,00					
883	N.º REC. FCTS *****	115,26					
	VIA FUNCIONÁRIO	LÍQUIDO					
	SEM MENSAGEM	584,20					
	SEM MENSAGEM	SEPLAN					



Ger. de Art. e Desenv. da Reg. do Cerrado MA
 Unid. Gest. de Desenv. Humano - UGDII
 Proc. Nº 157/05 Data: 01/03/05- Matr- 939488
 ASS. Mudança de Nível
 Nome : Iracema da Cruz Lima
 CEEFM S. R. Nonato - SR das Mangabeiras - MA

Ger. de Art. e Desenv. da Reg. do Cerrado MA
 Diretoria de Educação - DEDUC
 Proc. Nº 273/04 Data: 03.03/04
 ASS. Gratificação Por Titulação
 Nome: Iracema da Cruz Lima
 CEEFM - S R Mangabeiras - MA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

**Pró-Reitoria de Graduação e
Assuntos Estudantis - PROGAE**

Coordenadoria de Ensino de Graduação



CERTIDÃO

Certificamos que, conforme consta no livro de
Atas de Colação de Grau da Universidade Estadual do Maranhão -
UEMA, ONESINA NOGUEIRA DA SILVA

concluiu o Curso de PEDAGOGIA HABILITAÇÃO EM MAGISTÉRIO

tendo colado grau em 17 DE DEZEMBRO DE 2004

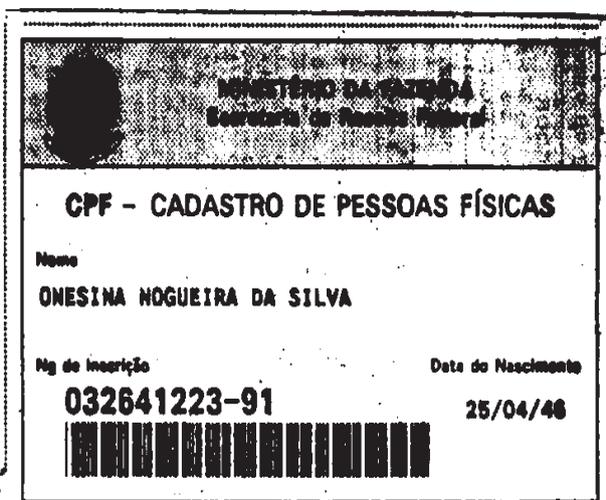
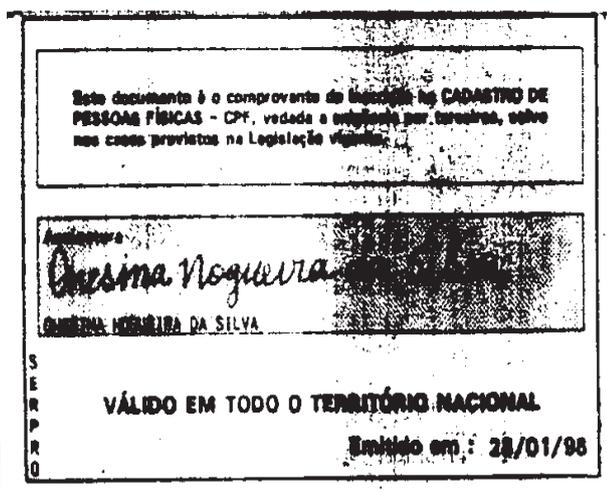
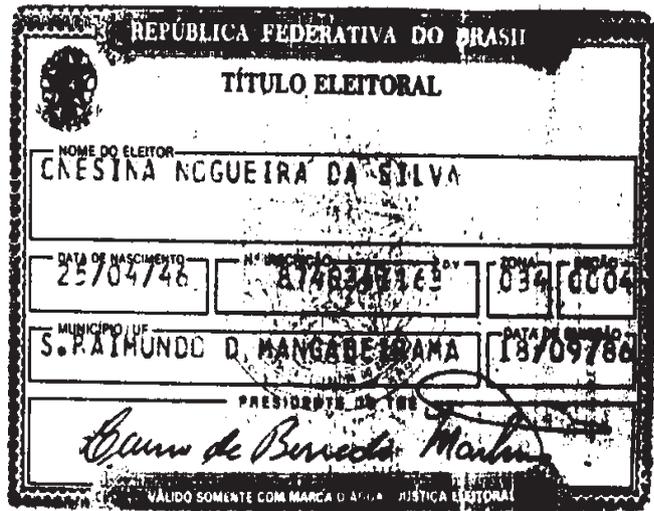
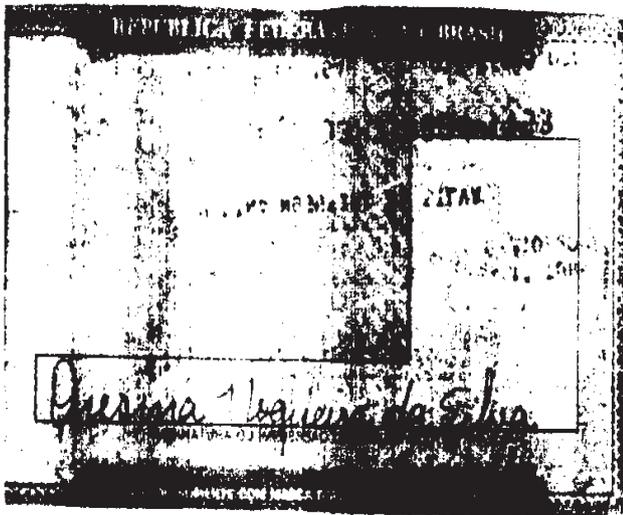
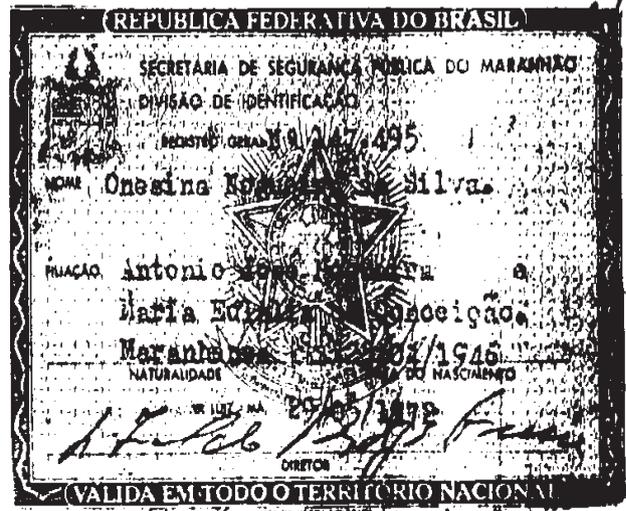
Data 06 / 12 / 2004

Luzinete Lopes
Coordenadora de Ensino de Graduação

Efigênia Magda de Oliveira Moura
Diretora de Ensino UEMA

Raimundo Nogueira N. Vale
Pró-Reitor de Graduação

Ger. de Art. e Desenv. da Reg. do Cerrado MA
Unid. Gest. de Desenvol. Humano - UGDH
Proc. Nº 133/05 Data: 24/02/05- Matr- 114033
ASS. Promoção
Nome : Onesina Nogueira da Silva
U. I. Monsenhor Barros - SR das Mangabeiras - MA





UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO



Pró-Reitoria de Graduação e Assuntos Estudantis - PROGAE

Coordenadoria de Ensino de Graduação

CERTIDÃO

Certificamos que, conforme consta no livro de Atas de Colação de Grau da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, ROSIMAY CUNHA MIRANDA

concluiu o Curso de PEDAGOGIA HABILITAÇÃO EM MAGISTÉRIO

tendo colado grau em 17 DE DEZEMBRO DE 2004

Data 06 / 12 / 2004

Luzinete Lopes
Coordenadora de Ensino de Graduação / CEG

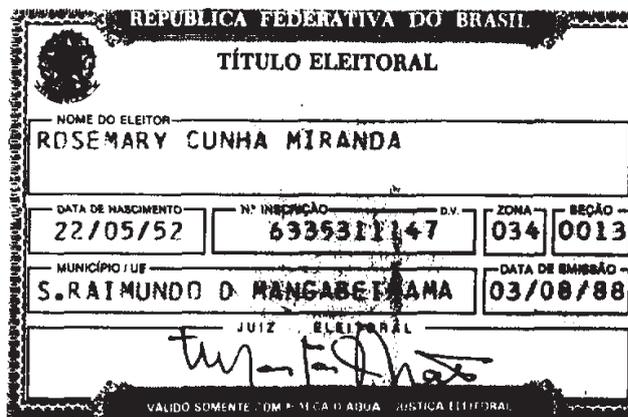
Efigênia Magda de Oliveira Moura
Diretora do Centro de Graduação / UEMA

Raimundo Nonato N. Vale
Pró-Reitor / PROGAE / UEMA

Ger. de Art. e Desenv. da Reg. do Cerrado MA
Unid. Gest. de Desenvol. Humano - UGDH
Proc. Nº 066/05 Data: 25/01/05
ASS. Promoção - Matr: 931592
Nome: Rosimay Cunha Miranda
U. I. Monsenhor Barros - SR Mangabeiras - MA

FEVEREIRO		2006	30.787
Orgão SEEDUC		Município 122-S R MANGABEI	
Nome do Funcionário ROSEMARY CUNHA MIRANDA		Matrícula 000931582	
Código de Identidade 403585 SSP		Cód. de Funcionário 010	
Nome do Funcionário ROSEMARY CUNHA MIRANDA		Situação ATIVO	
Cargo PROFESSOR-MAG-II		Agência Bancária 007820	Nº Conta 00003402185
Código	Descrição	Valor	
101	VENCIMENTO	313,60	
136	ADIC. TEM. SER 20	62,72	
150	GRAT. ATIV. MAG 100	313,60	
128	GRAT. P/TITUL 10	31,38	
	TOTAL VANTAGENS-	721,28	
982	FAPA	78,34	
983	FUNBEN	7,21	
954	SUL AMER. SEG	24,30	
563	SINPROESSEMA 1	8,27	
	TOTAL DESCONTOS-	117,12	
	N. REC. FGTS *****		
VIA FUNCIONÁRIO		LÍQUIDO	604,16
SEM MENSAGEM			
SEM MENSAGEM			
			SEPLAN

Orgão SEEDUC		Situação ATIVO	
Nome do Funcionário ROSEMARY CUNHA MIRANDA		Matrícula 000931582	
Cargo PROFESSOR-MAG-II		Agência Bancária 007820	Nº Conta 00003402185
VIA BANCO		LÍQUIDO	604,16
FEV-2006			
122-S R MANGABEICAÇÃO MECÂNICA			
ASSINATURA: _____			



JUSTIÇA ELEITORAL REFERENDO
COMPROVANTE DE VOTAÇÃO 23/10/2005

ROSEMARY CUNHA MIRANDA

Inscrição: 0063 3531.1147

NASC: 22/05/1952 ZONA: 034 SEÇÃO: 0013



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Pró-Reitoria de Graduação e Assuntos Estudantis - PROGAE

Coordenadoria de Ensino de Graduação



CERTIDÃO

Certificamos que, conforme consta no livro de Atas de Colação de Grau da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, MARIA FLORACY COSTA DA ROCHA

concluiu o Curso de PEDAGOGIA HABILITAÇÃO EM MAGISTÉRIO

tendo colado grau em 17 DE DEZEMBRO DE 2004

Data 06 / 12 / 2004

Luzinete Lopes
 Luzinete Lopes
 Coordenadora de Ensino de Graduação
 F-FB/PROGAE/UEMA

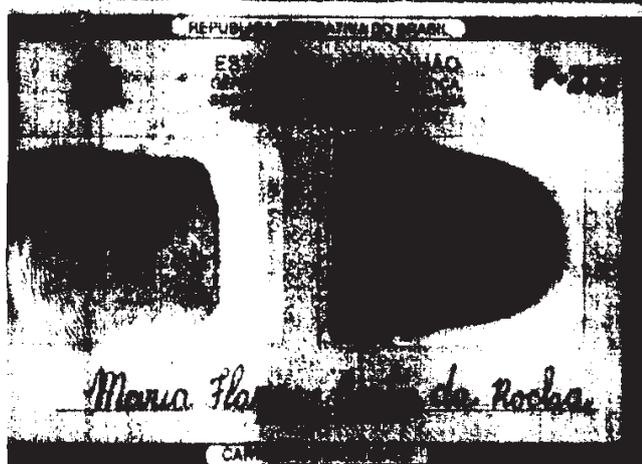
Efigênia Magda de Oliveira Moura
 Efigênia Magda de Oliveira Moura
 Diretora de Ensino UEMA
 Matrícula: 0000

Raimundo Nivaldo N. Vale
 Raimundo Nivaldo N. Vale
 Pró-Reitor de Graduação UEMA

FORM 01

Orgão SEEDUC	Mês FEVEREIRO	Ano 2008	Nº Ordem 30.731
Nome do Funcionário MARIA FLORACY COSTA DA ROCHA	Matrícula 000717603	Município 123-S R MANGABEI	
Código PROFESSOR-MAG-11	Identidade 99228 SSP	Cód. Nível 008	Situação ATIVO
Nome de Funcionário MARIA FLORACY COSTA DA ROCHA	Agência Bancária 007820	Nº Conta 00003407138	
Cargo PROFESSOR-MAG-11	VIA BANCO FEB-098	LÍQUIDO MANTENHAÇÃO MECÂNICA	Ass. 21
Assinatura:			

Código	Descrição	Valor
101	VENCIMENTO	303,74
136	ADIC. TEM. SER	42,74
137	SAL. FAMILIA	303,74
150	GRAT. ATIV. MAG 100	855,50
	TOTAL VANTAGENS-	711,83
0003	FUNBEN	12,15
0004	PROBEN	12,15
0005	PROG. N. CASA	4,63
0006	PROG. N. CASA	4,63
0007	PROG. N. CASA	10,00
0008	PROG. N. CASA	20,98
0009	PROG. N. CASA	172,19
0010	PROG. N. CASA	
0011	PROG. N. CASA	
0012	PROG. N. CASA	
0013	PROG. N. CASA	
0014	PROG. N. CASA	
0015	PROG. N. CASA	
0016	PROG. N. CASA	
0017	PROG. N. CASA	
0018	PROG. N. CASA	
0019	PROG. N. CASA	
0020	PROG. N. CASA	
0021	PROG. N. CASA	
0022	PROG. N. CASA	
0023	PROG. N. CASA	
0024	PROG. N. CASA	
0025	PROG. N. CASA	
0026	PROG. N. CASA	
0027	PROG. N. CASA	
0028	PROG. N. CASA	
0029	PROG. N. CASA	
0030	PROG. N. CASA	
0031	PROG. N. CASA	
0032	PROG. N. CASA	
0033	PROG. N. CASA	
0034	PROG. N. CASA	
0035	PROG. N. CASA	
0036	PROG. N. CASA	
0037	PROG. N. CASA	
0038	PROG. N. CASA	
0039	PROG. N. CASA	
0040	PROG. N. CASA	
0041	PROG. N. CASA	
0042	PROG. N. CASA	
0043	PROG. N. CASA	
0044	PROG. N. CASA	
0045	PROG. N. CASA	
0046	PROG. N. CASA	
0047	PROG. N. CASA	
0048	PROG. N. CASA	
0049	PROG. N. CASA	
0050	PROG. N. CASA	
0051	PROG. N. CASA	
0052	PROG. N. CASA	
0053	PROG. N. CASA	
0054	PROG. N. CASA	
0055	PROG. N. CASA	
0056	PROG. N. CASA	
0057	PROG. N. CASA	
0058	PROG. N. CASA	
0059	PROG. N. CASA	
0060	PROG. N. CASA	
0061	PROG. N. CASA	
0062	PROG. N. CASA	
0063	PROG. N. CASA	
0064	PROG. N. CASA	
0065	PROG. N. CASA	
0066	PROG. N. CASA	
0067	PROG. N. CASA	
0068	PROG. N. CASA	
0069	PROG. N. CASA	
0070	PROG. N. CASA	
0071	PROG. N. CASA	
0072	PROG. N. CASA	
0073	PROG. N. CASA	
0074	PROG. N. CASA	
0075	PROG. N. CASA	
0076	PROG. N. CASA	
0077	PROG. N. CASA	
0078	PROG. N. CASA	
0079	PROG. N. CASA	
0080	PROG. N. CASA	
0081	PROG. N. CASA	
0082	PROG. N. CASA	
0083	PROG. N. CASA	
0084	PROG. N. CASA	
0085	PROG. N. CASA	
0086	PROG. N. CASA	
0087	PROG. N. CASA	
0088	PROG. N. CASA	
0089	PROG. N. CASA	
0090	PROG. N. CASA	
0091	PROG. N. CASA	
0092	PROG. N. CASA	
0093	PROG. N. CASA	
0094	PROG. N. CASA	
0095	PROG. N. CASA	
0096	PROG. N. CASA	
0097	PROG. N. CASA	
0098	PROG. N. CASA	
0099	PROG. N. CASA	
0100	PROG. N. CASA	
0101	PROG. N. CASA	
0102	PROG. N. CASA	
0103	PROG. N. CASA	
0104	PROG. N. CASA	
0105	PROG. N. CASA	
0106	PROG. N. CASA	
0107	PROG. N. CASA	
0108	PROG. N. CASA	
0109	PROG. N. CASA	
0110	PROG. N. CASA	
0111	PROG. N. CASA	
0112	PROG. N. CASA	
0113	PROG. N. CASA	
0114	PROG. N. CASA	
0115	PROG. N. CASA	
0116	PROG. N. CASA	
0117	PROG. N. CASA	
0118	PROG. N. CASA	
0119	PROG. N. CASA	
0120	PROG. N. CASA	
0121	PROG. N. CASA	
0122	PROG. N. CASA	
0123	PROG. N. CASA	
0124	PROG. N. CASA	
0125	PROG. N. CASA	
0126	PROG. N. CASA	
0127	PROG. N. CASA	
0128	PROG. N. CASA	
0129	PROG. N. CASA	
0130	PROG. N. CASA	
0131	PROG. N. CASA	
0132	PROG. N. CASA	
0133	PROG. N. CASA	
0134	PROG. N. CASA	
0135	PROG. N. CASA	
0136	PROG. N. CASA	
0137	PROG. N. CASA	
0138	PROG. N. CASA	
0139	PROG. N. CASA	
0140	PROG. N. CASA	
0141	PROG. N. CASA	
0142	PROG. N. CASA	
0143	PROG. N. CASA	
0144	PROG. N. CASA	
0145	PROG. N. CASA	
0146	PROG. N. CASA	
0147	PROG. N. CASA	
0148	PROG. N. CASA	
0149	PROG. N. CASA	
0150	PROG. N. CASA	
0151	PROG. N. CASA	
0152	PROG. N. CASA	
0153	PROG. N. CASA	
0154	PROG. N. CASA	
0155	PROG. N. CASA	
0156	PROG. N. CASA	
0157	PROG. N. CASA	
0158	PROG. N. CASA	
0159	PROG. N. CASA	
0160	PROG. N. CASA	
0161	PROG. N. CASA	
0162	PROG. N. CASA	
0163	PROG. N. CASA	
0164	PROG. N. CASA	
0165	PROG. N. CASA	
0166	PROG. N. CASA	
0167	PROG. N. CASA	
0168	PROG. N. CASA	
0169	PROG. N. CASA	
0170	PROG. N. CASA	
0171	PROG. N. CASA	
0172	PROG. N. CASA	
0173	PROG. N. CASA	
0174	PROG. N. CASA	
0175	PROG. N. CASA	
0176	PROG. N. CASA	
0177	PROG. N. CASA	
0178	PROG. N. CASA	
0179	PROG. N. CASA	
0180	PROG. N. CASA	
0181	PROG. N. CASA	
0182	PROG. N. CASA	
0183	PROG. N. CASA	
0184	PROG. N. CASA	
0185	PROG. N. CASA	
0186	PROG. N. CASA	
0187	PROG. N. CASA	
0188	PROG. N. CASA	
0189	PROG. N. CASA	
0190	PROG. N. CASA	
0191	PROG. N. CASA	
0192	PROG. N. CASA	
0193	PROG. N. CASA	
0194	PROG. N. CASA	
0195	PROG. N. CASA	
0196	PROG. N. CASA	
0197	PROG. N. CASA	
0198	PROG. N. CASA	
0199	PROG. N. CASA	
0200	PROG. N. CASA	
0201	PROG. N. CASA	
0202	PROG. N. CASA	
0203	PROG. N. CASA	
0204	PROG. N. CASA	
0205	PROG. N. CASA	
0206	PROG. N. CASA	
0207	PROG. N. CASA	
0208	PROG. N. CASA	
0209	PROG. N. CASA	
0210	PROG. N. CASA	
0211	PROG. N. CASA	
0212	PROG. N. CASA	
0213	PROG. N. CASA	
0214	PROG. N. CASA	
0215	PROG. N. CASA	
0216	PROG. N. CASA	
0217	PROG. N. CASA	
0218	PROG. N. CASA	
0219	PROG. N. CASA	
0220	PROG. N. CASA	
0221	PROG. N. CASA	
0222	PROG. N. CASA	
0223	PROG. N. CASA	
0224	PROG. N. CASA	
0225	PROG. N. CASA	
0226	PROG. N. CASA	
0227	PROG. N. CASA	
0228	PROG. N. CASA	
0229	PROG. N. CASA	
0230	PROG. N. CASA	
0231	PROG. N. CASA	
0232	PROG. N. CASA	
0233	PROG. N. CASA	
0234	PROG. N. CASA	
0235	PROG. N. CASA	
0236	PROG. N. CASA	
0237	PROG. N. CASA	
0238	PROG. N. CASA	
0239	PROG. N. CASA	
0240	PROG. N. CASA	
0241	PROG. N. CASA	
0242	PROG. N. CASA	
0243	PROG. N. CASA	
0244	PROG. N. CASA	
0245	PROG. N. CASA	
0246	PROG. N. CASA	
0247	PROG. N. CASA	
0248	PROG. N. CASA	
0249	PROG. N. CASA	
0250	PROG. N. CASA	
0251	PROG. N. CASA	
0252	PROG. N. CASA	
0253	PROG. N. CASA	
0254	PROG. N. CASA	
0255	PROG. N. CASA	
0256	PROG. N. CASA	
0257	PROG. N. CASA	
0258	PROG. N. CASA	
0259	PROG. N. CASA	
0260	PROG. N. CASA	
0261	PROG. N. CASA	
0262	PROG. N. CASA	
0263	PROG. N. CASA	
0264	PROG. N. CASA	
0265	PROG. N. CASA	
0266	PROG. N. CASA	
0267	PROG. N. CASA	
0268	PROG. N. CASA	
0269	PROG. N. CASA	
0270	PROG. N. CASA	
0271	PROG. N. CASA	
0272	PROG. N. CASA	
0273	PROG. N. CASA	
0274	PROG. N. CASA	
0275	PROG. N. CASA	
0276	PROG. N. CASA	
0277	PROG. N. CASA	
0278	PROG. N. CASA	
0279	PROG. N. CASA	
0280	PROG. N. CASA	
0281	PROG. N. CASA	
0282	PROG. N. CASA	
0283	PROG. N. CASA	
0284	PROG. N. CASA	
0285	PROG. N. CASA	
0286	PROG. N. CASA	
0287	PROG. N. CASA	
0288	PROG. N. CASA	
0289	PROG. N. CASA	
0290	PROG. N. CASA	
0291	PROG. N. CASA	
0292	PROG. N. CASA	
0293	PROG. N. CASA	
0294	PROG. N. CASA	
0295	PROG. N. CASA	
0296	PROG. N. CASA	
0297	PROG. N. CASA	
0298	PROG. N. CASA	
0299	PROG. N. CASA	
0300	PROG. N. CASA	
0301	PROG. N. CASA	
0302	PROG. N. CASA	
0303	PROG. N. CASA	
0304	PROG. N. CASA	
0305	PROG. N. CASA	
0306	PROG. N. CASA	
0307	PROG. N. CASA	
0308	PROG. N. CASA	
0309	PROG. N. CASA	
0310	PROG. N. CASA	
0311	PROG. N. CASA	
0312	PROG. N. CASA	
0313	PROG. N. CASA	
0314	PROG. N. CASA	
0315	PROG. N.	



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 22687982002-2 DATA DE EXPEDIÇÃO 03/10/2002

NOME MARIA FLORACY COSTA DA ROCHA

FILIAÇÃO JOAO ALVES COSTA E FLORENTINA FERREIRA DA SILVA

NATALIDADE S.RDO.DAS MANGABEIRAS-MA DATA DE NASCIMENTO 03/04/1960

DOC ORIGEM CASAM.N.321 FL9.1770 LIV.19

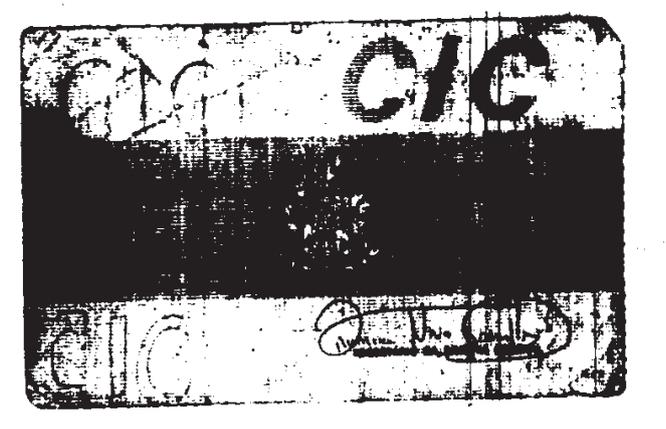
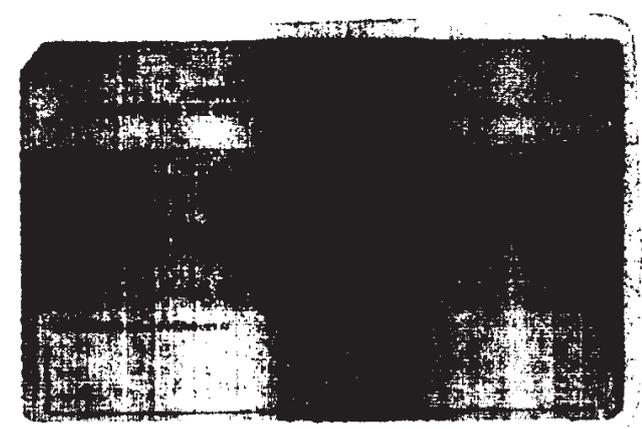
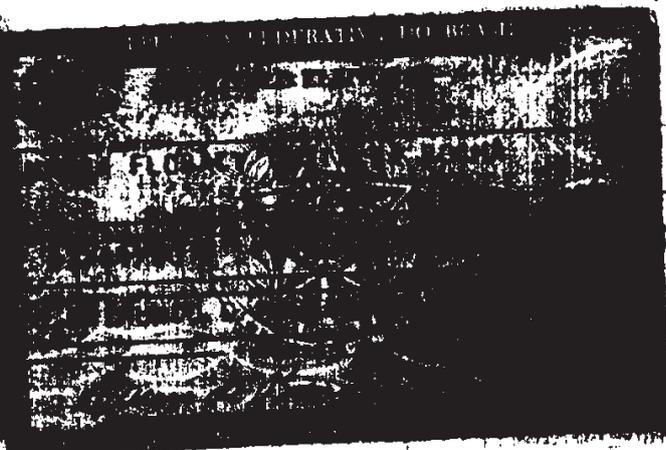
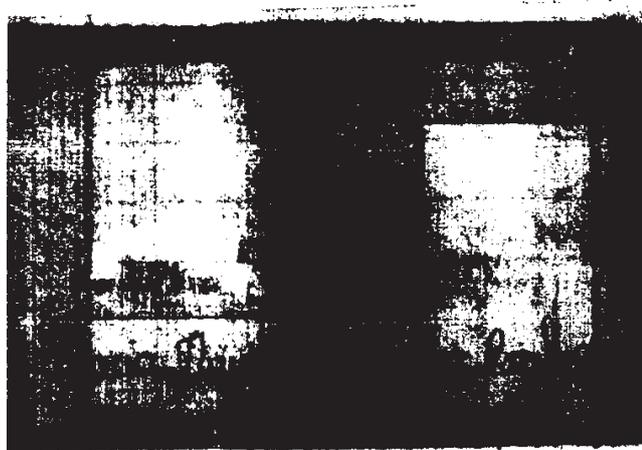
CPF 242626093-91

P-237

Orlando Tosta Arouche
 Assessor Promotor

VIA-01

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



Ger. de Art. e Desenv. da Reg. do Senado MA
 Unid. Gest. de Desenvol. Humano UGDH
 Proc. Nº 122405 Data: 22/02/05 - Matr- 717603
 ASS. Promoção
 Nome : Maria Floracy Costa da Rocha
 J. Inf. Chan. Vermelho - SR Mangabeiras - MA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO MARANHÃO
 GERÊNCIA DE ESTADO DE JUSTIÇA,
 SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA
 INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

Antonia Felix Correia
 ASSINATURA DO TITULAR

Carteira de Identidade

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 21378992002-5 DATA DE EXPEDIÇÃO 12/07/2002

NOME ANTONIA FELIX CORREIA

FILIAÇÃO ***** E MARIA DO SOCORRO CORREIA

NATURALIDADE S. R. D. DAS MANGABEIRAS-MA DATA DE NASCIMENTO 20/05/1961

DOC. ORIGEM SEP. DIV. - N. 203 FLS. 118V LIV. 19

CPF 265910813-72
 P-246

Orlando Tavares Azeite
 Diretor do Instituto de Identificação
 ASSINATURA DO DIRETOR

VIA-01

LEI Nº 7.118 DE 20/08/83

BANCO DO BRASIL

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
 INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

CPF

265.910.813-72

20/05/1961

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ASSINATURA DO TITULAR

Antonia Felix Correia Rodrigues
 ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR ANTONIA FELIX CORREIA

DATA DE NASCIMENTO 20/05/61

MUNICÍPIO / UF S. RAIMUNDO / MA

PRESIDENTE DO TRE

Barão de Burredo Monte

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA JUSTIÇA ELEITORAL

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

*Pró-Reitoria de Graduação e
Assuntos Estudantis - PROGAE*

Coordenadoria de Ensino de Graduação



CERTIDÃO

*Certificamos que, conforme consta no livro de
de Colação de Grau da Universidade Estadual do Maranhão -*

A, ANTÔNIA FÉLIX CORREIA

ou o Curso de LICENCIATURA EM HISTÓRIA

colado grau em 17 DE DEZEMBRO DE 2004

Data 06 / 12 / 2004

*[Signature]
Lopes*

Efigênia Magda de Oliveira Moura

Raimundo Nonato N. Vale

*Coordenador de Ensino de Graduação
PROGAE/UEMA*

*Dir. de Ensino de Graduação
PROGAE/UEMA
Módulo 0000*

*Pró-Reitor de Graduação
PROGAE/UEMA*

Ger. de Art. e Desenv. da Reg. do Cerrado MA
Unid. Gest. de Desenvol. Humano - UGDH
Proc. Nº 109/05 Data: 22/02/05
ASS. Promoção
Nome : Antonia Félix Correia
J. Infº Sol Nascente - SR Mangabeiras - MA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Pró-Reitoria de Graduação e Assuntos Estudantis - PROGAE

Coordenadoria de Ensino de Graduação



CERTIDÃO

Certificamos que, conforme consta no livro de Atas de Colação de Grau da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, DELTIMAR COSTA E SILVA

concluiu o Curso de LICENCIATURA EM HISTÓRIA

tendo colado grau em 17 DE DEZEMBRO DE 2004

Data 06 12 2004

Luzinete Lopes
Coordenadora de Ensino de Graduação / CEG
PROGAE/UEMA

Eliênia Magda de Oliveira Moura
Diretora do RECENT/UEMA
Município de São Luís

Raimundo Nonato N. Vale
Pró-Reitor de Graduação / UEMA

Document Name: REDE SERPRO-RJ

CPF, CONSULTA (CONSULTA BASE CPF)

USUARIO: FRANCO
11/07/2001 16:13

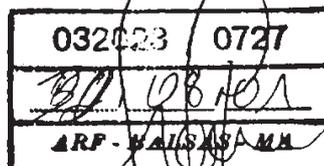
NI-CPF : 229.191.803-63 REGULAR INSCRICAO: 00/00/0000
NOME : DELTIMAR COSTA E SILVA
DT NASC: 04/09/1953
MAE : ALMERINDA FERREIRA DA SILVA
NIT. ELEITOR : 00087515811-71 SEXO: M ESTRANGEIRO: N OBITO:

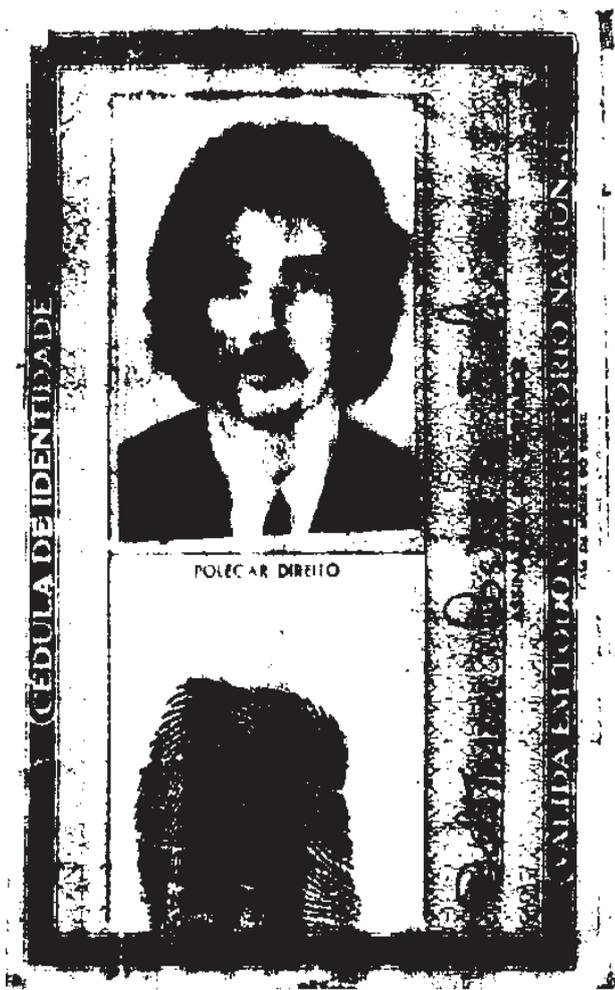
ENDERECO: R ROZENO PIRES, 434
65840-000 CENTRO, SAO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS

TELEFONE: FAX: COD.MUN.: 0925 MA
EMAIL : COD.UA : 032023

PRÓXIMO NI-CPF: _____
25A

DADOS CADASTRAIS
PF4 DADOS FISCAIS PF6 HISTORICO
PF8 VIC PF11 ISENTOS





Ger. de Art. e Desenv. da Reg. do Cerrado MA
 Unid. Gest. de Desenvol. Humano – UGDH
 Proc. Nº 241/05 Data: 15/03/05- Matr-946822
 ASS. Promoção –Mud. de Nivel- MAG- II – P - IV
 Nome : Deltimar Costa e Silva
 CEEFM São Rdo. Nonato – SR. Mangabeiras - MA

Ger. de Art. e Desenv. da Reg. do Cerrado MA
 Unid. Gest. de Desenvol. Humano – UGDH
 Proc. Nº 242/05 Data: 15/03/05- Matr-929448
 ASS. Promoção -Mud. de Nivel- MAG- II - P - IV
 Nome : Deltimar Costa e Silva
 CEEFM São Rdo. Nonato – SR. Mangabeiras - MA

AVISO DE CRÉDITO		Mês	Ano	Nº Ordem
SEEDUC		FEVEREIRO	2006	30.708
Município		122-S R MANGABEI		
Setor		122-S R MANGABEI		
Matrícula		000929448		
Cód. Nivel		003		
Nome do Funcionário		CEM R. NINA		
Identidade		434030 SSP		
Situação		ATIVO		
Nome do Funcionário		DELTIMAR COSTA E SILVA		
Agência Bancária		007820		
Nº Conta		00003401197		
PROFESSOR-MAG-1 VANTAGENS E DESCONTOS				
Código	Descrição	Valor		
101	VENCIMENTO	280,00		
136	ADIC. TEM. SER 20	56,00		
150	GRAT. ATIV. MAG 100	280,00		
	TOTAL VANTAGENS-	616,00		
982	FAPA	67,76		
983	FUNBEN	5,16		
983	SINPROESSEMA	17,80		
989	PLASMET SEGE	10,00		
916	TOTAL DESCONTOS-	100,52		
	N.REC.FGTS *****			
VIA FUNCIONÁRIO SEM MENSAGEM SEM MENSAGEM		LÍQUIDO	509,48	
SEPLAN				

Orgão	SEEDUC	Situação	ATIVO
Nome do Funcionário	DELTIMAR COSTA E SILVA	Matrícula	000929448
Cargo	PROFESSOR-MAG-1	Agência Bancária	007820
		Nº Conta	00003401197
VIA BANCO		LÍQUIDO	509,48
FEB-2006		MANUTENÇÃO MECÂNICA	
ASSINATURA: _____			

AVISO DE CRÉDITO		Mês	Ano	Nº Ordem
SEEDUC		FEVEREIRO	2006	30.824
Município		122-S R MANGABEI		
Setor		122-S R MANGABEI		
Matrícula		000946822		
Cód. Nivel		009		
Nome do Funcionário		U. I. R. NONA		
Identidade		434030 SSP		
Situação		ATIVO		
Nome do Funcionário		DELTIMAR COSTA E SILVA		
Agência Bancária		007820		
Nº Conta		00003401197		
PROFESSOR-MAG-II VANTAGENS E DESCONTOS				
Código	Descrição	Valor		
101	VENCIMENTO	303,74		
136	ADIC. TEM. SER 20	60,75		
150	GRAT. ATIV. MAG 100	303,74		
	TOTAL VANTAGENS-	668,23		
982	FAPA	73,51		
983	FUNBEN	16,48		
983	SUL AMER. SEG	14,50		
984	TOTAL DESCONTOS-	94,19		
	N.REC.FGTS *****			
VIA FUNCIONÁRIO SEM MENSAGEM SEM MENSAGEM		LÍQUIDO	573,54	
SEPLAN				

Orgão	SEEDUC	Situação	ATIVO
Nome do Funcionário	DELTIMAR COSTA E SILVA	Matrícula	000946822
Cargo	PROFESSOR-MAG-II	Agência Bancária	007820
		Nº Conta	00003401197
VIA BANCO		LÍQUIDO	573,54
FEB-2006		MANUTENÇÃO MECÂNICA	
ASSINATURA: _____			

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – O requerimento de V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Os Srs. Senadores Arthur Virgílio, Papaléo Paes, Juvêncio da Fonseca, Alvaro Dias, Sérgio Guerra, Luiz Pontes, Antero Paes de Barros, Leonel Pavan, a Sr^a Senadora Lúcia Vânia, os Srs. Senadores Flexa Ribeiro, João Batista Motta e Sérgio Zambiasi enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, em matéria de Amazônia, tenho a impressão de que, a despeito de tudo que se fala e de pretensas medidas de defesa da Grande Floresta, o Brasil vive patinando ou em marcha-ré.

É o que senti hoje, ao ler nos jornais a aterradora matéria acerca de minucioso artigo científico do cartógrafo Brital Soares Filho, do Centro de Sensoriamento Remoto da UFMG. Ele prevê que a Floresta Amazônica encolherá 40% até 2050.

O editor de Ciência da *Folha de S. Paulo*, Cláudio Ângelo, abre a matéria acerca do estudo do cartógrafo mineiro, assinalando:

Uma cifra assombra a Amazônia. Um estudo publicado hoje pela revista *Nature* prevê que 40% da floresta pode desaparecer em 2050, se nada for feito para conter o ciclo de destruição imposto pelo avanço da fronteira agrícola.

E aí o mais preocupante:

Pior, a política de criação de áreas protegidas pelo governo não basta para conter a tendência. É preciso fazer algo muito mais complicado para cumprir a Lei.

É com esse objetivo, ou seja, de fazer algo mais, que estou requerendo à Subcomissão da Amazônia a realização de audiência pública, com a participação daquele cartógrafo, a fim de que o Senado possa debater esse algo mais complicado.

Leio o requerimento:

REQUERIMENTO Nº /2006

(Subcomissão Permanente da Amazônia)

Requer a realização de Reunião de Audiência Pública da Subcomissão Permanente da Amazônia, para debate sobre previsões sombrias para a Floresta Amazônica, constantes de artigo científico, publicado neste mês de março de 2006, pela revista *Nature*, convidando para esse fim o seu autor, Brital Soares Filho, cartógrafo do Centro de Sensoriamento Remoto da Universidade Federal de Minas Gerais.

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Reunião de Audiência Pública, com a presença do cartógrafo Brital Soares Filho, do Centro de Sensoriamento Remoto da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

Justificação

O cientista que indico para ser convidado pela Subcomissão da Amazônia é autor de artigo publicado na Revista **Nature**, neste mês de março de 2006, no qual faz sombrias previsões para o futuro da Amazônia, sustentando que até o ano de 2050, haverá perda de 40% da Floresta nesta área. Ao Senado e, em especial, para a Subcomissão Permanente da Amazônia, é preocupante a previsão, que sugere debates e estudos imediatos a respeito.

O debate pretendido com a Audiência sugerida poderá, após estender-se, ouvindo sugestões de outros especialistas, a fim de indicar os caminhos para que a Subcomissão possa vir a propor medidas legislativas cabíveis e assim coibir o desmatamento da Amazônia.

Como segundo assunto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para registrar o sucesso da administração do governador Geraldo Alckimin frente ao Estado de São Paulo. O governador teve a sua administração avaliada como ótima/boa por 69% dos entrevistados, o melhor índice desde 2001, quando ele assumiu o Estado.

Senhor presidente, é neste contexto que solicito que a matéria intitulada “Governo Alckmin recebe aprovação recorde”, publicada no jornal *Folha de S. Paulo* de 20 de março do corrente, seja considerada parte deste pronunciamento para que, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

E, como terceiro e último assunto, Sr^{as}. e Srs. Senadores, quero dizer que o mundo gira, a lusitana (como diz o anúncio) continua rodando e, não obstante, volta e meia aparece um troglodita desses bem cavernosos e manda censurar alguma coisa.

Agora, é com o filme de Walter Salles, *Diários de Motocicleta*, vetado numa escola do Rio Comprido (RTJ), por determinação do coronel Geraldo Martinez y Alonso, a mando do general da reserva Ney Oliveira.

Ainda bem que o Exército, pelo que mandou dizer, vai apurar a censura, aplicada em plena democracia brasileira.

Pelas alegações dos improvisados e apressados censores, o filme, que conta a viagem de Che Guevara pela América Latina nos anos 50, seria *uma provocação ao Exército*.

A imprensa divulga a censura, reproduzindo uma página do boletim oficial da Fundação Osório, dona da escola de Rio Comprido:

Decisão

Em face do que aqui exponho et cetera e tal, resolvo:

– Recomendar à Div Ens, às coordenações e à STE que exerçam efetivo controle das atividades de ensino praticadas na Fundação, particularmente quanto aos meios de instrução (filmes, cartazes etc) utilizados durante as aulas ou expostos nos quadros de avisos nos corredores dos diversos edifícios.

(as) Gen.Ex. Ney da Silva Oliveira, Presidente da Fundação Osório
Se o ilustre general ainda não sabe, que saiba agora e para sempre:
Censura, nunca mais!

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ELEIÇÕES 2006/DATAFOLHA

Administração de tucano é avaliada como ótima/boa por 69% dos entrevistados, o melhor índice desde 2001, quando assumiu

Governo Alckmin recebe aprovação recorde

MICHELE OLIVEIRA
DA REDAÇÃO

O governo Geraldo Alckmin (PSDB) recebeu, na semana em que o tucano foi anunciado candidato a presidente, a melhor avaliação desde 2001, quando ele assumiu o Estado de São Paulo.

Pesquisa Datafolha realizada nos dias 16 e 17 de março mostra que 69% dos entrevistados avaliam o governo Alckmin como ótimo/bom, um crescimento de sete pontos percentuais desde dezembro. O índice é o melhor desde o governo Franco Montoro (1983-1987), quando foi feito o primeiro levantamento do tipo pelo Instituto Datafolha.

Por outro lado, a proporção dos que consideram a gestão de Alckmin regular atingiu o menor índice desde 2001, com 23%.

O tucano tem seu governo mais bem avaliado no interior paulista, onde 72% consideram a gestão tucana ótima/boa. Na capital, esse índice vai para 65%.

Principal concorrente do presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições de outubro, Alckmin

vê a taxa de aprovação ao seu governo ficar 31 pontos percentuais acima da aprovação recebida pelo governo Lula, avaliado como ótimo/bom por 38%, conforme pesquisa Datafolha publicada ontem.

Se a eleição fosse agora, os números de aprovação ao governo Alckmin poderiam ter influência sobre os eleitores, segundo o diretor do Datafolha, Mauro Paulino, 45. "É um cacife que o governador tem para a campanha." Paulino avalia que a exposição do tucano na mídia em função da disputa pela candidatura ao Planalto provavelmente influenciou o aumento da aprovação ao seu governo.

Ainda na comparação com os números do presidente, a boa avaliação do governo Alckmin acompanha a aprovação do desempenho pessoal do tucano, o que não acontece com Lula.

Alckmin tem diferença de apenas um ponto percentual entre as aprovações de seu governo (69%) e de seu desempenho pessoal (68%). Lula vê essa diferença su-

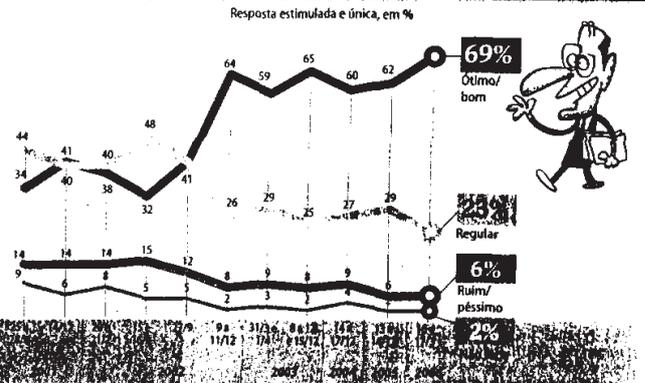
bir para seis pontos percentuais —44% de aprovação ao desempenho pessoal contra 38%.

Covas e Serra
Alckmin, que assumiu com a morte de Mário Covas, tem sua gestão mais bem avaliada do que a de Covas. Na comparação após cinco anos de governo, Alckmin recebe 69% de ótimo/bom, enquanto Covas, em dezembro de 1999, ficou com 24% de aprovação e 38% de ruim/péssimo.

O governador Alckmin, que disputou com o prefeito José Serra a vaga de candidato do PSDB à Presidência, vê o índice de aprovação ao seu governo subir entre os que também aprovam a gestão de Serra à frente da Prefeitura de São Paulo. Entre aqueles que consideram o governo Serra ótimo/bom (44%), 84% têm a mesma avaliação do governo Alckmin.

"Os eleitores do Serra tendem fortemente a votar no Alckmin e vice-versa", diz Paulino.

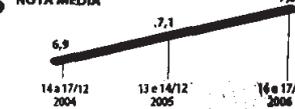
AValiação DO GOVERNO ALCKMIN NO ESTADO DE SP



AValiação DO DESEMPENHO PESSOAL



EVOLUÇÃO DA NOTA MÉDIA



AValiação DO GOVERNO ALCKMIN POR REGIÕES

Região	Capital	Metropolitana	Interior
Ótimo/bom	65	69	72
Regular	25	24	21
Ruim/péssimo	8	5	5
Não sabe	1	2	3

ONDE A AValiação DO GOVERNO ALCKMIN MAIS CRESCEU



COVAS X ALCKMIN APÓS 5 ANOS DE GOVERNO



Polarização com Serra ajudou, afirma PSDB

DA REPORTAGEM LOCAL

O PSDB avaliou que a polarização entre o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, e o prefeito paulistano, José Serra, na disputa pela candidatura à Presidência ajudou a tornar o primeiro mais conhecido pelo país, influenciando no resultado da pesquisa Datafolha divulgada ontem.

De acordo com o levantamento, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem 42% das intenções de votos, oscilando negativamente um ponto percentual em relação à última enquete, realizada em fevereiro. Alckmin aparece agora com 23%, um crescimento de seis pontos percentuais.

"Fiquei extremamente contente, mas é preciso ter pé no chão, sandálias da humildade", afirmou. "Isso demonstra que o tempo que [o PSDB] levou para fazer a indicação não atrapalhou", ana-

lisou o governador.

Para o tucano, os 23% demonstrados na pesquisa —a primeira realizada depois de Alckmin ter sido definido como o pré-candidato do PSDB— "é um piso bastante alto, à medida que sou menos conhecido fora de São Paulo".

O secretário estadual de Ciência e Tecnologia, João Carlos de Souza Meirelles, um dos coordenadores da campanha de Alckmin, avaliou que a polarização com Serra "ajudou a consolidar o nome de Alckmin". Além disso, no entendimento de Meirelles, as viagens feitas pelo governador a outros Estados, em busca de apoio dentro da legenda, foi outro fator importante para tornar o paulista mais conhecido pelo país.

"O governador nunca começou uma campanha com um piso tão alto. Estamos encantados com a pesquisa, embora saibamos que ela é reflexo de hoje", disse.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para registrar o editorial da **Folha de S. Paulo** de 17 de março do corrente, intitulado “Amigo leal”.

O editorial trata da acareação que será feita na CPI dos Bingos entre o atual presidente do Sebrae e amigo do presidente Lula, Paulo Okamoto, e o economista Paulo de Tarso Venceslau. Segundo o editorial, “A decisão é acertada e contrasta com a inexplicável

série de esforços para impedir que Okamoto seja submetido a escrutínio mais severo”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que editorial acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE S. PAULO

EDITORIAIS

E-mail: editoriais@uol.com.br

AMIGO LEAL

A CPI dos Bingos convocou anteontem o presidente do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), Paulo Okamoto, para acareação com o economista Paulo de Tarso Venceslau. O objetivo é esclarecer as suspeitas sobre um esquema de caixa dois em prefeituras do PT no interior paulista supostamente orquestrado por Okamoto no início dos anos 1990.

A decisão é acertada e contrasta com a inexplicável série de esforços para impedir que Okamoto seja submetido a escrutínio mais severo. Por margem estreita de votos, o governo barrou uma nova convocação de Okamoto para depor na CPI. No mês passado, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, concedeu liminar suspendendo a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do chefe do Sebrae.

Amigo íntimo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Okamoto é figura-chave para as apurações da CPI. Há sérias dúvidas sobre suas atitudes que necessitam de esclarecimento.

Com recursos próprios, diz ter qui-

tado dívida de R\$ 29,4 mil do presidente com o PT —sem ter informado o amigo do ato generoso ou apresentado comprovantes. Em 2004, doou R\$ 24,8 mil para a campanha de Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, à Prefeitura de São Bernardo do Campo. O valor representa quase a totalidade de seus vencimentos mensais declarados, cerca de R\$ 30 mil.

Há suspeita de que outro gesto solidário tenha ocorrido dois anos antes. Lurian Cordeiro Lula da Silva, filha do presidente da República, teve dívida de R\$ 34,7 mil em aluguéis atrasados quitada por Okamoto, segundo a fiadora do imóvel. À época, o amigo de Lula recebia apenas uma aposentadoria de ex-metalúrgico.

Responsável pelo caixa petista na campanha presidencial de 1989, Okamoto é tido como um tesoureiro informal do partido. Conhecedor das práticas contábeis do PT e membro do conselho do fundo BrasilPrev, o presidente do Sebrae opera em nichos da atividade estatal que estão sob investigação. Não há por que manter à sombra as suas atividades.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Milagreiro está de volta ao noticiário”, de autoria do jornalista Augusto Nunes, publicado no Jornal do Brasil em 9 de março do corrente.

Em seu artigo, o jornalista analisa um dos mistérios investigados pela CPI dos Bingos, o pagamento feito por Paulo Okamoto para saldar uma dívida do Presidente Lula. O sr. Okamoto tentou, em vão, explicar como. O Presidente não soube de nada, nem sobre a

dívida, nem sobre o pagamento. E o Supremo Tribunal Federal livrou o Presidente do Sebrae, o Sr. Okamoto, da quebra de seus sigilos bancário, fiscal e telefônico, o que talvez explicasse o milagre.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

COISAS DA POLÍTICA

AUGUSTO NUNES

augusto@jb.com.br

Milagreiro está de volta ao noticiário

O presidente Lula sempre foi avesso a ouvir más notícias. Só gosta das boas e fáceis de entender. Se complicada, melhor nem contar como a coisa foi feita. Basta-lhe saber que foi. Íntimo de Lula, o presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, conhece há muito tempo esse traço de temperamento.

Foi por isso, contou em agosto passado, que resolveu não aperrear o amigo com a narrativa do epílogo de uma pendência financeira que se arrastava desde 2002. Naquele ano, Lula, então presidente de honra do PT, solicitou um empréstimo que, até meados de 2005, jazia na gaveta dos assuntos a tratar.

Ressuscitada pela CPI dos Correios, a história teria desdobramentos intrigantes. Lula mandou avisar que nunca deveria um só centavo ao PT. Portanto, nunca houvera o que pagar. Ocorre que a dívida fora quitada em 2003. Quem estendera a mão providencial? Teria sido mais uma do Marcos Valério? A última do Delúbio?

Depois de alguns dias de suspense, apresentou-se ao país o pagador da dívida de R\$ 29.536,00: Paulo Okamoto. Liquidara o débito com dinheiro do próprio bolso, jurou o presidente do Sebrae. Não apresentou comprovantes. Não se lembrava sequer do local do pagamento. Mais tarde, retocou a versão: fizera o bem dum guichê do Banco do Brasil.

Não se recuperara por inteiro do acesso de amnésia: foi-lhe impossível explicar, por exemplo, de que modo a bolada aterrissara numa conta do PT no ABC paulista. Como prova do que dissera, Oka-

O STF livra Okamoto de contar como se multiplica dinheiro

motto ofereceu a palavra de Okamoto. E garantiu que assim agira impelido pelo sentimento da gratidão.

Paulista de Mauá, ex-metalúrgico, ex-tesoureiro do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e ex-presidente do PT paulista, Okamoto devia a Lula o desembarque na chefia do Sebrae. A entidade representa 15 milhões de microempresários, emprega 4.500 empregados e administrou no ano passado um orçamento de R\$ 900 milhões. Nada mau para um neto de imigrantes japoneses expulsos pela fome do país natal.

Nada mais natural que socorresse o Grande Companheiro na hora da aflição.

Convocado pela CPI dos Bingos, o amigão-do-HOMEM tropeçou em enigmas ainda por decifrar. Como pode um brasileiro da classe média, conforme se define, desembolsar com a desenvoltura de ricoço perdulário quase R\$ 30 mil, quantia equivalente a seu ordenário atual? Por que a doação não aparecera nas declarações de renda do presenteador e do presenteado?

Encerrado o depoimento, Okamoto achou sensato solicitar ao Supremo Tribunal Federal que impedisse a quebra dos sigilos bancário, telefônico e fiscal, solicitada pela CPI. Foi atendido pelo sempre caridoso Nelson Jobim (PMDB-STF).

No Brasil, quem busca evitar a quebra do sigilo bancário deveria ser preso imediatamente: só age assim quem pecou. Como o STF tem coração de mãe, manteve à distância da CPI o homem que acaba de retornar ruidosamente ao noticiário político-policia.

Nesta semana, o país foi informado de que Okamoto já brincava de trem-pagador quando ganhava bem menos por mês. Em 2002, socorreu com quase R\$ 25 mil a filha mais velha de Lula, Lurian, enredada num calote aplicado no dono do imóvel que abrigara o escritório da candidata a vereadora em São Bernardo. Não conseguiu a vaga. Conseguiu o adjutório. Em 2004, o cofre-ambulante voltou a São Bernardo para doar R\$ 25 mil ao candidato a prefeito Vicentinho.

“Sou um perito em economia formado pela universidade da vida”, repete Okamoto. Nessa academia, os alunos espertos aprendem como se opera o milagre da multiplicação dos centavos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “Confirmo até morrer”, afirma caseiro”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, em sua edição de 17 de março do corrente.

Antes de ser interrompido pela liminar do STF que suspendeu seu depoimento, Francenildo dos Santos Costa conseguiu reafirmar na CPI dos Bingos que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, esteve várias vezes, entre 2003 e 2004, na casa do Lago Sul em

Brasília. O caseiro disse que “confirma até morrer” tudo o falou.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE S. PAULO

ESCÂNDALO DO “MENSALÃO” PALOCCI EM APUROS

Antes de ter depoimento suspenso, testem unha re:terou que Palocci visitava ‘casa do lobby’ e que ministro era chamado de ‘chefe’

“Confirmo até morrer”, afirma caseiro

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Antes que seu depoimento fosse proibido pelo Supremo Tribunal Federal, o caseiro Francenildo dos Santos Costa, 24, reafirmou na CPI dos Bingos que o ministro Antonio Palocci (Fazenda) esteve várias vezes, entre 2003 e 2004, na casa do Lago Sul em Brasília alugada pelo economista Vladimir Poletto. “Confirmo até morrer”, disse o caseiro em relação às denúncias que vem fazendo.

Em um depoimento que durou cerca de uma hora e questionado apenas por três senadores, Nildo disse que, além de Palocci e dos membros da “república de Ribeirão” já citados, pode ter estado na casa Juscelino Dourado, o ex-chefe de gabinete de Palocci.

Dourado foi auxiliar direto de Palocci até setembro do ano passado, quando deixou o cargo em meio às investigações da CPI.

A CPI investiga se empresários de casas de bingos se reuniram no local com Palocci e seus auxiliares. O ministro nega ter frequentado a casa.

O relator da CPI, Garibaldi Alves (PMDB-RN), a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) e o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) foram os únicos que conseguiram fazer perguntas a Nildo. Dias reproduziu em um telão colocado na sala da CPI fotografias de pessoas que poderiam ter ido à casa.

De imediato, o caseiro identificou Rogério Buratti e o Ralf Barquete — dois secretários das gestões de Palocci em Ribeirão Preto. Ele demorou um pouco para identificar Ademirson Azevedo da Silva, o secretário particular de Palocci. Por fim, afirmou que Juscelino Dourado não permitia a um churrasco na casa.

“Acho que vi ele [Dourado] na churrasqueira, mas não lembro o nome”, disse, ao ver a foto dele.

Ao ver a imagem de Vladimir Poletto — outro assessor de Palocci, o caseiro fez um comentário que provocou risos: “Esse aí é meu patrãozinho”. Sobre Palocci, o comentário foi parecido: “Ah, esse aí era o chefe”. Ele contou que recebia ordens de Barquete, Buratti e Ademirson. Disse, porém, que era Poletto quem fazia o pagamento do seu salário. “Ele é quem dava salário. Era pago em dinheiro, trazia numa maleta.”

O caseiro voltou a relatar que Barquete, Poletto e Buratti se referiam a Palocci como “o chefe”.

“Na primeira vez [em que viu Palocci] o doutor Ademirson e

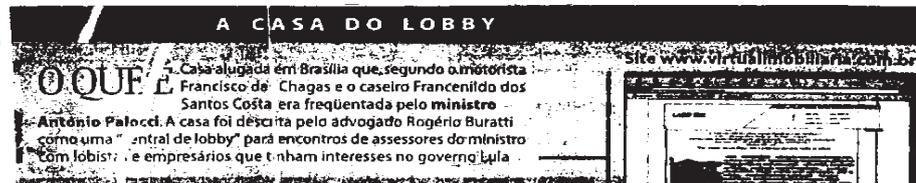
vou ele. Quando o carro chegou, vi ele [o ministro] saindo. No outro dia, comentei com o Francisco [Chagas da Costa, motorista que trabalhava para o grupo na casa] “O chefe e o Palocci, né?”

Nildo disse que soube de um desentendimento entre Buratti e Poletto através do motorista. “Ouvi do motorista que eles tinham brigado. Foi por causa de mulher.”

O caseiro confirmou que conversou com Palocci só uma vez pelo telefone. Disse que ele ia a casa a maioria das vezes sozinho, entre as 18h30 e as 19h. Segundo ele, quase sempre tinha “uma me-

luna” à espera dele e que costumava deixar o local por volta das 22h. Relatou, porém, que numa tarde chegou a servi-lo enquanto jogava tênis na casa. “Levei vinho e Red Bull [bebida energética].”

O caseiro não identificou empresários ou demais políticos que podem ter ido à casa. Questionado sobre esse assunto por Garibaldi Alves, o caseiro confundiu-se e achou que o senador se referia aos parlamentares que estavam no depoimento. “Assim que cheguei, dei uma olhada boa aqui [na CPI], mas não tinha desses [senadores presentes] lá [na casa].”



O INQUILINO

Vladimir Poletto, que trabalhou na Prefeitura de Ribeirão Preto na gestão de Antonio Palocci, alugou a casa, que pertence a Luiz Antônio Guerra da Silva. Segundo Nildo, era Poletto quem pagava as contas da casa, sempre com dinheiro em espécie trazido por Rogério Buratti.

OUTRO LADO/POLETO

Em depoimento à CPI dos Bingos, em 17 de novembro de 2005, Poletto disse que havia alugado a casa em seu nome, mas que ela era para uso pessoal, para quando estivesse em Brasília, e não para reuniões. Procurado para falar sobre as declarações do motorista e do caseiro, Poletto não quis se manifestar.

OUTRO LADO/PALOCCI

Palocci disse à CPI que não conhecia Poletto e que nunca havia estado na casa. O ministro afirma que “nunca foi à casa e que não tem conhecimento das atividades que aconteciam lá e que tanto o caseiro quanto o motorista não estão falando a verdade”. Palocci disse que não dirige carro em Brasília

AS FESTAS

Segundo a CPI, assessores de Palocci, lobistas e empresários se encontravam na casa para discutir negócios e para se divertir com recepcionistas agenciadas por Jeany Mary Corner. As terças e quintas-feiras, elas participavam de festas com ex-assessores de Palocci.

O “CHEFE”

Era assim que o ministro era chamado na casa, segundo o caseiro. Palocci aparecia ali “quinta-feira sim, quinta-feira não”, além de alguns sábados e domingos de 2003 até o início de 2004. Ele não gostava que as luzes do jardim ficassem acesas quando ele estava lá.

O CARRO

Segundo Nildo e o motorista Francisco das Chagas, Palocci chegava à casa em um Peugeot prata, de Ralf. O caseiro conta que nas noites em que Palocci ia à casa sempre havia uma mulher, trazida por Ademirson ou por Poletto. Palocci e a mulher ficavam sos.

Eu só ouvia comentário. “O chefe vem hoje, o chefe vem hoje”. Ai fiquei curioso. Fiquei de butuca, escondido. Ai o carro chegou

FRANCENILDO DOS SANTOS COSTA
Caseiro da “casa do lobby”

Dono da “casa do lobby” é filiado ao PSDB

GUSTAVO PÁTU
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Proprietário da casa utilizada por ex-assessores do ministro Antonio Palocci (Fazenda) e patrão do caseiro Francenildo dos Santos Costa, o advogado e professor Luiz Antonio Guerra é filiado ao PSDB, mas diz não ter interferido nas denúncias feitas pelo caseiro.

“Ele é muito reservado, nunca me disse nada sobre o que acontecia na casa”, afirma Guerra, que minimiza o vínculo com o partido — filiou-se, diz, por insistência de um aluno, sem ter participado de atividades partidárias ou tido ligações com políticos da sigla.

O advogado afirma que move uma ação indenizatória contra Vladimir Poeto, que trabalhou com Palocci em Ribeirão Preto e foi o responsável por alugar a casa. Guerra argumenta que o episódio prejudicou sua imagem e a do imóvel.

Localizada no Lago Sul, área nobre de Brasília, e descrita como “cinematográfica” em anúncio na internet, a casa está à venda por R\$ 2,5 milhões e disponível para aluguel por R\$ 15 mil mensais.

Antes de ser alugada por Poeto, a casa hospedava o escritório Guerra Advogados & Consultores Associados. Francenildo, que nessa época já era o caseiro, foi

mantido pelo ex-assessor do ministro Palocci.

Hoje, mesmo com a casa desocupada, ele continua no emprego. Guerra atribui ao funcionário, por quem tem “grande apreço”, a decisão de fazer as denúncias.

Senador

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) confirmou ontem, na CPI dos Bingos, que na última sexta fez contatos com a imprensa para que fosse divulgada entrevista com o caseiro. Ele afirmou que partiu de Francenildo a iniciativa de procurar integrantes da CPI e que o caseiro esteve na última sexta em seu gabinete,

acompanhado de um “conhecido”, em encontro agendado por um amigo do senador. Segundo ele, Francenildo decidiu falar por se sentir desprotegido após depoimento do motorista Francisco Chagas Costa, que o citou.

A primeira entrevista do caseiro foi divulgada na terça-feira pelo jornal “O Estado de S. Paulo”.

Desde então, está sendo acompanhado por Wlício Chaveiro Nascimento, advogado criminalista e trabalhista. Ele disse que foi contatado por um amigo do caseiro, mas que ainda não se falou em remuneração. Ele reconheceu que não espera receber de Francenildo, cujo salário é de R\$ 700

TV esconde depoimento de caseiro à CPI

DANIEL CASTRO
COLUNISTA DA FOLHA

Principal canal de notícias do país, a Globo News não exibiu o depoimento do caseiro Francenildo dos Santos Costa. Enquanto Costa comprometia o ministro da Fazenda, Antonio Palocci Filho, na CPI dos Bingos, o canal da Globo mostrava sessão da Comissão de Ética da

Câmara que discutia o envolvimento do deputado José Mentor (PT-SP) no esquema do “mensalão”.

A Globo afirma que optou por transmitir a sessão da Comissão de Ética porque “a sociedade cobra que os meios de comunicação acompanhem os processos até o fim e dêem visibilidade a eles, para evitar o risco de pizza”. Como na comissão o voto é aberto, o canal acredita que prestaria um serviço aos telespectadores. Mas a votação acabou adiada.

Além disso, defende a Globo, na CPI dos Bingos “o caseiro confirmaria o que já dissera em entrevista coleti-

va”. A Globo News é produzida pela Central Globo de Jornalismo, da TV Globo — que noticiou o depoimento do caseiro com destaque no “Jornal Nacional”.

O canal transmitiu a sessão sobre José Mentor até seu final, às 14h17. A essa altura, o depoimento do caseiro Francenildo Costa na CPI dos Bingos já havia sido suspenso por liminar do STF. Às 13h59, enquanto transmitia da Comissão de Ética, a Globo News informou a suspensão do depoimento em um “lettering” (notícia no formato de legenda).

O principal assessor de imprensa de Palocci é ex-dire-

tor da Globo no DF. Palocci, como a Globo, defende o padrão de TV digital japonês.

A Band News também não exibiu o depoimento do caseiro Costa na íntegra. O canal diz que optou por transmitir a sessão sobre Mentor porque os membros da CPI dos Bingos, até o final da manhã de ontem, ainda discutiam se o depoimento seria aberto ou não.

A Band News transmitiu da Comissão de Ética das 12h20 até as 13h35. Só então passou a mostrar a CPI dos Bingos, embora o sinal da TV Senado estivesse disponível desde as 13h.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “PT cobra mudança na economia e irrita Lula”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 7 de março do corrente.

Na matéria, o jornalista alerta para o grande problema que o Presidente Lula deverá enfrentar na disputa pela reeleição. Trata-se de um documento elaborado pelo assessor de Assuntos Internacionais, Marco Aurélio Garcia, de título “O primeiro ano do segundo mandato”, e que será apresentado na reunião do Partido nos dias 18 e 19 de março, destacando que

Lula precisará reduzir drasticamente as taxas de juros e as metas de superávit primário para o País voltar a crescer, ainda neste ano.

Aproveitando a oportunidade, o presidente do partido, deputado Ricardo Berzoini, declarou: “Ninguém pode se arvorar em dono da política econômica”, em referência a atual equipe, capitaneada por Palocci.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a matéria citada passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

TERÇA-FEIRA, 7 DE MARÇO DE 2006
ESTADO DE S. PAULO NACIONAL | A5

PARTIDOS

PT cobra mudança na economia e irrita Lula

Documento traz polêmica no instante em que presidente recupera prestígio

Vera Rosa
BRASÍLIA

Doze dias antes da reunião do Diretório Nacional do PT, um documento escrito pelo assessor de Assuntos Internacionais do Presidência, Marco Aurélio Garcia, já começou a provocar críticas da equipe econômica. Com o título provisório de “Primeiro ano do segundo mandato”, o texto contém diretrizes do programa de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a campanha da reeleição e será apresentado na reunião do diretório, marcada para os dias 18 e 19, em São Paulo.

O documento destaca que Lula precisará reduzir drasticamente as taxas de juros e as me-

tas de superávit primário para o País voltar a crescer, ainda neste ano. Condena, também, a proposta de déficit nominal zero. Se levado ao pé da letra, não contém nada de novo em relação ao que os petistas vêm falando em alto e bom som há tempos. Mas causou uma crise porque agora Lula exhibe sinais de recuperação nas pesquisas de intenção de voto e a ordem no Palácio do Planalto é não lavar roupa suja em público.

“Ninguém pode se arvorar em dono da política econômica”, afirmou o presidente do PT, deputado Ricardo Berzoini (SP). “É claro que o presidente Lula não vai ouvir apenas o PT nessa sua caminhada.”

Marco Aurélio, que também

é vice-presidente do PT, integra a comitiva de Lula na viagem a Londres, com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Na tentativa de diminuir o mal-estar, ontem mesmo Marco Aurélio enviou carta a Berzoini. Disse que a leitura do documento escrito por ele “não autoriza” a interpretação de que seu conteúdo esteja em oposição aos fundamentos da política econômica. “Pelo contrário (...) contém forte endosso dos grandes avanços conquistados na criação de condições estruturais que dêem

sustentação, no próximo período, a um processo de crescimento acelerado com geração de emprego e renda”, insistiu.

No dia 8 de janeiro, quando o Estado mostrou que expressiva fatia do PT queria ressuscitar idéias contidas em *A Ruptura Necessária* – o polêmico texto aprovado no último encontro nacional do PT, em 2001, na cidade pernambucana de Olinda –, Marco Aurélio confirmou que pretendia defender mudanças na economia nas diretrizes do programa de governo.

“Não é que vamos reeditar aquele texto, mas, evidentemente, daremos ênfase à necessidade de um crescimento econômico mais acelerado e de mais rapidez na distribuição de renda no País”, disse ele, na ocasião.

Na prática, a próxima reunião do diretório será uma prévia do que ocorrerá no 13º Encontro Nacional do PT, marcado para os dias 28, 29 e 30 de abril, em São Paulo. Além dos petardos na direção da política econômica capitaneada por Palocci, o PT também dará dor de

cabeça a Lula em relação à política de alianças.

Mesmo entre os moderados não há consenso sobre qual deve ser o tamanho das coalizações e se elas devem ou não incluir partidos envolvidos no escândalo do mensalão, como o PTB e o PL. Toda essa discussão, porém, pode cair por terra se o Supremo Tribunal Federal (STF) mantiver a verticalização das alianças, obrigando os partidos a reproduzirem nos Estados a parceria firmada para a eleição presidencial. ●

O SR. LUIZ PONTES (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para comentar o artigo intitulado “Mandaram o TSE às Favas”, de autoria do ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Maurício Corrêa, publicado no jornal **Correio Braziliense**, em sua edição de 12 de março deste ano.

Segundo o autor do artigo, “o que estão fazendo com o Tribunal Superior Eleitoral é incivilidade, desrespeito, opróbrio. Mandaram o TSE às favas”. Ele tece comentários acerca do processo de alteração da verticalização, culminando com a decisão do TSE de mantê-la

para a eleição deste ano. A Justiça Eleitoral deve ser respeitada, pois foi instituída como garantia do processo eleitoral e para dirimir os conflitos eleitorais.

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LUIZ PONTES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

OPINIÃO

Mandaram o TSE às favas

Quando o presidente da República indica e nomeia um juiz para qualquer tribunal federal, a vaga preenchida não é sua, mas, sim, do Poder Judiciário. Pode-se dizer apenas que é da magistratura ou do quinto constitucional, conforme o caso — Ministério Público ou advocacia —, com exceção, entre outras, das vagas de ministros do Supremo Tribunal Federal, cuja forma de provimento é de livre escolha do presidente, após ser o nome indicado submetido a sabatina pelo Senado Federal.

Cumpra-se com tal procedimento apenas o ritual previsto na Constituição. Disso resulta que o juiz é do Estado. Não é dessa ou de qualquer outra autoridade. Aliás, juiz nenhum pode ser de ninguém. Pelo menos esse é o pressuposto lógico da vigente ordem constitucional.

A Justiça Eleitoral foi instituída como garantia do processo eleitoral. É uma conquista democrática. Veio para acabar com as eleições a bico de pena, cujas listas finais de votação eram elaboradas pelos coronéis ou chefes políticos, que controlavam e elegiam candidatos previamente selecionados. Por isso mesmo, é o Tribunal Superior Eleitoral o único órgão do Estado que tem competência para dirimir os conflitos eleitorais, e, inclusive, expedir instruções visando à disciplina das eleições.

Com base nessa prerrogativa é que, para as eleições de 2002, baixou o TSE a Instrução 55, aprovada pela Resolução 20.993/02, fixando a correta aplicação do artigo 6º da Lei 9.504/97, que regulamenta a forma de realização das coligações partidárias. Concluiu o tribunal que “os partidos políticos que ajustarem coligação para eleição de presidente da República não poderão formar coligações para eleição de governador de estado ou do Distrito Federal, senador, deputado federal e deputado estadual ou distrital com outros partidos políticos que tenham, isoladamente ou em aliança diversa, lançado candidato à eleição presidencial”. É isso que passou a ser conhecido como verticalização.

É essa mesma Justiça Eleitoral, que assim entendeu, que está sendo arrostada a retroceder no tempo, contra cujo atraso, em nome da democracia e da boa ordem dos pleitos eleitorais, se erigiu um sistema imparcial de controle das eleições por um órgão do Poder Judiciário.

O que não se entende é a razão de haver o Congresso Nacional esperado um mês após a votação em segundo turno da emenda da queda da verticalização, que se deu no dia 8 do mês passado, vo-

tada em regime de urgência, para promulgá-la somente agora, exatamente depois de haver o TSE entendido que o instituto seria mantido. Melhor seria se tivesse a promulgado logo em seguida à conclusão da última votação. Ficaria menos mal.

Examinemos as duas situações criadas em torno desse mesmo tema. Quanto à nova consulta dirigida ao TSE para saber se continua prevalecendo ou não a regra, a resposta da corte foi pela sua manutenção, argumentando que não se justificaria entendimento em sentido contrário, como garantia da própria segurança jurídica. Tem assentado o STF que, do conceito de resposta à consulta, não cabe ação direta de inconstitucionalidade, ainda que a regra dela oriunda conste de instruções regulamentares sobre eleições. Assim procedeu, quando, por exemplo, por maioria de votos, não conheceu das AdIns 2.626 e 2.628, ambas julgadas na sessão de 18.4.2002. Como a composição do tribunal foi alterada, pode ser que mudem a orientação, o que é possível.

Quanto à Emenda Constitucional 52/2006, que acabou com a exigência, é preciso saber a exata extensão da exegese a ser dada ao artigo 16 da Constituição Federal. Esse preceito é claro ao ordenar que “a lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data

de sua vigência”. Lei aqui é norma em sentido geral, compreendendo, inclusive, porque não, a emenda constitucional. Essa disposição, que possui conteúdo de extrema moralidade, tem o objetivo de evitar casuísmos criados às vésperas das eleições.

Volto ao começo dessas notas. É preciso deixar explícito que o juiz julga segundo sua convicção. O que não se pode admitir sequer é que, tão-só pela prerrogativa de nomear, infira-se quem nomeia ser credor de favor do nomeado, à busca de retribuição. Isso é ultraje, subversão, torpeza, indignidade.

Estou assistindo a um espetáculo que eleva certos comportamentos de políticos da atualidade aos de agentes de republiquetas ao gosto de Mobutu. O que estão fazendo com o Tribunal Superior Eleitoral é incivilidade, desrespeito, opróbrio. Mandaram o TSE às favas. A Justiça Eleitoral tem a missão constitucional de interpretar as normas eleitorais e pô-las em prática. Em matéria constitucional, quem dá a última palavra é o Supremo Tribunal Federal. Esperem pelo menos que este primeiro se pronuncie.

O que não vale é a irritação de alguns setores políticos com a interpretação dada pelo TSE, ou do que venha a decidir o STF sobre a mesma questão. Chega do que foi feito de mal para o país: mensagens, propaganda eleitoral antecipada, obras liberadas propositalmente no ano das eleições, disposição exagerada na mídia, desmandos palacianos, enfim, convivência comissiva ou omissiva com a roubalheira.

A nação confia nos juizes da Suprema Corte. Como asseverou Guizot, não deixem que a política entre por uma porta do tribunal para que a Justiça saia por outra. Façam como o juiz de Berlim. Reconheçam o direito do pobre granjeiro e deneguem o do rei. O Supremo é o tribunal do povo e não do rei, mesmo que o rei possa achar que a Justiça seja somente dele.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para registrar a matéria da **Folha de S. Paulo**, de 13 de março do corrente, intitulada “Banestado fez empréstimo ao PT antes de CPI”.

A matéria destaca que o Diretório Nacional do PT, então sob a presidência de José Dirceu (SP), que teve o seu mandato de Deputado Federal cassado em 2005, obteve R\$1 milhão em empréstimos do Banestado (Banco do Estado do Paraná) entre 1999 e 2001,

segundo revelam os dados bancários das contas do PT, em poder da CPI dos Correios.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE S. PAULO

BRASIL

segunda-feira, 13 de março de 2006 A 7

ESCÂNDALO DO “MENSALÃO”/NOVAS CONEXÕES

Entre 1999 e 2001, partido tomou R\$ 1 mi emprestado no banco; em 2003, governo tentou barrar investigação sobre operações da instituição

Banestado fez empréstimo ao PT antes de CPI

RUBENS VALENTE
LEONARDO SOUZA
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O Diretório Nacional do PT, então sob a presidência de José Dirceu (SP), que teve seu mandato de deputado federal cassado em 2005, obteve R\$ 1 milhão em empréstimos do Banestado (Banco do Estado do Paraná) entre 1999 e 2001, segundo revelam os dados bancários das contas do PT, em poder da CPI dos Correios.

O Banestado ficou conhecido por ser o foco de uma das maiores fraudes financeiras já registradas no país: a remessa, entre 1998 e 2002, de pelo menos R\$ 120 bilhões para o exterior por meio de contas abertas em nome de laranjas e de empresas “offshore” e operadas por doleiros, usualmente para ocultar dinheiro de caixa dois de empresários e recursos oriundos de corrupção política.

Em 2003, no primeiro ano da gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, o Palácio do Planalto trabalhou para impedir a criação da CPI do Banestado, que teria o objetivo de investigar as irregularidades na instituição. A CPI funcionou entre 2003 e 2004.

José Dirceu, então ministro-chefe da Casa Civil, teve papel importante na tentativa de barrar a investigação. Mas, pressionado pela oposição e pela mídia, acabou tendo de ceder. O Planalto indicou para a função de relator, uma das mais importantes da comissão, o deputado federal José Mentor (PT-SP), homem de confiança de Dirceu. A exemplo do ex-ministro, Mentor também foi acusado de envolvimento no escândalo do “mensalão” e corre o risco de ter seu mandato cassado. Ambos negam irregularidades.

Durante entrevista divulgada ontem pela Folha, o empresário paranaense Antônio Celso Garcia, o Tony, mostrou transcrições de gravações em que seu ex-sócio, o advogado Roberto Bertholdo, comenta a influência que supostamente tinha sobre a CPI, por meio do deputado Mentor.

Em 2004, a Folha revelou ter ha-

Empréstimos foram regulares, afirma assessoria do PT

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A assessoria de imprensa do PT informou que as operações de empréstimo do partido no Banestado entre 1999 e 2001 foram “regulares” e “seguiram as regras bancárias”.

José Dirceu, presidente do partido na época dos créditos, não foi localizado até às 17h30 de ontem. Segundo sua assessoria, o Diretório Nacional do PT “já esclareceu todas as dúvidas”.

A assessoria de imprensa do banco Itaú lembrou que o banco comprou o Banestado em outubro de 2000, mas preferiu não prestar informações sobre as operações.

Em 2004, o deputado José Mentor (PT-SP) refutou as acusações de que trabalhava a mando do governo para dificultar as investigações no caso Banestado e imputou a Antero Paes de Barros a responsabilidade por não aprofundar a apuração. (RVL5)

vido um pacto entre o PT e Paulo Maluf, então candidato a prefeito de São Paulo, pelo qual ele apoiaria, no segundo turno, a candidata Marta Suplicy (PT) em troca da exclusão do seu nome no relatório final da CPI. O nome de Maluf não foi incluído no rol dos indicados no relatório de Mentor.

A CPI foi marcada por uma série de acusações do PSDB sobre a suposta leniência da relatoria em investigar as operações do Banestado e de outros bancos. Até agora, não se sabia que o PT, sediado em São Paulo, mantivera contas e empréstimos com o Banestado, cuja sede fica em Curitiba.

“Fica cada vez mais evidente a

razão do papel que o PT desempenhou para tentar enterrar a CPI. Dirceu e o partido foram frontalmente contrários à criação da CPI e à minha indicação [para cargo na comissão]”, disse o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), presidente da CPI do Banestado. “Agora dá para entender melhor muita coisa que aconteceu. Mas parece que é só a ponta do iceberg”, disse Antero.

Retiradas rotativas

O PT assinou com o Banestado um “contrato de empréstimo rotativo”, pelo qual fazia retiradas de dinheiro segundo suas necessidades. Na época das operações, Luiz Inácio Lula da Silva era presidente de honra do PT, e as decisões administrativas cabiam a Dirceu. Os extratos em poder da CPI revelam que o Diretório Nacional do PT movimentou R\$ 4,87 milhões na conta do banco.

De acordo com a assessoria de comunicação do Diretório Nacional da sigla, todas as dívidas com o Banestado foram quitadas até abril de 2001, quando o PT encerrou sua movimentação no banco. O partido adquiriu ainda um título de capitalização do banco e resgatou-o em 2004. O valor do título não foi divulgado.

As operações entre o PT e o Banestado se estenderam de março de 1999 a janeiro de 2001. A conta fora aberta no banco em maio de 1998. Na prestação de contas do partido do ano de 2001 ao Tribunal Superior Eleitoral, o PT declarou ter apenas R\$ 3 na conta que ainda mantinha no Banestado.

Pelo menos desde 1999, quando o PT iniciou seus empréstimos, o Banestado é cercado de denúncias sobre irregularidades em seus procedimentos e remessas ilegais para o exterior. Em abril daquele ano, o procurador Celso Trés teve acesso à lista de todas as remessas de dinheiro fritas por meio de contas do tipo CC5. Ele revelou que o Paraná era o campeão nesse tipo de operação, e que 54% dos R\$ 7,5 bilhões remetidos por pessoas físicas entre 1992 e 1998 correspondiam a laranjas.

FRASE

Fica cada vez mais evidente a razão do papel que o PT desempenhou para tentar enterrar a CPI. Dirceu e o PT foram frontalmente contrários à criação da CPI e à minha indicação

ANTERO PAES DE BARROS
Senador (PSDB-MT), foi presidente da CPI do Banestado

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para comentar a matéria intitulada “A ligação pessoal se dá através do Okamoto. É o Fiat Elba de Lula”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** do dia 12 de março do corrente.

A matéria destaca que o deputado Roberto Jefferson voltou a discursar sobre a crise. Segundo ele finalmente as CPIs podem chegar a um elo entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o esquema de caixa dois do PT. Para Jefferson, o presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, “serve de prova contra o seu

amigo Lula da mesma forma que o Fiat Elba comparado pelo ex-tesoureiro PC Farias mostrou a participação do então presidente Fernando Collor no esquema de corrupção”.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ENTREVISTA

Roberto Jefferson, ex-deputado e presidente do PTB

GROTÕES: Esse mensurar do do pobre...
 ...
 ...

MENSALÃO: Deputados são cassados...
 ...
 ...

VISÃO: O lulismo é fenômeno muito...
 ...
 ...

‘A ligação pessoal se dá através do Okamoto. É o Fiat Elba de Lula’

Para Jefferson, se o chefe do Sebrae tiver seu sigilo quebrado, “a coisa pode ficar muito ruim para o presidente”

Roberto Jefferson é um político experiente. O ex-deputado Roberto Jefferson está de volta. Com o mesmo vozzeirão e a verve teatral que o ajudou a relatar o esquema do mensalão, ele avalia agora que as CPIs podem finalmente chegar a um elo entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o esquema de caixa dois do PT. Para o ex-deputado, o presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, serve de prova contra o seu amigo Lula da mesma forma que o Fiat Elba comprado pelo ex-tesoureiro PC Farias mostrou a participação do então presidente Fernando Collor no esquema de corrupção. “Collor caiu por causa de um Fiat Elba. A ligação pessoal de pagar as contas do presidente, da filha do presidente, se dá através do Okamoto. Ele é o Fiat Elba, é o elo perdido”, diz. “Se quebrar o sigilo dele, a coisa pode ficar muito ruim para o presidente Lula.” Jefferson ressalva que em nenhum dos encontros com o presidente ouviu qualquer coisa que o desabonasse. Mas avalia que o mensalão não é o primeiro caso de impeachment porque a oposição e a imprensa resolveram deixar para lá, já que a economia ia bem. “Eles não editavam que Lula sangrou e chegaria anêmico na eleição. Mas Lula se fortaleceu”, segundo os principais trechos de sua entrevista ao Estado

do pobre, esta básica, renda mínima, essa política de compensação do pobre, que o Fundo Monetário Internacional dita aos países endividados, aceita muito o efeito do grotão. **Como assim?** O fenômeno é o seguinte: o PT deixou de ser partido da opinião pública para ser o partido dos grotões, por causa do assistencialismo. A opinião pública não está mais com o PT. Houve um abalo sistêmico no conceito do PT. A elite nacional, a classe média se abstiveram. A própria Igreja Católica se abstiu. O PT crucificou um monte de gente na deposição ética e acabou fazendo muito pior.

Esse “mensalinho” será decisivo na próxima eleição? Sim, o mensalinho muita a nome, será decisivo. O povo está muito empobrecido e tudo que se faz por ele tem repercussão. O povo dos grotões não tem essa visão do desemprego, do crescimento. Ele vive a seca e isso o governo está suprindo.

O PTB vai apoiar Lula? No meu entendimento, o PTB não deveria apoiar ninguém, para evitar a fadiga. Mesmo que a verticalização aconte, não vamos apoiar nenhum candidato. A presença do PTB no PT não, do PT. Nossa base meridiana, que representa o voto mais necessitado, está com Lula. A base de Centro-Oeste, Sul e Sudeste não. Para evitar o fracasso, vamos evitar apoiar um candidato no primeiro turno.

Um pouco antes da entrevista, o sr. estava comparando Paulo Okamoto a doadores de sangue... Eu disse que era uma espécie de doador universal, tipo O, doa para todo mundo. Doa pa-

FRASES

“A opinião pública não está mais com o PT. Houve um abalo sistêmico no conceito do PT”

“O Congresso não tem ninguém que tenha vencido a eleição sem caixa 2. O que está acontecendo é um esparçamento público do companheiro o que foi descoberto”

“O caixa 2 sempre houve. Financiamento eleitoral sempre foi caixa 2. Mensalão é diferente, é pagamento pelo compromisso de votar em plenário. É o aluguel da bancada em troca de votos”

“Para o Vicentinho, para a filha do Lula, é um doador universal”

O sr. acha que ele teve um papel-chave no esquema do mensalão? Não, é um tapa-buraco. Igual à operação tapa-buraco das estradas. Nada sério. Tapa-buraco de 20 contos, 30 contos, coisinha que ficou assim um rabicho de fora. Esse Okamoto é o Fiat Elba de Lula. Collor caiu por causa de um Fiat Elba. A ligação pessoal com o presidente, de pagar as contas do presidente, da filha do presidente, se dá através do Okamoto. Ele é o Fiat Elba, é o elo. Se quebrar o sigilo dele, a coisa pode ficar muito ruim para o presidente Lula. Por isso eu estou sendo tão protegido assim.

O que pode aparecer com a quebra de sigilo de Okamoto? O que é verdade, que ele recebeu dinheiro não de sua conta, que não pagou da conta pessoal, mas da conta que ele atravessou. Ele está mentindo e vai ter de se buscar o autor do pagamento das contas. Ele é o Fiat Elba, o elo perdido.

O filho do presidente, Lulinha, com

negócios com a Telemar, não seria também um ponto vulnerável? A nível moral ficou muito ruim para Lula. Eles bateram no filho de Fernando Henrique Cardoso, o Paulo Henrique, por causa do vínculo com o pai. Imagina se fosse o Paulo Henrique que recebesse essa grana preta da Telemar? O escândalo que o PT teria feito. Imagina se no governo Collor aparecessem ministros recebendo dinheiro para pagar contas num esquema como esse. Estava linchado em praça pública.

Por que isso não ocorre agora? Nem a imprensa tem o apetite de empurrar isso. Parou. A imprensa não fez muita força. Deixa. Está dando certo a economia. Teve um pensamento nacional de que o segundo impeachment poderia ser muito traumático. A coisa foi deixada assim até Lula chegar à eleição. O PSDB embarcou nessa, achando que Lula chegaria anêmico na eleição de tanto sangrar. Pelo contrário. O Lula se fortaleceu e hoje as pesquisas indicam que o PSDB perde para Lula. Vai ser difícil o candidato do PSDB ganhar.

Em quem o senhor vai votar? Se for Lula ou José Serra, nenhum dos dois. Anulo meu voto. Não voto no Lula nem voto no Serra. O Serra é a continuação do Fernando Henrique. E o Lula é a continuação do José Dirceu, do Delúbio Soares (ex-tesoureiro do PT) e do Marcos Valério. Essa polarização agora em março é falsa.

As denúncias contra o ministro do Turismo, Walfrido Mares Guia, abalaram sua influência no PTB? Não. Mares Guia é um homem de bem. Ele fez isso para ajudar um amigo. Diferentemente de outros ministros, ele deu

O sr. acha que o discurso de Lula é realmente igual aos outros partidos levará Lula à reeleição? As pesquisas têm mostrado isso. O lulismo é um fenômeno paulista muito parecido com o malufismo, ou com o ademarismo. É daquele tipo rouba, mas faz. Na base, o povo está muito assistido. Esse mensalinho

dinheiro para pagar as contas do Eduardo Azeredo através do Valério. Mas tem ministros que pegaram dinheiro do Valério para pagar suas contas.

Quem?

O Ciro Gomes não pegou R\$ 500 mil do Valério para pagar conta? O engraçado é que a imprensa não tocou nisso, a CPI não mexeu nisso. O chefe do gabinete Gilberto... pegou R\$ 250 mil. Os deputados serão cassados por pegar R\$ 50 mil, enquanto ministros que pegaram R\$ 500 mil continuam ai.

E a lista de Furnas (do suposto esquema de doações para candidatos em 2002)? O ex-diretor de Furnas Dimas Toledo era homem forte do PSDB, mas acabou ficando no governo do PT com seu apoio. Fiz um acordo com o ex-ministro Dirceu de dividir entre PT e PTB o rendimento que Dimas pudesse operacionalizar em Furnas. Quem insistiu para tirar Dimas foi Lula. No projeto Luz para Todos, Furnas repassou R\$ 1 milhão para a Cemig, que colocou o nome do governo de Minas de maneira muito destacada e o governo federal numa tripinha embaixo, que ninguém via a não ser com lupa. Lula achou desleal.

O sr. acredita na lista de Furnas?

Ela tem lógica política e se assemelha a verdade, mas se é verdadeira não sei. A gente sabe que o santo praticava aquele milagre, a gente sabe, por ouvir dizer, que muitas pessoas da lista receberam financiamento dele na campanha. A lista tem tudo para ser verdadeira, mas não sei dizer se é.

Que balanço o sr. faz das investigações sobre o mensalão?

As investigações estão indo bem, mas na medida do que é possível investigar. Ficou claro um jogo de financiamento que o PT montou para se financiar e operar partidos aliados.

O número de cassados é baixo...

Esse Congresso não tem ninguém que tenha vencido a eleição sem caixa 2. Se estivéssemos num regime parlamentarista esse Congresso teria sido dissolvido e eleições gerais seriam convocadas. Se os presidentes dos partidos fazem ca-

ixa 2, é claro que todo mundo embaixo tem caixa 2. O que está acontecendo é um esbanjamento público do companheiro que foi descoberto.

O sr. acredita que o presidente Lula não sabia de nada?

Eu não podia nem posso acusar Lula. Nunca tratei com ele de nenhum assunto que não fosse institucional. Nunca tratei do financiamento do PTB. Mas acho que Lula sabia. É uma avaliação minha. Penso que não é possível que homens de confiança do presidente pratiquem um caixa concentrado, para fazer distribuição mensal entre partidos aliados e o presidente não saiba. Mas é o que eu acho. Não é uma coisa que possa provar ou acusar.

Até onde aconteceu o caixa 2 e até onde houve o mensalão?

O caixa 2 sempre houve. FHC não vai bater no peito e dizer que não teve porque teve. Itamar Franco não vai dizer que não teve porque teve. Collor teve. Todo mundo teve caixa 2. Financiamento eleitoral sempre foi caixa 2. O mensalão é diferente, e o pagamento mensal pelo compromisso de votar em plenário. É o aluguel da bancada em troca de votos. Eu sabia que os partidos no Brasil rece-

biam ministérios, cargos nas estatais e organizavam caixa do partido. Mas mensalão foi a primeira vez que eu vi.

O esquema do mensalão era irrigado via estatais?

Sim. Os partidos nomeiam os diretores e estabelecem relações com as empresas que trabalham para estatais e em toda operação comercial se tira uma parte para os partidos. Sempre foi assim e continua sendo. So que neste governo só o PT arrecadava. Quando era o PSDB, o PFL arrecadava, o PTB arrecadava, todo mundo. Não dependia de votação. Mas se fosse desleal só do governo. Era uma coisa subentendida, não era tão clara.

O sr. se arrepende de ter feito essas denúncias?

Não. Se não faço isso, teria de aceitar o acordo proposto pelo governo. O governo nomearia um delegado com fama de ferabrás para o inquerito e no final eu sairia, mas de rabo entre as pernas e cabeça baixa, como um vagabundo que se livrou de um processo por pressão política. Essa coisa me foi proposta e eu disse não. Eu entrei pela porta da frente e vou sair pela porta da frente. O que eu fiz todo mundo sabe. ●

'Okamoto é um tapa-buraco. Nada sério. De 20 contos, 30 contos'

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apinhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, venho à tribuna para registrar a matéria intitulada “Sob Lula, gasto social cai e assistencial sobe, diz estudo”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo** em sua edição de 22 de março do corrente.

A matéria destaca estudo elaborado pelo economista Marcio Pochmann, pesquisador do Instituto de Economia da Unicamp, que mostra que o gasto social per capita caiu nos três primeiros anos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em comparação com os

últimos anos do governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte deste pronunciamento para que, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

DINHEIRO

FOLHA DE S. PAULO

ORÇAMENTO Comparação de despesa per capita é feita com 2 últimos anos de FHC

Sob Lula, gasto social cai e assistencial sobe, diz estudo

MARCELO BILLI
DA REPORTAGEM LOCAL

O gasto social per capita caiu nos três primeiros anos do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em comparação com os últimos anos do governo de Fernando Henrique Cardoso. O gasto médio per capita entre 2003 e 2005 foi de R\$ 1.492, contra R\$ 1.534 nos dois últimos anos de mandato de FHC.

Os cálculos sobre gasto social foram apresentados ontem pelo economista Marcio Pochmann, ex-secretário do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo na gestão Marta Suplicy (2001-2004), hoje pesquisador do Instituto de Economia da Unicamp. Pochmann usou o indicador per capita por considerar que ele é “a medida mais fina” para apurar o comportamento dos gastos sociais, já que, na prática, ele está tentando medir os gastos com atendimento de saúde, educação, assistência social, que, teoricamente, deveriam crescer com uma população relativamente maior. Os valores foram anuais, pelo IGP-DI, índice de preços da Fundação Getúlio Vargas.

O pesquisador só obteve dados que permitem comparações interanuais a partir de 2001, por isso ele compara apenas os dois últimos anos de FHC com os três primeiros de Lula. A queda na gestão de Lula é quase totalmente explicada pelo aperto econômico de 2003, quando o gasto social por habitante caiu de R\$ 1.546 em 2002 para R\$ 1.414, queda de cerca de 9%.

“Na verdade, há uma certa estabilidade do gasto social. O ano de 2003 foi exceção”, diz Pochmann. Após a queda de 2003, o gasto voltou a subir em 2004 (7,7%) e em 2005 (11%), mas não atingiu o pico de 2002, quando o gasto social por habitante foi, nas estimativas de Pochmann, de R\$ 1.546,02.

Assim, em todo o período analisado pelo economista da Unicamp, há um comportamento bem homogêneo dos gastos caso seja realmente executado o ano de 2003.

Assistência social

A única grande diferença marcante na gestão Lula são os gastos com assistência social, rubrica em que estão incluídos os gastos dos programas assistenciais e de transferência de renda, como o Bolsa Família. Nesse caso, há aumento significativo. Nos três anos do governo Lula, os gastos com assistência social subiram, em média, 11,11% em relação aos dois últimos anos de FHC.

Uma comparação com outros gastos do Orçamento mostra que o crescente esforço do governo para atingir superávits fiscais caia a vez maiores, pelo menos no ca-

GASTO SOCIAL CAI NOS PRIMEIROS ANOS DE LULA

Gasto social do governo federal por habitante, em R\$ de 2006*



	2001	2002	2003	2004	2005
Previdência social	96,01	1.030,30	962,76	1.021,73	1.033,80
Assistência social	83,10	89,28	85,23	100,19	101,89
Saúde	207,16	209,11	178,87	198,18	200,60
Educação e cultura	87,78	78,89	75,76	81,47	80,67
Habituação e saneamento	18,73	9,40	6,31	8,81	8,49
Organização agrária	12,87	12,92	8,42	14,31	13,80
Proteção do trabalhador	67,88	69,31	61,03	62,76	65,81
Benefícios ao servidor	22,24	18,80	16,83	16,51	15,92
Sistema S	25,75	27,02	18,94	18,72	18,04

EM MÉDIA, QUEDA FOI DE 2,73%

Evolução do gasto social, por habitante, por período, em R\$

	2001/02	2003/05	Variação, em %
Gasto total	1.533,77	1.491,95	-2,73
Previdência social	1.013,15	1.006,10	-0,70
Assistência social	86,19	95,77	11,11
Saúde	208,13	192,55	-7,49
Educação e cultura	83,83	79,30	-5,40
Habituação e saneamento	14,06	7,87	-44,03
Organização agrária	12,89	12,18	-5,51
Proteção do trabalhador	68,59	63,20	-7,86
Benefícios ao servidor	20,52	16,42	-19,98
Sistema S	26,38	18,57	-29,61

INVESTIMENTOS SOFRERAM MAIS QUE SOCIAL

Gasto por habitante, por período, em R\$ de 2006*

	2001/02	2003/05	Variação, em %
Gasto social	1.533,77	1.491,95	-2,73
Encargos da dívida	1.012,50	880,97	-12,99
Investimentos do governo federal	115,45	68,98	-39,73
Investimentos das estatais	124,31	130,77	5,20

*Atualizados pelo IGP-DI

Fonte: Marcio Pochmann

so do superávit primário, que não considera o pagamento de juros da dívida pública, não comprometeu significativamente os gastos sociais. O preço do aperto, sempre na comparação segundo a metodologia de Pochmann, que considera o gasto por habitante, recaiu mais fortemente sobre o investimento do governo.

Investimentos

Enquanto entre 2001 e 2002 os gastos de investimento do governo federal eram de R\$ 115,45 por habitante, entre 2003 e 2005 eles caíram, em média, para R\$ 63,98, redução de consideráveis 39,7%. O gasto por habitante com encargos da dívida pública também caiu — era de R\$ 1.012,50 no primeiro período e ficou em R\$ 880,97 no segundo, queda de aproximadamente 13%.

Não são poucos os economistas que apontam para a taxa crescente dos gastos sociais como um problema a ser enfrentado pelo Brasil. Na prática, todos apontam

para a Previdência Social. Mais de dois terços do gasto social per capita brasileiro são consumidos pela Previdência Social.

A Previdência gastou, no ano passado, R\$ 1.033 do total de R\$ 1.539 por habitante despendido pelo governo federal. Um ajuste fiscal mais rigoroso, diz parte dos economistas, só seria sustentável, na pior das hipóteses, com estancamento do déficit da Previdência, na melhor, com sua redução. Em ambos os casos, seria necessário, dizem os analistas, reformar o sistema previdenciário.

“Os conservadores dizem que o espaço para fazer mais superávit primário são os gastos sociais. É claro que parte dele poderia ser reorganizada ou feita de maneira mais eficaz, mas a discussão é ideologicamente enviesada. O gasto social pode não ser feito de maneira perfeita, mas o financiamento da dívida é”, diz Pochmann, referindo-se aos mais de 8% do PIB que o Brasil gasta com pagamento de juros anualmente.

Despesa crescente no setor desde 95 reduz desemprego

DA REPORTAGEM LOCAL

O Brasil teria 2,2 milhões de desempregados a mais no ano de 2004 caso o país não tivesse, no período que separa aquele ano de 1995, elevado os gastos sociais em 34%. Entre 2003 e 2004, quase 34% das novas empregos urbanos criados no país estavam diretamente pelo gasto social.

As estimativas também são do economista Marcio Pochmann, que calculou, além da evolução dos gastos públicos nos últimos anos, o impacto deles para o emprego e a distribuição de renda no Brasil. “Nesse caso, medimos apenas o impacto direto no emprego”, diz o economista, lembrando que a pesquisa não faz menção aos efeitos indiretos que o gasto, por exemplo, na construção de um hospital público, tem no emprego de outros setores.

Entre 1995 e 2004, foram criados 13 milhões de vagas no mercado de trabalho brasileiro. No período, o gasto social cresceu 34%. Sem esse crescimento, estima Pochmann, a taxa de desemprego teria chegado, em 2004, a 11,4%, contra os 9% efetivamente registrados pela Pnad (Pesquisa Nacional por Amostragem de Domícílios) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Também entre os anos de 1995 e 2004, diz Pochmann, diminuiu a concentração de renda no Brasil. O índice de Gini (índice que varia de 0 a 1 e, quanto maior, revela maior desigualdade) para o Brasil caiu de 0,585 para 0,547, redução de 6,5%.

No período em que o índice caiu, o rendimento médio dos trabalhadores brasileiros perdeu poder de compra, registrando queda de 18,8%. Já o salário mínimo ganhou poder de compra, tendo subido 29,8% em termos reais.

“Se a remuneração mínima sobe, e o rendimento médio cai, há queda na desigualdade. A alta dos gastos sociais também ajuda a reduzi-la”, lembra Pochmann. O economista estima que 87% da queda do índice de Gini seja explicada pela alta do gasto social e do salário mínimo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para registrar a matéria intitulada “Corretor diz que viu Palocci em mansão”, publicada no jornal Correio Braziliense em sua edição de 19 de março do corrente.

A matéria trata do testemunho do corretor, Carlos Magalhães, que afirmou ter participado de um episódio em que Palocci foi levado por Rogério Buratti e Ralf

Barquette para escolher o imóvel onde a República de Ribeirão Preto se instalaria, no início de 2003.

Senhor presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

6 • Brasília, domingo, 19 de março de 2006 • CORREIO BRAZILIENSE

POLÍTICA

CRÔNICA

Carlos Magalhães afirma que testemunhou o ministro da Fazenda escolhendo casa no Lago Sul para servir de base à República de Ribeirão Preto. O imóvel não foi alugado, segundo o proprietário

Corretor diz que viu Palocci em mansão

UGO BRAGA
DA EQUIPE DO CORREIO

Primeiro, foi um motorista. Em seguida, um caseiro. Agora, surge um corretor de imóveis como testemunha das ligações do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, com a chamada “República de Ribeirão Preto”, grupo formado por lobistas suspeitos de engendrar negociações com o governo. Este corretor chama-se Carlos Magalhães. Ele carrega reputação controversa, embora esteja no mercado imobiliário de Brasília há anos. Magalhães afirma ter participado de um episódio em que Palocci foi levado por Rogério Buratti e Ralf Barquette, dois próceres da turma, para escolher o imóvel onde a “República” se instalaria, no início de 2003.

O imóvel a que o testemunho de Carlos Magalhães se refere não é o mesmo em que o caseiro

Francenildo dos Santos Costa trabalhou, na QI 01 do Lago Sul. Fica no outro extremo da parte sul do Lago, o conjunto 26 do Setor de Mansões Dom Bosco. É uma casa confortabilíssima, pertencente ao diplomata Jorge Geraldo Kadri, que além da localização discreta, oferece uma vista panorâmica de Brasília, com a Esplanada dos Ministérios em primeiro plano.

Carlos Magalhães diz que, em 2003, Kadri pôs sua casa para alugar, pois saíra em missão diplomática para Genebra, na Suíça. Não o fez, entretanto, entregando o imóvel a uma imobiliária. Quereria negociar ele mesmo com os inquilinos. E, ao ver um anúncio da empresa Imob2000, pertencente a Magalhães, telefonou perguntando se não havia ninguém querendo locar um imóvel com tais e tais características.

Ao mesmo tempo, segundo o corretor, a Imob2000 foi contata-

da por “um rapaz chamado Alexandre, de uma empresa lá de Goiânia”, procurando uma casa boa para alugar em Brasília. “Ele me disse que era para um ministro, mas que ele queria reserva, não queria que seu nome aparecesse”, conta.

Tendo a oferta de um lado e a demanda de outro, Carlos Magalhães diz ter juntado as pontas. “Foi quando apareceram o Rogério Buratti e o Ralf Barquette”, lembra. “Eles vieram ver a casa em nome do tal ministro, que eu não sabia quem era.” O corretor diz ter levado a dupla, depois do primeiro contato, para ver pelo menos

outros dois imóveis, um deles localizado na Península dos Ministros - QL 12 do Lago Sul -, de propriedade de Flávio Jussiani Ramos, ex-diretor da Caixa Econômica Federal. “O Jussiani disse que conhecia eles (Buratti e Barquette) lá de São Paulo e que não queria negócio com esse pessoal.”

O grupo decidiu-se pela casa do diplomata, no Setor de Mansões Dom Bosco. Havia uma ressalva: o lugar não tinha quadra de tênis. Eles perguntaram ao proprietário se podiam construir uma, receberam permissão e pediram um orçamento à empresa Engequadra, de Belo Horizonte. “No dia

em que o rapaz da Engequadra foi lá tirar as medidas do terreno, uma sexta-feira, por volta das 18h, chegou um Ômega preto, com placa oficial, trazendo Buratti, Ralf e Palocci. Foi quando eu soube qual era o ministro que queria alugar a casa”, diz. Na ocasião, de acordo com Magalhães, não havia mais ninguém no local. “Quando eles chegaram, o rapaz da Engequadra já tinha ido embora fazia uns 20 minutos. Como o ministro estava lá, eu nem disse naquela hora que a obra custaria R\$ 44 mil.”

O que se seguiu em relação ao imóvel é uma série de informações desencontradas. Magalhães

diz que ele chegou a ser alugado e que o casal Kadri resolveu rescindir o contrato depois de ter notificado de “festas da pesada” feitas no local. A informação foi passada aos donos pelo caseiro, identificado até aqui apenas pelo primeiro nome, Domingos. Elza Kadri admite ter aberto negociações com Buratti, que soube que o grupo chegou a “dormir um ou dois dias na casa”, mas diz que não fechou negócio depois dos relatos de Domingos e que não tem notícia da presença de Palocci em sua casa. O ministro vem negando qualquer proximidade com Buratti.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “E os outros 70%?”, publicada pela revista **Veja** em sua edição de 8 de março do corrente.

A matéria, em sua chamada, publica que Rogério Buratti, ex-Assessor e amigo do Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, afirmou em novo depoimento prestado à Polícia Civil de São Paulo, que só contou 30% do que sabe. Nesse depoimento, Buratti identifica Palocci

como o personagem central do esquema de corrupção durante sua segunda gestão como prefeito do município de Ribeirão Preto.

Sr. Presidente, para concluir, requiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

E OS OUTROS 70%?

Ex-assessor e amigo de Palocci, Rogério Buratti diz que só contou 30% do que sabe. Ele voltou a depor na polícia

Marcio Aith e Fábio Portela

Sete meses atrás, o advogado Rogério Buratti colocou o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, na linha de tiro da crise política. Ex-auxiliar do ministro, Buratti havia contado que a empreiteira Leão&Leão pagava um mensalão de 50 000 reais à prefeitura de Ribeirão Preto durante a segunda gestão de Palocci como prefeito. Segundo Buratti, esse dinheiro era repassado ao caixa dois do Partido dos Trabalhadores. Palocci negou o fato. Disse que poderia até ter ocorrido algum ato de corrupção isolado na prefeitura, mas que, se fosse o caso de corrupção sistemática, ele te-

ria tomado conhecimento. O ministro saiu chamuscado do episódio. Palocci manteve-se vivo politicamente, contando com uma vigorosa boa vontade da oposição e do imenso time de brasileiros gratos por seu impecável trabalho de condução da economia. Não havia nenhuma acusação de que Palocci tivesse negociado pessoalmente o pagamento da propina ou que dela tivesse se beneficiado. Em novo depoimento prestado à Polícia Civil de São Paulo, Buratti voltou à carga. **VEJA** teve acesso a trechos do depoimento que até agora vinham sendo mantidos em sigilo. Neles, Buratti identifica Palocci como o personagem central do esquema de corrupção e apresenta os seguintes detalhes:

■ Foi o próprio prefeito quem negociou o mensalão de 50 000 reais com a Leão&Leão, empresa da qual Buratti se tornou diretor depois de deixar a prefeitura

■ Embora a maior parte do dinheiro fosse repassada para o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares, Palocci sempre reservava uma parcela para si

■ Em troca da propina, Palocci organizou um sistema contábil fraudulento pelo qual a empresa sempre ganha-

va da prefeitura valores maiores que os fixados no contrato inicial de varrição de lixo

■ O relacionamento entre Palocci e a Leão&Leão era tão próximo que o então prefeito tinha à sua disposição uma reserva financeira para ser usada sempre que necessário

■ Mesmo depois que Palocci deixou a prefeitura para se tornar ministro, a propina de 50 000 reais continuou a ser paga pela Leão&Leão com o conhecimento de seu sucessor, Gilberto Maggioni.

Palocci soube das novas acusações assim que Buratti saiu do depoimento, em 4 de fevereiro passado. Tomou duas providências. Negociou com o Ministério Público de São Paulo que as partes do depoimento que o envolviam fossem mantidas em sigilo. É por essa razão que, até agora, a imprensa só havia tido acesso a trechos periféricos do documento. Para obter essa garantia, Palocci contou com a discrição dos promotores que, no ano passado, foram criticados por dar publicidade instantânea às primeiras acusações de Buratti. A segunda providência do ministro foi pedir a seu amigo do peito Juscelino Dourado, ex-chefe de seu gabinete no Ministério da

Fazenda, que tentasse convencer Buratti a fechar sua boca de uma vez por todas. Juscelino não obteve essas garantias.

Buratti pode estar mentindo em suas acusações? Sim, e o ministro tem o benefício da dúvida. Mas a cada novo depoimento Buratti enriquece a narrativa de detalhes e, a seu favor, diga-se que não caiu ainda em contradição. Palocci recusa-se a processar seu ex-assessor e, mesmo pressionado por parlamentares em seu depoimento à CPI dos Bingos, em janeiro, evitou dizer que Buratti é mentiroso. Se nem Palocci (o maior interessado, diga-se) afirma que Buratti mente, as acusações do advogado tendem a ganhar maior credibilidade. Planilhas internas da Leão e notas fiscais frias emitidas para justificar o pagamento da propina dão sustentação material a algumas das denúncias.

Nos últimos dias, Buratti tem dito a amigos que contou "apenas uns 30%" do que sabe sobre o ministro. Como um bom matemático que é, o médico Palocci está ciente de que, se a conta de Buratti for verdadeira, os outros 70% podem ser fatais não só para ele como para os sonhos de reeleição do presidente Lula, que, num voto de confiança ao ministro, pode escalá-lo como um dos coordenadores de sua campanha. Palocci já avisou que, mesmo que venha a aceitar a missão, não quer ter uma das incumbências de 2002. Ficará longe da arrecadação de recursos. ■



SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE RIBEIRÃO PRETO/SP
Rua São Sebastião nº 119 - Centro - Ribeirão Preto/SP - Fone - 510-4611 - CEP - 14015-040

empresa, pois era delegado para a área técnica. Que, em relação ao valor de R\$50 000,00, que era pago mensalmente pela empresa e era entregue ao secretário da fazenda, Raif Barquete, constituía um benefício da empresa em decorrência de duas coisas básicas, que se fizesse o pagamento em dia das faturas e se mantivesse o equilíbrio do contrato e volume do faturamento, conforme já esclareci. Que, sei que o prefeito Palocci tinha conhecimento desse valor, seu recebimento e destino, sendo que essa modalidade continuou no governo de Gilberto Maggioni, entretanto não tenho condições de afirmar em que valores; Que, esses valores eram pagos no meio de cada mês, para frente e o Raif ia apertar na empresa o envelope com o dinheiro, entretanto, não havia uma pessoa determinada para a entrega desse montante; Que, excepcionalmente alguém da empresa levava esse valor até à Secretaria da Fazenda; Que, o acordo sobre o pagamento desse valor aconteceu entre a direção da empresa e o próprio prefeito Palocci, entretanto o valor era separado na forma já esclarecida anteriormente.

dos serviços normais; Que, além do valor de R\$ 50.000,00 pago pela empresa à Prefeitura, conforme já esclareci, poderiam ocorrer pagamentos de outros valores a outras pessoas ligadas à política em geral; Que, conforme era de meu conhecimento o valor de R\$ 50 000,00 era encaminhado ao Delúbio Soares, que o repassava ao PT - Partido dos Trabalhadores; Que, a empresa tinha a obrigação do pagamento de R\$ 50.000,00 mensais para se manter no mercado.

nessa época, o PCC, se não era o responsável pela reserva, mantinha a colaboração; Que, neste momento ao ver um balanço de despesas constantes às fls.4264 do Inquérito Policial nº 050/2004, posto falar em relação a Ribeirão Preto, que efetivamente uma parte das despesas relacionadas eram despesas ao Prefeito Municipal, tratando-se, respectivamente, de Palocci e Maggioni, conforme já esclareci, além de outras despesas com a imprensa e entidades de assistência. Que, ratifico integralmente o teor de meu interrogatório, ora citado. Que, tenho conhecimento de que além do pagamento de R\$ 50.000,00 à prefeitura, o prefeito Palocci praticamente mantinha uma reserva junto à empresa Leão, que era sobrevida no período eleitoral, cuja quantia de vezes era declarada...

Em novo depoimento, Buratti diz que Palocci não só tinha conhecimento do esquema de propina de Ribeirão como também foi seu principal mentor e beneficiário. Segundo ele, o ministro "praticamente mantinha uma reserva" junto a empresa Leão&Leão

O QUE BURATTI DISSE EM AGOSTO DE 2005...

- A Leão&Leão pagava 50 000 reais por mês a prefeitura de Ribeirão Preto na gestão Anton o Palocci
- Quem recebia o dinheiro era o secretário de Finanças, Raif Barquete, morto em 2004
- O dinheiro era repassado por Barquete para o diretório nacional do PT
- Palocci autorizou seu assessor a receber o mensaleiro
- A empresa deu 150 000 reais para a campanha de Palocci a prefeitura de Ribeirão Preto em 2000

...E O QUE ELE ACRESCENTOU AGORA

- O pagamento de 50 000 reais foi uma exigência feita pelo próprio Palocci a direção da empreiteira
- Parte do mensaleiro da Leão&Leão ficava com o próprio Palocci
- "Outras pessoas ligadas a política" também recebiam propina da empresa
- A Leão&Leão negociava diretamente com Palocci formas de elevar artificialmente o pagamento que a empresa recebia pela variação da cidade
- Palocci mantinha uma reserva financeira fixa junto a empreiteira, usada sempre em períodos eleitorais

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, e Srs. Senadores, o último domingo, dia 26 de março, foi um dia muito importante para os porto-alegrenses e para todos que adotaram a capital dos gaúchos. A nossa moderna e poética Porto Alegre completou 234 anos de existência.

Fundada em 1772 por um grupo de açorianos, a metrópole de hoje pouco tem a ver com a Porto dos Casais de antigamente. A cidade, que também já foi chamada de Freguesia de São Francisco e de Madre de Deus de Porto Alegre, cresceu, desenvolveu-se, fez história e hoje é uma das cidades com maior potencial de crescimento mundial e uma das mais preparadas para receber investimentos nos próximos dez anos. O levantamento é da consultoria inglesa Jones Lang LaSalle, que analisou em 2004 mais de cem municípios em todo o mundo.

Esse desenvolvimento contou com a colaboração de muitas culturas. Tropeiros, colonos açorianos, africanos, imigrante italianos e alemães, entre outros, foram formando pouco a pouco o cenário da nossa Porto Alegre atual. As crenças, as lendas, os hábitos, os costumes e as tecnologias dessas diferentes etnias e culturas formam o mosaico cultural que identifica e apresenta a Porto Alegre do Século XXI.

A Porto Alegre de hoje tem uma expectativa de vida de 71,4 anos. A população alfabetizada é de 91%. Atualmente, a cidade conta com 83% de coleta de esgoto, 98% de abastecimento de energia elétrica e 99% de abastecimento de água. Além disso, é referência nacional na Coleta Seletiva de Lixo, com 100% de recolhimento.

A Porto Alegre do Parque da Redenção, do Marinha do Brasil e do Parcão está entre as cidades mais arborizadas do mundo, com mais de um milhão de árvores, mais de 400 praças, uma reserva biológica, nove parques urbanos e a maior concentração de pássaros do país.

Para comemorar esta data tão especial, a Prefeitura de Porto Alegre elaborou um amplo calendário de eventos, que inclui desde atividades esportivas e de lazer à inauguração de parques e ruas. Durante toda a semana, a população porto-alegrense pôde se divertir participando do 2º Concurso de Comida Campeira Gaúcha e da 3ª Feira Agropecuária de Porto Alegre, no Parque Maurício Sirotsky Sobrinho. Também assistindo ao filme *Porto Alegre - Meu canto no mundo*, apresentado em sessão ao ar livre no Largo Glênio Peres; ou praticando esportes, na Corrida 10km Cidade de Porto Alegre, na Regata de Remo ou no Ciclotur, com trajeto por alguns pontos turísticos da cidade. Além disso, a programação da prefeitura contou com

exposições artísticas, passeios de ônibus e de barco, apresentações culturais e até um baile em pleno Parque da Redenção.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, muitas são as manifestações artísticas de amor e admiração por Porto Alegre. Já citamos aqui, desta tribuna, trecho do conhecido poema *O Mapa*, de autoria do nosso querido Mario Quintana, alegretense, que adotou a capital como a cidade do seu coração. Quintana, que neste ano terá seu centenário de nascimento comemorado, assim definiu Porto Alegre: “Cidade do meu andar. Deste já tão longo andar. E talvez do meu repouso”.

Hoje prefeito da cidade que tanto adora, o então senador José Fogaça escreveu a canção *Porto Alegre é Demais*, interpretada maravilhosamente por sua esposa, Isabela Fogaça, para matar um pouco a saudade da capital gaúcha durante sua estada em Brasília. Após falar das delícias de viver em Porto Alegre, Fogaça acaba se desculpando pela melancolia que sente ao lembrar de tudo isso. “Porto Alegre me dói, não diga a ninguém, Porto Alegre me tem. Não leve a mal, a saudade é demais, é lá que eu vivo em paz”, diz Fogaça.

Outra canção, mais conhecida Brasil afora, usa uma expressão bem porto-alegrense para dizer que, quando se vai a Porto Alegre, não há mal-estar que resista. Os irmãos Kleiton e Kledir cantam a capital com alegria, dizendo: “Deu pra ti, baixo astral. Vou pra Porto Alegre, tchau!”.

Porto Alegre também foi cantada por um baiano. Ao passar pelas ruas da cidade, no final dos anos 70, Caetano Veloso se admirou com a poesia de uma placa de trânsito que indicava a direção dos bairros Menino Deus e Tristeza. Assim, compôs a música *Menino Deus*, na qual ele diz que “Um porto alegre é bem mais que um seguro”.

Enfim, existem muitas formas de demonstrar o carinho pela cidade. Um poema, uma canção, uma caminhada pelos parques, uma visita aos prédios históricos, uma volta na Rua da Praia, um passeio pelo Guaíba, uma manhã de domingo no Brique da Redenção, um chimarrão na Usina do Gasômetro.

Parabéns, Porto Alegre. Parabéns a todos que construíram e continuam a formar, a cada dia, sua história, sua identidade, transformando Porto Alegre numa cidade única, inesquecível e encantadora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA**1****PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 2, DE 2006**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 269, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Votação, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 269, de 2005), que altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; 9.074, de 7 de julho de 1995, que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de Ciência e Tecnologia, do Grupo – Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas – FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81-A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; revoga dispositivos das Leis nºs 5.989, de 17 de dezembro de 1973; 9.888, de 8 de dezembro de 1999; 10.768, de 19 de novembro de 2003; 11.094, de 13 de janeiro de 2005; e 11.182, de 27 de setembro de 2005; e dá outras providências.

Parecer sob nº 206, de 2006-Plen, em substituição à Comissão Mista, Relatora revisora: Senadora Fátima Cleide, favorável ao Projeto de Lei de Conversão, com a Emenda nº 38-Plen, que apresenta.

Prazo final: 13.4.2006

2**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 270, de 2005**

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do
§ 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 270, de 2005, que abre crédito extraordinário, em favor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Presidência da República, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor global de oitocentos e vinte e cinco milhões, novecentos e oito mil, novecentos e sessenta e oito reais, para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador Tião Viana.

Prazo final: 14-4-2006

3**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 271, de 2005**

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 271, de 2005, que autoriza a União a prestar auxílio financeiro complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de fomentar as exportações do País.

Relator revisor: Senador Wellington Salgado Oliveira.

Prazo final: 25-4-2006

4**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 3, DE 2006**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do §
6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005), que altera as Leis nºs 10.355, de 26 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS; 10.855, de 1º de abril de 2004, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social; 10.876, de 2 de junho de 2004, que cria a Carreira de Perícia Médica da Previdência Social e dispõe sobre a remuneração da Carreira de Supervisor Médico-Pericial do Quadro de

Pessoal do INSS, 10.997, de 15 de dezembro de 2004, que institui a Gratificação Específica do Seguro Social - GESS; 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais; e fixa critérios temporários para pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Médico-Pericial - GDAMP.

Relator revisor: Senador Sérgio Guerra.

Prazo final: 25-4-2006

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 4, DE 2006

*(Proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes e de Encargos Financeiros da União, no valor global de quinhentos e dezesseis milhões, cento e trinta e dois mil, novecentos e noventa e quatro reais, para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador João Ribeiro.

Prazo final: 26-4-2006

6

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2006

*(Proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do §
6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005), que acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação; revoga o art. 3º da Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001; e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Romero Jucá.

Prazo final: 28-4-2006

7

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 275, de 2005

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
o § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 275, de 2005, que altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui

o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples, em função da alteração promovida pelo art. 33 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, e dispõe que o prazo a que se refere o art. 2º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para reutilização do benefício da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, aplica-se inclusive às aquisições realizadas antes de 22 de novembro de 2005.

Relator revisor: Senador Jefferson Péres

Prazo final: 28-4-2006

8

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 7, DE 2006

*(Proveniente da Medida Provisória nº 276, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do §
6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 276, de 2006), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de trezentos e cinquenta milhões de reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:

Prazo final: 1-5-2006

9

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 277, DE 2006

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 277, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das Relações Exteriores, no valor de setenta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil reais, para os fins que especifica. (Apoio à população atingida pela febre aftosa)

Relator revisor:

Prazo final: 18-5-2006

10

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de

Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 66, DE 2005

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que *acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras.*

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2005 (nº 5.788/2001, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional de Conscientização da Esclerose Múltipla.*

Parecer favorável, sob nº 2.249, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Augusto Botelho, com a Emenda 1-CE, de redação, que apresenta.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2005 (nº 3.883/2004, na Casa de origem), que *acrescenta inciso ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a ausência do trabalhador ao serviço, sem prejuízo do salário, na hipótese de participação em reunião oficial de organismo internacional ao qual o Brasil seja filiado.*

Parecer favorável, sob nº 2.148, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

14

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2005

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 2.202, de 2005, Relator: Senador Tião Viana), do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2005 (apresentado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa como conclusão de seu Parecer nº 24, de 2005, Relator: Senador José Maranhão), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a rodovia que especifica.*

15

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2000

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 21, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde* (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).

Pareceres sob nºs 711, de 2003, e 1.515, de 2005, das Comissões

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; e

– da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 336, de 2003), Relator: Senador Leonel Pavan, favorável, com a Emenda nº 2-CAS, que apresenta, com voto contrário, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

16

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 390, DE 2005-COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades* (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Parecer sob nº 188, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado.

17

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 2006
(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal, que *altera o Código*

Penal para criminalizar o tráfico internacional de pessoas para fins de emigração, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para inserir a mencionada conduta entre os crimes antecedentes da lavagem de dinheiro.

18

REQUERIMENTO Nº 1.355, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.355, de 2005, do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações a respeito de operações financeiras eventualmente efetuadas entre o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) com a empresa controladora do empreendimento *Beach Park*, localizado em Porto de Dunas, Ceará, ou com qualquer das empresas controladas por ela.

Parecer favorável, sob nº 162, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 03 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães **
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PMR – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão

PMDB – João Alberto Souza *
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney **

Pará

PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco

PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás

PMDB – Maguito Vilela*
PFL – Demóstenes Torres**
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros *
PFL – Jonas Pinheiro **
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará

PSDB – Reginaldo Duarte*^S
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba

PMDB – Ney Suassuna *
PFL – Efraim Morais**
PMDB – José Maranhão **

Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta*^S
PMDB – Gerson Camata**
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí

PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa **

Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra *
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen *
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan **

Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – Teotônio Vilela Filho **

Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves *
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná

PSDB – Alvaro Dias *
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre

BLOCO-PT – Tião Viana*
Sem partido – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca*
BLOCO-PT – Delcídio Amaral**
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque **
PFL – Paulo Octávio **

Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro **
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá

PMDB – José Sarney *
PMDB – Gilvam Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia

PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES		
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho (Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo (Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo (Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares (Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho (Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares (Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello (Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente (Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira (Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela (Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) **Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.**

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Shessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
PMDB	
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
PDT	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Shhessarenko – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)**

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Shessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.
Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾**

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽⁵⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Shessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotonio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ^{(1) (5)}	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ^{(2) (6)}	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) ⁽³⁾	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)**

**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)**

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) ⁽⁶⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

**6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾ PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Shessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾ PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Shhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

Presidente: Senador João Alberto Souza ⁽³⁾

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres ⁽⁴⁾

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. (vago) ⁽¹⁾	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. M ^o doCarmo Alves(PFL)	SE	1306
Leonel Pavan (PSDB)	SC	4041	4. (vago) ⁽⁵⁾		
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela F (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Ney Suassuna	PB	4345	1. Gerson Camata	ES	3204
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. (vago) ⁽²⁾		
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. (Vago)		
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 23.11.2005)

- ⁽¹⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.
- ⁽²⁾ O Senador Pedro Simon renunciou ao cargo de acordo com OF nº 101/05 – GSPSIM, publicado no DSF de 14.12.2005.
- ⁽³⁾ Eleito em 13.12.2005, na 1ª reunião, de 2005, do Conselho de Ética.
- ⁽⁴⁾ Eleito em 13.12.2005, na 1ª reunião, de 2005, do Conselho de Ética.
- ⁽⁵⁾ O Senador Alvaro Dias renunciou ao cargo de acordo com OF nº 1370/2005-SEM, publicado no DSF de 15.12.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 14.09.2005

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

5ª Designação: 22.03.2005

6ª Designação: 20.04.2005

7ª Designação: 16.05.2005

8ª Designação: 16.05.2005

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 14.03.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador José Jorge (PFL-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 06.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5258
sscop@senado.gov.br



CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARE(S)	SUPLENTE(S)
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SOARES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs



CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RÁDIO E DE RÁDIOFUSÃO COMUNITÁRIA¹

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

¹ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ (PFL) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	--

SENADORES

<u>TITULARES</u>	<u>SUPLENTES</u>
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)
PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)	
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)

DEPUTADOS

<u>TITULARES</u>	<u>SUPLENTES</u>
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)
PMDB	
EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
Bloco PFL/Prona	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
PSDB	
JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
PP	
LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
PTB	
FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
PPS	
JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador ROBERTO SATURNINO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 05.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311- 5258
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 216 PÁGINAS